

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP

ANA MARIA BEZERRA DO NASCIMENTO

Espaços retraçados, questões redefinidas sobre o sertão e o sertão do Piauí no pensamento brasileiro e regionalista.

Doutorado em Ciências Sociais

SÃO PAULO  
2020

ANA MARIA BEZERRA DO NASCIMENTO

Espaços retraçados, questões redefinidas sobre o sertão e o sertão do Piauí no pensamento brasileiro e regionalista.

Doutorado em Ciências Sociais

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais sob a orientação do Prof. Dr. Guilherme Simões Gomes Júnior.

SÃO PAULO  
2020

Banca examinadora:

---

---

---

---

---

São Paulo  
2020

## Agradecimentos

À minha família, por compreender a minha ausência. Em especial, ao *Bruno, Gabriel e Ana Zuleika*.

Especialmente grata ao Professor *Dr. Guilherme S. Gomes Junior*, pelo estímulo intelectual e por ter orientado os trabalhos com segurança, liberdade e rigor.

Gostaria de também agradecer as valiosas contribuições dos arguidores *Alberto Luiz Schneider* (Departamento de História – PUCSP), *Mariza M. F. Werneck* (Departamento de Antropologia – PUCSP), *Clodson dos Santos (UESPI)* e *Eliana Maria Melo e Souza (UNESP)*.

Meu muito obrigado a *Universidade Estadual do Piauí* em particular, aos professores e professoras do curso de *Licenciatura em Ciências Sociais*.

*Ao CNPq pela bolsa, que facultou as condições materiais e intelectuais para o desenvolvimento da pesquisa.*

Quero registrar, ainda, meus agradecimentos aos funcionários *Kátia e Rafael* do *Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da PUCSP* pela atenção e acolhida.

Aos também *funcionários da biblioteca* da PUCSP que facilitaram o acesso aos materiais analisados neste estudo. Igual agradecimento aos *funcionários dos arquivos e bibliotecas* visitados, especialmente do *Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Arquivo da Biblioteca Nacional, Arquivo Público do Estado do Piauí, Academia Piauiense de Letras e acervos públicos* de Teresina e São Paulo.

À professora *Marisa Borin e Carmem Junqueira* pela generosidade e carinho.

Durante a preparação deste estudo, amigos e colegas contribuíram das mais diversas formas. A todos e todas sou muito grata. *Aos paulistanos*, especialmente *os não paulistanos* pela acolhida.

Um agradecimento especial a *Mariele Oliveira Lima* que enfrentou com generosidade e dedicação as minhas dificuldades de escrever. A professora *Lina Santana* pelo abstract.

Aos estudiosos da sociedade piauiense, que propiciaram problematizar ideias e temas. Também aos demais estudiosos que vêm construindo um campo fértil de propostas e possibilidades de pesquisa para releitura do pensamento piauiense no pensamento brasileiro e regionalista.

## RESUMO

O estudo reúne ideias e temas sobre o sertão e o sertão do Piauí, em especial, e a forma como essas ideias e temas foram assimilados e transfigurados em duas perspectivas que apresentavam a problemática do sertão e do sertão piauiense, acompanhados ou se contrapondo a elas: no pensamento brasileiro, pelos autores e obras identificados como bandeirantes escritores, bandeirólogos ou mitólogos modernos; e no pensamento regionalista, pelos autores e obras identificados como das províncias, da escola nordestina. As duas perspectivas se engajaram e se interpenetraram para melhor esclarecer o que era o interior, as províncias, o sertão e o sertão do Piauí na formação sociocultural brasileira. Assim, o romance e o ensaio se tornaram os suportes mais expressivos de produção e exposição de conhecimento durante esse processo de formação, especificamente, no período que se estende de meados do século XIX até um pouco depois de 1945. Para avaliar os processos e práticas elencados nesse estudo, utilizou-se a noção de “formação e sistema” de Antonio Candido (2000). Dessa forma, procuramos identificar como o sertão e o sertão do Piauí, em particular, eram abordados nas obras, quem eram os autores, quais as principais ideias e temas abordados, as condições de produção, o tipo de produto, o estilo da narrativa, as técnicas de exposição, a quem e como se dirigia, os espaços de exposição – imprensa, editoras, livrarias, conferências, institutos, academias -, as influências teóricas e metodológicas. Das ideias e temas tratados, identificou-se que a casa, a paisagem, o vaqueiro, a fazenda, a capela, o mareante, o bandeirante, os sertanistas, os sertanejos, a raça, a região e a cultura dominou o pensamento dos estudiosos, tornando-se matéria da nossa pesquisa. Os limites cronológicos e o título deste estudo é uma homenagem ao sertão do Piauí, cujo aspecto espacial e temporal foi ampliado, para estabelecer comparações, contrastes e interpenetrações entre as duas perspectivas. Enfim, trata-se de um estudo, ou uma série de estudos, sobre um tema amplo, que busca estabelecer conexões entre autores e obras de diferentes lugares, temas, ideias, períodos, correntes, tendências ou escolas do pensamento brasileiro e regionalista.

**PALAVRAS CHAVES:** Sertão do Piauí, cultura, região, pensamento brasileiro e regionalista.

## ABSTRACT

The study brings together ideas and themes about the *sertão* and the *sertão* of Piauí, in particular, and the way in which these ideas and themes were assimilated and transfigured in two perspectives that presented the problematic of the hinterland and the hinterland of Piauí, accompanied or in opposition to them: in Brazilian thought, by authors and works identified as pioneering writers, pioneers or modern mythologists; and in regionalist thinking, by the authors and works identified as from the provinces, from the northeastern school. The two perspectives engaged and interpenetrated to better clarify what was the interior, the provinces, the hinterland and the hinterland of Piauí in the Brazilian socio-cultural formation. Thus, the novel and the essay became the most expressive supports for the production and exposure of knowledge during this formation process, specifically, in the period that stretches from the middle of the 19th century up to a little after 1945. In order to evaluate the processes and practices listed in this study, the notion of “training and system” by Antonio Candido (2000) was used. Thus, we seek to identify how the *Sertão* and the *Sertão* of Piauí, in particular, were addressed in the works, who the authors were, what the main ideas and themes were, the production conditions, the type of product, the style of the narrative, the exhibition techniques, to whom and how it was addressed, the exhibition spaces - press, publishers, bookstores, conferences, institutes, academies -, the theoretical and methodological influences. From the ideas and themes treated, it was identified that the house, the landscape, the cowboy, the farm, the chapel, the sailor, the pioneers, the *sertanistas*, the *sertanejos*, the race, the region and the culture dominated the thought of the scholars, becoming the subject of our research. The chronological limits and the title of this study is a tribute to the *sertão* of Piauí, whose spatial and temporal aspect was expanded, to establish comparisons, contrasts and interpenetrations between the two perspectives. Finally, it is a study, or a series of studies, on a broad theme, which seeks to establish connections between authors and works from different places, themes, ideas, periods, currents, trends or schools of Brazilian and regionalist thought.

**KEY WORDS:** *Sertão* of Piauí, culture, region, Brazilian and regionalist thinking.

## LISTA DE FIGURAS/ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - DOMINGOS JORGE VELHO na tela de Benedito Calixto.

Figura 2 - Vaqueiro na paisagem da caatinga na ilustração de Percy Lau (1959).

Figura 3 - Embarcação "gaiola" na ilustração de Percy Lau (1959).

Figura 4 - Os vareiros ou balseiros dos rios brasileiros na ilustração de Percy Lau (1959).

Figura 5 - Carta Topographica e administrativa da Província do Piauhy (1850).

Figura 6 - Sertanejo do Piauhy Viajando, na imagem de SPIX & MARTIUS (1942).

Figura 7 - Vaqueiro em pé, na ilustração de Henry Koster (1816) e Vaqueiro no cavalo na ilustração de Percy Lau (1959).

Figura 8 - A casa de palha da civilização do couro conforme Renato Castelo Branco (1942) e na ilustração de Percy Lau (1959).

Figura 9 – As “panelinhas das academias de letras” brasileira (1901) e piauiense (1917).

Figura 10 - Família piauiense da cidade de Parnaguá (1912). Fonte: 100 anos das Expedições da Fundação Osvaldo Cruz.

## LISTA DE SIGLAS

ABL - Academia Brasileira de Letras

APL - Academia Piauiense de Letras

BNB – Banco do Nordeste

CBPE - Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

CEPRO – Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais de Pesquisas Piauienses.

CRPEs - Centros Regionais de Pesquisas Educacionais

FIOCRUZ – Fundação Osvaldo Cruz.

INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra Seca

IOCS - Inspetoria de Obras Contra as Secas

IHGB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

IHGP – Instituto Histórico Geográfico Piauiense

IBGE - Instituto Geográfico Estatístico Brasileiro

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

## SUMÁRIO

### ALGUMAS PALAVRAS PARA INICIAR

Nas incursões das sociabilidades intelectuais.	12
Fios teóricos, conceituais e metodológicos.	19
Estrutura e organização da tese	22

### 1. ESPAÇOS RETRAÇADOS, QUESTÕES REDEFINIDAS: LINHAS MESTRAS DO PENSAMENTO SOBRE O SERTÃO BRASILEIRO.

I- Euclides da Cunha, nas cercanias da terra ignota.	28
II- Capistrano de Abreu, capítulos da história de contrastes e confrontos	33
III - Oliveira Vianna, populações do interior brasileiro	41
IV- Afonso D'E. Taunay, a bandeira de volta ao sertão	49
V- Cassiano Ricardo, bandeira e sertão não são fábulas!	56
VI - Gilberto Freyre, tradições intelectuais.	64
VII - Sergio Buarque de Holanda, caminhar e navegar.	70
1.2. Estilos e retratos do pensamento brasileiro	80

### 2. NOS CONDICIONAMENTOS DA INTINERÂNCIA: LINHAGENS DO PENSAMENTO SOBRE O SERTÃO PIAUIENSE.

I – O Piauí na história das províncias de Alencastre e Pereira da Costa.	94
2.1. O Piauí depois de Alencastre e Pereira da Costa.	104
II– Odilon Nunes e as proezas dos sertões piauienses.	109
III- Renato C. Branco, manchas e contornos da civilização do couro!	133
2.2. Silhuetas e perfis do pensamento regionalista.	146

### 3. OS INTELECTUAIS: ENTRE A PROVÍNCIA E A RUA DO OUVIDOR 151

3.1. A província, insulada, tosca, inculta?	163
3.2. Experiências intelectuais convergentes?	174
3.3. Imprensa, livros, coleções e outras colagens.	180

### 4. EMBLEMAS E PANORAMAS, PARALELOS E ENTRELAÇADOS 197

4.1. Casa, paisagem e outros relevos.	199
II - Vianna Moog, e o arranjo ilha-continente-arquipélago cultural.	207
4.2. O sertão “nordestizado”?	215

### ALGUMAS PALAVRAS PARA FINALIZAR 221

#### Referências bibliográficas

## ALGUMAS PALAVRAS PARA INICIAR

O interesse em compreender o sertão do Piauí foi tangenciado no mestrado em educação da UFPI, concluído em 2005. Mas foi durante as aulas da disciplina de Pensamento Brasileiro, da qual sou professora no curso de Licenciatura em Ciências Sociais, na Universidade Estadual do Piauí, em Teresina, que as ideias foram mais bem organizadas. Naquele momento, a tentativa era de promover uma aproximação analítica do sertão como categoria axial na construção do Brasil, em suas múltiplas dimensões. Entendia que o sertão não era apenas uma região, era, também, uma categoria histórica sociocultural. Objetivava, ainda, entender os múltiplos tipos que povoam o pensamento sobre a formação da sociedade brasileira, em geral, e da piauiense, em particular, transfigurados na figura do vaqueiro, mas também do “bandeirante”, do “índio”, do “colonizador”, do “desbravador”, do “aventureiro”, do “boiadeiro”, do “fazendeiro”, do “vareiro ou mareante”, da “casa”, da “fazenda”, do “boi”, da “capela”. Para promover uma abordagem sobre o sertão do Piauí, no contexto das ideias de sertão e Brasil, recorri não somente às leituras acadêmicas, mas também a outras linguagens, principalmente à produção literária combinada com cinema, fotografia, desenhos, ilustrações e música. Desse modo, foi uma oportunidade para adentrar na polissemia que é o sertão e estudar como essa categoria continua a impulsionar o pensar sobre o Brasil. Durante as aulas, os discentes apresentaram reflexões a partir das leituras dos clássicos do pensamento brasileiro e piauiense. Talvez tenhamos compreendido, ao menos em parte, o que disse Euclides da Cunha sobre os sentidos e significados de Terra ignota. De como essa categoria sertão estará sempre na “ordem do dia, até hoje e ainda o será por muito tempo. O que se segue são vagas conjecturas” (CUNHA, 2011, p.12). A experiência em sala de aula foi uma inspiração para realizar o doutorado e assim como aqueles letrados das províncias, também fui para o Sul do país, e nesse caso particular, cursar doutorado no Programa de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na linha de pesquisa Materialidade, ideologia e vida cotidiana nas culturas modernas, já que no Piauí não há doutorado na área.

Comecei no programa com muitas reflexões e algumas outras questões de pesquisa tais como: Afinal, o que era sertão e como o sertão do Piauí, em particular foi assimilado e transfigurado no pensamento brasileiro e regionalista? Como abordavam o tema que respondia por uma diversidade de formas de pensar o Brasil, a sociedade, a cultura, regiões e regionalidades? Em se tratando de um tema clássico para a historiografia e as Ciências Sociais, quais ideias serviram de engajamento e interpenetração entre os autores e obras do

pensamento brasileiro e regionalista na imprensa, editoras, academias e demais espaços de produção e exposição de conhecimento, no período que se estende de meados do século XIX até um pouco depois de 1945, do século XX?

Para responder às questões, foi observado que o termo “sertão do Piauí, em particular”, aparece na historiografia brasileira e nas ciências sociais a partir dos relatos de viajantes, cronistas, administradores e missionários, como a região que, de forma genérica, também se opunha ao litoral. O sertão localizado no Piauí aparece como algo pertencente a uma região ou relativo a uma condição sociocultural, de referência a indivíduos ou grupos do tipo sertanejo, vaqueiro, nordestino entre outros atributos. Era denominado de “sertão de dentro”<sup>1</sup>, ou “sertão das rodela”, do “mimoso”, ou “Alto Sertão”, também província<sup>2</sup>, ou capitania do Norte, depois estado do Nordeste. Era também uma região da seca, do majestoso rio Parnaíba, de índios bravos, do curral, da fazenda, do couro, do boi, do vaqueiro e que foi devassada e reocupada por bandeirantes paulistas e sertanistas baianos<sup>3</sup>.

O sertão do Piauí era dividido e subdividido geograficamente assim: o sertão das Rodelas era uma área que compreendia uma vasta região composta, segundo Afonso de Taunay, em sua *História Geral das Bandeiras Paulistas*, de “rios, terras férteis, clima muito saudável, próprios à criação e sustento de gado” (TAUNAY, 1945, p. 268); já o “sertão mimoso” era, para o viajante naturalista George Gardner, em *Viagens pelo Brasil Principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836 a 1841*, “a região oriental de Piauí e quase toda a província do Ceará, chamada pelos habitantes em contradistinação as zonas centrais e ocidentais a que dão o nome de agreste” (GARDNER, 1976, p. 196); para Capistrano de Abreu, em *Capítulos da História Colonial*

---

<sup>1</sup> A expressão é utilizada no título da obra do escritor piauiense Renato Castelo Branco, “A Conquista dos Sertões de Dentro”, romance histórico (1983). Na obra, o autor seleciona uma história romanceada de homens que conquistaram os sertões de dentro. Apoiar-se em estudiosos da história do Piauí (Pereira da Costa, Odilon Nunes, Abdias Neves entre muitos outros) e do Brasil (Câmara Cascudo, Cassiano Ricardo, Alcântara Machado, Afonso de Taunay, Capistrano de Abreu entre outros)

<sup>2</sup> No estudo pioneiro de Aureliano Cândido Tavares Bastos, *A Província - Estudo sobre a descentralização no Brasil* (1870), o autor conceitua província como uma instância regional do Brasil que reúne fronteira cultural, população com seus modos de vida, habitação, linguagem, entre outros aspectos. Podendo também significar fronteira geográfica, histórica e cultural. (disponível/ [Brasiliana.com.br/aceso](http://Brasiliana.com.br/aceso) 25/07/2018).

<sup>3</sup> Em conformidade com os historiadores da província, Alencastre e Pereira da Costa, a colonização do Piauí é delimitada cronologicamente entre 1660 a 1780. O corte cronológico atende não somente ao aspecto metodológico do estudo, mas, sobretudo, compreende que esse período se diferencia entre o antes e depois da penetração dos bandeirantes paulistas e sertanistas baianos, pelos seguintes fatos: foi um período conhecido como “devassamento”, desbravamento ou ocupação das terras dos sertões piauienses; foi um período caracterizado pela guerra de conquista (caça e extermínio do gentio e expulsão de posseiros e sesmeiros); o período também é marcado pela mudança de jurisdição político-administrativo, quando o Piauí deixa de pertencer a Pernambuco e passa para jurisdição do Maranhão. Por fim, é, principalmente, um período de implantação de uma estrutura centrada na dinâmica do ciclo do gado ou da civilização do couro. No final do século XVIII, é possível dar como implantada essa estrutura em toda a bacia do rio Parnaíba até o rio São Francisco.

(1982), o sertão estava dividido em *sertões de dentro*, área que abrangia desde o São Francisco até o sudoeste do Maranhão, e *sertões de fora*, que se estendia da Paraíba até o sertão de Acaraú no Ceará. E concluiu que “as semelhanças entre os moradores de ambos os sertões avultam mais que entre quaisquer outros habitantes do Brasil” (ABREU, 1982, p.135).

Para o historiador da província J.M. Pereira de Alencastre, em sua *Memória Cronológica Histórica e Corográfica da Província do Piauí*, o sertão localizado no Piauí era a região da “criação de gado” (ALENCASTRE, 2015, p. 84), ou da civilização do couro. Tempos depois, esses sertões se transformaram em estados do Nordeste, Recife continuou como o centro da vida intelectual da região por causa da famosa “Escola do Recife”. E ao lado de Recife estava Salvador com a famosa Faculdade de Medicina da Bahia. Por outro lado, no Sul, o Rio de Janeiro, capital do império e depois da República, na época, era o mais importante centro da vida intelectual brasileira ao concentrar as principais instituições socioculturais brasileiras. Por esse motivo, atraía os escritores das províncias que viam na capital uma oportunidade “real” de serem mais vistos, lidos e ouvidos. Mas logo, o Rio se viu obrigado a ter que dividir com São Paulo boa parte das atividades intelectuais que começavam a se distribuir, diversificar e se impor pelo território. Foi nesse cenário que os escritores do Nordeste, que escreviam seus trabalhos em suas províncias, lançaram-se para outros pontos do país e para o exterior para ampliar sua atuação, apresentando-se na imprensa, na publicação de livros, participando de rodas literárias, das academias, institutos, escolas e conferências. Esses espaços eram lugares de magnitude simbólica em que provincianos e consagrados se agrupavam com os objetivos associativos de finalidade econômica, filantrópica, educacional, social, política e cultural. Essas possibilidades geraram disputas entre os intelectuais, provocando muitos incômodos e polêmicas.

Se sertão do Piauí significava muitas porções do sertão, que também era uma porção do Brasil, continuou a representar, ainda no século XX, uma porção de antigas e novas realidades, ainda totalmente desconhecidas. O sertão do Piauí era desconhecido porque o sertão também era desconhecido. O desconhecimento ocorreu, segundo Janaina Amado em “Região, Sertão, Nação” (1995), talvez, desde o século XVI ou desde o XVII, quando os narradores que visitavam a região usaram a palavra “sertão” ou “certão” para designar terras recentemente conquistadas ou fronteiriças às mesmas, ou àquela da qual pouco ou nada se sabia. Assim, “sertão” ou “certão” resultaria de uma corruptela de “desertão”, ou, de acordo com outras sinalizações, proviria do latim clássico *serere*, *sertanum* (trançado, entrelaçado, embrulhado), *desertum* (desertor, aquele que sai da fileira e da ordem) e *desertanum* (lugar

desconhecido para onde foi o desertor). Poderia, ainda, compreender grandes espaços interiores em parte ou totalmente desconhecidos. Ainda segundo Amado (1995), largamente utilizada pelas autoridades administrativas, a palavra “sertão”, no início do século XIX, estava de tal modo integrada à linguagem brasileira que passou a sinalizar uma oposição ou complementação ao litoral tal “como em um *jogo de espelhos*, uma foi sendo construída em função da outra, refletindo a outra de forma invertida, a tal ponto que, sem seu principal referente (litoral, costa), “sertão” esvaziava-se de sentido, tornando-se ininteligível, e vice-versa” (AMADO, 1995, p. 147-148).

Mas foi entre o final do século XIX e início do século XX que a palavra sertão e sertão do Piauí, em particular, ganharam novas ideias e temas. Esse período coincidiu, particularmente, com a divulgação de robusta documentação de arquivos brasileiros, regionais, locais e, principalmente, da Espanha e Portugal. Essas informações foram recebidas pelos historiadores como suporte indispensável para preencher as lacunas deixadas pelos primeiros estudiosos sobre a formação brasileira. Ao tempo que esses documentos foram sendo reorganizados, transcritos e publicados, os historiadores paulistas, em especial, se destacaram com a retomada das ideias e temas sobre o bandeirismo e decidiram reconstruir a experiência dos bandeirantes, particularmente dos paulistas pelos sertões do Norte. A ideia era estudar o fenômeno por dentro, no seu drama diário e anônimo, identificando e explicando os pontos obscuros sem, contudo, perder de vista as causas que impulsionaram as gentes do sul a se lançarem sertão adentro para conquistar, desbravar e povoar.

Nessa oportunidade, os historiadores paulistas se voltaram para tipos densamente sugestivos, vistos como elementos formadores da sociedade e da cultura brasileira como o negro, o índio, o mestiço, o migrante, o sertanejo, o bandeirante, a paisagem, a casa, os costumes, as vestimentas, o trabalho, o rio, o caminho, entre outros aspectos. Problematizavam as ideias dos primeiros estudiosos que quase sempre direcionavam uma atenção especial para a atuação dos agentes colonizadores, vistos como os protagonistas da história brasileira. Nessa retomada sobre o “bandeirismo”, Afonso de Taunay decidiu elucidar um caso que ele denominou “obscuro”, o fato de como se deu “a fixação [...] do primeiro povoador do Piauí” (TAUNAY, 1927, p. 06). Se foi o bandeirante paulista Domingos Jorge Velho ou o sertanista português da Casa da Torre, Domingos Affonso Maffrense, dito “Sertão”. Empenhado em esclarecer a questão, Taunay se serve da documentação divulgada e das publicações sobre a formação da sociedade piauiense, como a do historiador baiano J. M. P de Alencastre, dos historiadores pernambucanos F. A. Pereira da Costa, Barbosa Lima Sobrinho, Ernesto Ennes e dos historiadores piauienses Anísio Brito e Abdias Neves. Essas

ideias e as formas como foram tratadas as informações estabeleceram uma clara divisão entre os estudiosos, porque se perguntavam: o estudo com o foco no bandeirismo, da forma como estava sendo retomado, era capaz de responder aos muitos tipos de formas sociais que podiam se diferenciar na formação do território brasileiro?

Para Octávio Ianni no artigo “Tendências do Pensamento Brasileiro” (2000), foi nesse ambiente de problematização sobre a formação brasileira, que se apresentou uma multiplicidade de tendências “setoriais e abrangentes”<sup>4</sup>, fazendo com que algumas ideias e temas fossem reapresentados por diferentes autores, possibilitando uma diversidade de pensamento e promovendo novos dados e elucidações sobre a formação brasileira. Essa diversidade abriu um amplo leque de filiações teóricas, conceituais e metodológicas para os intelectuais que se sentiam alinhados segundo os “estilos de pensamento já constituídos ou em constituição” (IANNI, 2000, p. 56). Ainda segundo Ianni, as iniciativas, mesmo vistas como pertencentes a um ou outro setor da sociedade brasileira, objetivavam conquistar mais adeptos para se agruparem em torno de uma visão de conjunto, apontando as “linhas mestras da história nacional” (IANNI, 2000, p. 56). De fato, podemos observar que desde meados do século XIX e início do século XX, em meio a essa diversidade de orientações sobre as linhas mestras da formação da sociedade brasileira, duas abordagens influenciaram os intelectuais em duas formas de repensar o Brasil: o bandeirismo e o sertão.

Sobre o bandeirismo, destaca-se Afonso de Taunay, Alfredo Ellias Jr; Alcântara Machado, Cassiano Ricardo, Basílio de Magalhães, Sérgio Buarque de Holanda, entre tantos outros. E que foram acolhidos por Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Vianna Moog<sup>5</sup> e tantos outros. Incluem-se nesta rubrica, os estudiosos das

---

<sup>4</sup>Ianni (2000) compreende que as tendências do pensamento brasileiro podem ser estudadas pelos seguintes temas recorrentes que mais se sobressaem: As três idades do Brasil - colônia, monarquia e república; Centralismo e Federalismo; Estado forte e Sociedade civil débil; História incruenta e Revoluções brancas; Conciliação e Reforma; Luso-tropicalismo e Democracia racial; Economia primária exportadora e Industrialização substitutiva de importações; Mercado emergente e Neoliberalismo. Além de outros temas também significativos. Para Ianni (2000, p. 56), são temas que permitem “ampla fundamentação empírica e rigorosas análises, sendo que vários convergem entre si”. Há autores que lidam com diversos desses temas, buscando integrá-los, desenvolvendo interpretações abrangentes. Daí a pluralidade de visões do Brasil, pois há uma pluralidade de Brasis. Pode ser estudado seguindo algumas “orientações, linhagens ou famílias de intelectuais”, isto é, de “interpretações sobre as tendências predominantes na história do Brasil” nas seguintes linhas: a) autoritarismo; b) Patriarcalismo; c) Culturalismo; d) Catolicismo; e) Capitalismo nacional; f) Revolução Brasileira; g) Brazilianistas; também como autores designados como “*precursores*”, “*clássicos*” e “*novos*”. Os *percussores* são autores que pensaram o Brasil em formação; os *clássicos* são os fascinados por descrever, compreender e explicar a “questão nacional”; os “*novos*” assinalam novas interpretações do Brasil, instituem outros parâmetros de compreensão e explicação da realidade político-econômica e sociocultural.

<sup>5</sup>Publicou, em 1954, *Bandeirantes e Pioneiros. Paralelo entre duas culturas* (1957). A obra analisa, comparativamente, o processo de colonização do Brasil e dos EUA. Traça o quadro evolutivo das duas nações desde a chegada dos colonizadores na América. Aborda os aspectos da raça e geografia física, economia,

províncias que tratam do Piauí do porte de J.M. Pereira d'Alencastre, F.A. Pereira da Costa, Barbosa Lima Sobrinho, Renato Castelo Branco, Odilon Nunes, entre tantos outros. Esses estudiosos, de certo modo, iniciaram a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil e no Piauí ao deixarem um legado intelectual constantemente atualizado pelas leituras críticas, ou por meio de sua retomada para a reformulação de novas proposições sobre o país e a região em particular<sup>6</sup>. Também por extrapolarem as fronteiras, conforme dizem Botelho & Schwarcz em "Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma" entre o "pensamento social e outras áreas de pesquisa, ou mesmo outros campos do conhecimento nas ciências humanas" (BOTELHO; SCHWARTZ, 2011, p. 01). São ideias e tema que deixaram um longo e fecundo caminho de estudos sempre revisitados.

Nesse processo, sertão foi se tornando um termo cada vez mais complexo e polissêmico, um "aluvião" de força simbólica, que pouco a pouco foi sendo elaborado e reelaborado e adquiriu um vasto repertório de ideias e temas entre os intérpretes como termo definidor do Brasil, inicialmente articulado àquele que seria seu principal opositor, o litoral, e, posteriormente, outras oposições ajudaram a compor, de maneira indissociável, seu significado. Nesse entremeio de definição do sertão, foram sendo incluídos outros sertões: do planalto e das serras, da seca e das águas, da caatinga e do agreste, do rio e do mar, do norte e do sul, do sertanejo, vaqueiro, mareante, aventureiro, bandeirante, índio, negro, em seus costumes, hábitos, modos de vida, entre outros aspectos reveladores de um constructo histórico e sociológico. Nessa perspectiva, portanto, o sertão é um termo relacional de sentido próprio e perene<sup>7</sup>. Não se trata de afirmar que a formação brasileira se esgota na categoria sertão. Ela envolve outras ideias e temas que podem perfeitamente ser absorvidos por essa e outras categorias como cultura, civilização, raça, trabalho, revolução, mudanças, sociedades, povo, identidade. Todas válidas para desvendar as muitas dimensões sobre a formação da sociedade brasileira.

Desse modo, o sertão e o sertão do Piauí, em particular, integraram-se ao pensamento brasileiro e regionalista ao se reconhecerem em uma diversidade de ideias e temas. Em conformidade com Antonio Candido (2000), a publicação de *Os Sertões* de Euclides da

---

religião, imperialismo, sociedade, política e cultura. Destaca tipos humanos e realizações culturais dos dois países, em conjunto com elementos da história local, nacional e mundial.

<sup>6</sup> O tema continua revisitado, alcançou um papel de destaque no pensamento social brasileiro e regionalista com abordagens e questões teóricas, conceituais e metodológicas multifacetadas nos estudos de Velloso (1983; 1990), Souza (1994), Lima (1999), Oliveira (1998), Ferreira (2002), Schneider (2019), entre tantos outros.

<sup>7</sup> Sem intenção de ancorar essa pesquisa no âmbito do estruturalismo, cabe ressaltar, no entanto, que aprendemos com Lévi-Strauss (1945) e Bourdieu (2009, pp. 50-69) a considerar que nos sistemas simbólicos, o sentido dos termos depende das relações em que se constituem.

Cunha em 1902, tornou-se um fato bem marcante na vida brasileira, estabelecendo um antes e um depois de Euclides da Cunha. Para Gilberto Freyre, essa divisão ocorreu porque Euclides da Cunha feriu os ouvidos e sacolejou a alma dos “bacharéis pálidos do litoral” ao clamar a favor dos “sertões abandonados, dos sertanejos incompreendidos” (FREYRE, 1944, p. 26). Com efeito, as ideias euclidianas desencadearam uma radical mudança de perspectiva sobre a realidade brasileira. O livro que trataria inicialmente da guerra de Canudos<sup>8</sup>, interferiu em outros temas, tornando-se pretexto para que outros escritores refletissem sobre a região, a miséria, a seca, a fome, o fanatismo religioso, o eugenismo, raça<sup>9</sup>, meio, cultura<sup>10</sup> e civilização<sup>11</sup>.

Esse momento coincide, segundo Sérgio Miceli, em *Intelectuais à Brasileira*, com o período conhecido por “*intermezzo*” ou “pré-modernismo” (MICELI, 2001, p. 15). Período que antecede dois movimentos marcantes: o movimento modernista de 22, liderado por uma plêiade de intelectuais paulistas; e o movimento regionalista de 1926, liderado por outra plêiade de intelectuais das províncias, em particular da escola nordestina. Os dois movimentos marcaram suas atuações, primeiramente com retumbantes manifestos, depois com ideias e temas desejosos de se mostrarem mais originais sobre a realidade brasileira. Desse modo, os

---

<sup>8</sup> A guerra de Canudos se tornou um tema tão especial para os estudiosos, que extrapolou fronteiras, provocou largas e contundentes opiniões de escritores novatos e veteranos, desaguando em inúmeras publicações com abordagens diversas, elegendo cenários, personagens e paisagens. Os estudiosos utilizaram a imprensa, os livros e revistas especializadas. Ilustra esse momento, o escritor pernambucano Manuel Benício que escrevia regularmente para o Jornal do Comércio de Pernambuco. Ele viu na guerra de Canudos e em informações publicadas por Euclides da Cunha, uma oportunidade para fazer “uma crônica histórica e de costumes sertanejos”, editou o livro *O Rei dos Jagunços*, em 1899. Nina Rodrigues, catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia, também publicou estudos sobre Canudos e o Conselheiro, concentrando-se em aspectos psicológicos e eugênicos. Outro que também se voltou para o mesmo tema foi Afonso Arinos de Melo Franco que, após publicar artigos no jornal O Comércio de São Paulo, do qual era editor, publica, em 1897, fascículos sobre a Guerra. Esses fascículos se tornariam um livro com o título *Os Jagunços: novela sertaneja*, impresso no mesmo jornal. No ano seguinte, Afonso Arinos, embalado pelo tema, lança o livro *Pelo Sertão* (1898), pela editora Garnier, reúne uma coletânea de nove histórias de personagens, costumes e paisagens do sertão. A obra é um marco no regionalismo fora da escola nordestina.

<sup>9</sup> Conforme Schwartz (1993), o tema “raça” conheceu seu momento de maior apogeu no Brasil entre 1870 a 1930. Tema de sucesso na Europa desde meados dos oitocentos, as teorias raciais chegam tardiamente ao Brasil, recebendo “entusiástica acolhida, em especial nos diversos estabelecimentos de ensino e pesquisa, que na época congregavam boa parte da reduzida elite pensante nacional” (SCHWARCZ, 1993, P. 33).

<sup>10</sup> Existe uma plêiade de autores e obras de estudiosos da formação brasileira representados por autores e obras do pensamento brasileiro e dedicados à compreensão, caracterização, definição e decodificação da cultura brasileira como Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Afonso Arinos de Melo Franco, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Cassiano Ricardo, Afonso de E. Taunay, Fernando de Azevedo, Antônio Candido e Renato Castelo Branco. A lista é imensa, novos nomes podem ser acrescentados uns ao lado de muitos outros. Os estudos de Renato Ortiz, *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, e de Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da Cultura Brasileira* (1933-1974), figuram como balizadores dessas interpretações no pensamento brasileiro.

<sup>11</sup> Uma obra de referência é a de Afonso Arinos de Melo Franco, *Conceito de Civilização Brasileira*, publicada em 1936. A obra versa sobre o conceito de civilização brasileira, aborda o surgimento do conceito de civilização para identificar uma civilização propriamente brasileira. Em linhas gerais, ele aponta dois brasis, um civilizado, branco e europeu e o outro mestiço, primitivo e selvagem. Disponível em <http://www.brasiliana.com.br/acesso/26/02/2018>.

dois movimentos, que inicialmente atuaram de modo paralelo, encontraram-se e entrelaçaram-se nas décadas seguintes, buscando, cada um à sua maneira, uma interpretação sobre o Brasil. Assim, os intelectuais se alistaram nessas tendências de pensamento para reelaborar conceitos, teorias e metodologias, tendo o sertão e o sertão do Piauí, em particular, como foco de suas preocupações. Em vista desse contexto, inúmeras publicações<sup>12</sup> se tornaram títulos de referência para os estudiosos interessados em desvendar novas abordagens sobre a formação brasileira, como o ensaio inaugurador desse gênero, de Oliveira Vianna, *Populações Meridionais do Brasil* (1920); o romance regionalista de José Américo de Almeida, *A Bagaceira* (1928) e o ensaio de Paulo Prado, *Retrato do Brasil* (1928), “encerrando” os anos de 1920. Nos anos de 1930, tem-se o romance *O Quinze* (1930) de Raquel de Queiros que dá continuidade ao regionalismo, seguido dos ensaios de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala* (1933) e *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda. No romance regionalista temos Graciliano Ramos (1892-1953), *Vidas Secas* (1938), “encerrando” essa década. Nos anos de 1940, o ensaio *Marcha para Oeste* (1940) de Cassiano Ricardo e *Moções* (1945) de Sergio Buarque de Holanda; no regionalismo segue com o romance de Guimarães Rosa (1908-1967), *Sagarana* (1946), e Renato Castelo Branco com *Teodoro Bicanca* (1948).

Produções que, ao lado da obra euclidiana, tornaram-se as mais intrigantes interpretações da formação da sociedade brasileira e que continuam “nos interpelando sobre os muitos modos de pensar o Brasil” (BOTELHO, 2010, p. 47). Publicações sobre a formação brasileira que serviram como critérios de apreciação e julgamento para os estudiosos se destacaram na imprensa, institutos, academias e demais espaços de exposição de conhecimento. Essas atuações fizeram seus livros serem publicados pelos mais importantes livreiros e editores estrangeiros e brasileiros. Decerto, o livreiro e editor José Olympio vai desempenhar um papel decisivo no novo panorama editorial a partir da década de 1930. Além da publicação de uma variedade de títulos de livros, o editor e livreiro deu prosseguimento às coleções criando a linha de “Documentos Brasileiros” e “Sagarana” em referência a obra de Guimarães Rosa. Essas e outras iniciativas inauguraram uma série de publicações que responderiam por uma forma de pensar o Brasil pelas margens (leia-se, o interior do país) e não do centro (o eixo Rio - São Paulo). No Piauí, essas iniciativas ocorreram com muitas

---

<sup>12</sup> Em conformidade com Massuad Moisés (2014), pode-se reconhecer distintos períodos do Modernismo. Seu marco inicial é 1916 com a fundação da Revista do Brasil de Monteiro Lobato, segue o ritmo e, entre 1922 e 1928, é consagrado nas publicações de Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Cassiano Ricardo entre muitos outros; entre 1928 e 1939, é substancialmente entregue ao romance do Nordeste com Raquel de Queiroz, José Lins do Rego, Jorge Amado, Graciliano Ramos, entre outros; no último período, que vai até 1945, vigora a crítica à “época modernista” em seus conceitos e critérios de apreciação e julgamento e os representantes mais notáveis para Massuad Moisés foram “Álvaro Lins e Antônio Candido” (MASSUAD MOISÉS, 2014, p. 274).

dificuldades, mas, de modo geral, foi convergente com as iniciativas de editores e livreiros brasileiros.

Nessa ocasião, Nelson Werneck Sodré publicou um estudo pioneiro intitulado de *Orientações do Pensamento Brasileiro* (1942)<sup>13</sup> que reúne oito autores e obras da literatura e do ensaísmo brasileiro, seguido pela obra *O que se deve ler para conhecer o Brasil* (1945). Gilberto Freyre também caminhou nesta linha, ao publicar *Perfil de Euclides e Outros Perfis* (1944)<sup>14</sup>, e *Interpretações do Brasil* (1945)<sup>15</sup>. Quem também adotou essa ideia foi Djacir Menezes em *O Brasil no Pensamento Brasileiro*, de 1957, obra que amplia os estudos já existentes ao reunir sessenta e nove "autores e obras", desde os "materialistas ingênuos do século XIX, ao lado dos espiritualistas", até os de "tabuleta alta e nome a rufar nos tambores docentes", incluindo também "ordeiros e os desordeiros, os apologistas e os críticos, os ortodoxos e os heréticos" (MENEZES, 1957, p. 19). Distribuídos em cinco temas, o organizador destaca as orientações comuns de suas produções que deram vitalidade ao processo de pensamento sobre o Brasil e o brasileiro.

No Piauí, a pesquisadora Teresinha Queiroz em *Os literatos e a República* (1994), elaborou de modo esquemático e sugestivo o processo de desenvolvimento do pensamento piauiense entre 1880 e 1930, destacando as principais linhas e áreas, os autores e obras, a atuação de consagrados e novos talentos, os movimentos literários da época e as iniciativas para melhorar as condições materiais de suas publicações com a instalação das tipografias e livrarias – editoras em Teresina e, entre elas, a Imprensa Oficial do Piauí. Nessa mesma linha, Francisco Miguel de Moura, em *Literatura do Piauí* (2013), elaborou, à luz da historiografia literária que trata sobre o Piauí, um importante inventário dos autores e obras publicadas dentro e fora da província. O estudioso avalia que dentre os períodos estudados, a maior dificuldade encontrada por ele foi identificar como se deu a introdução do modernismo no Piauí. E reconhece que "precisa ser mais estudado no seu estilo [originário] e no que possa ter

---

<sup>13</sup>A iniciativa partiu de Sílvio Romero (1851-1914), árduo defensor da Escola do Recife, que via a escola como núcleo inaugural do pensamento brasileiro. Foi pioneiro em investigar na sua *História da Literatura Brasileira* (1902), o processo de formação do pensamento brasileiro e regionalista no cenário de formação da Literatura brasileira. José Verissimo na, também, *História da Literatura Brasileira* (1914), segue nessa linha. Os dois estudiosos avaliam a contribuição da produção intelectual desde os "pequenos ensaios" até "parcas monografias". Os dois estudiosos divergem quanto aos critérios adotados para eleger autores e obras como inauguradores da formação do pensamento brasileiro. Diverge quanto ao mérito das publicações, ao tipo de linguagem, e sobre quais merecem ser estudadas, descartadas ou se são merecedoras da posteridade.

<sup>14</sup> Além do Perfil de Euclides da Cunha, título e principal perfil do livro, os outros perfis selecionados por Gilberto Freyre são de: Oliveira Lima, Félix Cavalcanti, Dom Pedro II, Augusto dos Anjos, Felipe d'Oliveira, Manuel Bandeira, Estácio Coimbra, Julio Belo, Nina Rodrigues, Odilon Nestor. Acompanha cada perfil, desenhos de Candido Portinari e Thomaz Santa Rosa.

<sup>15</sup> Em 1963, Gilberto Freyre publica nos Estados Unidos, a ampliação de *Interpretações do Brasil* de 1945, com o título de Novo Mundo nos Trópicos. Freyre avalia as linhas mestras do pensamento brasileiro e compara conceitos e questões da formação brasileira com conceitos e questões latino-americanos de ingleses e franceses.

influído na cultura da nossa terra, posto que vivesse muito mais lá (no Sul) do que aqui” (MOURA, 2013, p. 133).

Com efeito, o conceito de região também foi muito problematizado. E o que seria uma região<sup>16</sup> no Brasil? Controvertido é seu conceito. No *Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira* de Massuad Moisés, o termo pode ser definido como algo típico ou característico de uma dada área geográfica, uma paisagem, um cenário, cujas condições se refletem no conteúdo, um “pano de fundo” para retratar, redefinir, destacar substancialmente um determinado “quadro, conferindo-lhe uma nota especial” (MASSUAD MOISÉS, 2014, p. 354). Esse termo aparece no manifesto de Franklin Távora<sup>17</sup>, nas posições vigorosas de Sílvio Romero e de outros escritores da escola nordestina ou regionalista e do pensamento brasileiro.

O regionalismo é outro conceito controvertido e particularmente aplicado aos romancistas do Nordeste. Mas, foi em Euclides da Cunha que o termo ganhou um conceito teórico e metodológico marcante. Para Cunha, *região ou sertão* é um hiato, um rabisco, uma idealização, uma “fantasia de cartógrafo”, um “sonho de geólogo”, um “jogo de antíteses”, uma divisão ideal, um quadro natural, um ponto singular, um complexo de circunstância, uma apoteose de paisagens. Nessa trilha, Gilberto Freyre<sup>18</sup> liderou o movimento de 1926<sup>19</sup>, no intuito de divulgar novas ideias sobre a região e o regionalismo. Essas ideias estão expostas sistematicamente no “Manifesto Regionalista de 1926”, seguido de *Nordeste. Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil* (1937); *Região e tradição* (1941); *Interpretações do Brasil* (1945). Ensaaios que reúnem um conjunto orgânico

---

<sup>16</sup> A noção de região se refere a uma noção fiscal, administrativa, militar (vem de *regere*, comandar). Ela remete, em última instância, a *regio* (rei). Pode significar território ou fronteira, espaço, lugar afetivo. É uma construção mental, um construto abstrato, uma generalização intelectual composta por uma grande variedade de experiências afetivas no dizer de Albuquerque Júnior (1999, p. 25)

<sup>17</sup> O manifesto de Franklin da Távora divulgado em *O Cabeleira* serviu de base para o “Manifesto Regionalista” (1926) e também para Vianna Moog (1940) caracterizar a Literatura como região geográfica ou “Arquipélago Cultural” distribuído em “ilhas”.

<sup>18</sup> Gilberto de Mello Freyre (1900 – 1987), escritor, ensaísta, ficcionista, jornalista e poeta pernambucano, é um dos mais influentes estudiosos da sociedade brasileira. Seu pensamento é amplamente estudado dentro e fora do Brasil. Dentre os muitos estudos publicados sobre Freyre, estão: Bastos (1986; 2003), Chacon (189), Larreta; Giucci (1999), Burke; Burke-Palhães (2006), Schneider (2019). Estudos que traçam a vida e obra de Freyre, reconstituindo os ambientes intelectuais mais importantes de sua trajetória. Trata-se do esforço de situar o autor no horizonte cultural de sua época, visando traçar o seu perfil entre seus contemporâneos.

<sup>19</sup> Para Massuad Moisés (2014, p. 17-18), a produção literária brasileira de 1926 - ano da publicação do Manifesto Regionalista - até os dias atuais, foi denominada de Ciclo do Açúcar, por estarem lastreadas de “encantamento e orgulho”, de assuntos relativos aos engenhos e aos canaviais em suas realidades psicológicas e econômicas. Para ele, os escritores anteriores a 1926 eram intelectuais nascidos à “sombra da cana”, filhos de senhores de engenho, ou dependentes, o que determinou “uma situação falsa entre os escritores do nordeste” e demais escritores brasileiros. O fato é que, conforme Massuad Moisés, o denominado “Ciclo do Açúcar” se expandiu de tal modo no pensamento sobre a formação da sociedade brasileira, que os escritores de São Paulo e do Rio de Janeiro também viram no canavial uma paisagem do Brasil. Massuad Moisés lista autores e obras desta nova fase e reconhece em *A Bagaceira* (1928) de José Américo de Almeida, em *Menino de engenho* (1932) de José Lins do Rego e no ensaio de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala* (1933), as mais representativas publicações dessa fase.

de conceitos que necessitavam ser ampliados e superados pelo “regionalismo de Sílvio Romero”, que era um pensamento “difuso e provinciano do século XIX e início do século XX”. Para Freyre, naquele momento estava em curso um “novo regionalismo”, e mesmo que ainda carregasse um embrião do “velho regionalismo”, precisava ser substituído pelas ideias de que “unidade e diversidade regional, ou unitarismo e regionalismo, ou regionalismo e nacionalismo e também seccionalismo” se tornaram conceitos fundamentais para melhor se compreender as novas “dinâmicas culturais brasileiras” (FREYRE, 2001, p. 151). Com isso, a região passa a ser compreendida como meio e expressão da criação humana que se define por seu sentido histórico - sociológico - filosófico, que marcará “uma espécie de humanização do conceito de regionalismo” (FREYRE, 2001, p. 151).

Antonio Candido, em *Literatura e sociedade* (edição atualizada de 2000), traça um “Panorama para estrangeiros de 1900 a 1945” da literatura e da cultura brasileira, de modo a destacar como, ao longo desse processo, as ideias sobre o sertão fincaram suas raízes na ideia de Brasil. Ele considera que a atuação vigorosa da “geração renovadora” tinha como elemento estruturante dessas ideias, a missão de escrever com “imaginação e talento literário” arrojados estudos sobre o Brasil, para “experimentar formas novas e descobrir sentimentos ocultos” (CANDIDO, 2000, p. 112). Esses estudos abordavam temas “análogos com espírito diferente”, sobretudo, “símbolos e alegorias densamente sugestivos, carregados de obscura irregularidade” ante as particularidades de meio, raça e história. Sob esse ponto de vista, Candido reconhece que o decênio antes de 1930 foi o momento em que o regionalismo mais se emparelhou com os estudiosos do bandeirismo, promovendo uma grande arrancada intelectual apoiada pelo ensaio e romance, em especial.

Para Albuquerque Júnior, em *A Invenção do Nordeste e Outras Falas* (1999), o regionalismo que inicialmente se inseria na Literatura brasileira, na perspectiva romântica e realista das décadas de cinquenta e sessenta do século XIX, vai dar lugar ao realismo paisagístico e depois ao “paisagismo histórico” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1996, p. 51) do século XX. Essa produção é vista pelo estudioso como “literatura fiel à descrição do meio”, ou seja, uma especialidade literária que narra as histórias de suas províncias, uma “simples descrição do Brasil como um conjunto de paisagens atemporais dá lugar a uma visão genealógica do país e de sua população”. Esse momento vincula uma plêiade de intelectuais brasileiros interessados nas particularidades locais e que, em grande “medida, torna a segmentação regionalista um dos aspectos determinantes da produção artístico-cultural do país”. Um regionalismo que, segundo Albuquerque Júnior, após a Proclamação da República,

passa a se expressar cada vez mais, buscando se “impor como nacionais, e cujo embate é um dado fundamental na história do país” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1996, p. 65).

Albertina Vicentini no artigo “O Sertão e a Literatura” (1998), avalia que as narrativas promovidas pelos escritores nordestinos nesse período e nos anos seguintes, preparariam o caminho para o reconhecimento de autores e obras que ficariam conhecidos como sertanistas ou sertanejos, herdeiros de uma tendência, corrente ou escola da literatura regionalista, baseadas no lugar dos que escrevem “e não necessariamente da forma com a qual escrevem o fato literário” (VICENTINI, 1998, p. 41), ou seja, o que sentia quando escrevia, para, assim, exercer a função altamente compensatória de resgatar as tradições daquela sociedade, que ele via que estavam se perdendo. Escrevia também para chamar atenção sobre as mudanças que eram necessárias, e também para os fatores que precisavam ser preservados para o funcionamento da cultura e da sociedade brasileira. Enfim, a escola nordestina promoveu uma “aluvião sertaneja”, apoiada na poesia, prosa, crônica, romance, peça de teatro, ilustrações, desenhos, mapas, textos científicos e estudos de inspiração popular, marcando o “regionalismo literário do Nordeste” em três grandes temas: a) Terra e paisagem; b) Patriotismo regional c) Literatura brasileira, filha da terra. Ao mesmo tempo, o ensaio vai conquistar um lugar definitivo como suporte de exposição e produção do conhecimento sobre a formação brasileira. E o pensamento sobre sertão e o sertão do Piauí viverá uma das quadras mais ricas da vida intelectual brasileira

### **Nas incursões das sociabilidades intelectuais.**

Desse modo, a abordagem recorrerá a um tipo de intelectual<sup>20</sup> que atuou no período proposto e transformou o romance e o ensaio nos suportes mais importantes para expor e produzir conhecimento sobre o sertão e o sertão do Piauí. O período dessa atuação no espaço

---

<sup>20</sup> Os estudos sobre os intelectuais são vastos, diversificados e de longa tradição nas Ciências Sociais de Karl Mannheim, passando por Bourdieu, Gramsci, Weber, Sartre e Said e ocupam boa parte das reflexões feitas por especialistas brasileiros. Dos estudos publicados, o estudo de Miceli (1979), segundo Bastos; Botelho (2010), certamente contribuiu para consolidar uma área de pesquisa voltada, no âmbito da Sociologia da Cultura, para o estudo dos intelectuais brasileiros. Sérgio Miceli (1979, p. 132), em *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920 a 1945)*, conceitua o intelectual como polígrafo, ou seja, aquele que satisfaz as mais diversas demandas de bens culturais da imprensa e do campo político. Miceli também considera que entre os intelectuais havia um grau incipiente de diferenciação no mercado cultural, que fazia com que somente a imprensa fosse o espaço que garantia uma oportunidade de difusão de gêneros literários, considerados para o estudioso, como de baixa rentabilidade quando veiculados autonomamente. Igualmente àqueles pertencentes às correntes, tendências, movimentos românticos, modernistas, pós-modernista, conservadores, reformadores, anatolianos, autoritários, líderes intelectuais do renascimento católico, educadores profissionais, vanguarda modernista, cosmopolitismo intelectual, entre outros. Sucedem o estudo de Sérgio Miceli e são igualmente importantes para se estudar os intelectuais, os estudos de Carvalho (2000); Arruda (2001); Botelho; Bastos (2010); Maia; Caruso (2012); Souza (2010), Schneider (2019).

brasileiro refere-se ao tempo compreendido entre meados do século XIX até um pouco depois de 1945 do século XX. Cenário de fundamental importância para se compreender a formação das tradições literárias que fundaram as bases das ciências sociais brasileiras. No momento em que a intelectualidade convivia com conflitos e ambiguidades diante do novo panorama inaugurado com a modernidade, formularam concepções que se não eram opostas, certamente, eram contraditórias em relação ao entendimento sobre o que era o Brasil. Foi um momento em que muitos temas serviram para transmitir ideias e conceitos que os intelectuais elegeram como os mais importantes para se compreender aquele momento histórico e cultural que viviam. E, assim, fornecerem dados para a análise de sua sociedade. O conteúdo apresentado podia ser aceito, discutido, ou refutado socialmente, o que promoveu grandes tensões entre os intelectuais. Afinal quem eram eles? Como construíram e/ou reconstruíram seu pensamento? Como se apresentavam e como eram apresentados? Quais as ideias e temas adotados sobre o sertão e o sertão do Piauí, em especial? Como eles se integraram nos agrupamentos de sociabilidades intelectuais? Que critérios foram adotados para conceituar, classificar, caracterizar e hierarquizar como do pensamento brasileiro e/ou regionalista?

Antonio Candido<sup>21</sup>, em *Literatura e Sociedade* (2000), propõe em vários capítulos, uma aquarela de configurações para conceituar, caracterizar, classificar e hierarquizar as posições, funções e papéis sociais dos intelectuais brasileiros. Ele diz que o intelectual do tipo “escritor de uma determinada sociedade”, não é apenas o “indivíduo capaz de exprimir a sua originalidade (que o delimita e especifica entre todos), mas alguém que desempenha um papel social, ocupando uma posição relativa ao seu grupo profissional e correspondendo a certas expectativas dos leitores ou auditores” (CANDIDO, 2000, p. 67). Identifica nesse processo, a existência de intelectuais incompreendidos ou desconhecidos em seu tempo e só reconhecidos postumamente. Para Candido, os intelectuais do tipo “criadores ou executantes” eram dispensados das “tarefas de produção econômica para poder de certa maneira especializar-se” (CANDIDO, 2000, p. 24). Tornaram-se os colaboradores do Estado e passaram a viver da “servidão burocrática”, ou seja, tornaram-se “homens ajustados à superestrutura administrativa”, “bitolas do gosto”, “conformistas”, “apêndice da vida social” (CANDIDO, 2000, p. 67). Condições todas que formaram e desenvolveram os agrupamentos de sociabilidades intelectuais. Essa caracterização, classificação e hierarquização proposta por

---

<sup>21</sup> Além de caracterizar, classificar e hierarquizar os intelectuais, Antonio Candido (2000) também analisa o processo de formação e desenvolvimento dos agrupamentos de sociabilidades intelectuais, que ele designa como evolutivo condicionado por cinco momentos: 1— Um grupo virtual; 2 — Um grupo real; 3 — O grupo se justapõe à comunidade; 4 — A comunidade absorve o grupo; 5 — O grupo se desprende da comunidade.

Candido servem para compreender a atuação dos “agrupamentos de sociabilidades intelectuais” que, no vasto universo desse estudo, apresentavam-se como pertencentes às províncias, ou da escola nordestina, ou romancistas do nordeste ou regionalistas. Eram assim denominados porque escreviam sobre as províncias do nordeste ou sobre o sertão, em especial. Outros se apresentavam como os bandeirantes escritores, bandeirólogos, os mitólogos modernos, no dizer de Cassiano Ricardo (1970).

Eram assim denominados porque escreviam sobre o bandeirismo, em especial. A atuação dos dois grupos resultou em inúmeros estudos sobre o sertão e o sertão do Piauí, que no período estudado recebeu o incremento especial, o interior. O objetivo de valorizar o interior colocou lado a lado os estudiosos do sertão e do bandeirismo, porque o tema despertava emoção, pois, para Candido, o intelectual brasileiro sempre guardou a “vocaçãõ patriótico-sentimental” para justificar a sua posição na sociedade e, de certo modo, conquistar “aceitação e reconhecimento de escritor”. Por isso, escreviam para mostrar sua afetividade e eloquência com a “cor local [e] o pitoresco descritivo” como “requisitos mais ou menos prementes, mostrando que o homem de letras foi aceito como cidadão, disposto a falar aos grupos; e como amante da terra, pronto a celebrá-la com arroubo, para edificação de quantos, mesmo sem o ler, estavam dispostos a ouvi-lo” (CANDIDO, 2000, p. 74).

Nessa oportunidade, intensificava-se o processo de regionalização da intelectualidade que se destacava em suas províncias, buscava estender seus domínios num intenso processo de circulação, socialização e troca de conhecimento sobre a província [região], assim, iria se conhecer melhor o sertão e o Brasil. Essa regionalização promoveu um desconforto entre os intelectuais que eram das províncias do Nordeste, do interior ou do sertão, com os intelectuais do Sul, ou da metrópole, fazendo circular, um sentimento de uns “desterrados na sua própria terra” (HOLANDA, 1995, p. 31). Sentimento difundido por Franklin Távora, Coelho Neto, Felix Pacheco, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Odilon Nunes, entre tantos outros. Ademais, esse processo favoreceu à formação de agrupamentos<sup>22</sup>, como um tipo de

---

<sup>22</sup> Esse tipo de associação é frequente em todas as sociedades, apresentando-se como confrarias, grêmios, academias alimentadas pela sociabilidade de iniciantes e consagradas em conservar, preservar, iniciar e transmitir conhecimentos, técnicas, aprendizados dos ritos e dos segredos de determinado setor e responder às necessidades de determinada sociedade. Em conformidade com Candido, nas “sociedades estratificadas e de estrutura mais complexa”, nota-se a influência de determinadas camadas sociais sobre a “distribuição e o caráter dos grupos de artistas e intelectuais”, que tendem a diferenciar-se funcionalmente conforme o tipo de “hierarquia social”. Cita o estudo de Max Weber, quando descreve como se formou a elite intelectual da China, que a partir das injunções administrativas, deu lugar ao “mandarinato”, que era recrutado pelo “saber mediante um complicado e árduo critério de provas”. “Peritos na caligrafia” se tornaram diferenciados e assim requisitados pelos grupos. Lembra que no Ocidente medieval, “os intelectuais e artistas se congregavam em agrupamentos por vezes poderosos”, e isso impôs um tipo de estratificação social orientada pela sua produção. Assim, teremos o “clérigo — filósofo, teólogo, cientista, assimilado ao estamento religioso; o trovador, assimilado ao estamento

associação entre escritores, que compartilhavam das mesmas ideias e temas. Estes serviriam como norteadores de suas posições em “face dos valores gerais e da organização da sociedade” (CANDIDO, 2000, p. 129).

Tal perspectiva colaborou para que as ideias e temas sobre o sertão e o sertão do Piauí, em especial, fossem problematizados pelo agrupamento das províncias, da escola nordestina ou regionalista e pelo agrupamento do bandeirismo, os bandeirantes escritores, bandeirólogos ou mitólogos modernos. Eles atuavam apoiados, individual ou coletivamente, em instituições especializadas ou movimentos que desempenharam papel central no processo de conceituação, caracterização, classificação e hierarquização dos intelectuais. Para se entender esse processo, convém recuar no tempo e destacar o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)<sup>23</sup> que, por um longo período, atuou como centro de cultura geral, sendo, posteriormente, acompanhado pela Academia Brasileira de Letras (ABL) e suas congêneres, as escolas superiores principalmente de direito e medicina. Nessa oportunidade, fizeram da imprensa (revista e jornal), depois as editoras e livrarias, os meios mais importantes de divulgação de suas ideias. Simultaneamente, instituíram a “tradição de auditório” como meio recitativo mais adequado para expor suas ideias e temas ao público, formando um movimento de “homens livres, dispostos a vibrar na grande emoção do tempo” (CANDIDO, 2000, p. 73).

Essa atuação intelectual foi decisiva para sustentar novas análises e reconstruções sobre a formação brasileira, agora em novos patamares: são novos produtores em novas condições de produção para criar um novo tipo de produto, um estilo de narrativa, com técnicas de exposição, um público a quem e como se dirigir, os temas, estilos, formas e preocupações adequadas às novas influências teóricas, conceituais e metodológicas que remontariam o pensamento sobre o sertão e o sertão do Piauí, em particular. Com efeito, transformaram o

---

cavaleiresco, ou girando em torno dos seus valores; os arquitetos e pintores, identificados aos ofícios burgueses [...] os jograis de toda espécie, criando e difundindo poesia pelas camadas populares. Essas “correlações influíam diretamente nos temas e na forma das obras” (CANDIDO, 2000, p. 26-27).

<sup>23</sup> O IHGB foi criado em 1838 na sequência: Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (Rio Grande do Sul) em 1860; Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (1862); Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (1869); Instituto Histórico, Antropológico e Geográfico do Ceará (1887); Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894); Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (1902); Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (1905); Instituto Histórico e Geográfico Minas Gerais (1907); Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (1918); Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1923). No Piauí, o IHGP, similar ao IHGB, foi criado em 1918 com a presença dos mais notáveis intelectuais da província, mas funcionou por pouco tempo. O IGHP publicou apenas seis números de sua revista, as duas primeiras editadas nos anos de 1920 e 1922. Os artigos publicados seguiam a linha adotada pelo IHGB ao publicar documentos que deveriam servir de subsídio para se escrever a história local, além de colaborar com informações para a história do Brasil. O Instituto voltou a funcionar nos anos de 1970 com a publicação de sua revista e a reedição dos artigos números da época de sua fundação; além de novos artigos sobre Literatura, Sociologia, Antropologia, Política, Economia e História do Piauí.

romance e criaram o ensaio e os colocaram como os meios mais importantes de exposição e produção de conhecimento daquele momento.

Nesse processo, o termo “bandeirólogos, bandeirantes escritores ou mitólogos modernos” no dizer de Cassiano Ricardo, englobam os historiadores paulistas, mas também outros autores que estudaram o bandeirismo acompanhado ou se contrapondo a outras ideias e temas sobre o Brasil. Igual ideia vale para os estudiosos das províncias, ou escola nordestina, romancistas, regionalista, ou tropicalista no dizer de Gilberto Freyre. Intelectuais que tornaram aquela vaga ideia de sertão e sertão do Piauí em algo mais sublinhado e especificado pelas instituições, vocabulário, erudição, imagens, estilos, personagens, histórias, ideias e temas. Sertão, assim como bandeirismo, se tornaram uma ideia e tema que acompanhava ou se contrapunha sobre muitas coisas sobre o Brasil. Por conseguinte, se tornaram interdependentes, também expressões acadêmicas que fazem referência ao que se ensina, escreve ou se pesquisa sobre a formação do sertão, das províncias e do Brasil.

Assim, formam uma tradição de pensamento, um imaginário de realidade e presença no e para o Brasil. Expressões que se sustentam na ideia de Brasil e, em certa medida, refletem e desafiam umas às outras. A perspectiva adotada nesse estudo, de certo modo, aborda a história das ideias de sertão, em especial do sertão do Piauí, transitando na fronteira da tradicional história das ideias, na história social das ideias, na história dos intelectuais, na história cultural, na história da literatura e das Ciências Sociais. O estudo leva em conta os aspectos mais processuais dessas ideias, e como elas se apresentavam no nosso entendimento em duas correntes ou tendência de pensamento que acompanhavam ou se contrapunha a problemática do sertão: dos estudiosos das províncias, da escola nordestina, romancistas do nordeste, regionalista; e do bandeirismo, bandeirantes escritores, bandeirólogos ou mitólogos modernos do pensamento brasileiro. Correntes, tendências ou escola de pensamento que guardam um conjunto de conceitos, teorias e metodologia de considerável força simbólica, pois identificam tipos de ordem sociocultural, de sociedades aparentemente distintas, mas historicamente entrelaçadas. Para verificar os aspectos mais processuais dessas perspectivas foram feitas as seguintes indagações: Quem são os intelectuais identificados como estudiosos da província, da escola nordestina ou regionalista e os estudiosos do bandeirismo, bandeirantes escritores, bandeirólogos ou mitólogos modernos do pensamento brasileiro? Como acompanhavam ou se contrapunha a problemática do sertão e, em particular, o sertão do Piauí? Qual a natureza da sua produção: romance, ensaio ou outro gênero de exposição de conhecimento? Que critérios foram adotados para reconhecer esses intelectuais como sendo estudiosos das províncias, da

escola nordestina, romancistas do nordeste, regionalista; e do bandeirismo, bandeirantes escritores, bandeirólogos ou mitólogos modernos do pensamento brasileiro?

A partir dessas questões norteadoras, foram selecionados textos literários, ensaios sociológicos e da historiografia de autores e obras reconhecidas como do pensamento brasileiro e regionalista. Autores que acompanhavam ou se contrapunha a problemática do sertão e, em particular, o sertão do Piauí e, desse modo, fizeram dessa categoria de pensamento uma das chaves de leitura mais poderosas para compreensão da formação sociocultural brasileira. Para examinar essas possibilidades, foram selecionados do “pensamento brasileiro”: Euclides da Cunha (1866–1909) e a obra *Os Sertões* (1902, edição atualizada de 2011); Francisco José de Oliveira Vianna (1853–1951) e a obra *Populações Meridionais do Brasil* (1920, edição atualizada de 2010)<sup>24</sup>; Cassiano Ricardo (1894–1974) e a obra *Marcha para Oeste: a influência da Bandeira na formação social e política brasileira* (1940, edição atualizada de 1970)<sup>25</sup> e Sérgio Buarque de Holanda (1902–1982) com as obras *Monções* (1945, edição atualizada 2014) e *Caminhos e Fronteiras* (1957, edição atualizada de 1994)<sup>26</sup>. Integra também esse estudo, Gilberto Freyre, o maior expoente do regionalismo no pensamento brasileiro; se insere nessa rubrica Capistrano de Abreu (1853-1927), com *Capítulos da História Colonial* (1907, edição atualizada de 1982); Afonso d'Escragolle Taunay (1876-1958), contemporâneo e destacado estudioso do bandeirismo paulista, juntamente com José de Alcântara Machado (1875-941) e Alfredo Ellis Jr. (1896-1974). Esses autores e obras foram fundamentais para a compreensão dos eventuais desdobramentos junto aos intelectuais piauienses, em particular, na releitura do bandeirantismo e em sua relação com o sertão e o sertão do Piauí. Igualmente importante, é o estudo de Clodomir Vianna Moog, *Uma Interpretação da Literatura Brasileira. Um arquipélago cultural* (1942), que propõe uma releitura dos novos sentidos e significados sobre a formação brasileira em “ilha-continente-arquipélago cultural”, e que foi adotada e ampliada por Gilberto Freyre em *Continente e ilha* (1943).

Com relação ao Piauí, foram eleitos alguns autores e obras identificados como estudiosos das províncias, escola nordestina, ou regionalista, tais como: José Martins Pereira de Alencastre (1831-1871) e sua *Memoria Chonologica, Histórica e Corográfica do Piauhy*

---

<sup>24</sup> As obras *Evolução do Povo Brasileiro* (1923) e *Raça e Assimilação* (1932) foram lidas para complementar, comparar, esclarecer, ampliar ou rejeitar as questões de pesquisa.

<sup>25</sup> O texto “Bandeirante Euclides” (1946) e “Pequeno ensaio de bandeirologia” (1956) foram acrescentados na leitura para complementar, comparar, esclarecer, ampliar ou rejeitar respostas das questões de pesquisa.

<sup>26</sup> *Expansão paulista em fins do século XVI e princípio do século XVII* (1948) e o texto “Moções” publicado no caderno do Curso de Bandeirologia (1956) foram acrescentados na leitura para complementar, comparar, esclarecer, ampliar ou rejeitar respostas das questões de pesquisa.

(1857), Francisco Augusto Pereira da Costa (1851 – 1923) com a *Cronologia histórica do Piauí* (1909); Odilon José Nunes (1889 – 1989)<sup>27</sup> com *Pesquisas para a História do Piauí* (1960) e Renato Pires Castelo Branco (1914-1995) e as obras *A Chimica das raças* (1938), *A civilização do couro* (1942) e *Teodoro Bicanca* (1948). Integram o estudo, o relato inaugural do Padre Miguel de Carvalho “Descrição do Sertão do Piauí” (1697); o “Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí” (1770) de autor anônimo; “Descrição da Capitania de São José do Piauí” do administrador provincial Antônio José de Moraes Durão (1772); as narrativas de viagem de Spix & Martius *Viagem pelo Brasil* (1818 a 1820) e G. Gardner, *Viagens pelo Brasil Principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836 a 1841*. Completa o estudo, Abdias Neves com *A Guerra de Fidié* (1922) e *História da Literatura Piauiense* de João Pinheiro (1937) e Francisco Miguel de Moura com *Literatura do Piauí* (2013).

Esses estudos ora acompanhavam, ora se contrapunham a ideia do sertão e do sertão piauiense, em especial, sustentada pela dinâmica “atraso, isolamento, abandono”, mas foi no ciclo do gado<sup>28</sup> ou da civilização do couro que essas ideias ganharam nova abordagem ao reconhecer que a presença do boi, da fazenda e da casa eram elementos estruturantes da sociedade e da cultura, pois cada um desses fatores se tornou componente essencial do caso em foco. O ciclo do gado ou da civilização do couro<sup>29</sup> aglutina romance e ensaios semelhantes aos feitos por outros escritores do pensamento brasileiro e da escola nordestina. A ideia era retratar outros fenômenos sociais brasileiros, mas típicos do nordeste como o ciclo do cangaço, da seca, do açúcar ou do engenho e do cacau. Esse reconhecimento guarda atenção especial na formação das manifestações literárias piauienses com reflexos no pensamento brasileiro e regionalista. Inclui-se nesta rubrica, a pioneira e representativa obra da escritora

---

<sup>27</sup> A produção de Odilon Nunes se principia em 1931, com a publicação de *O Piauí na História*. Volta a publicar artigos esparsos a partir de 1957. A obra selecionada sintetiza seu pensamento.

<sup>28</sup> No artigo de Rogério Santana (2008), “O ciclo do gado na literatura brasileira”, o autor aborda os elementos fundamentais do que ele denomina de “concepção histórico-literária”, de alguns autores e obras do fim do século XIX e início do XX, fortemente marcadas pela presença do gado. São narrativas de vaqueiros e tropeiros, ora no sertão, ora nos pampas, no tratamento com o gado de maneira a determinar alguns parâmetros de representação literária vindos de regiões localizadas fora do centro cultural do sertão nordestino. O autor apresenta Capistrano de Abreu, Afonso Arinos, Simões Lopes Neto, Hugo de Carvalho Ramos, Câmara Cascudo como os que marcam a “geografia literária do ciclo do gado” ou “ciclo da boiada e do sertão”.

<sup>29</sup> Vaqueiros, sertanejos, cantadores, tropeiros, boiadeiros são personagens do chamado ciclo do gado ou da civilização do couro do qual se destacam os romances da escola nordestina como: José de Alencar *O Sertanejo* (1875); Francisco Gil Castelo Branco *Ataliba o Vaqueiro* (1878); Coelho Neto *Sertão* (1896), Hugo Carvalho Ramos (1895-1921) *Tropas e Boiadas* (1917); Valdomiro Silveira *Os Caboclos* (1920); Luís da Câmara Cascudo *Vaqueiros e Cantadores* (1939), entre tantos outros que multiplicaram essa abordagem, conferindo-lhe, posteriormente, novas modulações para o romance brasileiro, para além da escola nordestina. Também foi tema de autores e obras do pensamento brasileiro e regionalista como Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Djacir Menezes, Renato Castelo Branco, Odilon Nunes entre outros.

maranhense Carlota Carvalho (187? - 1940), *O Sertão. Subsídio para a História e a Geografia do Brasil* de 1924, seguida de Djacir Menezes (1907-1996), *O Outro Nordeste*, de 1937, ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste, da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais brasileiros, entre tantos outros. No romance, os destaques são marcantes e predominam autores e obras da escola nordestina do porte de Franklin Távora, José de Alencar, Francisco Gil Castelo Branco, Coelho Neto, José Lins do Rego, Raquel de Queiroz, Renato Castelo Branco e tantos outros. Contudo, essa valorização do sertão não impediu que escritores não nordestinos também escrevessem sobre essa região, apontando uma visão pluriregional. São os sertões de Alfred D’Escragnolle Taunay (1843-1899); de Afonso Arinos de Melo Franco (1868–1916); de Graciliano Ramos (1892-1953); Guimarães Rosa (1908-1967). O tema sobre o bandeirismo também alcançou o romance entre os escritores paulistas com destaque para Alfredo Elias Jr.<sup>30</sup> (1896-1974) e Paulo Setúbal<sup>31</sup> (1893-1937). Enfim, uma plêiade de estudiosos do bandeirismo e do sertão que contribuíram para acompanhar ou se contrapor a problemática do sertão e o sertão do Piauí, em especial na formação da sociedade brasileira. Uma plêiade de autores e obras que nos limites oferecidos por este estudo, não seria possível estudá-los em sua totalidade.

### **Fios teóricos, conceituais e metodológicos.**

O estudo se apoia em vários conceitos elaborados por Antônio Candido tais como: formação, sistema, agrupamentos, literatura, períodos, pensamento brasileiro, regionalismo, autor, obra, público, segregação, agregação, integração, diferenciação, história, ensaísmo, romance, escolas, entre tantos outros abordados na obra *Formação da Literatura Brasileira. Momentos decisivos*, publicada originalmente em 1957, e ampliados em *Literatura e Sociedade*, publicada originalmente em 1965. Nesta pesquisa, essas obras são referenciadas em edições atualizadas de 2014 e 2000, respectivamente. Nas duas obras a ideia de “formação” e “sistema”<sup>32</sup> são conceitos centrais para designar uma época, panorama, cenário,

---

<sup>30</sup> Romances: *A madrugada paulista*, *Lendas de Piratininga* e *O tigre ruivo* (todos de 1934), *Jaraguá, romance de penetração bandeirante* (1935) e *Amador Bueno, rei de São Paulo* (sem data).

<sup>31</sup> Escreveu e publicou romances sobre a história do Brasil tais como: *A marquesa de Santos* e *O príncipe de Nassau* (1925) e *As maluquices do imperador* (1926). Contudo, foi na História Paulista, em particular no tema do bandeirismo, que mais se expressou, com: *Os irmãos leme* (1933); *O Romance do Prata* (1935); *O Sonho das Esmeraldas* (1935); *A Bandeira de Fernão Dias* (1928); *El-Dorado* (1934).

<sup>32</sup> O termo é amplamente utilizado por Oliveira Vianna em *Populações Meridionais* (edição atualizada de 2010) para significar uma mentalidade peninsular, fundado originariamente na distribuição desigual de distinções, honorárias, crachás, títulos, privilégios, condecorações, cargos oficiais, patentes militares, administrativas, educacionais e culturais. Em *Retratos do Brasil* de Paulo Prado (edição atualizada de 1994), o sistema se funda

percurso, uma articulação, conjunto, movimento amplo e constante entre o universal e o particular, a análise e a síntese, a erudição e o gosto, o simples e o complexo, o contraditório e o harmônico, o imaginário e o simbólico. Também podem se apresentar como uma ordem mental, uma atividade intelectual que organiza o conhecimento da realidade social. Sendo assim, os conceitos de “formação” e “sistema”, segundo Candido, podem vincular os autores uns aos outros, contribuindo para formar a continuidade no tempo, definindo uma fisionomia própria para cada momento<sup>33</sup>. Ainda sob essa ótica, a obra pode aparecer integrada, em dado momento, a um sistema articulado e, ao mesmo tempo, influenciando na elaboração de outras, formando, no tempo, uma tradição de obras de valor, “seja por força da inspiração individual, seja por influência de outras literaturas” (CANDIDO, 2014, p.25).

Partindo dessas ideias, o estudo está composto de um “corpus” documental disponível na forma impressa ou por meio digital nos sites do Arquivo da Biblioteca Nacional e Luso brasileiro — mapas, relatórios, desenhos, gravuras e jornais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; no Arquivo Histórico Ultramarino contendo, exclusivamente, documentação relativa ao Piauí e documentos da Capitania do Grão-Pará e Maranhão. Também no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Arquivo da Biblioteca Nacional, Arquivo Público do Estado do Piauí, Academia Piauiense de Letras e acervos públicos da cidade de Teresina e São Paulo. O corpus documental bibliográfico está constituído de autores e obras publicados em nome individual ou de outras iniciativas de caráter coletivo sobre o Brasil, o sertão e o sertão do Piauí. Nessa tarefa, houve um cuidado em analisar o que se deveria incluir, excluir, comparar e, assim, avaliar os possíveis resultados a serem obtidos e, em função deles, quais conseguiriam se destacar com uma aplicação detalhada ou total. Houve uma busca pela primeira edição das obras e algumas foram encontradas nos sítios da

---

na genealogia da moral carregada pela luxúria, tristeza e cobiça “procurando no fundo misterioso das forças conscientes ou instintivas as influências que dominaram, no correr dos tempos, os indivíduos e a coletividade” (PRADO, 1994, p. 127). Em *Marcha para Oeste* de Cassiano Ricardo (edição atualizada de 1970), o sistema é embasado na prática de guardar um segredo contado que funda uma mitogênese “indispensável se ter em conta o meio em que surgem eles e onde vão ter papel de suma relevância” como na economia, solidariedade vicinal e parenteral, honrarias e recompensas, espírito de ordem, movimento (CASSIANO RICARDO, 1970, p. 376). Sérgio B. de Holanda em *Raízes do Brasil* (edição atualizada de 1995) pleiteia sistema como uma civilização adventícia, originária de São Paulo, responsável por disciplinar com proeza e missão, trabalho e aventura, o sementeiro e ladrilhador na formação da terra e da gente brasileira.

<sup>33</sup> É recorrente na história da literatura, apresentar períodos claros e definidos sobre os processos e práticas de estruturação e organização do pensamento literário brasileiro e regionalista, com divisões internas e externas no percurso de desenvolvimento da nossa literatura. Reconhece nesse processo a influência portuguesa (colonial) e como ela se estendeu durante o desenvolvimento da literatura brasileira (nacional). Para os historiadores, importariam descobrir aspectos particularistas e universalistas assentados em períodos, fases, contextos, tendências, ou na geração de intelectuais agrupados por escolas literárias: inspiração, composição, forma ou estilo das obras, autores. Reconhece o romantismo, modernismo, pós-modernismo como movimentos ou manifestações coletivas de ordem intelectual que foram sendo substituídos, suplantados, integrados, interpenetrados.

Coleção Brasileira, Domínio Público, Livraria do Senado Federal e acervos das bibliotecas de São Paulo e principalmente da PUC-SP. Na ausência da primeira edição, optou-se pela leitura de prefácios e posfácios das reedições e outros materiais originais ou secundários.

Atentou-se, ainda, para publicações avulsas em artigos de jornais recolhidos em revistas especializadas, como da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as congêneres Estaduais; Anais de Museu e Sociedades de Pesquisa; publicações da Biblioteca Nacional; fontes digitais disponíveis e consultadas nos sites das instituições. Durante o processo, também foram observadas as listas bibliográficas, com atenção para a frequência com que as obras aqui estudadas dão sustentação a teses, dissertações e monografias acadêmicas. Além disso, foram consultados autores e obras para esclarecer, ampliar conceitos e questões; foram realizadas pesquisas em dicionários<sup>34</sup>, Wikipédia; História, Literatura brasileira<sup>35</sup> e piauiense<sup>36</sup>, Literatura de Viagem<sup>37</sup>, Pensamento Social brasileiro<sup>38</sup> e Regionalismo<sup>39</sup>. Ainda, durante todo o processo, foram realizadas leituras de biografias<sup>40</sup> ou indicações biográficas que, segundo Candido, (2014, p. 35), podem ajudar a compreender o texto e o contexto. Não é nosso propósito produzir um estudo totalizante, mas suficientemente documentado para atingir nossos objetivos. A partir desse formato, as leituras foram sendo guiadas pelos momentos condicionantes da produção intelectual propostos por Candido em *Literatura e Sociedade*, “a) o artista, sob o impulso de uma necessidade interior, orienta-o segundo os padrões da sua época, b) escolhe certos temas, c) usa certas formas e d) a síntese resultante age sobre o meio” (CANDIDO, 2000, p. 20).

Quando necessário, cotejamos as obras com outras publicações feitas pelos autores para comparar, esclarecer, ampliar ou rejeitar respostas das questões de pesquisa. Após a leitura

---

<sup>34</sup> Sarmiento Black (1883); Franco (1940), Bastos (1994), Gonçalves (2003), Willian (2007), Massuad Moisés (2014).

<sup>35</sup> Silvio Romero (1902), Verissimo (1914).

<sup>36</sup> Pinheiro (1994), Moura (2013).

<sup>37</sup> Oliveira Filho Filho (1978); Belluzo (1996); Holanda (2010); França (2012).

<sup>38</sup> Botelho (2010; 2011); Botelho & Schwarcz (2009), Mota (2011), Cardoso (2013).

<sup>39</sup> Silveira (1984); Albuquerque Junior (1999), Arruda (2011).

<sup>40</sup> Em Silvio Romero (1902), encontramos indicações de pelo menos 90 personagens que foram elevadas ao status de herói e associadas à trajetória do Brasil independente. Acompanha elogiosa síntese biográfica com ilustração em litografia. O livro foi publicado em fascículos mensais a partir de 1857, e as biografias ilustradas foram reunidas em volumes em 1861; em Urbino de Sousa Vianna, os eleitos são *Bandeiras e sertanistas baianos* (1935); em Francisco de Assis Carvalho Franco são *Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo* (1940); e Tito Lívio Ferreira. *Gênese social da gente bandeirante* (1944). (Disponível, <http://www.brasiliana.com.br/aceso> 12/04/2016).

das obras, optou-se por tematizar o pensamento dos autores como forma de identificar, entre os intelectuais, as recorrências, sensibilidades, influências comuns ou divergentes, derivadas de suas escolhas. Foi importante conhecer como os intelectuais se moviam através da imprensa, das editoras e livrarias, nas conferências entre outros espaços. Esses ambientes inundaram a vida intelectual brasileira e fizeram do romance e do ensaio os suportes mais importantes para produzir e expor conhecimento sobre o Brasil, o sertão e o sertão do Piauí, em especial. Desse modo, espera-se promover, ainda que inicialmente, um encontro entre os intelectuais, particularmente dos que trataram do Piauí. O estudo também viu como importante, selecionar algumas imagens para lado a lado o texto, acompanhar visualmente o pensamento sobre o que era o sertão e o sertão do Piauí. As imagens são apresentadas na abertura de títulos, subtítulos, no meio ou ao final do texto. Seguindo esta ordem de ideias, segundo Candido (2000, p. 18 – 20), a análise do *corpus* se inicia com a seleção dos estudos no conjunto de produções de um período, um gênero, um tema, para fixar ideias e delimitar terrenos. É possível, para ele, voltar-se a uma enumeração das modalidades mais comuns de estudos feitos conforme critérios mais ou menos tradicionais e oscilando entre a sociologia, história e literatura. Observando não apenas as obras de maior alcance intelectual, mas também aquelas avaliadas como de menor alcance. Esse tipo de opção consiste na virtude e, segundo Candido (2000), no esforço de discernir uma ordem geral e um arranjo, que "facilita o entendimento das sequências históricas e traça o panorama das épocas" (CANDIDO, 2000, p. 18)

### **Estrutura e organização da tese.**

O estudo tem como objetivo analisar os aspectos mais processuais das ideias e temas sobre o sertão e o sertão do Piauí, em especial, e a forma como essas ideias e temas foram assimilados e transfigurados em duas perspectivas que apresentavam a problemática do sertão e do sertão piauiense, acompanhados ou se contrapondo a elas: no pensamento brasileiro, pelos autores e obras identificados como bandeirantes escritores, bandeirólogos ou mitólogos modernos; e no pensamento regionalista, pelos autores e obras identificados como das províncias, da escola nordestina. Identificar como as duas perspectivas engajaram e interpenetraram os intelectuais - autores, escritores, ensaístas, romancistas - na imprensa, nas editoras, livrarias, conferências, institutos, academias para melhor esclarecer o que era o sertão e o sertão do Piauí, em especial. Assim, fizeram do romance e do ensaio os suportes mais expressivos de produção e exposição de conhecimento, especificamente, no período que

se estende de meados do século XIX até um pouco depois de 1945. Do ponto de vista da exposição, o trabalho foi organizado e estruturado em quatro capítulos:

O primeiro capítulo é dedicado a reconstruir os principais pilares do pensamento brasileiro sobre o sertão. Segue uma ordem cronológica dos autores que julgamos essenciais com destaque às suas obras mais expressivas e às abordagens e temas que lhes foram característicos: Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, Oliveira Viana, Afonso de Taunay, Cassiano Ricardo, Sérgio Buarque de Holanda; autores que retraçaram esse espaço, redefiniram questões e conceitos de maior relevância na formação da sociedade e da cultura brasileira. Esse reconhecimento guarda atenção especial no pensamento regionalista.

Do mesmo modo, no segundo capítulo, é dedicado a reconstruir os principais pilares do pensamento sobre o sertão piauiense. Segue uma ordem cronológica dos autores que julgamos essenciais com destaque às obras mais expressivas e às abordagens e temas que lhes foram característicos de autores e obras inaugurais que tratam do Piauí. Autores e obras que retraçaram esse espaço, redefiniram questões e conceitos de maior relevância na formação da sociedade e da cultura brasileira. Essas ideias ora acompanhavam ou ora se contrapunham ao pensamento sobre a formação brasileira. Esse reconhecimento guarda atenção especial no pensamento brasileiro.

No terceiro capítulo, exemplificam-se as ideias e temas que mobilizaram os autores, escritores, ensaístas, romancistas e intelectuais para se engajarem e se interpenetrarem na imprensa, nas editoras, livrarias, conferências, institutos, academias e demais espaços que funcionavam como suporte para expor e produzir conhecimento. Essa atuação se vinculava a amizades e afinidades que podiam agregar ou segregar, integrar ou diferenciar os do Norte ou do Sul, do sertão ou interior, autores consagrados ou das províncias. Nesse ambiente, problematizou-se mais visivelmente a posição social dos intelectuais. Essa mobilização, fez do romance e do ensaio os suportes mais utilizados para expor e produzir suas ideias.

No quarto capítulo são identificadas as ideias e temas que foram frequentemente adotadas para ampliar o conhecimento sobre a sociedade e a cultura, tais como: casa, paisagem, região, regionalidades, identidade, cultura. Temas e ideias muito sensíveis à vida brasileira que pareciam “velhos”, mas continuavam de fundamental importância para se compreender os novos arranjos sobre o Brasil, o sertão e o sertão do Piauí.

Enfim, como todo estudo, é possível incorrer em lacunas e imperfeições, em razão da grande multiplicidade de aspectos abordados, mas vale o risco, pois ao eleger o sertão e o sertão do Piauí como objeto de reflexão, buscou-se retraçar o sertão do Piauí na formação sociocultural brasileira nas trilhas e enredos dos intérpretes do pensamento brasileiro e

regionalista. Essa remontagem apontou ideias e temas que se tornaram a matéria preferencial da nossa pesquisa. Das ideias e temas tratados, reconhecidamente, o sertão, o interior, as províncias, a região e o bandeirismo foram os mais escolhidos, temas que implicavam em estudar a casa, a paisagem, o vaqueiro, a fazenda, a capela, o mareante, o bandeirante, os sertanistas e sertanejos. Ideias e temas que se tornaram uma tradição de pensamento ligando-se e articulando-se, estreitamente, entre si, elas se sustentam, refletem e desafiam uma a outra no e para o Brasil. Sondar essas possibilidades constituiu uma contribuição à história sociocultural do sertão e do sertão do Piauí, em especial, no processo de formação do pensamento brasileiro e regionalista. Desse modo, foi possível identificar como se processou o conhecimento sobre os sertões e os sertões do Piauí, em especial, e como essas ideias guiaram os intelectuais na organização e estruturação de agrupamentos para responder às novas exigências de pensamento daquele momento da vida brasileira.



Figura 1 - DOMINGOS JORGE VELHO. Tela de Benedito Calixto. Localizada no Museu Paulista, foi produzida com base em depoimentos e textos históricos colhidos pelo pintor e membro do IHGSP. Tornou-se modelo para os retratos subsequentes que foram encomendados pelo museu, principalmente na gestão de Afonso Taunay. FONTE: dominiopúblico/acesso 17/01/2019.

## 1- ESPAÇOS RETRAÇADOS, QUESTÕES REDEFINIDAS: LINHAS MESTRAS DO PENSAMENTO SOBRE O SERTÃO BRASILEIRO.

Quando Euclides da Cunha<sup>41</sup> publicou *Os Sertões*<sup>42</sup>, em 1902, como resultado do trabalho de correspondente do jornal de São Paulo na Guerra de Canudos,<sup>43</sup> não imaginava que causaria uma reviravolta no modo de pensar o Brasil. Clóvis Moura, em *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha* (1964), estudou o pensamento do autor e reconhece que o estilo de Euclides influenciou de maneira poderosa os estudiosos, estabelecendo uma

---

<sup>41</sup> Esta é a 4ª edição atualizada. O livro instituiu a trilogia Terra (meio), Homem (raça e cultura) e Luta (entrelaçamento do meio, raça e cultura). Acompanha mapas na seguinte sequência: na primeira parte, “Terra”, apresenta um mapa de “Esboço Geológico” (p. 26), seguido de outro mapa de “Esboço Geográfico do Sertão de Canudos” (p.56-57). Esses mapas são marcados pela vista panorâmica da região com seu relevo terrestre e fluvial. Localiza as cidades, trilhas, caminhos, veredas, limites urbanos, rurais e entre as províncias. Na segunda parte, denominada “Homem”, apresenta um mapa de “Distribuição da Flora Sertaneja” (p.106), indicando o tipo de flora que predomina em cada região. Essa indicação guia os caminhos que levam cada vez mais para dentro do interior dos sertões. Observa que certo tipo de vegetação é igual em pelo menos cinco regiões, indicando que existe uma área predominantemente das caatingas em todo território. Na terceira parte “A luta”, Cunha apresenta dois mapas. O primeiro, “Canudos e suas Cercanias” está conforme planta elaborada pela “Comissão de engenharia junto à última expedição” (p. 215) e o segundo contém o “Itinerário das Expedições enviadas contra Canudos” (p. 52-53) com indicações de como o processo da caminhada feito pelos combatentes foi “longo e difícil”. Os mapas trazem legendas com indicações das instalações das tropas expedicionárias de combate a Canudos. Os mapas estão em forma de cartograma e funcionam como uma visão sumariada dos sertões para mostrar a região e seus feixes múltiplos e singulares.

<sup>42</sup> Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha (1866-1909), engenheiro militar, escritor, historiador, jornalista e professor. Nasceu em Cantagalo, Rio de Janeiro. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Brasileira de Letras, recebido por Silvio Romero, e da Academia Paulista de Letras.

<sup>43</sup> Apaixonado por viajar pelo Brasil, depois da experiência de Canudos, foi para Amazônia participar da expedição ao Alto Purus, realizada entre 1904-1905, promovida pelo Itamaraty. Euclides foi convidado pelo Barão de Rio Branco para essa expedição, que visava resolver disputas de fronteiras entre Brasil e Peru. Euclides desejava há muito empreender uma viagem como essa, e pretendia escrever um livro intitulado “Paraíso Perdido”. O projeto, entretanto, não foi concluído.

contribuição inegável no “degrau de desenvolvimento do pensamento social e das ciências sociais no Brasil” (MOURA, 1964, p. 08).

Para Moura, um dos méritos do pensamento de Euclides da Cunha é o significativo “saldo global inserido no processo de tomada de consciência da *intelligentsia nacional*”. Para o estudioso do pensamento euclidiano, é preciso primeiro situar sua obra dentro das correntes e teorias que chegavam da Europa e das próprias deficiências dessas teorias no contexto social do Brasil da época, e “traçar uma coordenada realista da sua contribuição à nossa cultura” (MOURA, 1964, p. 09). Nessa questão, ele reconhece que o pensamento euclidiano serviu como elemento catalizador, ao congregar no seu “corpo conceptual tendências esparsas, pensamentos subjacentes para – em seguida, no sentido inverso – influenciar os estudiosos que depois dele se propuseram analisar a nossa realidade” (MOURA, 1964, p. 09). Seu estilo de escrever produziu um fecundo encontro entre a Literatura e as Ciências Sociais como duas formas de compressão do processo de desenvolvimento social, “no quadro da sociedade em transformação” (MOURA, 1964, p. 09). Para ele, sua clara intenção era voltar-se para nossos problemas, apontando soluções para eles; e mostrar que foi um dos poucos que compreendeu a situação pela qual passava a vida brasileira. Era um período em que a sociedade já estava bastante modificada com indícios muito vivos de necessária compreensão sobre os novos arranjos da vida social. Euclides da Cunha movimentou o ambiente intelectual que vivia “um marasmo enervante, uma apatia [...] um conformismo pós-republicano [e um] cosmopolitismo snob” (MOURA, 1964, p. 20). Cunha, em vez de ser atraído por esse deslumbramento dos “escritores de punhos de renda”, decidiu se colocar ao lado do cipó, da terra, dos rios, das secas. Na trilha da “nossa geografia para melhor captar as condições sociais do brasileiro” (MOURA, 1964, p. 20).

Gilberto Freyre, em *Perfil de Euclides e outros perfis* (1944), mostra que Euclides da Cunha, mesmo em pleno processo de consagração, ainda encontrava dificuldades para se inscrever de forma segura no circuito social da capital da República. Essa atuação foi marcada pela tensão entre uma trajetória intelectual ascendente e o forte repúdio ao ambiente urbano da metrópole. Conforme Freyre (1944), esse aspecto inadaptado, ao que parece, tem origem na formação da Escola Militar, cujo padrão entrava em choque com a perspectiva humanista que inquietava o espírito euclidiano. Essa escolha contribuiu, segundo Freyre (1944), para que Euclides da Cunha se ariscasse em uma forma de abordagem muito diversa da sua formação e das dos demais intelectuais do período. Cunha conseguiu escrever uma obra sobre os problemas fundamentais da sociedade brasileira, esboçando um quadro interpretativo de muita precisão com “técnicas e clareza pedagógica de exposição”, (FREYRE, 1944, p. 25). E

mesmo errando em detalhes de geografia, de geologia, de botânica, de antropologia, buscou com apoio de parceiros de igual magnitude intelectual, informações precisas sobre o sertão e os sertanejos. Para se redimir dos erros da técnica, Freyre reconhece que Euclides da Cunha apostou no “poeta cheio de intuições geniais”, instituindo um estilo “que tira das palavras o máximo de recursos esculturais” (FREYRE, 1944, p. 27). A obra de Euclides da Cunha contou com uma plêiade de intelectuais do porte de Teodoro Sampaio, que colaborou nos temas sobre “geografia e de história geográfica e colonial do Nordeste”; da contribuição “do geólogo Orville Derby” e, ainda, a “orientação de Nina Rodrigues” e do “engenheiro Arnaldo Pimenta da Cunha”, entre muitos outros (FREYRE, 1944, p. 46). Segundo Freyre, essas contribuições foram fundamentais para a obra *Os sertões* se tornar um resultado de grande magnitude.

Antônio Candido em “Euclides da Cunha sociólogo” (2000), analisa o pensamento euclidiano e as bases de sua “sociologia”. Ele busca uma explicação sociológica fundada em fatores especificamente sociais, para mostrar que Euclides da Cunha caminhou pela identificação de um tipo de psicologia das personagens que estrutura uma explicação sobre a relação entre “raça e meio geográfico”. Candido entende que a noção de *isolamento* é uma das chaves interpretativas da sociologia euclidiana. Essa categoria se articula no seu pensamento como um fenômeno que segue certa direção, condicionada por uma evolução, ritmo, intermitência, intercadência, intercorrência. Esses “são vocábulos diletos, definindo a direção, ritmo da vida social” (CANDIDO, 2000, p. 31). Seu mérito, conclui Antônio Candido, foi estender seus conceitos do sertão para além do Brasil. Muito mais que sociólogo, Euclides da Cunha é “quase um iluminado”, pois operou, na síntese das grandes visões de conjunto, a unidade mais profunda dos tipos brasileiros no sertão. Para compreendê-lo é preciso “colocá-lo para além da sociologia”. (CANDIDO, 2000, p. 33).

Para Walnice Nogueira Galvão em *Euclidianas: ensaios sobre Euclides da Cunha* (2009), a obra *Os Sertões* está de tal modo integrada na interpretação da formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, que fundou as bases das ciências sociais brasileiras ao problematizar tanto a “contradição ferrenha” como a “coexistência pacífica do Brasil do litoral adiantado, [com o] sertão atrasado”. É, segundo a estudiosa, o primeiro e grande livro que traz para a linha de frente do pensamento nacional as “razões do atraso do interior do país e desse país com relação a outros” (GALVÃO, 2009, p 48). Para a estudiosa, *Os Sertões* é “o livro vingador”, “um totem”, “um tabu da cultura brasileira” e que fez do escritor uma permanente e incomoda obscuridade.

## **I - Euclides da Cunha, nas cercanias da terra ignota.**

Para Euclides da Cunha o sertão era mais do que uma região, era um pensamento que estava sempre na ordem do dia e ainda estaria por muito tempo. O sertão era para ele um lugar esquecido pela “metrópole longínqua senão pelos próprios governadores” (CUNHA, 2011, p. 133), lugar que levava a vários destinos, em linhas de penetração que passava pelo São Francisco, apontando para muitos caminhos, entre eles para o “Piauí e que ainda hoje o sertanejo acredita sem fins” (CUNHA, 2011, p. 133), que se tornou o “caminho predileto dos sertanistas” (CUNHA, 2011, p.127), em que se bateram os “bandeirantes, os jesuítas e os vaqueiros” (CUNHA, 2011, p.128). Dos três, o bandeirante foi o mais audaz em sua marcha histórica para o Norte, levando os homens do Sul ao encontro dos homens do Norte. Nesta marcha, encontraram o grande rio São Francisco, unificador étnico de “união entre duas sociedades que não se conheciam”. Nessa caminhada de formação da “civilização brasileira”, cruzaram “Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Mafrense dito Sertão” (CUNHA, 2011, p.130), embaralhando ainda mais o grande caldeirão étnico que era a sociedade brasileira.

O bandeirismo é analisado por Cunha como um pensamento que ainda se serve de “obscuros roteiros”, nos quais mostra os aventureiros dispostos apenas à aventura de rescaldo romântico. Para Cunha, essa abordagem foi alimentada por cronistas, em grande parte do século XVII, que viam nesta atuação um feito lendário brutal de caçadores de índios para escravização. Essa caçada foi marcada, segundo Euclides da Cunha, pela formação de um movimento ondular que apontava para a direção do São Francisco, um lugar de grandes possibilidades de domínio territorial. Cunha também reconhece que a atuação dos bandeirantes foi providencial na formação do povo brasileiro, mas alerta que há muito ainda para ser desvendado “Por enquanto tudo é imaginação!” (CUNHA, 2011, p. 140). Nesse processo, a região foi ganhando novos arranjos humanos com a chegada de um tipo de gente multicolor, que foi se fixando na extensa zona de criação de gado, atraída por um contingente de povoadores, pernambucanos ou “baianos”, “termo que como o de “paulista” se tornará genérico para abranger os povoadores setentrionais” (CUNHA, 2011, p.126). Em sua maioria eram grandes criadores de gado como “Domingos Sertão”, que foi atraído pelos “lucros das fazendas de criação, abertas naqueles grandes latifúndios” (CUNHA, 2010, p.126). Segundo Cunha, na segunda metade do século XVII, no sertão do Piauí, dito “Rodelas”, o bandeirante Domingos Afonso Mafrense, dito Sertão, já,

[...] centralizava na sua Fazenda Sobrado o círculo animado da vida sertaneja. A ação desse rude sertanista, naquela região, não tem tido o relevo que merece. Quase na confluência das capitânicas setentrionais, próximo ao mesmo tempo do Piauí, do Ceará, de Pernambuco e da Bahia, o rústico *landlord* colonial aplicou no trato de sua cinqüentas fazendas de criação a índole aventureira e irrequieta dos curibocas (CUNHA, 2011, p. 136-137).

Cunha utiliza vasta documentação oficial e testemunhos de terceiros para analisar as façanhas desses destemidos aventureiros, reconhecidamente originários de São Paulo, anônimos pioneiros, mamelucos de tipo extraordinário do Sul, que entraram em “degeneração completa” porque ali ficaram inteiramente isolados do resto do Brasil e do mundo. Se por um lado, as entradas facilitavam o “entrelaçamento dos extremos do país”, por outro, os povos dessa região se contrapunham, colocando-se frente a frente, os “daqui com os de lá”, os do Norte com os do Sul. A gente do Sul viu na criação do gado e nas suas atividades correlatas, como as boiadas, uma saída triunfal para se reestabelecer em tão promissora terra. Para Euclides da Cunha, a fixação do bandeirante na região produziria uma nova configuração do quadro etnológico da formação da sociedade brasileira. Para Cunha, nesta topografia, formou-se “uma raça de curibocas puros quase sem mescla de sangue africano”, que seria reconhecida, posteriormente, como um tipo sertanejo nascido de complexo sistema “feroz de vitoriosos e vencidos” (CUNHA, 2011, p. 133). Para ele é produto de uma sociedade revolta e aventureira que viu ampliado “seus atributos ancestrais por uma rude escola de força e coragem”, definindo o destino do sertanejo vaqueiro, um tipo derivativo do meio que, mesmo insulado, conservou atributos e hábitos ligeiramente adaptados pelas “novas exigências da vida” (CUNHA, 2011, p. 133). O pensamento euclidiano vê a paisagem sertaneja formada de tipos espaciais dentro do caleidoscópio das gentes do Brasil. Euclides da Cunha observa um “intricado caldeamento” que “ainda desafiará o esforço dos melhores espíritos. Está apenas delineado” (CUNHA, 2011, p. 99). Esse caldeirão foi fundado por “duas histórias distintas”: a do norte e o sul, a do litoral e do sertão,

Duas regiões, com duas histórias distintas, duas sociedades em formação, alheadas por destinos rivais — uma de todo indiferente ao modo de ser da outra, ambas, entretanto, envolvendo sob os influxos de uma administração única. Ao passo que no Sul se debuxavam novas tendências, uma subdivisão maior na atividade, maior vigor no povo mais heterogêneo, mais vivaz, mais prático e aventureiro, um largo movimento progressista [...] tudo isto contrastava com as agitações, às vezes mais brilhantes, mas sempre menos fecundas, do Norte — capitânicas esparsas e incoerentes, jungidas à mesma rotina, amorfas e imóveis, em função estreita dos alvarás da corte remota. A história é ali mais teatral, porém menos eloqüente [...] Bateu-o, felizmente, a onda impetuosa do Sul. (CUNHA, 2011, p.115)

Para melhor compreender essa história, com seus aspectos variados, ele procura descer “à análise mais íntima”, para desvendar as características particulares mais incisivas, tomando

“os casos mais expressivos, evitando extensa explanação do assunto” (CUNHA, 2010, p. 108). Então, Euclides da Cunha começa por revisar as investigações antropológicas brasileiras que, reconhecidamente, empenharam-se em montar e remontar o complexo quadro etnológico brasileiro, fazendo desse assunto um derivativo “multiforme e dúbio”, porque o escopo essencial dessas investigações estava reduzido para Euclides da Cunha à pesquisa de um “tipo étnico único, quando há, certo, muitos” (CUNHA, 2011, p.129). Para Cunha, o modelo adotado por esses estudiosos não explica de modo suficiente o nosso caldeirão étnico, pois o brasileiro, esse tipo abstrato que se procura, só pode ser compreendido no “entrelaçamento consideravelmente complexo” (CUNHA, 2011, p.103). O modelo euclidiano é do tipo geométrico, com combinação “ternária” de determinação mais simples, e outras combinações “binárias ou subformações” que exprimem não uma redução, mas novos tipos que se desdobram, confundem e se interpenetram fazendo desse povo sempre uma incógnita. Contrariando outros estudiosos, o meio, para Cunha, não forma a raça, pois, no caso “especial brasileiro, variou demais nos diversos pontos do território as dosagens de três elementos essenciais”, (CUNHA, 2011, p.120).

Conforme Cunha, o meio preparou sub-raças advindas de processos de adaptação e assimilação que podem atuar em cada sociedade como uma “espécie de força catalítica misteriosa”, ou imprimindo certa uniformidade entre as camadas étnicas, originando assim “uma mestiçagem dissímil” (CUNHA, 2011, p.120). São fatores a serem considerados, “habitats distintos”, condições históricas que definem as dosagens quantitativas e qualitativas necessárias para a participação de cada cor na formatação da brasilidade. De fato, nos sertões, o “natural senhor da terra” foi o indígena, elemento originário de todos os grupos, que foi perdendo espaço com a guerra de povoamento, a colonização, a escravização, a evangelização e sucessivos cruzamentos. O negro, “vencido e infeliz”, foi fixado, inicialmente no litoral, para ser “a besta de carga dos trabalhos penosos e sem folga” (CUNHA, 2011, p. 125), fugia para o interior criando seus quilombolas, foi por muito tempo “o melhor aliado do português na quadra colonial”, contudo, “dão-lhe geralmente influência exagerada na formação do sertanejo do Norte” (CUNHA, 2011, p. 124). O branco era homem de Guerra, degredados e aventureiros corrompidos, forasteiros que foram se misturando, embaralhando a paisagem étnica, na qual se transfigurou em pardo, mestiço intruso, mamelucos audazes, curibocas, cafuzos.

Reconhece um tipo de gente denominado de “jagunço colateral provável dos paulistas” e o vaqueiro, “raça de cruzados idênticos àqueles mamelucos”. Os mamelucos são para Cunha um tipo extraordinário de paulista, que “surgindo e decaindo pelo Sul” se viu numa

“degeneração completa ao ponto de declinar no próprio território que lhe deu o nome”. Decidiram ir para o sertão e ali renascer “sem os perigos das migrações e do cruzamento”, para conservar intacta “a índole varonil e aventureira dos avós” (CUNHA, 2011, p.133). Neste processo, Cunha chega à conclusão de que “Não há um tipo antropológico brasileiro” (CUNHA, 2011, p.120). Contudo, neste jogo das antíteses, Cunha parte da compreensão que as raças do Norte são um produto da “formação brasileira no Norte” que é “mui diversa da do Sul” (CUNHA, 2010, p. 121) e será mais bem revelada na “marcha do povoamento, do Maranhão à Bahia”. Mas, as inquietações de Euclides da Cunha não para por aí. Sua principal preocupação era o “sertanejo do norte”, um tipo visto por ele como “emergente” com seus “notáveis traços de originalidade”. O estudioso questiona, no “quadro etnológico brasileiro”, quais traços foram assimilados pelo sertanejo no contato com os bandeirantes. Pensa primeiro na disposição dos bandeirantes de caminhar e navegar em contínuas e insistentes ondas migratórias saídas do Sul, do litoral para o interior distante, ampliando o espírito de bravos, destemidos, aventureiros investidos nesta “empresa de alcance invejável, as bandeiras” (CUNHA, 2011, p. 140). Cunha avalia que nesse processo, um tipo antropológico foi se distinguindo daquele do Sul, com alguns traços sendo assimilados e transfigurados. Nesta linha, Cunha segue burilando as imaginosas linhas étnicas “verdadeiras ou ilusórias” dos povos dos sertões, e elege o vaqueiro<sup>44</sup> como um exemplar desta combinação.

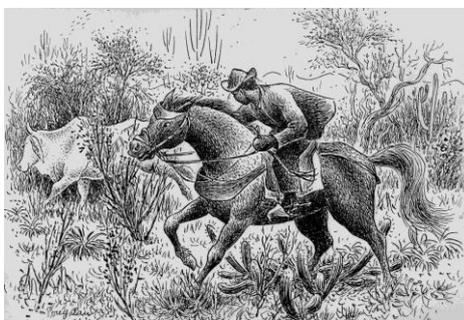


Figura 2- Vaqueiro na caatinga na ilustração de Percy Lau (1944)

Cunha faz um minucioso mapa sociocultural do sertanejo, em especial do vaqueiro, porque “todo sertanejo é vaqueiro” (CUNHA, 2011, p.154). Neste sentido, burila a formação dessa raça forte (CUNHA, 2011, p.148), que determinou atributos definidos e imutáveis, que mesmo nas maiores crises o sertanejo apressava-se para a luta adaptando-se às condições do

---

<sup>44</sup> O vaqueiro aparece no título do romance inaugural de Francisco Gil Castelo Branco *Ataliba, o vaqueiro* (1878); no romance de José de Alencar *O Sertanejo* (1875), no *Sertão* (1896) de Coelho Neto. Multiplicou-se no romance brasileiro dos anos de 1930, de *Vidas Secas* (1938) de Graciliano Ramos; de Guimarães Rosa em *Sagarana* (1946) e *Grandes Sertões Veredas* (1956) entre outros tantos.

meio, à imagem de “bárbaro, impetuoso, abrupto” (CUNHA, 2011, p. 152). Como prova dessa combinação, Cunha descreve que à primeira vista, tem-se a impressão de que o sertanejo estava sempre fatigado, preguiçoso, torto, típico dos fracos.

Para esclarecer melhor essa imagem ilusória, Cunha compara o sertanejo-vaqueiro ao “Hércules-Quasímodo<sup>45</sup>” (CUNHA, 2011, p. 146). Cunha observa que aquele sertanejo embriagado de uma energia adormecida, num faiscar de sentimentos, surge imponente ao perceber que o boi fugira pela caatinga e a partir daí desencadeia uma energia titânica atrás do boi. Montado em seu cavalo, entra pela caatinga adentro desconsiderando pedras, coivaras, moitas de espinhos, “nada lhe impede de encaixar o garrote desgarrado, porque por onde passa o boi passa o vaqueiro com o seu cavalo” (CUNHA, 2011, p.148). Foi essa força titânica em reparar a perda do boi que o fez também servo submisso ao fazendeiro que vivia lá no litoral, longe de um lugar que as vezes nunca viu e nem visitou. Assim, foi instituído o vaqueiro que trabalhava por meio de contrato, para cuidar fielmente da propriedade, do gado e da fazenda. Mas era na vaquejada que ele se tornava o personagem principal dessa “agitação estéril”, para depois narrar as façanhas, peripécias e suas aventuras heroicas na cata ao boi (CUNHA, 2011, p.153). Nas cidades, os vaqueiros faziam suas festas semelhantes às “cavalhadas e mouramas, divertimentos anacrônicos que os povoados sertanejos reproduzem, intactos, com os mesmos programas de há três séculos” (CUNHA, 2011, p.154). Nessa topografia compara o vaqueiro ao jagunço “colateral dos paulistas”, e, para Cunha, era o menos “teatralmente heroico”, apesar de possuir também a tenacidade, a resistência ao perigo, mas raramente assumia a “feição romanesca e gloriosa” do vaqueiro sertanejo, pois seu propósito era “destruir” a paisagem. Esse tipo não desperdiçava as energias “sem a certeza do resultado”. Calculava tudo friamente, pois era cômico de seu papel de mandão, especialista em sertanejar, ou seja, de conquistador, desbravador, povoador.

Por conseguinte, mesmo não tendo feição heroica, para Euclides da Cunha, o vaqueiro se tornou um personagem poderoso de uma vasta e frondosa interpretação mitológica da formação dos povos do interior e dos sertões na cultura brasileira (CUNHA, 2011, p.153). Cunha prevê que quando uma maior quantidade de documentos for analisada, permitirá reconstruir melhor os arranjos da vida colonial, do século XVI ao fim do XVIII, e será possível afirmar que o vaqueiro sertanejo foi de fato assimilado e transfigurado na formação da nossa gente, pois se tornou ao mesmo tempo “bravo e destemeroso como o bandeirante, resignado e tenaz como o jesuíta”, além do atributo supletivo que faltou a ambos, “a fixação

---

<sup>45</sup> Hércules, é o herói semideus da mitologia grega e Quasímodo, sineiro corcunda, surdo-mudo da catedral de Paris. Personagem de Victor Hugo in [www.dicio.com.br](http://www.dicio.com.br).

ao solo” (CUNHA, 2011, p. 128). Ainda que tocasse as fartas boiadas, que não impedia de cruzar caminhos e rios, aquela rude sociedade, “incompreendida e olvidada, era o cerne vigoroso da nossa nacionalidade” (CUNHA, 2011, p. 133).

## **II - Capistrano de Abreu, capítulos da história de contrastes e confrontos.**

Mais adiante, Capistrano de Abreu (1853-1927), historiador cearense, tornou-se um dos mais importantes historiadores brasileiros e regionalistas ao fundar um estilo de pensamento sobre a formação brasileira, vendo na província e no bandeirismo dois temas de necessária compreensão do Brasil. O seu pensamento sobre os dois temas é extenso e complexo. Como também é complexa a sua biografia. Dentre os muitos estudos sobre Capistrano de Abreu, foi selecionado o do historiador José Honório Rodrigues, que escreveu, em 1953, a Introdução da quarta edição comemorativa de *Capítulos da História Colonial*, em homenagem ao centenário do nascimento de Capistrano de Abreu. O texto apresentado por José Honório Rodrigues é fiel à primeira e única edição publicada em “vida pelo autor e revista por ele e seu amigo Manuel Said Ali Ida” (RODRIGUES, 1982, p. 17). Com a morte de Capistrano de Abreu, seu pensamento passou a ser estudado tendo por base livros e artigos publicados, conferências e, principalmente, suas cartas endereçadas a vários intelectuais de diferentes períodos. Além de José Honório Rodrigues (1982), selecionamos artigos publicados por José Carlos Reis (2007) e Ronaldo Vainfas (1999), como referências igualmente importantes. Conforme as informações desses estudiosos, Capistrano de Abreu transferiu-se do Ceará para Recife, depois para o Rio de Janeiro. Foi caixeiro na Livraria Garnier, colaborador de jornais e revistas onde publicava artigos literários e históricos sobre Machado de Assis, Alfredo de Taunay, Valentim Magalhães, Rocha Pita e Oliveira Martins, além de vários artigos contendo suas polêmicas com Silvio Romero, em especial sobre literatura brasileira e crítica moderna.

Fez concurso para o Colégio Pedro II, onde lecionou História do Brasil, mas deixou a cátedra em 1899, por motivos ainda não esclarecidos. Sua passagem pelo colégio foi marcada pela elaboração da tese “O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI”, trabalho que viria a ser uma das bases dos *Capítulos de História Colonial* (1907) e, segundo nossos estudiosos, a primeira obra de vulto de Capistrano de Abreu. Capistrano seguiu seus estudos, publicando artigos e traduções de obras europeias, especialmente alemãs, e se tornou membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1887. Sua formação intelectual data do último quartel do século XIX, período em que o Brasil ainda não possuía universidades com a cadeira de História. Capistrano de Abreu se tornou historiador pela via

do autodidatismo, tendo se dedicado fervorosamente ao estudo de línguas, aprendendo o inglês, o francês, o alemão e o italiano apenas com o auxílio de dicionários.

O período em que Capistrano de Abreu atuou como historiador é marcado por um cenário regional animado por muitas ideias sobre a realidade brasileira. No artigo de José Carlos Reis, “Anos 1900: Capistrano de Abreu. O Surgimento de um povo novo: o brasileiro” (2007),<sup>46</sup> as preocupações científicas de Capistrano eram as mesmas de toda uma geração que tinha como referências Silvio Romero, Tobias Barreto, Euclides da Cunha entre outros. Discutia-se, então, a realidade brasileira pelo viés positivista, determinista climático, biológico, histórico, racial. Assim como os demais intelectuais do período, Capistrano vai buscar um conhecimento histórico voltado para autores europeus das recém-nascidas ciências sociais, entusiasmando-se, sobretudo, pela Geografia (Wappoeus, Selin e Kirchhoff), História (Ranke, Buckle, Taine), Sociologia (Comte), Antropologia, Economia política (Schnolle e Buecher) e pela Psicologia (Wundt). Tais estudos influenciaram sua obra, como apontam os estudiosos do seu pensamento. Envolto nas discussões de seu tempo, admirava a erudição de Varnhagen<sup>47</sup>, entretanto, não poupava críticas ao estilo e discurso do historiador, pois, segundo Honório Rodrigues (1982), para Capistrano, Varnhagen apenas escrevia uma história oficial e cronológica, “laudatória dos portugueses”. A crítica a Varnhagen ampliou os horizontes de leituras de Capistrano de Abreu e o levou a descobrir novos documentos, muitos deles “editados em revistas históricas e nos Anais da Biblioteca Nacional” (RODRIGUES, 1982, p. 13).

Entre 1900 a 1907, Capistrano de Abreu se tornou um estudioso fervoroso de documentos dos mais variados estilos, conquistando um conhecimento da nossa história e “como ninguém conhecia suas lacunas e deficiências” (RODRIGUES, 1982, p. 13). Desse modo, para Honório Rodrigues (1982), Capistrano de Abreu vai se mostrando cada vez mais perseverante em escrever uma História do Brasil pelo viés regionalista, identificando as populações que eram desconhecidas e a quem ele entendia como sendo os verdadeiros protagonistas da nacionalidade e da formação brasileira. Nesse ponto, como escritor de raízes da história das províncias sertanejas, Capistrano de Abreu se via devedor da tarefa de preencher as lacunas sobre o povoamento da zona entre o São Francisco e o Parnaíba, onde estaria, para ele, o “nó de nossa história”, pois era uma questão das “mais importantes [para

---

<sup>46</sup> Artigo publicado em MOTTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil. Um banquete nos trópicos* (1999).

<sup>47</sup> Adolfo de Varnhagen (1816-1878), figura chave do paradigma historiográfico brasileiro. Era a figura dominante e influente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que naquele momento, era o espaço determinante e indispensável para reunir oficialmente significativas informações sobre o Brasil, arrolando dados históricos, geográficos, sociológicos, econômicos, literários, biográficos, genealógicos, estatísticos, entre tantos outros.

compreensão] da história pátria”. Entretanto, reconhecia como uma tarefa árdua, pois ainda persistia uma deficiência nas crônicas e documentos oficiais.

Em conformidade com Honório Rodrigues (1982), Capistrano não quis se limitar a uma simples revisão de textos, pois além de acrescentar o que havia sido esquecido e colocar o que havia de novo, via a necessidade de refundar a visão da história com base tanto na nova documentação compulsada em arquivos, como na sua intuição (RODRIGUES, 1982, p. 29). Para ele, de certo modo, *Capítulos de História Colonial*, começou a ser escrito efetivamente em 1903 e publicado em 1907, formando com “Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI” (1883), e os “Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil”, a mais renovadora interpretação sobre a província e o sertão na história brasileira.

De modo resumido, o primeiro capítulo do *Capítulos de História Colonial* (1907, edição atualizada de 1982), intitulado “Antecedentes Indígenas”, apresenta de modo específico as populações e áreas indígenas do Brasil e onde os portugueses haviam aportado; faz uma descrição geográfica do Brasil, indicando os limites a leste, oeste, norte e sul e as suas dimensões. Tece considerações sobre o relevo, os acidentes e singularidades geográficas, realizando uma espécie de mapeamento do território. Lança seu olhar do litoral para o interior e identifica o sertão e suas muitas regiões. Nos capítulos seguintes, “Fatores exóticos” e “Os descobridores”, Capistrano de Abreu trata da chegada dos europeus ao Brasil e, neste capítulo, fala rapidamente sobre o negro, já que sua verdadeira preocupação diz respeito às populações indígenas e a relação com os colonizadores.

O capítulo que mais interessou e guiou nosso estudo foi “O Sertão”, no qual Capistrano de Abreu demonstra seu compromisso mais original com a história da província, da região, do Brasil e do sertão. À luz de Antonil-Andreoni, autor de *Cultura e Opulência do Brasil*<sup>48</sup> que, segundo Capistrano, foi pioneiro ao oferecer um estudo mais detalhado sobre a criação do gado na vida do sertão, o autor de “O Sertão” detalha como o gado que inicialmente se concentrava nas cercanias das grandes cidades litorâneas por exigência da “civilização do açúcar”, foi sendo levado pelos conquistadores para o interior adentro. Esse movimento possibilitou, em pouco tempo, a instalação de uma enorme zona de criação que iria do “Alto S. Francisco, passava pelos currais da Bahia, indo até o Piauí” (CAPISTRANO DE ABREU, 1982, p. 132). Nesse compasso de afastamento do gado do litoral, novas pastagens e novos

---

<sup>48</sup> Conforme Capistrano de Abreu, a obra foi publicada na metrópole com o título *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* (1711), de André João Antonil ou João Antônio Andreoni. A obra está dividida em cinco partes: Engenhos e Açúcar, Fumo, Minas e Gado. É de Antonil a celebre frase o “Brasil é inferno dos negros, purgatório dos brancos, paraíso dos mulatos”.

caminhos iam sendo descobertos, até encontrar o chapadão do Parnaíba, que já atravessava “a época do couro” (CAPISTRANO DE ABREU, 1982, p. 133).

Símbolo e emblema dessa época, o couro possui uma “ordem cósmica”, centrada no boi, transfigura-se em pele, osso, couro, sedém, carne verde e seca, sebo, graxa; a porta da cabana adquire nova função, no “rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos” (CAPISTRANO DE ABREU, 1982, p. 133). De couro é a roupa do vaqueiro, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida nas viagens, a mala para guardar roupa, a mochila como acessório para andar a cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as “bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os bangüês para curtume ou para apurar sal” (CAPISTRANO DE ABREU, 1982, p. 133). É no carro de boi<sup>49</sup> que se translada material de construção e da colheita; e no arado de bois “calcavam a terra com seu peso” (CAPISTRANO DE ABREU, 1982, p. 137). Capistrano traça um esboço da história econômico-social-geográfica-cultural da era do couro e como essa atividade foi conquistando o Brasil. Compara o sertão com outras regiões e destaca sua importância na formação brasileira, principalmente, nas correntes de penetração que buscavam entrar pelo interior, formando “uma corrente interior, mais volumosa e mais fertilizante que o tênue fio litorâneo”,

Desde Piauí à linha singela do litoral correspondiam uma ou mais linhas interiores de povoamento nas beiras dos rios e os chapadões do Parnaíba, do São Francisco, do Paraná e regiões intermédias. Estas linhas, interrompidas a cada instante, melhor se diriam pontos indicando um traçado a realizar (CAPISTRANO DE ABREU, 1982, p. 183).

Essa configuração geográfica<sup>50</sup> foi fruto de duas correntes “fáceis de distinguir”. Uma que atuava de modo espontâneo e tendia à continuidade, procurando a periferia ao oeste, ao norte e ao sul. E outra de caráter voluntário, determinada por ação “governativa, ambição de territórios ou vantagens estratégicas”, aparecia “salteada e desconexa”, e começando da

---

<sup>49</sup> O sergipano Bernardino José de Souza (1884-1949), dedicado estudioso da geografia e história do Nordeste. Publicou *Ciclo do carro de bois no Brasil*, onde analisa o processo de evolução do carro de bois, destacando seu papel fundamental no povoamento, na agricultura, na construção de cidades e vilas, na instalação das primeiras indústrias, no comércio, como meio de transporte, suas especificações técnicas e construtivas, as características dos bois de carro, o trabalho dos carreiros, guias e auxiliares (publicado post mortem). Publicou também, *Dicionário da terra e da gente do Brasil (1910)*, com verbetes, em ordem alfabética, sobre regionalismos e diferentes aspectos naturais e sociais do Brasil; *Corografia de Piauí (1913)*, entre outros temas. (Disponível/ <http://www.brasiliana.com.br/acesso> 08/11/2018)

<sup>50</sup> Nos mapas consultados, desenhos, ilustrações e gravuras da época colonial mostram um desenho de pontos descampados, descontínuos, isolados com indicações de paisagem e suas cercanias nas dimensões geológicas, topográficas, de organização espacial, de vilas, caminhos, rios, habitação, agentes físicos e significação mesológica. Nos mapas, identificam-se pontos designativos de interior, litoral, sertão, cidade e meio rural; divisões e subdivisões, movimentos migratórios, irradiação, adaptação, difusão de ocupação pelo interior e sertão.

“periferia procurava rumos opostos, serviu de condensador da população” (CAPISTRANO DE ABREU, 1982, p. 113). Nessa configuração, o meio serviu de evaporador e os “paulistas lançaram-se bandeirantes” (CAPISTRANO DE ABREU, 1982, p. 113). Sem se desviar de seus propósitos de elaborar uma “história íntima”, conforme alude José Carlos Reis (2007) e Ronaldo Vainfas (1999), Capistrano de Abreu perseverou na busca de documentos para reescrever a história do povo, suas lutas, costumes, o meio e, especialmente, a miscigenação entre o branco e o índio na formação do sertanejo. Nessa oportunidade, conceitua, classifica e hierarquiza as bandeiras. Para Capistrano de Abreu, bandeira era uma tropa de “homens empregados em prender [e] escravizar o gentio indígena. O nome provém talvez do costume tupiniquim, referido por Anchieta, de levantar-se uma bandeira em sinal de guerra” (CAPISTRANO DE ABREU, 1982, 113). Organizava-se em funções e hierarquias. O chefe ou comandante da tropa possuía amplos poderes, era o “senhor da vida e morte de seus subordinados” (CAPISTRANO DE ABREU, 1982, p. 113). Era comandada por mamelucos de São Paulo e com eles marchava todo tipo de gente.

Bandeirar significava conquistar, desbravar, descobrir, dominar, escravizar, aventurar-se, imaginar, obedecer, adaptar-se às linguagens, usar um tipo de mantimento e utensílio, acostumar-se a andar em fila, observar o ambiente e saber vencer todas as dificuldades por terra ou rio e, acima de tudo, não ter medo do sertão. Em seus estudos, Capistrano de Abreu percebeu que nas campanhas de apresamento de indígenas dos lados do Paraguai, os bandeirantes logo perderiam a superioridade. Com isso, o movimento declinou e os paulistas se voltaram para as incursões ao norte. Inicialmente, alcançaram a Bahia e o rio São Francisco, quando decidiram ficar por mais tempo no sertão. Essa decisão resultou em uma preferência pela “vida de grandes proprietários nas terras adquiridas por suas armas” e assim, aqueles bandeirantes, isto é, “despovoadores, passaram a conquistadores, formando estabelecimentos fixos, entregues à criação de gado” (CAPISTRANO DE ABREU, 1982, p. 118). Por certo, alteraram a geografia das expedições e, conseqüentemente, do povoamento da região, do interior e da formação brasileira.

No capítulo “Três Séculos Depois”, título que sugere um balanço do Brasil daqueles tempos, Capistrano de Abreu expõe os principais e mais importantes fatos, preparando o “terreno para o derradeiro capítulo, o melhor de todos” (VAINFAS, 199, p. 185). Capistrano analisa a sociedade brasileira apresentando um quadro histórico, sociológico, geográfico, sobre os tipos humanos, caminhos, atividades, consumo alimentar, festas, feiras, roupas, personalidades, costumes, infraestrutura urbana e rural, relações sociedade/Estado, assim como observações sobre o nível incipiente da consciência nacional, que se manifestava,

segundo o autor, desde a passagem do século XVIII para o XIX. Ele localiza as populações estratificadas geograficamente e aponta a situação no litoral, ou nas margens dos rios que entravam pelo interior. Neste quadro, vê a população brasileira em sua maioria mestiça variando de região para região. No interior, predominava o mameluco; no litoral e na região das minas gerais, o mulato. Os negros eram maioria no litoral e apesar das fugas para os quilombos, eram em menor número no sertão. No sul, os brancos eram mais numerosos. Capistrano de Abreu também reconhece diferenças regionais em decorrência das atividades econômicas em três regiões: Amazônia, zona pastoril e Minas. Nessa linha, Capistrano admite a formação de tipos regionais: o mineiro, o paulista, o goiano, o mato-grossense, o gaúcho e o sertanejo. Nesta caracterização,

Podem-se chamar pernambucanos os sertões de fora, desde Paraíba até o Acaraú no Ceará; baianos os sertões de dentro, desde o rio São Francisco até o sudoeste do Maranhão. Entre os sertanejos de um e outro grupo deve ter havido diferenças mais ou menos sensíveis. Talvez se venha a determiná-las um dia, quando forem divulgadas as relações dos missionários, corregedores, etc. [...] em todo caso as semelhanças entre os moradores de ambos os sertões avultam mais entre quaisquer outros habitantes do Brasil (CAPISTRANO DE ABREU, 1982, p. 187).

Capistrano de Abreu analisa o jeito de o negro caminhar e cantar; a forma do sertanejo se vestir; a maneira como os visitantes eram tratados e se portavam; o modo das crianças se vestirem (ou não se vestirem); se os habitantes se alimentavam; como homens e mulheres eram tratados e se vestiam; os tipos de alimentação, moradia, linguagem, costumes, vida social, cultural, jurídica, política, religiosa, econômica, urbana e rural. Fatores, no seu entendimento, que desempenharam papel fundamental na formação do povo brasileiro de “regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos” (CAPISTRANO DE ABREU, 1982, p. 200). Segundo balanço analítico feito pelos estudiosos do pensamento de Capistrano de Abreu, mais do que romper com a história político-administrativa e biográfica de Varnhagen, o historiador inaugurou ideias e temas que até então não passavam pela imaginação dos historiadores e que vieram influenciar toda uma geração de intelectuais. Paulo Prado foi um deles e com quem Capistrano de Abreu teve uma intensa e frutífera aliança intelectual. Paulo Prado admite que fosse cultivar “amor à história do Brasil” a partir da leitura dos “Capítulos” e foi assim que decidiu produzir ensaios de interpretação do Brasil, que contou com a inspiração e colaboração do amigo Capistrano de Abreu. O encontro entre Capistrano de Abreu, “um sertanejo rude, cidadão dos livros”, e Paulo Prado, “cidadão do

mundo”, ocorreu em 1918, conforme Carlos Augusto Calil<sup>51</sup>. Esse encontro ocorreu de forma apressada, mas com tempo suficiente para Paulo Prado agradecer ao mestre por ter ficado em sua casa lendo os “Capítulos” e desse modo ter achado “seu caminho de Damasco” (CAPISTRANO DE ABREU, 1954, apud CALIL, 2012, p. 9). Assim, nasceu uma relação duradora entre Capistrano de Abreu e Paulo Prado que juntos organizaram a “Coleção *Eduardo Prado*, O que se tinha de melhor para se Conhecer o Brasil” (RODRIGUES, 1982, p.29). Mais que uma aliança intelectual, foi uma oportunidade para os dois intelectuais de grande envergadura trocarem informações e aprofundarem suas interpretações sobre o Brasil. Paulo Prado enriqueceu a vida intelectual brasileira ao colaborar com Capistrano de Abreu que, por viver de modo muito modesto, pode, com a ajuda do amigo, aprofundar seus estudos. Assim, conforme informa Calil, Capistrano pôde dar continuidade às suas investigações e preparar suas publicações. Em 1927, Paulo Prado perdia seu mestre, atrasando a publicação de *Retrato do Brasil* que só aconteceria em 1928.

Ronaldo Vainfas (1999, p. 185), no artigo “Capistrano de Abreu, *Capítulos da História Colonial*”<sup>52</sup>, reconhece que o autor inspirou, além de Paulo Prado, outros intérpretes do Brasil, particularmente sobre o bandeirismo. Estão nesta linha, *Vida e morte do bandeirante* de Alcântara Machado (1929), ou mesmo a fase “paulista” da obra de Sergio Buarque de Holanda, de *Monções* ou de *Caminhos e fronteiras*. Para Vainfas (1999), Capistrano de Abreu se “monumentalizou” logo depois de sua morte. *Capítulos* foram reeditados em 1928 por Paulo Prado. E foi fundada a Sociedade Capistrano de Abreu que passou a ser responsável pela produção do autor (VAINFAS, 1999, p. 189). Reis (2007) diz que Capistrano de Abreu revigorou a historiografia e abriu caminho para as Ciências Sociais; e que seu pensamento está presente em muitos outros autores, como Gilberto Freyre que, segundo ele, apresenta proximidades, mas também abismos que os separam nas visões de Brasil. Reis compreende que Capistrano, ao estudar os tipos de moradia, antecipa *Casa Grande & Senzala*, principalmente nos aspectos culturais e psicológicos. Capistrano de Abreu também deixou marcas nos trabalhos sobre a colonização piauiense formulados nas primeiras décadas do século XX. Suas ideias ajudaram a compreender como o movimento de colonos (criadores) vindos do centro para o litoral realizou a façanha da colonização do interior, ou interiorização da colonização, elaborando uma sociologia da ocupação do território.

---

<sup>51</sup> *Retrato do Brasil* de Paulo Prado ficou esquecido por mais de vinte anos, até ser reeditado em 1997, com organização e introdução de Carlos Augusto Calil. Calil procurou “consolidar o texto, contextualiza-lo e revesti-lo com aparato crítico, composto de notas, depoimentos e resenhas recolhidos dos últimos 80 anos” (CALIL, 2012, p. 30).

<sup>52</sup> Artigo publicado em Lourenço Dantas da Motta. *Introdução ao Brasil. Um banquete nos trópicos* (1999).

Para Taunay, Capistrano foi o “mestre” das pesquisas das bandeiras ao fazer sua “exegese deste capítulo importantíssimo de nossos fatos” (TAUNAY, 1946, p. 09). Taunay reconhece que sua maior e mais significativa contribuição foi empreender um novo olhar sobre os bandeirantes, esses “construtores épicos do Brasil central e meridional [e que] nos levou a procurar e cultivar os grandes descobridores” (TAUNAY, 1924, p.15). De fato, após as publicações de Capistrano de Abreu, abriu-se um leque de novas perspectivas para os estudos do bandeirantismo e do sertão, de modo que nos anos 20 do século XX, se apresenta uma concentração volumosa de pesquisas sobre as grandezas e miudezas desses aventureiros. E isso fica perceptível em pelo menos três grandes tendências de exposição do conhecimento: a primeira está na ficção, poesia, crônica, romance em cujos cenários aparecem os itinerários, as áreas alcançadas, incorporando mapas, desenhos e ilustrações; a segunda é científica e documental com vistas a “descobrir referências geográficas documentadas da localização dessas jornadas” (TAUNAY, 1946, p. 12); e a terceira, encontra-se nas genealogias e biografias<sup>53</sup>, com seus personagens, feitos, apelidos e nomes de notáveis bandeiristas e sertanistas. Como resultado dessas tendências, os estudiosos estruturam e organizaram uma interpretação do Brasil com foco nos processos e práticas do bandeirismo.

É no âmbito desse movimento que, em 1911, o antigo Arquivo Público do Império foi recriado e tornou-se o Arquivo Público Nacional, um espaço dedicado aos pesquisadores interessados em estudar o tema, particularmente, com abundante documentação sobre o devassamento do Nordeste. Assim, formou-se uma rede de apoio e abriram-se canais de divulgação de pesquisas nos Anais da Biblioteca Nacional, no Arquivo da Marinha e Ultramar, na Revista do Arquivo Público Mineiro, nos Anais do Museu Paulista, nos Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, na Revista do Museu e Arquivo Público da Bahia, na Revista do Instituto do Ceará, na Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. Nessa perspectiva, os estudiosos reuniam condições físicas e mentais para se debruçarem no exame atento e rigoroso dos documentos que versavam sobre o bandeirismo. Para também ampliar o conhecimento das dinâmicas, das práticas e processos da formação brasileira que não eram

---

<sup>53</sup> Ilustra essas perspectivas: BARROS, Francisco Borges de. *Bandeirantes e sertanistas Bahianos* (1919); Urbino de Sousa Vianna, *Bandeiras e sertanistas baianos* (1935); em Francisco de Assis Carvalho Franco *Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo* (1940) e Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil: séculos XVI, XVII, XVIII (1953); Tito Lívio Ferreira. *Gênese social da gente bandeirante* (1944). Disponível, <http://www.brasiliana.com.br/acesso> 12/04/2016.

qualquer coisa, e nem deveriam ficar perdidas no passado, mas, que precisavam de uma nova roupagem a partir de uma abordagem culturalista.

### III – Oliveira Vianna e as populações do interior brasileiro

Em 1920, surpreendentemente, Oliveira Vianna<sup>54</sup> publica *Populações Meridionais do Brasil*, inaugurando o ensaio como gênero de interpretação do Brasil. Foi muito polêmico e até “mandado para o inferno”. No estudo de Maria Stella Bresciani, *O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil* (2007), a autora busca retirar o estudioso do “inferno ardente do autoritarismo”, e mostrar seu “potencial analítico como cientista social” (BRESCIANI, 2007, p.12). Para Luiz de Castro Farias, *Oliveira Vianna: de Squarema à Alameda São Boaventura, 41 - Niterói: o autor, os livros, a obra* (2002), Oliveira Vianna tornou-se um clássico ao se colocar perante um panteão de “desnubladores da realidade nacional. Panteão constantemente revisitado” (FARIAS, 2002, p. 22). Referência intelectual nas décadas de 1920 e 1930, “caiu em desgraça nos anos de 1940, para não mais se recuperar das críticas de intelectuais importantes, como Sergio Buarque de Holanda e Antônio Candido” (BRESCIANI, 2007, p.22). Para Ângela de Castro Gomes em “A dialética da tradição” (1989), os dois autores ao lado de Oliveira Vianna são “figuras paradigmáticas do pensamento social brasileiro” (GOMES, 1989, p. 1). José Murilo de Carvalho em “A utopia de Oliveira Vianna” (1991), comenta também as ideias comuns entre Oliveira Vianna e Sergio Buarque de Holanda e encontra compreensão da sociedade brasileira a partir dos arranjos “do ruralismo, e mesmo do nacional para a democracia” (CARVALHO, 1991, p. 96).

No artigo, o historiador aproveita para expor certa predileção “dos intelectuais de esquerda ou mesmo liberais”, em rotular Oliveira Vianna de racista, elitista, estatista, corporativista, colonizador, reacionário. Designações que puseram “Oliveira Viana no inferno”. (CARVALHO, 1991, p. 83). Inferno que Carvalho procura revisar com a postura de quem procura fazer uma “visita não diria amigável, mas desarmada” (CARVALHO, 1991, p. 83). Essa postura de exame do pensamento de Oliveira Vianna permitiu a Carvalho

---

<sup>54</sup> Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951), jurista, professor, etnólogo, historiador e sociólogo brasileiro, nascido em Rio Seco de Ssquarema, Estado do Rio de Janeiro. Foi, sucessivamente, diretor do Instituto do Fomento do Estado do Rio de Janeiro (1926); membro do Conselho Consultivo do Estado, consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1932-1940); membro da Comissão Especial de Revisão da Constituição (1933-1934); membro da Comissão Revisora das Leis do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e, finalmente, nomeado para ministro do Tribunal de Contas da República (1940). Eleito em 27 de maio (1937) para a Cadeira n. 8 da Academia Brasileira de Letras, sucedendo a Alberto de Oliveira e foi recebido em 20 de julho (1940) pelo acadêmico Afonso Taunay.

reconhecer a inegável influência de Oliveira Viana sobre quase todas as principais obras de sociologia política produzida no Brasil. Nas biografias sobre Oliveira Vianna, sua trajetória é identificada como sendo um “homem de letras”. Dedicado ao trabalho e aos livros, sem ambição de reconhecimento público, de hábitos monásticos, católico fervoroso, íntegro e mesmo participando em cargos de governos autoritários, não tirou proveito pessoal. José Carlos Reis no artigo “Civilização brasileira e otimismo ultraconservador (trágico): Oliveira Vianna e via autoritária da integração do Brasil à civilização ocidental” (2006, p. 124), completa a descrição de Oliveira Vianna, caracterizando-o como tímido, reservado, discreto, austero, bem trajado, limpo, sereno, defendia suas teses com lucidez, argúcia e calma.

Reis (2006) diz que o intelectual tinha profundo respeito pelo debate intelectual, mas, curiosamente, não aceitava convites para conferências e não frequentava festas e rodas literárias. Preferia se relacionar através de uma vasta rede de correspondências, cartas, telegramas, bilhetes, “Oliveira Vianna conversava por escrito”. Segundo Reis (2006), citando Giselle Venâncio (2001), Oliveira Vianna enviava seus livros e recepcionava livros, fosse ou não de amigos (REIS, 2006, p. 38). Sua formação é típica de sua geração, bacharel em ciências jurídicas e sociais, era “discípulo assumido de Alberto Torres” (BRESCIANI, 2007, p. 11). Colaborou em jornais e na Revista do Brasil de Monteiro Lobato, na qual publicou a partir de 1917 vários artigos que se tornariam capítulos de *Populações Meridionais*, depois publicado na íntegra, em 1920. O livro foi organizado e estruturado na forma de ensaios, dedicado às populações meridionais nos quais investiga a formação de dois tipos sociais diferenciados: o “matuto” montanhoso, cujo centro de formação é o estado do Rio de Janeiro e o “matuto” dos platôs agrícolas de São Paulo.

Em *Populações Meridionais*<sup>55</sup>, começa analisando a aristocracia rural, formação e predominância dos tipos rurais; variações regionais, mentalidades: os paulistas, mineiros e fluminenses e os traços diferenciais de cada grupo. A partir de então, traça os elementos que ele considera mais profundos da formação histórica brasileira com os seguintes temas:

---

<sup>55</sup> A edição de *Populações meridionais do Brasil. História-Organização-Psicologia. Primeiro Volume - Populações Rurais do Centro-Sul - Paulistas - Mineiros - Fluminenses* ocorreu em 1920; 2ª edição (1922); 3ª edição (1933); 4ª edição (1938); 5ª edição, Vol. II – *O Campeador Gaúcho*, (1952); 6ª edição (1973). A edição estudada foi publicada pela Edição do Senado Federal (2010), com Introdução de Antonio Paim, seguida da Introdução sem acréscimos de Oliveira Vianna, da primeira edição e nota *Addendum* ao final do livro. Publicou também, *Pequenos Estudos de psicologia social* (1921); *O idealismo da evolução política do Império e da República* (1922); *Evolução do povo brasileiro* (1923); *O ocaso do império* (1925); *O Idealismo da Constituição* (1927); *Os Problemas de Política Objetiva* (1930); *Raça e assimilação* (1932); *Problemas do direito cooperativo* (1938); *Instituições políticas brasileira* (1949). Postumamente, *Problemas de organização e problemas de direção* (1952); *História social da economia* (1988), *Ensaio inédito* (1991).

“Pequena história do domínio rural”, “Dispersão dos Paulistas” e “Etnologia das classes rurais”; e segue com “Formação Social” se voltando para a “Função simplificadora do grande domínio rural”, “Gênese dos clãs e do espírito de clã”, “Instituições de solidariedade social e Política”, “Função política da plebe rural”; “Os grandes caudilhos territoriais e a anarquia colonial” “Organização da ordem legal” e por último, se debruça para a “Psicologia política e suas mentalidades e sociabilidades”. Na apresentação da obra, explica seu método para analisar os novos arranjos da formação brasileira com fundamentos no concreto, objetivo, realístico, naturalístico. Acolhe os fatos como se estivesse “ao vivo”, direto do cotidiano do povo, que para ele possui os elementos estruturais de como ocorreu a adaptação “ao seu espírito, à sua mentalidade, à sua estrutura” (OLIVEIRA VIANA, 2010, p. 413). Descarta estudar as populações como uma massa uniforme, homogênea, única, distensa, igual, guardando, dessa forma, a mesma densidade social e a mesma unidade de composição e estrutura. Oliveira Vianna pressupõe a existência de histórias diferentes uma do norte, outra do centro-sul, e outra do extremo-sul. Essas histórias geram sociedades diferentes “dos sertões, a das matas, a dos pampas” com tipos específicos: “o sertanejo, o matuto, o gaúcho”. (OLIVEIRA VIANNA, 2010, p.16).

No estudo, Oliveira Viana procura se afastar da ideia do documento ser visto como “literalista” e opta por outro arranjo interpretativo voltado para Antropogeografia de Ratzel (1844-1904); a Antropossociologia de A. Gobineau (1815-1882) e Lapouge Amon (1854-1936); Psicofisiologia dos Ribots, Sigheles, Tardes; a Ciência Social de Le Paly e Henri de Tourville, auxiliada por Demoulin, Poissard, Descamps, Rousiers, Préville, “Cujas análises minuciosas da fisiologia e da estrutura das sociedades humanas, [...] dão rigor, aos mais obscuros textos históricos uma claridade meridiana” (OLIVEIRA VIANA, 2010, p. 50). Para compreender os processos formativos, atende, de certo modo, ao clamor de Capistrano de Abreu, de se voltar para sociedade brasileira, particularmente nos três primeiros séculos coloniais, reconhecendo que nessa época os modos de vida se tornaram um arranjo poderoso, incontestável e decisivo da formação brasileira. Esse arranjo precisava ser analisado, pois ainda persistia algo “silencioso, obscuro, subterrâneo”. Esse modo de vida ainda era elemento estruturante no “sistema das forças sociais, que elaboram a nossa civilização” (OLIVEIRA VIANA, 2010, p. 50). Mas, para Oliveira Vianna, esse modo foi esquecido, de certo modo, pelos estudiosos e assim era imprescindível “fazer justiça a essas gentes obscuras do nosso interior, que tão abnegadamente construíram a nossa nacionalidade e ainda se mantêm na sua solidez e na sua grandeza” (OLIVEIRA VIANA, 2010, p. 55-56).

Essa gente se organizou, coexistiu, diferenciou-se, opôs-se à cidade, ao litoral, adquirindo assim uma fisionomia própria. Na sua essência, seu modo de vida rústico foi responsável pela formação da vida brasileira, arrastando-se, atravessando todos os tempos e lugares até mesmo quando as cidades brasileiras passaram a ser, de fato, uma extensão do mundo rural conforme reconhece Oliveira Vianna. O modo de vida rural foi escolhido pelo estudioso também por representar um tipo de mentalidade, sociabilidade, estilo de vida, espírito, gênese do “tipo peninsular originário”<sup>56</sup> (OLIVEIRA VIANNA, 2010, p. 74).

Para o estudioso, o mundo rural representa, em geral, os “hábitos, costumes e, principalmente, o espírito e caráter material” (OLIVEIRA VIANA, 2010, p. 99) e tipos de sociedades. Assim, existe, para Vianna, um tipo de sociedade que se assenta na coexistência entre a pequena e a grande propriedade e outras sociedades em que essa coexistência gera uma contradição. Essas condições geraram tipos de populações. A população do pequeno domínio rural foi gerada na sociedade densa, concentrada, compactada pela solidariedade vicinal, responsável por absorver toda a vida social. Espelha-se em um tipo de “mentalidade fundamentalmente doméstica [...] pelo temperamento e pela moralidade [...] pelos hábitos e pelas tendências” (OLIVEIRA VIANA, 2010, p. 100). Por outro lado, as sociedades do grande domínio rural, geradas pelo mito da fortuna, exercem a autoridade sob as populações e o mando circundante dos pequenos domínios agrícolas ou do pastoreio. Seus moradores são servidores, empregados, crias, mucamas, oficiais, os de ofícios manuais, pardos, negros, feitores, administradores, caixeiros, mestiços, em suma, “a ralé” (OLIVEIRA VIANA, 2010, p. 106) que obedece por serem os “mandões” da “nobreza rural” (OLIVEIRA VIANA, 2010, p.116). Para Oliveira Vianna a formação dos povos do interior e do sertão, em especial, é resultado do movimento que foi empreendido pela gente do Sul em direção ao “Norte”, pois era portadora de uma mentalidade expansionista de conquista territorial. Esse tipo de mentalidade promovido pela nobreza rural ocorreu através das bandeiras que “tão abnegadamente construíram a nossa nacionalidade” (OLIVEIRA VIANA, 2010, p. 56) ao se espalharem por “todos os quadrantes do planalto central” (OLIVEIRA VIANA, 2010, p. 134), implantando lições de brasilidade.

---

<sup>56</sup> Para Oliveira Vianna, são populações de descendentes lusos, nobres e fidalgos. Têm os hábitos das aristocracias europeias, o traquejo dos paços reais, o orgulho das suas genealogias ilustres. Os plebeus são óbrios e honrados, embora de poucas posses. Obscura e silenciosamente, vão se fixando, com os seus gados grossos e miúdos, vão ganhado espaço, atingindo fortuna com terras e currais.

Assim, para Oliveira Viana, o bandeirismo foi responsável por retirar o interior e o sertão da “progressiva internação sertaneja” e incluí-lo nos domínios da “ruralização da aristocracia meridional” (OLIVEIRA VIANA, 2010, p. 410). Nesse movimento, o bandeirante se transfigurou em sertanista povoador e por onde passava, implantava mais currais, dos quais derivaram a “fazenda, o engenho, o arraial, a povoação, a vila”, todos com o objetivo primordial de “reunir os moradores dispersos” pelos latifúndios (OLIVEIRA VIANNA, 2010, p.146). O curral, como “fundação sumaríssima”, eram o meio mais rápido de conquista e povoamento, consolidando-se como “complexos organismos econômicos [...] centros antropogênicos de primeira ordem” (OLIVEIRA VIANA, 2010, p. 150), pois lá residia o vaqueiro, o “vanguardeiro da civilização”, que era também o batedor dos engenhos e do gado, o que preparava o meio para assegurar “por toda parte a tranquilidade indispensável ao labor” (OLIVEIRA VIANNA, 2010, p. 146). Nessa oportunidade reconhece a existência de tipos brasileiros do Norte e do Sul. Esses tipos de brasileiros “do Norte, a do centro-sul, a do extremo-Sul” geraram sociedades diferentes “dos sertões, a das matas, a dos pampas” (OLIVEIRA VIANNA, 2010, p. 16).

Então ele traça sua tipologia em “regional, histórica, social e cultural”, pois são dimensões capazes de “guardarem as suas peculiaridades, quaisquer que sejam os meios em que se encontrem” (OLIVEIRA VIANNA, 2010, p. 54). Oliveira Vianna prossegue na sua tipologia denominada de “seleção telúrica regional” e uma diversidade de tipos humanos: “o matuto” o “gaúcho”, o “sertanejo”. O tipo rural ou “homo rusticus, tipo peninsular originário”; o tipo urbano do “meio rural”, o “homem do campo”, cujo supremo representante é o fazendeiro; o tipo potentado prussiano “rústico e inculto caudilho”, representado pelo bandeirante paulista. Oliveira Vianna continua analisando o “bandeirismo”, reconhecendo que o principal mérito desse empreendimento foi se cercar de “einentes historiadores” que se guiaram pelo espírito de “gênese dessa paixão”, da “fascinação” de sua “admirável irradiação” de alcançar os mais distantes pontos do Brasil. Contudo, os estudiosos reduziram esse fenômeno a um tipo de mentalidade bandeirante transladador do pequeno e do grande domínio rural em uma grande onda do tipo “belicosa que se intensificou, propagou e conquistou adeptos num grande processo migratório” (OLIVEIRA VIANA, 2010, p. 142).

Nesse enlace, para Oliveira Vianna, o bandeirismo desempenhou o papel fundamental de organizar e fundar uma sociabilidade entre as gentes que procuravam fugir da miséria. Essa fuga gerou a bandeira como “um meio de classificação” (OLIVEIRA VIANNA, 2010, p. 150). Segundo Oliveira Viana, essas condições só foram possíveis com a criação do comandante, do chefe supremo possuidor de espírito bélico caudilhista, gerado pelas leis da

antropologia social, ou seja, de reservas de “eugenismo acumuladas nos primeiros séculos” (OLIVEIRA VIANA, 2010, p. 139). O comandante descrito por Oliveira Vianna era forte, rico de coragem, imaginação e vontade. Vianna compara esse tipo de espírito eugênico àquele dos cavaleiros da idade média que eram selecionados pela bravura, valor, “virtude”, no sentido romano da expressão. Esse tipo de chefe era também dotado de caráter, integridade moral, dignidade, lealdade e probidade, atributos que Oliveira Vianna via como pertencentes apenas ao tipo do Sul representado pelos paulistas,

No seu real nome fazem tudo o que lhes manda, expõem aos perigos a própria vida, gastam sem dificuldades tudo quanto têm, e vão ao fim do mundo, sendo necessário. O seu coração é alto, grande e animoso, o seu juízo grosseiro e mal limado, mas de um metal muito fino; são robustos, fortes e saudáveis, e capazes de sofrerem os mais intoleráveis trabalhos (OLIVEIRA VIANA, 2010;1920, p. 140).

Reconhece que, inicialmente, foram seduzidos pelo mito das “vantagens mais sedutoras: honrarias, privilégios, condecorações, cargos oficiais, patentes militares” (OLIVEIRA VIANA, 2010, p. 141). Depois foram atraídos, paulatinamente, pelas “notícias” de que ao avançarem pelo interior adentro, principalmente para o Norte, encontrariam um caminho intenso e sugestivo, pelo qual passavam boiadas subindo e descendo os vales do São Francisco até o extremo do Piauí. Essas “notícias” animaram ainda mais o espírito de mentalidade bélica do bandeirante e, assim, foi conquistar essas paisagens. Nesse movimento, percebeu que era preciso agregar novos personagens da vida brasileira, em especial “a ralé” que já se destacava nitidamente naquele cenário. A “ralé” era uma “massa obscura e pacífica” das populações do meio rural que parecia, à primeira vista, “dotada de vida própria e autônoma, mas na paisagem brasileira, era um organismo à parte, uma formação anômala e extravagante” (OLIVEIRA VIANA, 2010, p. 210). Seu recrutamento foi feito com base no sentimento de “amor à guerra” por serem combativos, bravos “capazes mesmo de heroicidade” (OLIVEIRA VIANA, 2010, p. 219).

Mas, ao lado do sentimento de heroísmo, existia o sentimento de medo que fazia essa gente fugir do recrutamento. Nessa perspectiva, “a ralé” se voltava, “em súplica angustiosa”, pedindo proteção ao potentado local, o caudilho que por ser forte, rico, prestigioso, cheio de privilégios, era visto pela “ralé” como o único capaz de defendê-los, ampará-los e livrá-los dessa situação. Para Vianna, neste momento, os chefes rurais viram como uma oportunidade de exercer e fazer funcionar o título de “mandões” e fazer aquela gente obedecer ao recrutamento. Para isso, os “mandões” adotaram um ritmo para manter os sentimentos circulando, servindo-se de dois tipos de mentalidade de solidariedade: na solidariedade

parental, os recrutados eram a parentela, os amigos favoritos do chefe rural e também seus escravos, “os burros de carga”, que se distinguiam dos agregados “pela origem étnica, pela sua situação social, condição econômica e pela sua residência fora da casa senhorial” (OLIVEIRA VIANNA, 2010, p. 219). Os agregados eram moradores que habitavam em pequenos lotes, em toscas cabanas de palha e taipa que circundavam a casa do potentado rural, que, do alto da sua edificação, centralizava e dominava as paisagens e sua gente. A terra cedida servia como meio de trabalho e sustento, fonte de alimento dos agregados e de suas famílias. Sua composição era de mamelucos, cafuzos, mulatos, mestiços, uma “infiltração étnica formidável” (OLIVEIRA VIANNA, 2010, p. 127). “A ralé”, conforme Oliveira Vianna, era um produto histórico do meio rural, serviu como meio para os cruzamentos raciais, representando, assim, a segunda função social do domínio rural “uma das maiores da nossa história – porque nela está a gênese e a formação da própria nacionalidade” (OLIVEIRA VIANNA, 2010, p. 128).

Por outro lado, via também neste tipo de mentalidade de solidariedade um tipo de cooperação vicinal, para Oliveira Vianna, típica do “Norte” onde predominava o boi, o curral e a vaquejada, os mais autênticos exemplares desse tipo de solidariedade por haver “verdadeira cooperação de vizinhos, com um caráter tradicional, que denuncia um costume” (OLIVEIRA VIANNA, 2010, p. 232). Assim, o bandeirismo, ao se servir de imediato desses tipos de mentalidade de solidariedade, possibilitou com êxito e reinaugurou um tipo de mentalidade e sociabilidade na formação da vida brasileira. Reconhece também que nesta oportunidade, os meios fluviais e terrestres funcionavam como caminhos duplos. Oliveira Vianna (2010, p. 149) imagina essa gente, caminhando, deslocando esses “agregados humanos” para diferentes pontos do território, o que causou no estudioso uma sensação de espanto e deslumbramento, pois havia,

[...] um traço épico, que nos entusiasma. Perdemos-nos, por isso, em descrevê-la com os coloridos mais vibrantes da nossa inspiração. Correntes silenciosas, tranquila, obscura, sem heroicidades deslumbrantes, mas não menos bela na sua marcha e nos seus efeitos (OLIVEIRA VIANA, 2010, p. 152).

Esse tipo de mentalidade fundou um tipo de sociedade dominada pelo espírito de delírio coletivo da aventura, assimilada e transfigurada na marcha do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho que foi até as “ásperas caatingas do Piauí e do Maranhão”. Essa ideia fez dos paulistas os protagonistas de uma nova história do Brasil, ao instalar nos sertões uma “maravilhosa e ampla zona de fixação” dos vales do São Francisco, do Parnaíba e de seus

afluentes, ligando o interior ao litoral de tal modo que aquela sociedade agitadíssima se tornou “perfeitamente estabilizada” (OLIVEIRA VIANA, 2010, p. 156). O estudo de Oliveira Viana colaborou também para reformular a mentalidade dos especialistas sobre o sertão, pois para alguns a impressão era de plena monotonia e solitária grandeza, ao ponto de se perguntar “Onde está o homem”? Agora, ao “entrar, comovido, nessas imensidões despovoadas, tão impressionantes na sua tranqüilidade misteriosa e profunda”, essa solidão não existe, pois,

É uma aparência, apenas. Esse ermo está povoado. Dentro desse silêncio há rumor. Dentro dessa imobilidade há vida. Dentro dessa desolação há um povo. O *viajor* descuidado não o vê. Os caminhos silenciosos que atravessa; as vilas e povoados mortos e mudos que penetra; os raros pousos avarandados, em que descansa, não o revelam... (OLIVEIRA VIANA, 2010, p. 186)

Essa visão, para Oliveira Vianna (2010, p. 52), agora esclarecida, opõe-se àquela imaginada pelos historiadores que viam o sertão e o interior como se fossem uma “massa homogênea e única”, uma ideia vaga, incompleta, ou falsa, pois levava sempre em conta “a unidade da raça, da civilização e da língua”. Assim, o papel do estudioso foi desmontar esse ponto de vista, elegendo peças e elementos de um vasto organismo que se formou e funcionou em seus habitats, em suas variações regionais, em seus elementos étnicos e, principalmente, na sua “inegável diferença das pressões históricas e sociais sobre a massa nacional, quando exercidas ao norte, ao centro e ao sul” (OLIVEIRA VIANA, 2010, p. 52). O modo de vida das populações rurais ou do interior, para Oliveira Viana (2010, p. 16-17), configura tipos de formação que se diferem, por exemplo, do “gaúcho”, do “sertanejo”, apesar de ambos serem de formação pastoril, estão limitados por sua condição regional e restritos ao seu habitat gerador.

Ao descrever as populações do interior, Oliveira Viana organizou um modelo interpretativo da formação brasileira fundada pelos “tipos, mentalidades e sociabilidades coletivas”, combinada com fatores culturalistas acentuando aquelas que lhe pareciam “de maior força e eficiência” (OLIVEIRA VIANA, 2010, p. 15). As populações do interior, para o estudioso, confundem-se com as histórias, os habitats e as mentalidades da vida brasileira. São regionalidades que, se fosse possível definir, certamente, ao serem sujeitas a um corte vertical, “mostrariam igualmente diversidade considerável na sua estrutura íntima” (OLIVEIRA VIANA, 1987, p. 16). Enfim, o estudioso que foi mandado para o inferno, mostrou movimentos fundamentais para se compreender a formação dos “tipos de brasileiros” cada vez mais assentados em suas particularidades de costumes, maneiras, feição e caráter, que se revelam e se afirmam no homem do campo de maneira ainda antiga. Essa maneira foi

influenciada pelo domínio rural, depurada pelo meio urbano e se tornará sempre ação combinada de várias particularidades nossas, do nosso meio e da nossa história.

#### **IV - Afonso d'Escragnolle Taunay, a bandeira de volta ao sertão.**

Dos estudiosos desse período, reconhecidamente, Afonso d'Escragnolle Taunay (1879-1958) se tornou a principal referência ao liderar vários empreendimentos favoráveis à remontagem do tema do bandeirismo paulista. Formado em engenharia civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, fez carreira em São Paulo, tendo sido catedrático da Politécnica paulista. Ocupou diversos cargos na administração estadual. Foi membro da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e Brasileiro e, por trinta anos, foi diretor do Museu Paulista. É considerado o maior pesquisador do bandeirismo. Em suas pesquisas se dedicou de modo predominante e permanente a escrever a história nacional, identificando aspectos étnicos e avaliando as condições do ambiente geográfico do planalto, na perspectiva de balizar as influências e os fatores socioculturais na evolução social da sociedade brasileira. Todo o empreendimento intelectual de Taunay é mais que volumoso, é metódico e sistemático.

Ele se volta para a pesquisa documental e bibliográfica da qual, dedicadamente, organizou, compulsou e copiou documentos, também prefaciou e apresentou muitas obras e autores, preferencialmente sobre o bandeirismo. Publicou uma vasta obra sobre a História do café (quinze volumes); tratou da História Seiscentista da Vila de São Paulo (seis volumes); da História da Cidade de São Paulo (cinco volumes); da História Geral das Bandeiras Paulistas (onze volumes); dos Relatos Sertanistas (sete volumes); dos Viajantes do Brasil Colonial (Séculos XVI – XVIII). Foi um pesquisador dedicado, visitava arquivos dos estados e cidades. Recebia e enviava correspondência trocando informações com estudiosos das mais diversas regiões brasileiras, sempre a procura de “novos documentos”. Nos anos 30, declara suas “Incertezas e angustias” diante do quadro político paulista, mas, por outro lado, encontra “forças ao longo de tão extensa e laboriosa jornada”, sendo amparado pelos amigos de todo o Brasil, em especial de “Alfredo Ellis, Oliveira Vianna, Fernando de Azevedo”. (TAUNAY, (vol. III), 1927, p. 05).

Na *História Geral das Bandeiras Paulistas*<sup>57</sup>, publicados entre 1922 e 1950, Taunay admite que foi convencido por Capistrano de Abreu de, assim como ele, voltar os olhos para o

---

<sup>57</sup> Encontrei alguns volumes da primeira edição e edições atualizadas no acervo da biblioteca da PUCSP e em sebos da cidade de São Paulo.

Brasil do interior e assim reescrever a história da nossa formação a partir das incursões pelos sertões. Esse “novo” olhar iria romper com aquele do século XIX e início do XX, que via o Brasil pela história do litoral, em particular. Taunay acatou prontamente a orientação de Capistrano de Abreu, e decidiu reelaborar uma nova versão do bandeirismo que ele intitulou de “história da conquista do Brasil interno” (TAUNAY, 1924, (vol. I), p. 10). Estudar o bandeirismo significava demonstrar a “importância colossal do movimento das entradas. Que seria ele o Brasil?” (TAUNAY, 1924, p. 08-09). Era também uma oportunidade para melhor esclarecer um caso ainda “obscuro” para Taunay sobre a história piauiense, o caso de como se deu “a fixação da personalidade do primeiro povoador do Piauí” (TAUNAY, 1927, p. 06), se foi o bandeirante paulista Domingos Jorge Velho ou o bandeirante português Domingos Affonso Maffrense.

Empenhado em elucidar a questão, ele se serve dos estudiosos que tratam da história do Piauí, como o historiador baiano J.M.P de Alencastre, o historiador pernambucano F. A. Pereira da Costa, de Barbosa Lima Sobrinho, Ernesto Ennes e o historiador piauiense Anísio Brito. No estudo, o autor propõe uma reanálise das origens do bandeirismo ou movimento entradista, de exploração ou desbravamento territorial, desde as primeiras expedições do século XVI, indo até o século XVIII. Nessa perspectiva, condensou toda bibliografia histórica sobre o assunto, dando a conhecer notável massa de documentos dos arquivos nacionais, estrangeiros e, principalmente, das províncias que continuavam completamente ignorados. Assim, projetou novas luzes interpretativas sobre o bandeirismo, retificando, ampliando, debatendo ou revelando novos episódios, até então desconhecidos e ignorados.

No primeiro volume, o autor estuda o ambiente paulista originário do bandeirismo: “os primeiros contatos e conflitos hispano-paulistas”, a “questão servil em São Paulo” e a “fundação dos estabelecimentos jesuíticos na bacia platina”. No segundo e no terceiro volume, estuda o “conflito hispano-paulista, nos períodos 1628-1641”, respectivamente. No quarto volume, ainda prossegue no estudo da penetração bandeirante em território “paraguaio e a ocupação do sul do Mato Grosso”. Ocupa-se das expedições paulistas à Bahia e do desbravamento do Piauí. No quinto volume, inicia o estudo do “ciclo de mineração”, analisando as jornadas nos sertões baianos, “os primórdios da mineração, o ciclo de ouro de lavagem e as expedições para descobrir esmeraldas e prata”. No sexto volume, volta a tratar da ocupação do sul do Mato Grosso e continua o estudo do “ciclo das pedras preciosas e da prata, expondo a grande jornada de Fernão Dias Pais”. A última parte desse volume foi dedicada à conquista do “Nordeste à guerra dos Bárbaros”. O volume VII trata da “Conquista do Nordeste pelas bandeiras paulistas e dos antecedentes da guerra dos Palmares”. Nos

demais volumes, Taunay segue trilhando ideias e temas bandeirantes mostrando seus desdobramentos. Esse trabalho teve como consequência a formação de uma aluvião de ideários que passaram a frequentar o ambiente intelectual nas cinco primeiras décadas do século XX, arregimentando uma plêiade de intelectuais que se agruparam em torno dos paulistas para, assim, ampliar, debater ou criticar a temática bandeirante e sua relação com as temáticas dos sertões. Temáticas que tanto fascinavam os estudiosos.

A obra foi reeditada em 1961, em três volumes, como parte das comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Taunay escolheu o tema do bandeirismo porque havia uma incompletude das informações que ainda repousavam em arquivos inteiramente inexplorados, além dos poucos estudiosos “modernos”, que não possuíam habilidade ou conhecimento da grande capacidade de leitura daquele tipo de papéis. Mesmo reconhecendo uma plêiade de estudos sobre as bandeiras, para Taunay, o que vigorava era a ideia de um povo “oficialmente condenado por uma serie de cartas e disposições régias, absolutamente letra morta, mas obediente”, vigorando uma imagem negativa de que os bandeirantes paulistas eram “indivíduos ásperos e incultos, inteiramente avessos a escripta” (1924, p.15).

Desse modo, Taunay rompeu com esse ideário elaborando argumentos em defesa do bandeirismo, e, em particular, do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho e sua notabilíssima “actuação das bandeiras na conquista do nordeste, [em particular] no Piauhy, em 1662, e terminando em princípios do século XVIII” (TAUNAY, 1929, p. 07). Seus argumentos se baseiam na ideia de história de Taine, que entende que a verdade histórica “não é intangível”, pois mesmo que os fatos históricos sejam “aceitos pela critica, nem sempre encerram a verdade que, só depois, à luz dos documentos, se pode restabelecer” (TAUNAY, 1928, p. 343). Nessa perspectiva, o estudioso das bandeiras alude grande importância ao conjunto dos documentos que foi sendo publicado e que “veio trazer enorme contingente de elementos novos para pormenorização destes acontecimentos ate hoje pouco analisado, e sobre os quaes havia artigos especiaes, vários de real valor [...] do qual contribuem com grande contingente de novidades” (TAUNAY, 1929, p. 07).

Com relação ao Piauí, em conformidade com Taunay, os historiadores consideram que “Nas imediações de 1670”, iniciou-se a colonização da “nova e grande zona brasileira cujo primeiro desbravamento foi devido ao influxo do bandeirantismo paulista: o Piauhy” (TAUNAY, 1928, p. 332). Contudo, Taunay entende que foi no ano de 1662 ou no ano imediato que “começaram as excursões sertanejas do Piauhy pelo ousado bandeirista Domingos Jorge Velho, de S. Paulo e de distincta família da colônia” (TAUNAY, 1928, p. 332). O estudioso reconhece que essa divergência histórica sobre a “conquista desta vasta

região” foi amplamente estudada pelos historiadores da província do Piauí, como Alencastre, Pereira da Costa, Anísio Brito<sup>58</sup> e Abdias Neves. Contudo, Taunay questiona como esses historiadores não entraram em consenso sobre o apossamento do Piauí se “*Domingos Jorge Velho, o heroe da ‘Troya Negra’, na expressão de Oliveira Martins, ou Domingos Affonso Maffrense, rendeiro da celebre e poderosa Casa da Torre, e grande creador de gado*”? (TAUNAY, 1928, p.334). Ao que parece, pensa Taunay, são bem diversos os argumentos pró e contra as condições que determinaram a “incurção de ambos no Piauhy”, uma delas se refere que as “circustancias fortuitas fizeram-nos deparar um ao outro em pleno sertão, aquém da Serra dos Dois Irmãos, em terras piauienses” e nessa ocasião decidiram penetrar simultaneamente em solo piauiense. Taunay pensa que se “estudarmos as causas determinantes da penetração de Jorge Velho e Domingos Affonso em território piauiense, chegaremos à evidencia que a prioridade histórica do descobrimento do Piauhy pertence ao paulista”, pois,

A entrada de Domingos Jorge prende-se ao movimento dos Bandeirantes paulistas que, [na] nossa historia colonial, culminou no século XVII além das invações neerlandesas e a de Domingos Maffrense está ligado ao grande cyclo dos creadores de gado que foi posterior. Os Bandeirantes desbravaram os sertões que, depois, os creadores occuparam. No sul, como que a orla marítima não comportava mais as populações, e, todas avançam, furiosas, varando os sertões, conquistando-os aos selvagens, a principio como ardis, seduzindo-os; depois, a ferro e fogo, arrebanhando-os ao trabalho, á lavoura (TAUNAY, 1928, p.334).

Ressalta que, inicialmente, a bandeira era uma aventura que foi atraindo um contingente que se valia da ideia do “inesperado” e do “fortuito” (TAUNAY, 1927). Foi nesse contexto, que a bandeira dos paulistas partiu “furiosa por varar os sertões”, atraídos pela fama de riquezas e “exageradas pela imaginação dos aventureiros que, ora seguindo o curso dos rios, ora as mattas virgens, se lançam, affrontando todos os riscos á procura dos metaes” (TAUNAY, 1928, p. 334). Envoltos de uma “anciã indescritível” (TAUNAY, 1928, p. 335), os bandeirantes paulistas percorriam, “incansáveis, quase toda a terra de Santa Cruz, desde a segunda metade dos séculos XVII, á primeira do século XVIII”, atraídos pela notícia que chegava ao Sul sobre as “riquezas imensas que jaziam nos sertões”. Essa notícia produziu, para o estudioso, um efeito desejado, ou seja, “organizaram-se, logo, diversas bandeiras” e,

---

<sup>58</sup> Anísio Brito de Melo (1854-1946). Educador, historiador, jornalista piauiense. Integrante da geração que fundou o IGBPI e APL, sócio correspondente de idênticas sociedades do Pará, do Ceará, da Bahia e membro da Sociedade Numismática Brasileira. Autor dos ensaios: "Contribuição do Piauí à Guerra do Paraguai"; "O Município Piauiense"; "A Quem Pertence a Prioridade Histórica do Descobrimento do Piauí?"; "Adesão do Piauí à Confederação do Equador"; "Independência do Piauí"; "Os Balaios no Piauí", "Fazendas Nacionais no Piauí", "Ligeira Notícia sobre o Jornalismo", "Piracuruca". Escreveu verbetes sobre o Piauí no *Dicionário Histórico e Etnográfico do Brasil*.

em conformidade com Taunay, em 1672, “Paschoal Paes de Araújo, chegou ao Piauí”, donde seguiu depois pelo rio Tocantins, “descobrimo imensas jazidas”. E cita Rocha Pombo para admitir que o rio S. Francisco se tornou de fato o meio indispensável de penetração para o interior profundo e secreto do Brasil. A partir dessas ideias, Taunay vai encorajando seu pensamento para reconhecer que,

Neste tempo se ampliou mais a extensão das terras, que havíamos penetrado nos sertões de nossa America; porque no anno de 1671 descobrimos os sítios do Piauí, gandissima porção de terra, que está em altura de 10° do Norte além do Rio S. Francisco para a parte de Pernambuco, no continente daquela Província, e não mui distante do Maranhão (TAUNAY, 1928, p.336).

Entende que foi nessa oportunidade que Domingos Jorge Velho inaugurou a mais nova e grande zona brasileira que se tornaria a região do ciclo do gado ou da civilização do couro. Admite também que a bandeira de Domingos Jorge Velho encontrou a bandeira do norte ou do ciclo do gado comandada pelo sertanista Domingos Afonso Mafrense, “grande creador de gado” (TAUNAY, 1928, p.334) e que assim como a bandeira paulista, a bandeira sertanista baiana se armava de uma grande tropa de exploração composta de gentes com espírito do tipo “alentados, destros e práticos”. Os dois desbravadores também se valeram do rio *São Francisco e da Serra Dois Irmãos* para alcançar todo sertão piauiense. E conclui que foi assim que o desbravamento do Piauí fez o estado ser reconhecido em sua excepcionalidade, entre os Estados do Brasil. Pois sua colonização [ocupação/formação] ocorreu diferentemente dos demais estados, ou seja, “ao passo que todo paiz esta se fez do litoral para o centro, nele, [Piauí] marchou do centro para a periferia” (TUNAY, 1928, p.334).

Esse estilo de colonização provocou, conforme o estudioso, um reordenamento na formação da sociedade brasileira ao avançar interior adentro, dinamizou as terras dos sertões e dos sertões piauienses, em particular. Essa penetração estabeleceu um tipo de civilização centrada no curral, implantou fazendas, freguesias, vilas, povoados e cidades naquele “insulado, atrasado e abandonado” interior. Para Taunay, essa empreitada “obrigou” aquelas populações a se inserirem no processo civilizador. Assim, naqueles perdidos sertões, os bandeirantes se transfiguraram em sertanistas “devassadores do deserto, internados na selva, [se fizeram] homens, separados da civilização por centenas de léguas de desertos” (TUNAY, 1929, p.59). Para Nelson W. Sodré, em *O que se deve ler para conhecer o Brasil* (1960), nenhuma obra substitui a de Taunay no tocante ao levantamento minucioso sobre o bandeirismo, pois demonstra capacidade e segurança na consulta e análise das fontes por promover uma “discussão exaustiva de detalhes” (SODRÉ, 1960, p. 72). Para Sodré, isso só foi possível porque era um tipo de estudioso que se dedicou a examinar documentos sem se

preocupar se isso custaria muitos e muitos anos de sua vida. Os anos de dedicação resultaram, para Taunay, num levantamento sistemático, paciente e vocacionado, peculiar aos melhores “manejadores de documentos e frequentadores de arquivos” (SODRÉ, 1960, p. 72). Para Sodré, seu estudo possui um “manancial riquíssimo” de informações que estavam “desordenadas”. O empenho de Taunay facilitou o trabalho de outros estudiosos desejosos de observar aspectos aparentemente cheios de aspereza, pela prolixidade das “informações e pela ausência de método”. É um livro fonte, e para o especialista que necessita recorrer com frequência, encontra esclarecimentos e os principais temas referentes ao bandeirismo, “embora os apresents de forma bruta” (SODRÉ, 1960, p. 72).

Antônio Celso Ferreira em *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica* (2002), diz que “Afonso de Taunay parecia reunir todas essas qualidades, daí ter sido tão insistentemente aclamado” (FERREIRA, 2002, p. 123), pois era o modelo de homem erudito, infatigável orador do instituto, transitava com fluência por diferentes domínios intelectuais, “homem público, pesquisador sério, escritor de múltiplas habilidades e, além de tudo, dotado de uma bela oratória” (FERREIRA, 2002, p. 123). Karine Anhezini, em “Afonso de Taunay e a apropriação do paradigma metódico: entre epistemologia e sociabilidade” (2011), diz que é possível reconhecer em seus trabalhos a metodologia histórica desenvolvida pelos historiadores franceses Langlois e Seignobos e também os conselhos de seu amigo e “tutor” Capistrano de Abreu.

Estudar a produção de Afonso de Taunay não deixa de ser um grande desafio. Talvez, por isso, os estudos acadêmicos dos últimos anos sobre ele tenham adotado certa cautela ao olhar o conjunto de sua obra. Reconhecidamente, Taunay é um intérprete do Brasil<sup>59</sup> que pensou e tematizou o sertão e o sertão do Piauí, em particular, como componente essencial que condicionou e motivou as bandeiras. Dedicado ao tema do bandeirismo, ele direcionou “o melhor de seu talento, de sua inteligência e do seu devotamento; ninguém mais do que ele merece o título único de pesquisador-mor da gesta bandeirante” (FERREIRA, 1977, p. 15). Contudo, a obra de Taunay versa também sobre outros temas brasileiros que podem ser reunidos em três grandes linhas: a) raça e etnia – imigração, assimilação étnica; b) determinismo geográfico - distribuição de um movimento migratório e sua melhor adaptação; c) mobilidade social - foco de irradiação colonizadora, deslocamento litoral-interior, sertão, formação das cidades. Nos prefácios, Taunay efetua um balanço interno da obra afirmando

---

<sup>59</sup> Taunay possui um papel de destaque no pensamento brasileiro com abordagens e questões teóricas, conceituais e metodológicas multifacetadas nos estudos de Lúcia Lippi Oliveira (1998), Antônio Celso Ferreira (2002), Alberto Luís Schneider (2019), entre tantos outros.

que é “apenas um ensaio [...] um livro de boa fé [...] sujeito a erros e enganos de interpretação” (TAUNAY, 1924, p. 12). Ressalta as dificuldades para publicar uma obra baseada em muitas pesquisas arquivais, e avalia a imprudência de empreender uma obra contando apenas com seus recursos, pois ele teve que recorrer “ao amparo do governo” (TAUNAY, 1929, p.07).

Juntamente com outros estudiosos do tema, Taunay integrou o “Curso de Bandeirologia”<sup>60</sup> que reunia “os [mais] apaixonados [estudiosos] pelas cousas de cultura e do sertanismo” (TAUNAY, 1946, p.7). Desse modo, sua obra é parte de um movimento mais amplo de construção de uma nova forma de pensar o Brasil e os sertões, um movimento voltado exclusivamente para o bandeirismo. A obra pode ser avaliada como regionalista por dar suporte à identidade paulista e por enobrecer aspectos sociais e culturais da sociedade local. Ilustra essa perspectiva, o aluno de Taunay, Alfredo Elias Jr. (1896–1974)<sup>61</sup>, que é um dos maiores expoentes desta temática. Animado estudioso do bandeirismo, é dele o mito da *Raça de gigantes*, título de seu livro de 1926<sup>62</sup>, no qual encarnou a “missão” de pesquisar a gênese que moldaria uma raça em seus dramas do passado de modo a fornecer “contornos e coloridos” (ELIAS JUNIOR, 1946, p. 59). Outro estudioso que também deixou sua marca sobre o tema foi José de Alcântara Machado que em sua obra *Vida e morte do bandeirante* (1929), “um clássico do bandeirismo” (SODRÉ, 1960, p. 72), procurou desmistificar aspectos difundidos por Pedro Taques e retomados por Oliveira Vianna, de que São Paulo era uma cidade habitada por gente carregada de hábitos nobres, refinados e cultos. Esta versão, para Alcântara Machado, não se sustentava depois da revisão que foi feita à vista dos inventários e testamentos dos paulistas do século XVII. O autor realizou um levantamento exato, minucioso e profundo do que era a vida dos paulistas da época. Estudou os tipos de moradores da província, os povoados, o vestuário, as doenças e os remédios, a organização da família, a escravidão, a religião e o comportamento diante da morte do bandeirante. Essa revisão

---

<sup>60</sup> Constitui-se de uma série de conferências públicas sobre as bandeiras, realizadas em 1946, na cidade de São Paulo, como parte de uma série de iniciativas do Departamento Estadual de Informação (DEI), órgão cultural do governo paulista na gestão Honório de Sylos. Nesse contexto, o título “bandeirologia”, dado ao curso, sugere reconhecer o termo já adotado por Cassiano Ricardo como o novo patamar de pesquisas da “ciência das bandeiras”. Integram as conferências: Affonso Taunay, Virgílio Correa Filho, Sergio Buarque de Holanda, Alfredo Ellis Junior, Affonso Arinos de Melo Franco, Joaquim Ribeiro.

<sup>61</sup> Escreveu e publicou muitas obras, entre elas: *Raça de gigantes* (1926); *Populações Paulistas* (1934); *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano* (1934); *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano* (1936); *Meio século de bandeirismo* (1944). (Disponível [Brasilliana.com.br](http://Brasilliana.com.br) /acesso 12/05/2017).

<sup>62</sup> Segue publicando: *Populações paulistas* (1934); *Capítulos da história social de São Paulo* (1944); *Meio século de bandeirismo* (1946) e *O café e a Paulistânia* (1950); *A economia paulista no século XVIII* (1952); além de biografias de *Amador Bueno*, *Raposo Tavares*, *Diogo Antônio Feijó*, *o tenente-coronel Francisco da Cunha Bueno* (seu avô) e do senador Alfredo Ellis (seu pai); romances: *A madrugada paulista*, *lendas de Piratininga* (1934); *O tigre ruivo* (1934); *Jaraguá*, romance de penetração bandeirante (1935) e *Amador Bueno, rei de São Paulo* (sem data).

mostrou, para o estudioso, que São Paulo se originou de uma mistura de diferentes povos com grupos errantes em busca de terra, e que produziu, em sua maioria, um tipo pobre, analfabeto, de modos grosseiros, mas com um toque de austeridade e heroísmo.

#### **V- Cassiano Ricardo, bandeira e sertão não são fábulas!**

Entre os intelectuais mais empenhados em reelaborar os novos arranjos dos estudos sobre o bandeirismo, certamente, Cassiano Ricardo figura como um dos mais eloquentes. Como intelectual paulista, elaborou seu pensamento associado à valorização da história de São Paulo e, em particular, do mito bandeirante. Para Amilton Maciel Monteiro, a obra *Cassiano fragmentos de uma biografia* (2003), é “extensa e versátil” e compõe uma variedade de arranjos coloridos, com imagens ora “vivas e claras, ora sombrias e nostálgicas” sobre o Brasil. Cassiano foi poeta<sup>63</sup>, escritor, jornalista e acadêmico, não poupou esforços para combinar em seu pensamento a literatura e o ensaio. Sua obra amplia e consolida o pensamento bandeirante já em curso, elaborado por outros estudiosos igualmente eloquentes, como Afonso de Taunay, Alfredo Ellis, Alcântara Machado, Basílio de Magalhães.

Como os demais, Cassiano Ricardo também se vale das pesquisas pioneiras, identificando um rastro de lacunas que apontava para novas pesquisas diante de novos arranjos interpretativos. Cassiano Ricardo também recorreu a uma “avultada documentação sobre a organização do planalto”, pois via, nesses registros, o suporte interpretativo primordial, mas não o único para se estudar o fenômeno por dentro, no seu drama diário e anônimo. O estudioso busca um olhar ampliado capaz de esclarecer “pontos obscuros”, sem incorrer no risco de se “perder em grandeza espetacular e em riqueza de colorido” (CASSIANO RICARDO, 1970, p.14). Essa combinação de olhares, para Cassiano, “aumentou o nosso espanto, pois, então essa gente existiu mesmo? E eu estava pensando que fosse fábula” (CASSIANO RICARDO, 1940, p.17).

Por conseguinte, *Marcha para Oeste (A influencia da “Bandeira” na Formação Social e Política do Brasil)*<sup>64</sup> reúne seu pensamento, em particular, sua mitogênese. No prefácio da

---

<sup>63</sup> Em *Martim Cererê* (1928), a obra conta com as ilustrações de Di Cavalcanti para narrar os elementos históricos e mitológicos da formação do Brasil através da união das “três raças”, tendo os paulistas como agentes promotores da nacionalidade.

<sup>64</sup> A 1ª edição, de 1940, foi publicada pela Livraria José Olympio Editora na série Coleção Documentos Brasileiros, na época dirigida por Octavio Tarquínio de Souza (Disponível na biblioteca da PUCSP); a 2ª edição, revista e ampliada para dois volumes, foi publicada em 1942; em 1959, publica a 3ª edição, revista e aumentada; a 4ª edição, de 1970, também foi atualizada e publicada pela Livraria José Olympio Editora na serie Coleção Documentos Brasileiros, na época dirigida por Afonso Arinos de Melo Franco em parceria com a Editora da Universidade de São Paulo. É toda ilustrada e “Inteiramente revista e acrescida de dois novos capítulos” em dois volumes. O livro possui cartogramas de Eduardo Canabrava Barreiros. Cassiano Ricardo aparece em fotografia

primeira edição apresenta seus propósitos com o título “Advertência”, já na 3ª edição se intitula “Da primeira ‘Entrada’ no Sertão até Brasília” e na quarta edição transforma-se em “ISTO NÃO É FÁBULA?” Cassiano Ricardo dedica a obra ao amigo José Olympio, “grande editor, servido por uma forte inteligência bandeirante”, e agradece o empenho em publicar todas as suas edições. O editor-livreiro apresentou a obra na 3ª edição classificando a obra, como um dos trabalhos mais importantes para compreensão sistemática e serena da formação social, política e econômica do Brasil.

Reconhece o empenho de Cassiano Ricardo em demonstrar em seu estudo que primou pelo rigor da pesquisa, no método crítico, apostando na “linguagem sóbria (mas sem nenhuma aridez)”, esforço visto pelo editor como uma “constante para desenvolver uma penetração interpretativa dos fatos” (OLYMPIO, 1970, p. 654). Para o editor-livreiro, *Marcha para Oeste*, é um “retrato estrutural e funcional do fenômeno bandeira”, estando lado a lado com outras obras que ofereceram um exame exaustivo do “conjunto das forças sociais que alicerçavam [uma interpretação] do nosso país como é, por exemplo, *Casa-Grande & Senzala* de Gilberto Freyre, outra face de formação brasileira” (OLYMPIO, 1970, p. 654). O estudo de Cassiano Ricardo despertou expressivo interesse da jornalista Lourdes Fonseca Ricardo que foi procurar o autor de *Marcha para Oeste* para uma entrevista, publicada, posteriormente, no Correio Paulistano em 1959, sob o título “Da primeira ‘Entrada’ no Sertão até Brasília”. Essa entrevista se tornou prefácio da 3ª edição. Assim, ao reunir essas informações percebemos como “bandeira e sertão” formam para Cassiano Ricardo um pensamento, uma ordem mental, uma relação acompanhada de questões fundamentais sobre a formação da sociedade brasileira. Para estudar os dois fenômenos, ele procura se afastar das “conotações emocionais”, perlustrando a objetividade, a fim de não perder a capacidade crítica. Assim, ele estudou a bandeira,

[...] como um sistema sócio-cultural concreto, procurei vê-la “por dentro”, encarando sua estrutura e organização. [...] Esforcei-me por eliminar os resíduos mágicos e heroicos, buscando antes o conhecimento maior e mais íntimo do fenômeno [...], tanto quanto possível, [...] intentei livrar-me dos quatro perigos que são: o emotivo, o mítico, o apologético e o demagógico (CASSIANO RICARDO, 1970, p. 654-655).

---

de Reis Júnior de 1960. No volume I, contém fotografias da Casa do Bandeirante na forma como foi encontrada e como foi reconstruída; do sítio de Fernão Dias Paes em São Roque; da Capela do Pilar. Uma “Nota de Esclarecimento” de Mário Guimarães Ferri, presidente da Comissão Editorial da USP; “Nota do editor” José Olympio, denominada de Dados Biobibliográficos do Autor. Contém uma lista de obras de Cassiano Ricardo dividida por gênero (poesia, prosa), pelo local de publicação, se no estrangeiro, ou no prelo, ou em preparo. No volume II, contém fotografia da “vista panorâmica (de hoje) de São Paulo, capital bandeirante”. Compõe um mapa organizado e desenhado por Eduardo Canabrava Barreiros do Brasil e um cartograma do mesmo desenhista da Belém-Brasília e das Rodovias do Oeste, Transamazonica. Mapa das zonas pioneiras de colonização séculos XIX e atual.

Esse modo de olhar de Cassiano Ricardo foi elaborado com base no pensamento de Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Afonso de Taunay, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda; e influenciou os escritores piauienses Odilon Nunes e Renato Castelo Branco. Cassiano Ricardo compreende que os fenômenos históricos, sociais, culturais podem ser identificados e explicados em seus pontos lacunares sem, contudo, perder a grandeza e o colorido. Nessa perspectiva, ele elege o mito da bandeira “tal como pinta nossa imaginação” sem se prender à questão de roteiros e datas como pretexto para explicar que esse fenômeno foi de fato o resultado de “uma sociedade típica, original” que se transportou para o sertão, que ligou, uniu e fez a “soma das partes para o todo”, do Brasil do sul e do norte, do litoral e do sertão, do campo e da cidade (CASSIANO RICARDO, 1970, p.17), e que “ISTO NÃO É FÁBULA”, é mito.

E o que é mito? Nessa reflexão, ele inicialmente procura desvendar quem era aquela gente qualificado pelos primeiros mitólogos como chefe da tropa, matador de índio, devassador do sertão, destruidor de palmares e, ao mesmo tempo, o aventureiro disseminador do espírito de conquista que organizou uma marcha, que “não se limita aos séculos de sua atuação, pois a bandeira é atual e numerosa” não tem espaço e nem tempo (CASSIANO RICARDO, 1940, p.20). Para fundamentar sua mitogênese como chave de interpretação da formação brasileira, começa por buscar as causas que impulsionavam as gentes a procurar o mito do sertão “enigmático e fascinante”. Para explicar as causas, Cassiano Ricardo faz uma revisão conceitual, teórica e metodológica sobre a formação dos mitos em seus aspectos etiológicos, políticos, históricos, econômicos, culturais, alegóricos e sociais. Nesse percurso, identifica as muitas lacunas, optando por buscar compreendê-las no sentido que lhes falta, ou seja, como uma configuração cultural, pois “Cada povo, cada cultura possui a sua teoria especial” (CASSIANO RICARDO, 1970, p.381). Entre as lacunas a serem preenchidas, Cassiano Ricardo se propõe a compreender como se processou a formação dos mitos que guiou as gentes para o interior, o sertão e o sertão do Piauí, em particular.

Assim, ele começa por admitir que elaborar sua mitogênese não era tarefa fácil, pois existia um consolidado arsenal interpretativo brasileiro. E, se um estudioso “se arrisca a tratar, por ex. do bandeirismo”, logo encontra resistência, pelo fato do fenômeno se encontrar amparado de um poder mitológico fixado no pensamento brasileiro, que coloca a imagem do bandeirante desbravando o interior e o sertão, furando o mato “pegando onça a unha por causa do ouro”. Vestido de “chapelão quebrado na testa, botas sete-léguas, facão à cintura” (CASSIANO RICARDO, 1940, p.14). Essas imagens alcançaram estudos notabilíssimos na figura do “jagunço, o super-homem do deserto” de Euclides da Cunha, o “caudilho prussiano”

de Oliveira Vianna, e em Sérgio Buarque de Holanda, são os mareantes da “raça de navegantes”. Para Cassiano, essas imagens foram sendo elaboradas por autores notabilíssimos com o objetivo de elucidar o processo de formação da sociedade e da cultura brasileira, particularmente, no momento que o bandeirante paulista foi atraído e aceitou o chamado “irresistível” do sertão. Compreenderam que ele deixou-se dominar pelo espírito de conquistador de fronteiras e desenvolveu um tipo de mentalidade que transitava entre o “mito e realidade”. Para examinar esse processo, Cassiano Ricardo lança seu olhar para a “paisagem social brasileira [...] como num cinema” (CASSIANO RICARDO, 1970, p. 16), em que o cenário é de “confrontos coloridos” e, assim, “ensaiar alguns comentários despreziosos sobre a história social do Brasil” (CASSIANO RICARDO, 1970, p.17).

Cassiano Ricardo traça como os bandeirantes foram se constituindo como um tipo de eugenismo formatado para ir a “Qualquer deslocação do litoral para o interior”. Foi nesse processo, que a bandeira se tornou um dos “mais interessantes capítulos da formação brasileira”, ao entrar, muitas vezes, “pelos fundos ou pela retaguarda, sempre constante [adentro] para o interior” (CASSIANO RICARDO, 1940, p.19). Para ele, entradas, migrações, bandeiras coincidem e se prolongam, mas não se confundem, pois são fenômenos que não ocorreram em todo território e nem ao mesmo tempo, mostrando uma força que se renova sempre em busca de outras paisagens. A paisagem para ele se expressa também pela noção de “fronteira” que não se separa de bandeirismo e nem de outros processos culturais. Para o estudioso, o bandeirante assimila a paisagem e a paisagem é assimilada por ele, como uma força que se transfigura em cada brasileiro, pois todo brasileiro possui o “espírito de desbravador”<sup>65</sup>. Bandeirante é também sinônimo de eugenismo representado por um tipo de gente “bem nutrida, com os músculos bem oxigenados, rica de ambição e movida pelo mistério” (CASSIANO RICARDO, 1940, p. 11).

Nessas condições, o bandeirante foi obrigado pelas circunstâncias a falar a linguagem dos horizontes e não respeitar as fronteiras, inaugurando, com isso, uma capacidade de mobilidade em duas frentes: na “mobilidade horizontal” em que os aventureiros são orientados na caminhada a se afastar do litoral rumo ao interior adentro; na “mobilidade vertical” na qual a orientação é racial, hierarquizando as cores do seguinte modo: o mameluco comandava a tropa; o negro conduzia os mantimentos e era responsável pelo pouso; o índio

---

<sup>65</sup> Nesta perspectiva, é possível considerar que Antônio Conselheiro Saraiva (Fundador da cidade de Teresina) foi um brasileiro que decidiu instalar, à beira do rio Parnaíba, um estabelecimento único, excepcional, com ideias e conveniências, visão estratégica e atrevimento próprio de um “bandeirante” como nos ensina Cassiano Ricardo (1970, p. 652), que utiliza o termo bandeirante no sentido amplo, ou seja, desbravador, conquistador, pioneiro, sertanista e empreendedor que abre uma “estrada ou funda uma cidade”.

era o guia e principal informante. Cada um com sua função e papel sociocultural, significando que “nem um desses momentos pode ser compreendido isoladamente, como é costume fazer-se” (CASSIANO RICARDO, 1940, p. 364). Com a mobilidade, o bandeirismo foi adquirindo multicores ao incluir “cabras, capangas, caneludos, caribocas, cafuzos, pardos”, formando uma população anônima que funcionava como “providencial para cujo desempenho seus defeitos é que são as qualidades” (CASSIANO RICARDO, 1970, p. 364). De modo que essas gentes, até então, tidas como inúteis, “passam a agregados, de agregados passam a mascate, de mascate passam a pequenos capitalistas ou senhor rural” (CASSIANO RICARDO, 1970, p.364). A partir dos tipos de mobilidade, Cassiano aprofunda a função dos mitos e sua relação com o bandeirismo, pois, “parece indispensável se ter em conta o meio em que surgem eles e onde vão ter papel de suma relevância” (CASSIANO RICARDO, 1970, p. 376). Então, para Cassiano Ricardo, só o bandeirante paulista reúne qualidades e condições que ele denomina de “possuidor da tipologia espectral do movimento de grupo na formação dos sentimentos” (CASSIANO RICARDO, 1970, p. 376).

Ele analisa a formação do grupo como meio de impulsionar os sentimentos nas formas “vertical e horizontal”. Se “parado” e “localizado” os sentimentos circulam em vários sentidos desencadeando um “movimento horizontal”. Essa perspectiva muda quando o grupo se movimenta e os sentimentos passam a se concentrar na obediência ao chefe, transformando o movimento horizontal em movimento vertical. Nesse movimento, a circulação dos sentimentos alimentará a mística em dois sentidos: quando o sentimento for de “medo irracional”, o grupo se movimentará a partir das “coisas temíveis e ocultas”, fazendo nascer na imaginação algo que não pode ser explicado; quando o sentimento for de encontro ao “medo racional”, o grupo se movimentará a partir da mística de que as coisas podem ser “conhecidas e explicadas” (CASSIANO RICARDO, 1970, p.364). Para ele, os sentimentos também circulam em dois sentidos, “horizontal e vertical”.

No sentido “horizontal”, o sentimento é de manter o “espírito de grupo” pondo todos “motorizados” em descobrir os mistérios do desconhecido. No sentido “vertical”, o “espírito de grupo” se transfere para obediência ao chefe da tropa. Esses sentimentos são fundamentais para identificar dois tipos de foco: “propulsão e atração”. No “foco de propulsão”, o grupo estava parado no meio psicossocial e geográfico que povoa a imaginação dos aventureiros, e predominavam os sentimentos no rumo de uma “Rede de contar o segredo num ambiente de magia, um acreditando em tudo quanto o outro dizia” (CASSIANO RICARDO, 1970, p.382). Quando o grupo se movimentava, predominava o sentimento de atração, valorizado pelos mitos do sertão e, pouco importava se eram explicados pelo medo ou pela religiosidade, pois,

O sertão enigmático, exacerba, por si mesmo, a imaginação [do] bandeirante; as riquezas que deviam existir lá dentro, nos cafundós, exigem a aventura, criam a fábula. A linguagem é metafórica e, portanto, fabuladora. O gênero da vida a que se entregam [...] é de camaradagem com os mitos, que passam a ser realidades cotidianas, familiares. Enfim, o sertão enigmático, a geografia fabulosa, inseparável da lenda, as viagens pelo desconhecido, o mundo primitivo e fantasmagórico, tudo respira fábula (CASSIANO RICARDO, 1970, p.380).

Cassiano Ricardo identificou que nesse movimento, São Paulo desempenhava o papel de “foco de propulsão” e o sertão de “foco de atração”. Focos fundados pela “superstição, adivinhação, fábula, cobiça” para manter as gentes mobilizadas em desvendar essa “divindade terrível [...] força enigmática” e descobrir até que ponto o sertão era mesmo o “mais ínvio do mundo”, se era “benévolo ou cruel” para quem se dispunha a “bandeirar e, portanto, a sertanejar” (CASSIANO RICARDO, 1970, p.245). Para ele, o mito bandeirante se originou como os demais mitos, do “econômico mancomunado com o mágico”, encontrando no sertão o caminho natural já “fixado na imaginação”, pois de lá já se tinham notícias de aventureiros que atravessavam o desconhecido território em busca de riquezas. O bandeirante que estava parado se movimentou. Percebeu que era o condutor dos sentimentos que circulavam em várias direções, apontou os caminhos para renovação e dinamização da vida sociocultural brasileira no sertão. Nesse processo interior adentro, percebeu a importância dos rios que aprendeu a aproveitar, instituindo as bandeiras fluviais que foram tão importantes quanto as terrestres. Sua função foi consolidar e dar a devida importância, por exemplo, ao Rio Parnaíba e ao São Francisco como o “rio da unidade nacional”.

Nesse quesito, Cassiano Ricardo amplia as ideias de Sergio Buarque de Holanda sobre o papel desempenhado pelos rios ou “caminhos que andam”. Ele reforça a ideia de como os rios se tornaram o suporte “triumfante das bandeiras” ao instituir um tipo de mobilidade que não dispensava os pequenos e numerosos cursos fluviais, representando na vida brasileira um “quadro humano e social e complemento indispensável à conquista” ao reunir e fixar “uma enorme população em suas margens e imediações” (CASSIANO RICARDO, 1970, p. 252 – 253). O estudioso descreve esse cenário como cinematográfico, em que os “caminhantes pedestres” se transformaram em “caminhantes fluviais”, de modo a ligar os pontos entre o sertão e o Brasil levando um “colorido humano da penetração aos rincões mais distantes para a conquista” (CASSIANO RICARDO, 1970, p. 249).

As bandeiras, ao se fixarem em certa época do ano, de preferência em abril, com viagens regulares, transformaram-se em moções, tornando-se, assim, “um originalíssimo sistema de vida revivendo a ancestralidade indígena” (CASSIANO RICARDO, 1970, p. 249). Cassiano amplia o conceito de “monção” elaborada por Sergio Buarque de Holanda, como

uma bandeira fluvial ou de canoas que não se separa do bandeirismo pedestre. Podendo ser resumida na expressão “caminho que anda ou caminho xerográfico (que não anda sem que os caminhantes andem primeiro)”. Para ele, os tipos de bandeira se diferenciam ao restringirem os meios de locomoção e não como “quer Sérgio Buarque de Holanda, também e principalmente no complexo de atitudes e comportamentos” (CASSIANO RICARDO, 1970, p. 249). Cassiano Ricardo pensa que “Sérgio Buarque de Holanda, tenha razão” quando alerta sobre certa distinção entre as “frotas de comércio da moção e da bandeira”. Para ele, o simples fato de tornar esse tipo de atividade caracterizada pela disciplina e por um tipo de solidariedade obrigatória diante do inimigo comum e do perigo, faz dessa atividade sempre uma condição de triunfo.

Desse modo, reconhece que as “bandeiras fluviais ou moções” instituíram um episódio sem precedente e nem rival em nenhum continente. Assim, bandeira e moções se encontram e se completam de “São Paulo ao São Francisco” (CASSIANO RICARDO, 1970, p.400). As duas possuem o mérito de, ao se servirem da mística, terem reelaborado o “mapa do Brasil”, a nova geografia do mundo moderno, tendo as “migrações atrás e as cidades brotando pelo caminho” (CASSIANO RICARDO, 1970, p.68). Observando os “mapas” produzidos sobre as bandeiras, Cassiano Ricardo percebeu um conjunto de traços míticos em torno de certas imagens que lhe pareceram exageradamente desproporcionais, gerando, “um desequilíbrio entre a realidade e o meio de representa-la”, no que diz respeito àquilo que realmente foi conquistado. Cita Saint Hilaire que recorreu ao mito amparado pelo exagero desproporcional explicando o “bandeirante que põe o pé aqui e sai lá, no outro lado continente” (CASSIANO RICARDO, 1970, p.64). Essa imagem se vinculou à ideia da “raça de gigantes”, por ser ele, o bandeirante, o “único capaz de realizar tamanha façanha” (CASSIANO RICARDO, 1970, p.64). Mas, para Cassiano Ricardo, todo mito tem algo verdadeiro, funciona para ser verdadeiro como conteúdo imaginativo, mágico, fabuloso. O mito se alimenta de um vasto repertório das circunstâncias que impulsiona, atrai, movimenta, mobiliza, circula em benefício da sociedade e da cultura. Na mitogênese, Cassiano Ricardo acompanha Euclides da Cunha, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, na compreensão da formação das raças e dos “vários tipos étnicos do Norte, do Sul, do litoral, do sertão” (CASSIANO RICARDO, 1970, p.336).

Para ele, os tipos raciais brasileiros são uma síntese entre o biológico, o psicológico e o cultural que determinou qualidades positivas e negativas de tipos específicos, especialmente, o tipo sertanejo que, aliado à paisagem originalíssima, revela o “crioulo dos engenhos; o coriboca do sertão; os caboclos miúdos do vale do São Francisco que dispõe de resistência física para tarefas de titãs” (CASSIANO RICARDO, 1970, p.344). Por tipos étnicos, ele

compreende uma variedade de cores que pode oferecer ao observador desatento “uma trama complexa que redundava em penosa enumeração” (CASSIANO RICARDO, 1970, p.344). Nesse ponto, o estudioso das bandeiras opina sobre o estudo de “Oliveira Vianna que, em suas obras, inaugurou estudos de psicologia e sociologia das raças do Brasil” (CASSIANO RICARDO, 1970, p.344). Contudo, ao utilizar a ideia de porcentagens, como “fusibilidade e outros tais”, para tentar compreender as raças formadoras do Brasil, não logrou sucesso, pois na avaliação de Cassiano Ricardo, as estatísticas são recursos teóricos conflitantes que não traduzem a realidade, preferindo apreciar os tipos brasileiros pessoalmente “sem estatística mesmo” (CASSIANO RICARDO, 1970, p.355).

Além disso, diz preferir a abordagem de Gilberto Freyre que, para ele, elaborou uma compreensão mais próxima do que ele pensa, da raça integrada à “paisagem social originalíssima brasileira” (CASSIANO RICARDO, 1970, p. 342). Então, elabora o conceito de assimilação diferentemente de Oliveira Vianna, entendendo-a como um sistema que funciona como meio de legítima defesa da cultura, e de adaptação como um corretivo cultural entre o meio social e físico. De Oliveira Vianna, Cassiano Ricardo adota o conceito de “solidariedade vicinal e parenteral” para explicar como se desenrola a “trama viva e harmônica, econômica e funcional na enquadramento da bandeira” (CASSIANO RICARDO, 1970, p. 359), pois na caminhada, o meio obrigava os membros do grupo a serem solidários entre si, por exemplo, na fundação de pequenos núcleos humanos. Esse tipo de solidariedade se acentuou de tal modo que originou “até certo ponto, o germe da solidariedade nacional” (CASSIANO RICARDO, 1970, p. 359). Para o estudioso, raça e meio funcionam como elementos estruturantes para se compreender como a gente brasileira se tornou um tipo complexo e dinâmico, fundando um “verdadeiro arquipélago de vários grupos iniciais mameluco, cafuzo, curiboca, caboclo, mulato e não apenas fixados no grupo bandeirante” (CASSIANO RICARDO, 1970, p.355). Essa arquitetura reverberou na mestiçagem, atenuou

[...] as cores [que] estabeleciam o traço de união imperativo e secreto do sangue, a miragem que fascava instigando os batedores e desbravadores para uma única direção, a solidariedade vigilante em face do perigo constante, tudo isso faz esquecer preconceitos de classe e de cor (CASSIANO RICARDO, 1970, p.361)

Com efeito, ele observou que a bandeira, ao recrutar gente para o sertão, fazia uma classificação baseada na raça, aliada aos aspectos sociais, econômicos e culturais e, instituindo um tipo de geometria humana viva, enquadradora e retificadora da raça e do meio. Essa geografia humana, para ele, era formada de todo e qualquer material humano disponível, “vagabundos, cafuzos, caneludos, pês largos, mulatos, mestiços, nobreza de sangue, guerreira, de todas as procedências” (CASSIANO RICARDO, 1970, p. 355). Todos úteis e

indispensáveis, pois era tudo “que a miscigenação jogou fora, que a metrópole abandonou sem lei, que os conflitos do meio tropical dispensaram, que a terra jogou à margem como detritos do latifúndio” (CASSIANO RICARDO, 1970, p.362). Assim, o bandeirante via como fundamental se aliar às demais gentes do sertão em suas lutas, afinal não se podia bandeirar sozinho, e, desse modo, “o resultado teria que ser de todas. Como de todos seria o sertão” (CASSIANO RICARDO, 1970, p.362)

Para ele, o bandeirante ao instituir o lema “Aventura, para vida exterior; trabalho para vida interior”, mantinha a mística da ordem, da hierarquia que funcionava sempre em direção ao chefe. Se na marcha o bandeirante teve o mérito de incluir todas as cores, também reconhecia que algumas cores eram merecedoras de honrarias e títulos, pois, em função da raça e do meio, destacaram-se em relação às outras na seguinte forma: o comandante era sempre o descobridor, “depois o guarda-mor e os outros por sorte”. Foi nessa mística que os postos de comando no governo e os pomposos títulos como “coronel, capitão, juiz, governador” continuaram destinados aos chefes. Para o “pé-rapado”, o “sem nome”, “a ralé”, a esses restaria o reconhecimento de “guerreiros dos combates” (CASSIANO RICARDO, 1970, p. 373). Por causa das bandeiras, as gentes do litoral se entrelaçaram com as gentes do interior e do sertão, fazendo o estudioso concordar com a tese de Sérgio Buarque de Holanda ao atestar que o bandeirante foi o elo, a “soma das partes para o todo”, do Brasil do sul e do norte, do litoral e do sertão, do campo e da cidade. Em vista desse processo, Cassiano Ricardo (1970, p. 401) entende que o mito bandeirante e o sertão exerceram, por longo tempo, um grande fascínio entre os especialistas, alcançando o mundo moderno e desafiando os estudiosos a repensar o Brasil, “E ISTO NÃO É FÁBULA” (CASSIANO RICARDO, 1970, p. 64).

## **VI- Gilberto Freyre, tradições intelectuais<sup>66</sup>**

Simultaneamente, Gilberto Freyre conquistou o posto de principal expoente do pensamento regionalista no pensamento brasileiro. Segundo seus biógrafos, é o “mais famoso

---

<sup>66</sup> Região e *tradição* compõe o título de um livro de Gilberto Freyre que foi publicado em 1941 com apresentação de José Lins do Rego. Reúne um conjunto de ensaios de temas variados sobre a região e reflexões sobre a então “nova geração do Brasil”. Trata também da necessidade de pensar traços e contornos que retratassem a paisagem e a vida do nordeste; das transformações ocorridas nessa paisagem entre 1825 a 1925. Para Bastos (2012), o lugar da tradição será central na edificação do pensamento freyriano.

intelectual do Brasil no século XX, ou até, como sugeriu um entusiasta, da América Latina” (BURKE-PALLARES; BURKE, 2009, p.23). Suas opiniões sobre raça, região, nação, sexualidade, alimentação, moradia, o fizeram famoso em muitas rodas e, ao mesmo tempo, “estranho em outras” (BURKE-PALLARES; BURKE, 2009, p.24). Seus estudos são identificados como de História Social ou da Sociologia Histórica, Sociologia Genética, ou Antropologia do Homem dos Trópicos. Era frequentemente associado como “Mestre”, ou “Mestre de Apipucos”, “Generalista”, “multidisciplinar”, “homem orquestra”, “monumento nacional”, “escritor totêmico”.

De maneira oposta, críticos identificaram um Freyre reacionário e conservador, por suas interpretações transitarem entre o “harmônico e o contraditório” representado pela casa grande com a senzala. Freyre se apresentou para o Brasil no Manifesto Regionalista de 1926, produto do “Congresso Regionalismo no Brasil — talvez o primeiro reunido na América”. O congresso foi um esforço de intelectuais do porte de Odilon Nestor, José Lins do Rego, Morais Coutinho, Aníbal Fernandes, Luís Cedro e Júlio Belo que “produziram algumas das obras de literatura e de crítica social e literárias mais interessantes e mais vitalmente significativas do Brasil moderno” (FREYRE, 1947, p.312). Além de tantos outros que foram se juntando, como estudantes ou formados recentes, e que, ao registrarem presença, dignificaram esse grupo com “idades e gerações, de temperamentos e de profissões diversas” (FREYRE, 1947, p. 312). Foi esse grupo que se autoproclamou de “regionalista, tradicionalista e, a seu modo, modernista, do Recife”, pois era o modo de, coletivamente, dizer, a partir desta região, o que pensava sobre o Brasil e de como motivar os demais membros das províncias, a exercitar um pensamento da vida cultural mais “espontânea, da mais livre expressão de cultura por parte da gente das suas várias regiões”. O movimento partiu do Nordeste, por ser a região “com uma história particularmente rica, e notável pelo seu potencial humano” (FREYRE, 1947, p. 314).

A partir desse movimento, avaliado por Freyre como positivo, pois veio mostrar que a diversidade de pensamento renovará as interpretações sobre o Brasil e a região, de modo a tornar-se um estudo especializado que pode ser denominado de “história e sociologia regional, visto como ideia de que o progresso material e técnico deve ser tomado como a medida da grandeza do Brasil” (FREYRE, 1947, p.312). Para Freyre, esse agrupamento fez o Brasil reconhecer a existência de pensadores regionalistas, “especialistas da região”, que, como brasileiros, também tem “amor à província, à região, ao município, à cidade ou à aldeia nativa” (FREYRE, 1947, p.312). Os regionalistas vivem da condição de escrever “obras

honestas autênticas, genuinamente criadoras; e não um fim em si mesmo” (FREYRE, 1947, p.312). Não são, para Freyre, “nacionalistas estreitos”, pois,

Reconheceram sempre que a interdependência entre as diversas regiões do mundo é essencial para uma vida intelectual e artística mais humana e, por isto mesmo, mais necessitada de interpenetração de valores nacionais. Alguns críticos os têm acusado de reacionários; outros lhes têm chamado "comunistas" ou "anarquistas" por não terem reconhecido a necessidade de centralização ou de rígida uniformidade num país como o Brasil (FREYRE, 2001, p.312).

Nesse grupo, Freyre elenca notáveis brasileiros que podem ser chamados, no sentido lato da palavra, de “regionalistas”, são eles: José Lins do Rego, José Américo de Almeida, Manuel Bandeira, Cícero Dias, Luís jardim, Mário Marroquim, Álvaro Lins, Jorge de Lima, Odorico Tavares, Aurélio Buarque de Holanda, Júlio Belo, Olívio Montenegro, Aníbal Fernandes, Estevão Pinto, Sílvio Rabelo, Ascenso Ferreira, e, “dentre os mais recentes”, João Cabral de Melo Neto, Mauro Mota, Carlos Moreira, Carlos Pena, Ariano Suassuna, Renato Campos, Lula Cardoso Ayres, Francisco Brendan, Cavalcante Borges e, “ainda”, Arthur Reis e Leandro do “Tocantins”; da região Amazônica, temos Luís Viana Filho, o arquiteto Rebouças e o escultor Mário Cravo; o romancista Jorge Amado, Genaro e Caymi da Bahia; Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade e Mário Palmério de Minas Gerais; Érico Veríssimo, Viana Moog, Moisés Velhinho do Rio Grande do Sul.

Esses são exemplos, para Freyre, de escritores regionalistas que de forma “vigorosamente construtiva” (FREYRE, 1947, p. 314), muito contribuíram não só para desenvolver outro modo de olhar o Brasil, mas por inaugurar um olhar identificado como inter-regional fazendo da realidade um conhecimento “vital de um mundo novo e mais harmônico” (FREYRE, 1947, p. 314). Freyre também reconhece outra lista de notáveis que integraram outra “revolução cultural” que foi realizada com “êxito literário e artístico mais imediato”, pelos “modernistas do Rio e de São Paulo”, como Tarsila do Amaral, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Graça Aranha, Di Cavalcanti, Alcântara Machado, Manuel Bandeira, Sérgio Buarque de Holanda, Ribeiro Couto, Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e tantos que aturaram para,

O desenvolvimento intelectual e artístico do Brasil uma fase ousadamente experimental, em torno, principalmente, do mesmo desejo de autenticidade que, característico dos esforços regionalistas do nordeste (Recife), em particular, vem caracterizando, no Brasil, a expressão regionalista, em geral (FREYRE, 1947;2001, p. 316).

Para Freyre, os dois agrupamentos fizeram uma “revolução cultural” que, comparativamente, ficaram na vida brasileira ao “revolucionarem as letras e a vida do Brasil” no sentido integral do termo, que pode ser resumido em autenticidade, espontaneidade intelectual ou cultural. Além disso, conquistaram a confiança do público e da crítica, que foi depositada nesses movimentos para fazer os brasileiros acreditarem em si próprio. Um fator determinante de “libertação intelectual e artística do Brasil dos excessos de subordinação colonial à Europa ou aos estados unidos” (FREYRE, 1947, p.316). O Brasil de Freyre é tropical e mestiço, que se interpenetram nas mobilidades “horizontal ou vertical”. As mobilidades, favorecidas pela paisagem da América, também originaram formas de civilização no interior e no sertão brasileiro em distintos modos de vida como do ciclo do gado ou da civilização do couro e do açúcar, teluricamente tropical, e que formam uma “região do futuro, do futuro humano” (FREYRE, 1971, p. 19).

Dos temas adotados por Freyre, o bandeirismo também entrou na pauta. Em *Problemas Brasileiros de Antropologia*<sup>67</sup>, no artigo “A propósito dos paulistas”, o autor tece longo comentário sobre os historiadores paulistas e como eles se destacaram ao fazer do tema uma reflexão obrigatória sobre a formação da sociedade e da cultura brasileira. Desse modo, usaram do mesmo ritmo avassalador empreendido pelos estudiosos do sertão, em particular da chamada “escola nordestina”, para fundamentar suas ideias sobre a realidade brasileira. Nesse ritmo, Freyre identificou elementos de rejeição e harmonia. Ele admite que os paulistas ao reelaborarem a imagem do bandeirante, fundaram uma “antropologia do bandeirante ou paulista velho” (FREYRE, 1959, p. 40). Entretanto, esse tipo de abordagem carece, para Freyre, de algumas e necessárias reflexões. Conforme Freyre, o paulista se via como um tipo biológico “híbrido peninsular originário”, uns “adventícios ou paulistas – novos” cujas características predominantemente bandeirantes foram adquiridas ou “herdados através do [endocruzamento] in-breeding” (FREYRE, 1959, p. 41). Mas, para ele, o paulista além dessa condição biológica era também um “tipo de endogamia rigorosamente regional”. Para exemplificar seu pensamento, Freyre reconhece nomes de notáveis paulistas que representariam autênticos tipos regionais como Washington Luís, que era a “encarnação viva

---

<sup>67</sup> FREYRE, Gilberto. *Problemas brasileiros de antropologia* (primeira edição de 1943). A segunda edição atualizada, de 1959, foi revista, ampliada e publicada pela livraria e editora José Olympio. Freyre acrescentou o prefácio de Gonçalves Fernandes e oito ilustrações. Apresenta discussões sobre antropologia social e cultural e em sociologia. Aborda questões relacionadas à cultura de um modo geral. Entre os vários capítulos elaborados, selecionamos “A propósito dos paulistas”, por abordar de forma mais direta o tema do bandeirismo.

de tradições paulistas” ou Oswaldo de Andrade “cujas aventuras e experimentação literárias” foram maiores que a de Alcântara Machado, “arrojadamente bandeirante”. Da mesma forma, Cassiano Ricardo, Plínio Salgado, Elias Junior, Paes Leme, entre outros, todos,

Experimentadores literários e diletantes ou especialistas da Sociologia ou da História tornam-se, cada um a seu jeito, expressões não só intelectuais como até políticas de bandeirismo ortodoxo, de que, biologicamente, alguns deles são antes enxertos do que rebentos. E estou citando apenas quatro ou cinco exemplos. Os bandeirantes mais que direito de conquista do que por herança de quatro costados são hoje uma legião (FREYRE, 1959, p. 42)

Nessa legião de tipos citados, o que Freyre via eram “diversificações” propiciadas por outras invasões de “novas e vigorosas correntes de imigração: quer de bacharéis e doutores das várias províncias do Norte, quer vindo de diversos países da Europa” (FREYRE, 1959, p. 42). Essa intromissão, para Freyre, foi positiva, pois fez o paulista se desviar da homogeneização, sem descaracterizar-se do seu ethos. Desse modo, não havia para Freyre, “uma personalidade bandeirante dentro da formação brasileira” (FREYRE, 1959, p. 43). Freyre reconhece que essa experiência histórica foi alimentada pelos paulistas para explicar uma espécie de “sucessão apostólica do espírito”. Eles alimentaram a ideia “imperialista de brasileiros dentro do Brasil” em virtude de verem o bandeirante como o protagonista da formação do Brasil e do sertão.

Em *Interpretações do Brasil* (1947)<sup>68</sup>, continua sua tese sobre o bandeirismo, retoma a ideia, concordando com Capistrano de Abreu, que o bandeirante não foi o único protagonista da formação brasileira, porque houve outros movimentos que penetravam sertões adentro. Partindo dessa tese, Freyre elabora os conceitos de “mobilidade vertical e horizontal”. Na “mobilidade vertical”, os grupos avançavam território adentro alcançando as fronteiras da América portuguesa na direção norte, sul, oeste, estabelecendo “contrastes com outros tipos sociais, e talvez biológicos, de homens que por gosto de sedentariedade” (FREYRE, 1947, p. 104) ocupavam ampla faixa de terra, particularmente no litoral, em seus engenhos e fazendas instituindo o sistema “casa-grande – senzala”. Por outro lado, o grupo de “mobilidade horizontal” era formado por homens móveis, migratórios, heterogêneos e dominados pelo “espírito de aventura e amor à liberdade individual” (FREYRE, 1947, p. 105). Não se contentavam em ficar presos no litoral e viver, confortavelmente, perto das igrejas e dos

---

<sup>68</sup>Nessa publicação, o autor reúne outros textos raros e importantes e volta ao tema do bandeirismo para ampliar a compreensão de nossa formação sociocultural, política e literária. O livro foi publicado pela primeira e única vez no Brasil em 1947. Depois reeditado com o título *Novo mundo nos Trópicos* em 1971.

edifícios públicos. Transformaram-se em homens nômades ou “homens de fronteira”, representados pelos “bandeirantes sertanistas”. Eram simples e até “rústicos nos seus gostos e hábitos sociais e não tinham forma estável de arquitetura doméstica” (FREYRE, 1947, p. 105).

Nesse cenário, os dois grupos protagonizaram a ocupação das paisagens como tipos característicos de povos dos interiores, dos sertões, do litoral, do Norte e do Nordeste e demais áreas que formariam as fronteiras do Brasil. Para ele, não eram mais “portugueses puros, mas mestiços de português e índio: bandeirantes, paulistas, cearenses, todos descendentes de portugueses, de espanhóis, de franceses [...] tornando-se um tipo de pioneiro como dificilmente se encontra igual na América do norte” (FREYRE, 1947, p. 114). Foram todos, de algum modo, pioneiros do Brasil ao instituir novas áreas, ocupações e paisagens que foram sendo remontados pelos intérpretes do Brasil e do sertão. No entendimento de Freyre, esse processo de ocupação, conquista e desbravamento deixou de ser colonização estritamente europeia, para ser autocolonização, ou seja, “ajustamento dos territórios existentes à vida econômica da nação, [uma] colonização nacional interna” (FREYRE, 1947, p. 114).

Para Freyre, nesse cenário de mobilidades das fronteiras, os “paulistas, os bandeirantes e os cearenses” se apresentam como os mais “capazes de realizar [uma ação] num meio difícil [hostil] como o tropical [sertão]”, a mais brilhante “expressão de vigor híbrido que já se viu em qualquer povo da América” (FREYRE, 1947, p. 114). Por vezes, os argumentos dos paulistas dão a impressão, para Freyre (1959, p. 48), de uma postura voltada para uma “apologética paulística”<sup>69</sup> denominada assim, em conformidade com Freyre, “para não classifica-la de mística exagerada”, que vê só no talento bandeirante um novo e estável tipo de gente ou de “raça”, notável pelo vigor, resistência, capacidade de luta e pelas suas qualidades e virtudes de pioneiro. Tipos, para Freyre, que podem ser vistos de igual modo em outros tipos espalhados pelo Brasil. Reconhece que os paulistas foram sábios ao retomarem o mito bandeirante para realçar ainda mais suas façanhas na formação de um tipo de brasileiro. Entretanto, os estudiosos “pecaram” em mostrar uma “resignação que se poderiam dizer quase fatalistas”, pois, em defesa do Brasil, sentiram-se obrigados a atender o clamor “irresistível” do sertão. Por causa desse clamor, foram também obrigados a nunca mais voltar para sua terra natal, ficando por lá “permanentemente multiplicando-se em filhos mestiços e fundando

---

<sup>69</sup> Freyre reconhece que Afonso de E. Taunay, ao demonstrar “aptidão para compreender e sentir o drama do Paulista”, adotou e alongou o conceito de bandeira, tornando-se um “apologista das bandeiras” (FREYRE, 1959, p. 48).

povoados ou vilas que haviam de [ser] cidade importante das futuras províncias” (FREYRE, 1947, p. 118).

Diz que Cassiano Ricardo elaborou um ensaio “interessante e penetrante”, contudo exagerou, demasiadamente, quando observou “com muita razão, que as bandeiras mais do que qualquer outra instituição”, foi a que “promoveu a democracia social e étnica tão necessária ao Brasil” (FREYRE, 1947, p. 119). Para Freyre, as façanhas idealizadas pelos paulistas não foram solitárias, elas contaram com a participação de muitos brasileiros de outras regiões que colaboraram com a “fronteira móvel” na formação do Brasil. Essas façanhas foram responsáveis por tornar o brasileiro um exemplo impressionante de tipo híbrido, pela sua capacidade, “não somente para a ação independente como para a cooperação ou ação interdependente” (FREYRE, 1947, p. 120), que redesenhou o Brasil e o sertão. No Brasil, “fronteira móvel” quer sempre dizer “criação de novos estilos de vida e de novas combinações de cultura” que, por vezes, podem revelar uma exclusividade de certa história “dos seus heróis brancos ou louros” (FREYRE, 1947, p. 120). Em conformidade com Freyre, por mais fascinantes que sejam os primeiros “homens de fronteira” do Brasil, estes possibilitaram novos estudos com novos modos de olhar a vida brasileira.

## **VI - Sérgio Buarque de Holanda, caminhar e navegar**

No mesmo período, Sérgio Buarque de Holanda já tinha publicado *Raízes do Brasil* em 1936, e se preparava para publicação de *Moçôes* em 1945. Para os analistas do pensamento brasileiro, Sérgio Buarque de Holanda<sup>70</sup> possui uma vasta trajetória intelectual mais identificada com a historiografia. Contudo, seus estudos vão muito além dessa direção. Estudar seu pensamento não é tarefa fácil. Antônio Candido (1986), parceiro, prefaciador da edição de *Raízes do Brasil*<sup>71</sup> de 1967, alega que para se apresentar um autor dessa grandeza é necessário recorrer aos muitos testemunhos e registros, pelo menos de todos que pertenceram à mesma geração e que “se julgam a princípio diferentes uns dos outros”, mas, aos poucos,

---

<sup>70</sup> Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982). Formado em direito. Crítico literário, jornalista, sociólogo, historiador brasileiro nascido em São Paulo. Escreveu em revistas, agências de notícias internacionais e diversos órgãos da imprensa brasileira. Professor de História da Civilização Brasileira, USP. Foi diretor do Museu Paulista, trabalhou no Instituto Nacional do Livro, na Biblioteca Nacional, participou da Associação Brasileira de Escritores e da Academia Paulista de Letras, na cadeira que foi de Euclides da Cunha e Afonso de Taunay.

<sup>71</sup> Está é a edição 26ª, nela contém o texto “O significado de Raízes do Brasil” de Antonio Candido, escrito em 1967 e *Post-Scriptum* de 1986; um POSFÁCIO “RAÍZES DO BRASIL” E DEPOIS de Evaldo Cabral de Melo. De Sergio Buarque de Holanda, temos o PREFÁCIO DA 2ª EDIÇÃO de 1947 e NOTA DA 3ª EDIÇÃO de 1955. Nesta nota o autor justifica os motivos de ter retirado da edição o debate feito com Cassiano Ricardo sobre o “homem cordial”, decidindo transportar esse debate na forma de referências bibliográfica no final do livro.

vão ficando tão iguais que acabam por desaparecerem como indivíduos, para surgirem como que dissolvidos no ambiente mais geral da sua época.

Candido entende que é possível se debruçar de forma mais criteriosa a partir daqueles que participaram dessa “ordem de interesses e de visão do mundo, no momento particular do tempo que se deseja evocar” (CANDIDO, 1986, p. 09) e, assim, identificar uma geração que aprendeu e ensinou a refletir e a se interessar pelo Brasil, como portadores de voz, de uma “mentalidade” ligada, sobretudo, ao “radicalismo intelectual e análise social que eclodiu em 1930” (CANDIDO, 1986, p. 10). Para ele, *Raízes do Brasil* está ao lado da obra “penetrante e antecipadora de Oliveira Vianna”, que, no entanto, “já parecia superada, cheia de preconceitos ideológicos e uma vontade excessiva de adaptar o real a desígnios convencionais” (CANDIDO, 1986, p.10). Em conformidade com Candido, mesmo sendo um livro curto, discreto, de poucas citações e que “atuaria menos sobre a imaginação dos moços”, não deixou de ter êxito e de se tornar, de imediato, um clássico de nascença “Inspirado na nova história social dos franceses, sociologia da cultura alemã, certos elementos de teoria sociológica e etnológica inédito entre nós” (CANDIDO, 1986, p.10). Nessa linha de considerações, Holanda elaborou, em *Raízes do Brasil*, um arsenal interpretativo de “tipos polares”, ao mesmo tempo, relacionais e dicotômicos em que “um suscita o outro, ambos se interpenetram e o resultado possui uma grande força de esclarecimentos” (CANDIDO, 1986, p.13).

*Raízes* (1936, edição atualizada de 1995) é a obra mais conhecida e amplamente citada, possui estilo e abrangência temática; seus conceitos possuem um arco teórico-metodológico que vinha se desenhando antes dos anos 40 e continuou, posteriormente. Assim como os demais estudiosos da época, o autor se debruçou desde o início da formação da sociedade brasileira, para, dali, elaborar seus tipos polares: o aventureiro e o trabalhador; o semeador e o ladrilhador. Os tipos “aventureiro e trabalhador” são tratados no Capítulo dois de *Raízes* e, de modo geral, apresenta o aventureiro como portador de um espírito que se resume na mística da “semente sem árvore”, da “fronteira sem espaços limitados”; e o tipo trabalhador como aquele que “enxerga primeiro as dificuldades a vencer, não o triunfo a alcançar”. Seu esforço é lento, mas compensador e resistente, avalia todas as possibilidades de desperdício para tirar o máximo de proveito da situação.

Entre “esses dois tipos não há na verdade, tanto uma oposição absoluta como uma incompreensão radical” (HOLANDA, [1936], edição atualizada de 1995, p. 44). Ambos participam, em maior ou menor grau, de múltiplas combinações que ajudam a “situar e ordenar o conhecimento da humanidade nos conjuntos sociais” (HOLANDA, [1936], edição atualizada de 1995, p. 45). Para Holanda, na proeza da conquista, fosse “deles” para o novo

mundo ou “nosso” para o interior e sertão adentro, o trabalhador teve papel limitado, quase nulo, pois o que predominou foi o aventureiro em sua “audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem – tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção espaçosa do mundo” (HOLANDA, [1936], edição atualizada de 1995, p. 44). Ao seguir pela ética da aventura, foi decisivo para a formação da nacionalidade, pois exigiu longo processo de adaptação, favorecendo a mobilidade social, estimulando os enfrentamentos do ambiente hostil para criar as condições ideais de um empreendimento maior, as bandeiras “traço decisivo no processo de formação da gente do sertão [e] pode ser resumida [como] ideia de superação” (HOLANDA, [1936], edição atualizada de 1995, p. 32).

Os tipos “Semeador e ladrilhador” (HOLANDA, [1936], edição atualizada de 1995, p. 95) são tratados no capítulo quatro, e são definidos a partir de uma reflexão sobre como as cidades se implantaram diferencialmente, de um lado, na América ibérica, de outro, na América portuguesa, na qual o mundo rural era predominante. Holanda ([1936], edição atualizada de 1995, p. 96), identifica como foi conduzida a “fundação das cidades espanholas na América”, que em grande parte foram erigidas em terras do interior e nos planaltos, diferentemente das cidades portuguesas que buscaram manter seus núcleos coloniais presos ao litoral. A concepção de cidade espanhola visava assegurar o predomínio militar, econômico, político, educacional, mediante a criação de núcleos estáveis e ordenados para “vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste: é um ato definitivo da vontade humana” (HOLANDA, [1936], edição atualizada de 1995, p. 96).

As ruas se impõem como acento voluntário da linha reta. O plano regular das ruas demonstra o “triunfo da aspiração de ordenar e dominar o mundo conquistado”. Essa predominância do traço retilíneo, para Holanda, exprime a direção, a vontade, a determinação do fim previsto e eleito. Tudo coordenado por uma legislação abundante e preventiva sob “qualquer fantasia e capricho na edificação dos núcleos urbanos, senso burocrático das minúcias [...] enumerar, definir edificação e governo” (HOLANDA, [1936], edição atualizada de 1995, p. 96). Para instalar um futuro núcleo citadino, primeiro era preciso identificar se o local que se fosse povoar cumpria as exigências de uma região com uma paisagem de “boa e feliz constelação; o céu claro e benigno, ar puro e suave” (HOLANDA, [1936], edição atualizada de 1995, p. 97). Assim, as cidades espanholas foram as primeiras “cidades abstratas” que os europeus “edificaram em nosso continente” (HOLANDA, [1936], edição atualizada de 1995, p. 96). Acaso escolhesse a beira de um rio, a cidade da América espanhola deveria começar sempre por uma praça maior, em forma de quadrilátero e restringindo os moradores em seus arredores, reproduzindo em síntese “uma ordem cósmica” (HOLANDA,

[1936], edição atualizada de 1995, p. 97). Por outro lado, a colonização portuguesa, que via o território como simples lugar de passagem, concentrou seu povoamento, inicialmente, no litoral para facilitar o comércio, a defesa do território e a facilidade nas comunicações por via marítima. Não sendo possível essa forma de colonização, a opção era a via fluvial, considerada sem muita importância pelos espanhóis, mas, para o colonizador português, constituía-se em um território fora do litoral e de fundamental importância na ocupação do interior, de preferência à margem dos grandes rios, explorando a navegação fluvial de forma secundária.

Conforme Holanda, a concepção de cidade portuguesa é rotineira, tateante e perdulária, “não é um produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem” (HOLANDA, [1936], edição atualizada de 1995, p. 104). Nada de rigor, nem método, nem providência, “sempre esse significativo abandono que exprime a palavra desleixo”, uma convicção de que “não vale a pena” (HOLANDA, [1936], edição atualizada de 1995, p. 110). Assim, a concepção de cidade do interior, longe do litoral, vai adquirindo uma “forma própria [até] encontrar voz articulada” (HOLANDA, 1995, p. 102), principalmente, naquelas “que ficavam à margem das grandes correntes navegáveis, como o rio São Francisco” (HOLANDA, [1936], edição atualizada de 1995, p. 104).

Então, entra em cena, para Holanda, a nobreza do domínio rural do planalto de Piratininga, que em certo momento particular da vida nacional, percebeu que possuía condições e capacidade para estender seu domínio pelo território adentro. Essa ação foi coordenada pelos “*pioneers paulistas*” que se fizeram especialistas audaciosos, “puros aventureiros” e quando as circunstâncias eram favoráveis “se faziam colonos” (HOLANDA, [1936], edição atualizada de 1995, p. 101). É com esse tipo de gente analisado por Holanda que se deflagra a grande caminhada por terra e em seguida por rio. Essa caminhada foi responsável pela formação de um novo processo civilizatório, e comandada por um tipo de gente que deu “provas singulares e vitais, da capacidade de adaptação às novas formas de existência obstinada, persistente, entre elas o hábito de vida que pode explicar em parte sua originalidade” (HOLANDA, [1936], edição atualizada de 1995, p. 36). Assim como os demais especialistas da época, Holanda também foi atraído pela grande quantidade de documentação inédita sobre as bandeiras. Decidiu se dedicar ao tema, colocando lado a lado o “caminhante a pé e dos rios”, como dois elementos estruturantes da ideia de mundos maravilhosos, fantásticos, densos, poderosos, cheios de imaginação que era o interior

brasileiro. O tema foi influenciado diretamente por Afonso de Taunay<sup>72</sup> no qual foi amigo e o primeiro a incentivá-lo no jornalismo ao publicar seu artigo em jornal de São Paulo. Tornou-se herdeiro intelectual ao substituí-lo na direção do Museu Paulista, em que se manteve até assumir a cadeira de História da Civilização Brasileira na Universidade de São Paulo.

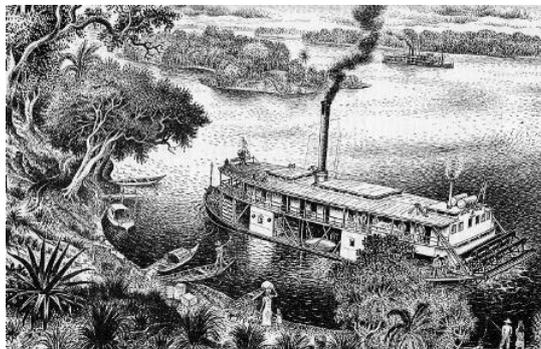


Figura 3 - Embarcação “Gaiola”. Era geralmente de construção inglesa. Possuía uma chaminé apenas, roda na popa ou nos flancos, uma ou duas hélices. Possuía dois andares, no primeiro a cozinha, rancho, camarote de oficiais, casa das máquinas e no segundo as cabines, máquinas do leme, copa, bar, despensa, instalações higiênicas, sala de refeições. Fonte: ilustração de Percy Lau, p. 1959.

*Monções*<sup>73</sup> publicado em 1945, é o resultado das pesquisas sobre o bandeirismo paulista. A publicação é formada de textos avulsos que foram sendo publicados e textos inéditos<sup>74</sup>. Depois de *Monções*, Sérgio Buarque de Holanda continuou pesquisando e, em 1957, publicou *Caminhos e Fronteiras*<sup>75</sup> com novos resultados das pesquisas anteriores. Em *Caminhos e Fronteiras*, o capítulo nove, intitulado “Frotas de Comércio”, é uma retomada do que foi exposto em *Monções*. À primeira vista, parece uma repetição de conteúdo, entretanto,

---

<sup>72</sup> Na 4ª edição de *Monções*, nos créditos das imagens, contém Carta de Afonso d’E. Taunay de 1945, agradecendo e dando parabéns a Sérgio Buarque de Holanda pela publicação das *Monções*.

<sup>73</sup> Esta é a 4ª edição (2014) que traz texto de apresentação de André Sekkel Cerqueira; Nota à segunda edição; Nota à primeira edição. Prefácio: “Estrela da vida inteira” de Laura de Mello e Souza. Créditos das imagens de Sérgio Buarque de Holanda (tela a óleo e fotografia); cartas recebidas e endereçadas a outros parceiros, capítulos de livros, assinaturas, anotações em páginas de livros. *Monções*, é seu terceiro livro e, segundo os estudiosos, marcou sua estreia como historiador. No mesmo ano da publicação do livro, foi nomeado diretor do Museu Paulista. Conforme explicado nas seções pré-textuais, alguns capítulos deste livro foram reescritos, e “Os caminhos do sertão” é um deles.

<sup>74</sup> Foram selecionados para análise os seguintes capítulos: “Os Caminhos do sertão”; “O transporte fluvial”; “Sertanistas e Mareantes” e “As estradas móveis”.

<sup>75</sup> Esta é a 3ª edição (1994). Para Fernando A. Novais, no “PREFÁCIO” de *Caminho e Fronteiras* diz que se trata da história dos processos e procedimentos da lenta ocupação territorial promovida pelos bandeirantes. Nela, Sérgio Buarque de Holanda estuda as técnicas e práticas cotidianas, as mentalidades dos paulistas, apontando as especificidades ao amalgamar com as experiências indígenas em seus interesses específicos. O livro reúne um conjunto de monografias, antes divulgadas em revistas nacionais e estrangeiras. Alguns dos estudos constantes em *Monções*, publicados em 1945, são retomados e sintetizados, outros ampliados e acrescido de mais informações, é o caso de “Veredas de pé posto” e do “Do peão ao tropeiro”. Nesta edição, além da “INTRODUÇÃO” assinada por Sérgio Buarque de Holanda de 1956, há numerosas ilustrações, desenhos, fotografias aos temas incorporados ao texto, que servem para mostrar como foi “grandiosa a era das monções”.

para Holanda, os estudos apresentados formam um bloco interpretativo de conteúdos que se interpenetram, são contínuos, complementares, harmônicos, densos e inconclusos. *Monções e Caminhos e Fronteiras*<sup>76</sup> são resultados direto desse ambiente de avultada documentação e de outras publicações empreendidas pelos estudiosos do bandeirismo. Nessa oportunidade, Holanda direciona suas ideias sobre o sertão. Empenhado em melhor esclarecer o empreendimento bandeirante, decidiu empreender viagens para Cuiabá [Mato Grosso] para coletar, examinar e coligir “nova documentação sobre as navegações fluviais setecentistas e oitocentistas e seus reflexos na vida brasileira” (HOLANDA, 1945, edição atualizada de 2014, p. 9). Os resultados das pesquisas foram sendo publicados e divulgados em revistas e periódicos da época e nas conferências públicas sobre as bandeiras, realizadas em 1946, em São Paulo, no chamado “Curso de Bandeirologia”<sup>77</sup>. Holanda tece um novo olhar sobre a formação brasileira a partir da era das monções. Ele mostra como os novos aventureiros surgiram e se tornaram personagens fundamentais na implantação de um vasto e complexo “sistema de navegação fluvial” ou “estradas fluviais ou móveis”.

Esse sistema foi definido para instituir as frotas de comércio que ao utilizar embarcações formaram um sistema original e singular protagonizado por gente brasileira, tal qual a saga dos bandeirantes que implantaram um estilo de vida em suas “várias feições e modalidades” (HOLANDA, 1946, p. 128). Holanda utiliza com rigor fontes primárias, fotografias e desenhos para se aproximar fielmente dessa gente que fez dos rios um sistema de vida. Diferentemente dos demais estudiosos desse arco temporal, ele elegeu a expressão bandeira como ponto de partida e de chegada para identificar que a marcha a pé foi se transformando e sendo substituída pelos “caminhos que andam”. Nesse quadro, Holanda identifica e compara processos, revê sistemas e realça tipos socioculturais. Olha o conjunto e a unidade, o simples e o complexo, o harmônico e o contraditório para entender como os

---

<sup>76</sup> O tema da “fronteira” é recorrente nas Ciências Sociais. E tornou-se conceito fundamental para se compreender o que há de historicamente singular e sociologicamente relevante no caso brasileiro. Em Cândice Vidal e Souza (1998), a “noção de fronteira” sugere que esta esteja ordenada no imaginário como construção da nação e da identidade nacional por meio das representações do sertão. Lucia Lippi de Oliveira (1998) explora “fronteira e seus desdobramentos” do mito do sertão na conquista de novos espaços territoriais decorrente do movimento das bandeiras. Analisa a recuperação da imagem do bandeirante em sua função mítica, capaz de organizar o mundo simbólico dos brasileiros, em geral, e dos paulistas, em particular. Recentemente, José de Sousa Martins (1996; 1997) formulou a tese de que “fronteira” é, simultaneamente, lugar da alteridade e expressão da contemporaneidade dos tempos históricos. É uma concepção de “unidade do diverso”, como pressuposto metodológico da dialética, lugar mais adequado e mais rico para a investigação científica.

<sup>77</sup> Constitui-se de uma série de conferências públicas sobre as bandeiras, realizadas em 1946, na cidade de São Paulo, como parte de uma série de iniciativas do Departamento Estadual de Informação (DEI), órgão cultural do governo paulista, na gestão Honório de Sylos. O título “bandeirologia”, dado ao curso, sugere reconhecer o termo já adotado por Cassiano Ricardo como “ciência das bandeiras” ou bandeirologia. Integram as conferências, Affonso Taunay, Virgílio Correa Filho, Sergio Buarque de Holanda, Alfredo Ellis Junior, Affonso Arinos de Melo Franco, Joaquim Ribeiro. Disponível no acervo da Biblioteca da PUCSP.

sentimentos circulavam, inaugurando um sistema original em seus intercursos culturais. As monções formam processos e práticas de continuação de conquista territorial<sup>78</sup> que, em suas particularidades, passaram a ocupar “um lugar definitivo, e um lugar – acrescente-se – que não pode ser pequeno e nem irrelevante” (HOLANDA, 1946, p. 127). As monções, para Holanda, possuem uma afinidade especial com outros processos e práticas de conquista e, por vezes, mostram um eixo incerto sobre “onde e como ocorreu a transição, uma espécie de zona obscura, onde ambas ora se encontram, se confundem e se prolongam”, provocando, no “historiador de hoje”, certa dificuldade de vê-la “a olho nú, uma só constelação” (HOLANDA, 1946, 128).

Para melhor explicar esses processos, o pesquisador recorre às condições singulares que “vieram a separar dos demais sertanistas, os mareantes e demais passageiros das canoas de comércio” (HOLANDA, 1946, p. 128). Mas o que diferencia e unifica as monções com outros movimentos? Com relação às bandeiras, as monções também recrutavam gente rude, de gênio turbulento e intemperanças de toda espécie, corajosas, indiferentes às ameaças e aos perigos e, muitas vezes, ocorriam as maiores catástrofes. Era gente possuidora de uma “agitação de superfície”, carregando consigo o espírito do “caminhante a pé”, ao mesmo tempo em que ia operando um “tipo de mentalidade dos novos sertanistas” que se valiam da navegação, atividade que teve um papel disciplinador e amortecendo do “ânimo tradicionalmente aventureiro daqueles homens” (HOLANDA, [1957], edição atualizada de 1994, p. 136). Presos às vias fluviais e em sua embarcação, o que se descortinava era um tipo de labor que convidava ao movimento, ao espetáculo, ao fantástico, à imaginação. Trabalhar na embarcação fluvial significava ser guiado por uma paisagem que se alterava conforme o horizonte. Que fazia circular um sentimento de abdicção permanente das vontades dos homens e do meio.

Esse tipo de mentalidade, em conformidade com Holanda, ensejou uma “ação disciplinadora e de algum modo amortecedora dos ânimos tradicionalmente aventureiros daqueles homens” (HOLANDA, [1957], edição atualizada de 1994, p. 136), ou seja, a

---

<sup>78</sup> Esse tema foi de preocupação do escritor piauiense Renato Castelo Branco no romance regionalista *Teodoro Bianca*. No romance, Renato Castelo Branco narra a saga de um vareiro pelo ambiente épico do rio Parnaíba, com seus carnaubais, as fazendas, os costumes urbanos e rurais, o rio com suas embarcações, embarcações e seus vareiros legendários. Temos também o estudo de Francismar Alex Lopes de Carvalho *Entre Rios e Impérios. A navegação Fluvial na América do Sul* (2019). O estudo é fruto da dissertação de mestrado, que analisa a navegação e o papel desempenhado pelos rios nas regiões de fronteira dos impérios coloniais. Possui uma consistente pesquisa documental que convida a continuar pensando sobre as dificuldades das vias de comunicação; aponta o legado indígena de saberes e práticas necessárias para “navegar” pelos sertões, e a complexa trama de alianças e conflitos entre as populações ribeirinhas e os colonizadores. Por essa razão, os dois estudos se destacam na abordagem do tema, tão precioso para Sérgio Buarque de Holanda no estudo do papel dos rios na expansão territorial do Brasil.

racionalidade do trabalho suplantaria o espírito aventureiro. O pesquisador das monções descreve como “sertanistas e mareantes” se tornaram um tipo de gente que ao se aglomerar nos portos à espera de uma embarcação, parecia “qualquer coisa de desordenado”, mas era, antes de tudo, uma gente de ambições “submissas e resignadas” (HOLANDA, [1945], edição atualizada de 2014, p. 106). Considera, ainda, que nesses embarcadouros fluviais aparentemente desordenados, o que existia mesmo era estabelecimentos humanos fixos e povoados de um tipo de gente industriosa movida por aventura e trabalho, improvisando simples embarcações de madeira ou de couro “para atender a todas as emergências” (HOLANDA, [1945], edição atualizada de 2014, p. 53). Uma gente industriosa que oferecia alternativas para os locais em que a marcha a pé estava impedida de prosseguir. Assim, instituíram uma rede de colaboradores distribuídos em várias frentes, os remeiros, que ficavam fixos nos embarcadouros, seu trabalho era se colocar em pé no rio, ficando um em cada lado e outro na parte dianteira para empurrar a embarcação.

Dentro dela, mais dois remeiros “instalados na proa e também em pé” para, segundo Holanda, também guiarem a viagem. Esse modelo era recorrente nas “regiões brasileiras mais apartadas, sem excluir o extremo norte, onde todos os caminhos eram fluviais, esse modelo foi muito generalizado” (HOLANDA, 2014, p. 57). A palavra monção, conforme Holanda ([1957], edição atualizada de 1994, p. 137), ao que parece, é de procedência árabe, e se generalizou entre os viajantes durante os grandes descobrimentos marítimos. Em português, significa os ventos que determinavam as épocas de navegação no Oceano Índico. Em Portugal, o termo designava unicamente as estações adequadas às viagens, ou seja, quando sopravam os ventos propícios, nos meses de março e abril, gerando condições favoráveis à partida das embarcações que na época eram “a vela”.

No Brasil, as monções não eram determinadas pelo vento, mas, sim, pelo regime das águas do rio, principalmente quando estava cheio, nos meses de março e abril, tornado a viagem menos arriscada e perigosa. Assim as monções no Brasil eram compostas de “uma imensa população flutuante, sem posição social nítida, vivendo parasitariamente à margem das atividades regulares e remuneradoras”, ainda fazia jus a imagem de “criminosos, amotinadores e insubordinados”. Também “viviam suas horas de verdadeira animação e alegria, entretendo-se, às noites, nos jogos de cartas, nas músicas, nas danças, nos desafios e em outros folguedos, de modo que era pouco o tempo para dormir e descansar” (HOLANDA, [1945], edição atualizada de 2014, p. 101). Ainda segundo HOLANDA (2014, p. 102), a viagem, longa e monótona, era aproveitada pelos embarcadiços para negociar, trocar mercadorias e mantimentos. Na oportunidade, faziam festa numa agitação multicolorida,

[...] A verdade é que as monções nunca chegaram a deixar, nos hábitos da vida social do paulista, nenhuma dessas marcas de vivo colorido, que nascem de uma intimidade grata e quase lírica entre o homem e sua ocupação mais constante. Faltou-lhes a vida fluida, rica de formas, que brota do esforço livremente consentido e que floresce nas lendas, nos usos e nas tradições do povo (HOLANDA, 2014, p. 102).

Inicialmente, todos eram guiados por certos sentimentos de superstições, lendas, fábulas, do fantástico e do fabuloso, pois esses sentimentos estavam relacionados aos constantes perigos da navegação como doenças, naufrágios, pobreza e riqueza. Depois, tudo isso se transformou em labor dessa gente que buscava no rio as respostas para suas grandezas e miudezas humanas. Nesse processo, as embarcações eram oportunamente batizadas, “pelo menos os raros de que ainda há notícia, eram lamentavelmente prosaicos e não denunciam certamente uma raça de navegantes” (HOLANDA, [1945], edição atualizada de 2014, p. 103). Outro fator relevante desse processo era sua fabricação<sup>79</sup>. Holanda reconhece que os escassos documentos iconográficos acerca dessas embarcações parecem indicar que o critério era estritamente utilitário para sua fabricação. Ele identificou embarcações monóxilas, duráveis e resistentes, além das simples canoas de casca, também de procedência indígena e de que se “serviram muitos dos antigos bandeirantes” (HOLANDA, [1945], edição atualizada de 2014, p. 103). Na fabricação, os espaços já eram definidos. A parte central ficava destinada à carga, na frente ficava um espaço livre para o trabalho dos mareantes, além do piloto e do proeiro, e espaço para viajantes. No geral, havia poucos espaços para os tripulantes que, inicialmente, eram os guias que trabalhavam de forma alternada para suprir eventuais dificuldades.

Na mareagem, tanto como na técnica de construção naval, prevalecia decididamente a tradição indígena. Para essa tradição foi se estabelecendo uma rotina de trabalho como, por exemplo, a ação dos tripulantes remarem sempre de pé, portando grandes varas, daí a expressão “varar o rio”, muito corrente no Brasil e em todo o continente americano antes do advento dos barcos a vela, lenha e depois motor. O proeiro, segundo parece, era a figura mais importante da tripulação, pois governava toda a navegação, “batendo com o calcanhar no chão, marcava o compasso das remadas e os olhos atentos à paisagem” (HOLANDA, [1957],

---

<sup>79</sup> Interessante o estudo de Antônio Alves Camara. *Ensaio sobre as construções navaes indígenas do Brasil*. O texto, publicado pela primeira vez em 1888, tornou-se um clássico no assunto. O autor estuda os tipos de embarcações de origem indígena em uso no litoral na rede fluvial do país. Apresenta um rico vocabulário de termos técnicos (<http://www.brasiliana.com.br/> acesso 27/11/2018).

edição atualizada de 1994, p. 107). A prática das navegações, para o estudioso, apurava a capacidade de observação de tal modo que de um simples movimento das águas podia deduzir onde o rio era mais fundo ou mais raso, e onde existia canal ou bancos de areia. Guardava-se na memória todas as circunstâncias da navegação e aquelas que podiam afetar sua pilotagem.

Nessa ocasião, passaram a desfrutar de grande prestígio, conforme Holanda, por sua capacidade de reter na memória todas as manobras necessárias para enfrentar as dificuldades e fazer deslizar a embarcação ao “sabor das águas”. Era preciso destreza e coragem permanente para vencer os obstáculos propiciados pela navegação. Com a pujança da navegação, as embarcações passaram a contar com uma cobertura inicial para proteção da carga contra as chuvas e o sol. Então, introduziu-se uma cobertura que parecia uma “silhueta sombria, despida de qualquer atrativo”. Tempos depois, a coberta ganhou a nota viva do vermelho (HOLANDA, 1946, p. 144). A coberta podia ser de lona, brim ou palha e era sustentada por uma armação de madeira na parte central da canoa. Esse sistema de cobertas parece ter sido, segundo Holanda, introduzido aos poucos, depois passou a servir de proteção aos passageiros e se ampliou, incluindo os assentos. Foram nessas condições, para ele, que as monções se tornaram meio obrigatório para levar e trazer as necessidades imediatas da vida e também para o luxo.

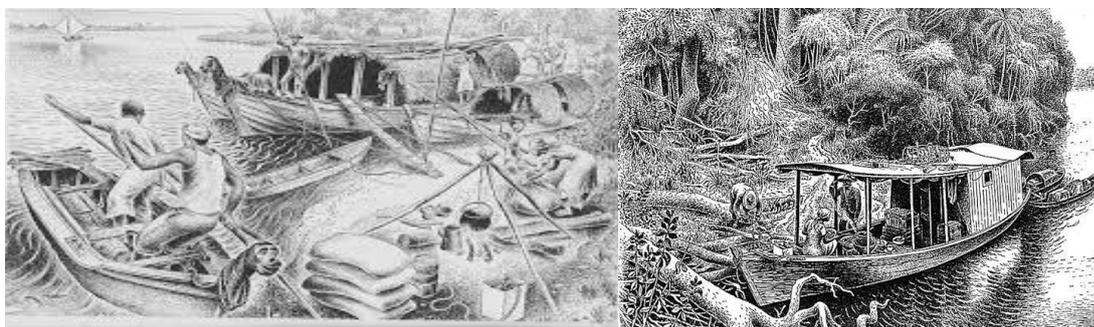


Figura 4 - Os vareiros ou balseiros dos rios brasileiros na ilustração de Percy Lau (1959)

As monções conquistaram definitivamente um lugar na vida brasileira quando, nesse ambiente, os embarcadouros se tornaram centro estável, dinâmico e duradouro de um original modo de vida, transportando pessoas, propriedades, técnicas, instituições e ideias. Holanda reconhece a grande contribuição dos rios brasileiros para a navegação que esteve sempre muito aquém das grandes possibilidades que ofereciam, à primeira vista, a nossa rede hidrográfica. O certo, porém, é que entre nós, os rios se transformaram em meio vital sertanejo. O rio, mesmo com pouca água ou seco, nunca foi obstáculo para os povos do sertão. Desse modo, Holanda também vai ancorar seu bloco interpretativo em vasto e frondoso acervo de imagens dessa gente, responsável por fundar um “sistema de sinalização convencional” que, segundo ele (1994, p. 12-13), era

[...] paisagem, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam, ora a esbater-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbióticos, ora a afirmar-se, ao menos enquanto não superasse a vitória final dos elementos que se tivesse revelado mais ativos, mais robustos, ou melhor, equipados. (HOLANDA, 1994, p. 12-13).

Nesse sistema de sinalização, a “caminhada a pé” se viu em condições de receber novos contornos para, assim, tornar-se um “caminho que anda” ou “estradas fluviais ou moveis”, instituidoras do comércio fluvial que rapidamente se adaptou às condições do meio que exigia dos navegantes um penoso processo de aprendizagem topográfica. Acompanhando esse processo, Holanda ([1945], edição atualizada de 2014, p. 127) vai identificando os pontos de dificuldades para a bandeira que caminhava a pé e recorreu aos rios como alternativa para dar continuidade ao processo de conquista. Nesse ponto, os rios se transformaram em alternativa viável, mesmo regida por instrumentos diferentes, guiada por métodos próprios e movida por um tipo de gente identificada como mareantes. “Raça de navegadores” de idêntica força àquela dos tropeiros que guiaram o gado para o avanço expressivo da civilização do couro.

### **1.3. Estilos e Retratos do pensamento brasileiro**

Em conformidade com Otávio Ianni (2000), ao longo da história do Brasil, intérpretes brasileiros e estrangeiros interrogam continuamente a sociedade nacional, buscando construir e reconstruir problemas históricos e teóricos. Apesar da diversidade das análises, delinearam ideias e temas sobre cultura e sociedade no Brasil. Diante dessa diversificação, as interpretações podem ser vistas “como uma complexa narrativa ficcional que combina a busca de esclarecimento e a criação de significados” (IANNI, 2000, p. 55). Essa peculiaridade da história e do pensamento é característica de uma série de visões na produção e circulação de textos com proposições e temáticas de grande envergadura que resultaram em correntes, tendências, escolas de pensamento e na formação e desenvolvimento de agrupamentos intelectuais empenhados em compreender como se organizam e se transformam a sociedade e a cultura. Essa atitude renovou ideias, temas, questões, conceitos, teorias e metodologia em diferentes autores e obras. Por conseguinte, ideias e temas sobre o sertão foram assimilados e transfigurados no pensamento brasileiro, apresentando-se paralelos e entrelaçados.

O sertão e sua relação com o bandeirismo ganhou notoriedade quando teve o seu interior valorizado, pois isso colocou em cena as populações sertanejas, numa visão abrangente e englobante, com especial atenção aos modos de vida, paisagem, raça, meio,

cultura e sociedades e, dessa forma, os autores que dele trataram foram identificados como os bandeirantes escritores, bandeirólogos ou mitólogos modernos, no dizer de Cassiano Ricardo (1970). Os textos dialogam entre si, contudo, há variações entre os intérpretes que se colocam nessa linha de pensamento. Uns são abertamente estudiosos do bandeirismo, outros do sertão. Reconhecem uma relação de proximidades, mas também distanciamentos. Os argumentos variam, mas sobressaem as raízes coloniais.

Estes pesquisadores trabalharam amplamente inseridos em um universo histórico e intelectual de larga duração. São abertamente situados na linha do culturalismo. A existência desta vertente de conhecimento se deve à Escola do Recife, conforme afirma Francisco Martins Sousa em *Sílvio Romero, o Brasil social e outros estudos sociológicos*. A figura de proa foi Tobias Barreto, mas foram Sílvio Romero e Clóvis Beviláqua que fizeram avançar as bases teóricas no âmbito da Sociologia. Essa vertente aponta uma maior valorização da investigação sociológica para se apreender o que seria o conhecimento da realidade nacional. Para Sousa (2000), todos vão partir da base construída por Sílvio Romero, mas cada “pensador que abraça e desenvolve tal concepção segue um caminho próprio de acordo com a visão escolhida” (SOUSA, 2000, p. 20).

Os estudiosos que partiram das bases colocadas pela Escola do Recife dialogaram com a historiografia nacional e das províncias, revelando um compromisso de inaugurarem novas interpretações do Brasil. Em geral, os estudos alinham-se com a “vocalização patriótico-sentimental”. O ensaio triunfou, pois se tornou um tipo de gênero misto “construído na confluência da história com a economia, a filosofia ou a arte, que é uma forma bem brasileira de investigação e descoberta do Brasil”. Uma combinação sem fronteiras com a “imaginação e a observação, a ciência e a arte” (CANDIDO, 2000, p. 119). Nas entrelinhas, ou abertamente, sugerem ideias, objetivos, avisos ou alertas, sobre a função e o papel social dos intelectuais, fossem historiadores, ensaístas, romancistas, cientistas, pesquisadores do nacional. Essa produção ajudou a fundar as bases das ciências sociais brasileiras, pois,

[...] as teses compõe uma narrativa de grande envergadura, metanarrativa, complexa e abrangente, de tal modo que nela o leitor encontra metáforas e alegorias, bem como vibração, tensão, mistério, revelação e aura, com o que se tece uma vasta, insólita e fascinante obra de ficção; reconhecendo-se que a ficção pode ser uma forma de esclarecimento (IANNI, 2000, p. 73).

Lília Schwarcz e André Botelho<sup>80</sup> também têm se dedicado em organizar os autores e obras como pertencentes ao “pensamento social brasileiro”. Os estudiosos buscam reconhecer

---

<sup>80</sup> Em consonância com a produção de André Botelho; Lilian M. Schwarcz, temos ainda, Djacir Menezes. *O Brasil no pensamento brasileiro* (edição atualizada de 1998); Lourenço D. Mota (org). *Introdução ao Brasil. Um*

as contribuições de diferentes especialistas em áreas como literatura, sociologia, antropologia, história, saúde e ciência política. Autores e obras que, ao longo do tempo, produziram marcantes reflexões sobre a sociedade brasileira. A proposta de Botelho; Schwarcz é cronológica, periódica e contextualista e busca cobrir um repertório de intérpretes de diferentes tempos e lugares.

Botelho e Schwarcz em *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país* (2009) e “Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma” (2011), analisam essa produção, observando o conteúdo dos livros, a época ou os aspectos analisados, a ocorrência de ideias, para buscar discernir uma ordem geral, um arranjo para facilitar o entendimento das sequências históricas, e traçar planos de compreensão explicativos e ilustrativos globais das obras, além de informações biográficas do autor. Esse conjunto é identificado como “pensamento social brasileiro” (BOTELHO; SCHWARCZ, 2009; 2011). Área de estudo que foi se constituindo para alargar os interesses de muitos pesquisadores sobre os processos, práticas de produção, aquisição, transmissão, recepção e circulação das diferentes formas de exposição e produção de conhecimento. Nessa perspectiva, observa-se que a noção de interior alargou a categoria sertão no pensamento brasileiro e regionalista, operada, em parte, pelo caráter multidisciplinar dessa categoria de pensamento que é uma das chaves de leitura mais poderosa para compreensão do Brasil.

Nesse quadro, pode-se dizer que bandeirismo estruturava e organizava o conhecimento sobre o sertão, o interior, a província na perspectiva do entendimento da sociedade e da cultura brasileira; e cabe então perguntas como os estudiosos que trataram do Piauí reagiram a essa abordagem? Como eram apresentados e quais aspectos eram abordados e vistos como fundantes do sertão, da região e do regionalismo na formação brasileira? Essas serão nossas próximas reflexões.

---

*Banquete no Trópico* (1999), Octavio Ianni. “Tendências do pensamento brasileiro” (2000), Octávio Ianni, *Pensamento Social no Brasil* (2004); Sérgio Micelli. *Intelectualidade à brasileira* (2011), Fernando H. Cardoso. *Pensadores que Inventaram o Brasil* (2013) e tantos outros;

## 2. NOS CONDICIONAMENTOS DA ITINERÂNCIA: LINHAGEM DO PENSAMENTO SOBRE O SERTÃO PIAUIENSE

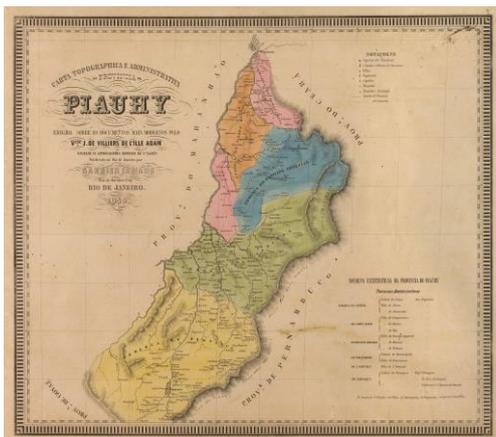


Figura 5 - Carta Topographica e administrativa da Província do Piauí (1850). Fonte: arquivonacional.gov.br.

Não é isso para admirar, quando todos nós sabemos os belos improvisos e as galantes fabulas que por aí correm impressos acerca das cousas do nosso Brasil. O mesmo Piauí tem merecido as honras de um paiz de maravilhas (ALENCASTRE, 1857, p. 48).

Para Odilon Nunes (2007), a narrativa do Padre Miguel Carvalho “Descrição do sertão do Piauí” (1697), seguida do “Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí”, de autor anônimo, são as mais “antigas páginas da nossa história” e os “únicos vestígios que encontramos duma literatura”. Os demais documentos são “peças burocráticas, de caráter puramente oficial” (NUNES, 2007, p. 289). De fato, segundo Afonso de Taunay (1945, Tomo VIII), é um “precioso relato” dos muitos pormenores da paisagem, etnografia, povoamento e costumes da sociedade piauiense da época. O relato é o resultado da missão imposta ao padre para que visitasse e andasse todo o sertão “gastando mais de seis meses, peregrinando de fazenda em fazenda” (TAUNAY, 1945, Tomo VIII, p. 268).

Nesse documento, o padre localiza a sede da freguesia a partir de sua principal referência, o prédio da capela ou da igreja, e dali imagina as distâncias para as mais remotas fazendas localizadas em todas as partes daquele sertão, formando, para ele, um mapa da região em forma de cruz, indo do nascente ao poente, de Norte a Sul. A capela ou a igreja era símbolo responsável por estruturar e organizar toda a vida daquele sertão, pois funcionava para os caminhantes<sup>81</sup> como meio de localizar determinada área, divisão ou subdivisão de

---

<sup>81</sup>O *Guia do caminhante de Anastácio de Santana* (1817) é todo ilustrado para informar aos leitores como explorar a terra, apresentando mapas, rios, caminhos, fronteiras, povos, animais, edificações, etc. O Guia possui texto e imagem e nos parece ter sido adotado posteriormente pelos Almanques que passaram a circular pelo território brasileiro em todos os tempos e lugares. (Disponível <http://www.arquivonacional.gov.br/acesso/06/11/2016>).

outras áreas maiores ou menores, como arraial, freguesia, vila, comarca, fazenda, estradas, caminhos entre outros. Em outro relato de visita, o padre Joaquim José Pereira, vigário em Valença do Piauí, escreveu “Memória sobre os nitros e inventos na Capitania do Piauí e Maranhão” (1799). Ele traça um mapa das freguesias com suas capelas e igrejas para identificar, classificar e hierarquizar as povoações. Identifica que no litoral existe a freguesia da “matriz de S. Joao da Parnahiba” e subindo para o centro do sertão, para a cidade de Oeiras, que era “mais cheia de povo, [...] tem duas capelas” (PEREIRA, 1799, p. 168). Os mapas elaborados pelos dois padres se referem a uma organização social e cultural daquele perdido sertão, que era movido pela criação do gado e pela religiosidade.

O “Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí”, de autor anônimo, pois segundo Capistrano de Abreu, “quem escreveu ignora-se” (CAPISTRANO DE ABREU, 1981, p. 253), foi publicado primeiramente no “Jornal Patriota”, no início do século XIX e, segundo Capistrano de Abreu, “conserva-se quase tão inédito como se nunca houvera saído da carteira de seu autor”. Sua redação é supostamente de 1770 (CAPISTRANO DE ABREU, 1981, p. 253). Depois foi publicado na Revista do IHGB em 1900. Por ser uma narrativa muito estudada e citada, despertou a curiosidade de Capistrano de Abreu que levantou hipóteses sobre o autor, cabendo a João Pereira Caldas a suposta autoria, pois, na época, o militar português foi, sucessivamente, governador do Piauí, do Maranhão, do Pará e de Mato Grosso. Capistrano de Abreu defende essa ideia por identificar que o autor demonstra grande conhecimento sobre aqueles sertões pastoris e pôde assim melhor descrever “a filosofia do gado e dos vaqueiros” (CAPISTRANO DE ABREU, 1981, p. 321). De posse desses argumentos, observou-se que o autor traça um mapa do sertão como a região compreendida desde o Rio São Francisco até a Capitania do Piauí que “se alarga e se estreita” (ROTEIRO, 1900, p.80) e pode ser mais bem representada (ROTEIRO, 1900, p. 72) por uma “figura triangular”, tendo em uma ponta o Maranhão, na outra o Litoral e na terceira ponta o Rio São Francisco.

No interior do triângulo, a paisagem orientava os caminhantes pelos sinais naturais: água e seca; serras, rios, lagoas; e humanos: terras dos moradores que criam gado ou plantam. Atentou-se para o modo como a fazenda se confunde com a paisagem. Sua extensão podia determinar as estradas, açudes, vizinhança e os locais das casas e currais. A criação de gado possuía uma sinalização especial por ser a principal atividade econômica da província, estendendo-se até o litoral. O gado era transportado em barcas pelo rio “para d’ahi serem reexportadas”, e isso fazia desse lugar o “maior e mais opulento” vendedor de gado (ROTEIRO, 1900, p. 64). No litoral, o comércio era todo feito pelo rio em balsas de madeira

“e o seu uso frequentíssimo, tanto para atravessar os Rios, como para descer por eles sem mais remos, que as mesmas agoas, e sem mais governo que huma vara com que os desviam das ribanceiras” (ROTEIRO, 1900, p. 65). Os rios, para o autor do roteiro, são sinais da natureza que causam “fascínio e desolação”. O Rio Parnaíba<sup>82</sup> “He todo navegável, as suas margens, ainda que se estenda muito para o interior do Paiz” (ROTEIRO, 1900, p. 82-84) e é fertilíssimo para todos os gêneros, assim também é para o Rio Poti<sup>83</sup>. Os demais rios secavam e a população era obrigada a procurar outras paragens. As gentes também eram sinalizadas como “mulatos, mestiços, pretos forros, raça que abundão nos sertões” (ROTEIRO, 1900, p.88). Também como perversos, ociosos, inúteis. Observa que os habitantes possuem uma aversão ao trabalho na agricultura, pois sua maior felicidade era ter seu nome associado ao de vaqueiro. Vaqueiro era o “creador, ou homem de fazenda” e nessa condição, detinha esse título honorífico para se distinguir daqueles cujos cargos estavam associados “à administração, e economia das fazendas” (ROTEIRO, 1900, p.88).

No roteiro, o autor reconhece que esses habitantes tinham uma vida de simplicidade até que foram atingidos pela entrada estrondosa dos bandeirantes e em pouco tempo estavam adaptados a outro modo de vida do mesmo modo que se adaptavam à chuva, à seca e à fome. Na terra, apesar de abundante, os “Homens viviam miseravelmente, feito tapuias”. Os rebanhos viviam pelos campos de engorda para se reproduzirem (ROTEIRO, 1900, p. 87). Lentamente, essas terras foram ganhando mais fazendas, rebanhos, gentes e vilas. O certo é que do rio São Francisco ao sertão das rodela e do sertão do mimoso ao litoral, o domínio rural se instalou decisivamente, ligando os caminhos do gado ao comércio ambulante que chegava oferecendo pele, osso, couro, carne verde e seca, sebo, graxa, roupa, coberta e utensílios domésticos levados e trazidos por boiadeiros e tropeiros, personagens fundamentais do sertão do boi. Mais adiante, o relato do ouvidor da província, Antônio José de Moraes

---

<sup>82</sup> Segundo Taunay (1928, p. 334), O majestoso Parnahyba já se denominava “Rio Grande dos Tapuias”; segundo Gabriel Soares, no *Tratado Descritivo do Brasil* em 1587, “Pará”; segundo Diogo de Campos, “Paraoaçu”; segundo Bento Maciel Parente, “Punaré”; segundo refere frei Vicente do Salvador na sua *Historia da Custodia do Brasil*, “Paraguaçu”; segundo o padre Antônio Vieira, recebeu o nome da Villa de S. Paulo que serviu de berço ao destemido paulista. São referências de estudo sobre o rio, de Gustavo Luiz Dodt: “Mappa figurativo das cabeceiras do Parnahyba na provincia de Piauhy” (1808); “Relatorio ácerca da exploração do rio Parnahyba: por ordem da presidencia da provincia do Piauhy” (1868); “Descripção dos rios Parnahyba e Gurupy: relatórios sobre a exploração dos mesmos seguidos de uma memoria sobre o porto de San’Luiz do Maranhão” (1873). (Disponível, [www.brasiliana.com.br/acesso](http://www.brasiliana.com.br/acesso) 15/01/2018). Publicado também na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (1922).

<sup>83</sup> Era chamado de Itaim-açu, nome que desapareceu da nossa nomenclatura fluvial contemporânea (TAUNAY, 1946, p. 273).

Durão, “Descrição da Capitania de São José do Piauí” de 1772<sup>84</sup>, retoma as preocupações apresentadas pelos demais e descreve a gente assim:

Vermelho se chama na terra a todo índio de qualquer nação que seja; mamaluco ao filho de branco e índia; caful ao filho de preto e índia; mestiço ao que participa de branco, preto e índio; mulato ao filho de branco e preta; cabra ao filho de preto e mulata; curiboca ao filho de mestiço e índia; quando se não podem bem distinguir pelas suas muitas misturas, se explicam pela palavra mestiço o que eu faço, compreendendo nela os cabras e curibocas (MOTT, 1977 apud DURÃO, 1772, p. 552).

Logo depois, enumera as capelas, classificando, caracterizando e hierarquizando cada uma assim,

Nossa Senhora do Livramento [era a] capela da Vila de Parnaguá; em Valença tem uma ermida de barro, mas arruinada com invocação de Nossa Senhora do O; no aldeado de “índios Oroaze’s<sup>85</sup> deixaram o nome no templo de pedra de invocação da Freguesia [...] de Nossa Senhora da Conceição dos Oroazes e que se encontra em ruína [e] mais parece um palácio encantado; em Marvão a invocação [é] de Nossa Senhora do Nazareth e também de Nossa Senhora do Desterro; em Campo Maior [a] invocação [é] de Nossa Senhora dos Humildes e em outro distrito [a] invocação [é] de Santo Antônio do Sorobi (DURÃO, 1772, p. 553).

A capela podia ser de palha, pedra ou de telha; instalada em local já habitado ou não; por iniciativa do padre, dos moradores, do fazendeiro, da administração. Depois de instalada, sua localização servia de orientação para fundação de arraial, povoação, vila, fazenda, cidade; o responsável era o padre ou um missionário; o nome de registro podia ser nome de santo, de santa da história local e brasileira. Para Cassiano Ricardo, esses sinais só seriam mais bem compreendidos se vistos na sua relação com o ambiente “mágico da realidade”, e isso ocorria porque as capelas partiam da ideia de “caminhos à frente, santos atrás” (CASSIANO RICARDO, 1970, p. 391), particularmente, quando “Nossa Senhora” era a principal homenageada, fato presente na maioria das “povoações que se fundam em todas as direções” (CASSIANO RICARDO, 1970, P. 391) pelo Brasil.

Durão também observou a fazenda que “se chama de gado vacum ou cavalari ditas vulgarmente currais” (MOTT, 1977 apud DURÃO, 1772, p. 552). Ela também era associada às roças e engenhocas de açúcar que ao “multiplicar-lhe fantasticamente o número”, podia,

---

<sup>84</sup>O documento foi encontrado por Luiz Mott em suas pesquisas em Portugal no Arquivo Histórico Ultramarino. O documento foi transcrito e publicado inicialmente na Revista da USP (1977), depois na obra *Piauí Colonial. População, Economia e Sociedade*, 1985.

<sup>85</sup> Há registros de que o bandeirante Domingos Jorge Velho, por volta da segunda metade de 1600, pacificou os indígenas e depois saiu em marcha para a barra do Poti onde se instalou até sair em missão para o quilombo dos palmares. Em 1725, a Missão Jesuítica do Padre Gabriel Malagrida, de passagem, deixou instalando uma coluna de pedra do futuro templo dedicado à Nossa Senhora da Conceição.

segundo ele, abrigar-se “debaixo da palavra sítio”. A fazenda era o centro de toda a vida da província que se estendia por todo sertão até o Rio Parnaíba, alcançando as serras mais adiantes, “segundo informação dos mais práticos do país”. Para ele, Oeiras era uma cidade que verdadeiramente só gozava do nome, pois não tinha relógio, Casa de Câmara, cadeia, açougue, ofícios ou alguma oficina pública. As casas da cidade, todas eram térreas inclusive o palácio do Governo. E observando as ruas da cidade, percebeu que algumas eram inteiras em sua extensão, outra só tinha metade, e em outra rua, nem a metade. Os servidores da província se servem, para ele, do “hábito repugnante” de se aproveitar do prestígio de ser vaqueiro para regularmente “servirem de juízes e vereadores” (MOTT, 1977 apud DURÃO, 1772, p. 552).

A falta de instrução, para Durão, tornava a situação mais grave, pois fazia essa terra e essa gente “padecer e respirar” como “bárbaro e feroz”, além de se tornarem criminosos, ociosos e viciados assim como os pais e parentes nas questões públicas (MOTT, 1977 apud DURÃO, 1772, p. 553). Para Durão, o bandeirante era um dos principais personagens do sertão, que foi entrando pelas ribeiras, expulsando os índios, estabelecendo-se na região e “ocupando e povoando o que pode” para daí seguir organizando seus pleitos em torno da posse da terra. Bandeirante, para Durão, era o tipo de gente de mentalidade dominante e perseverante em seus objetivos, que instalou, em 1696, a freguesia do “Brejo da Moxa, como centro do sertão descoberto” (MOTT, 1977 apud DURÃO, 1772, p. 555) e, no ano seguinte, atendendo aos reclames do povo, instalou o primeiro pároco e um juiz para administrar a justiça. Em seguida, a povoação se transformou em vila mantendo o nome de Mocha. Assim, esse tipo de mentalidade estendeu seu domínio para outras freguesias, “porque se aumentavam os moradores”. Foi essa mentalidade que fez aquela pequena Vila virar “Cidade com o nome de Oeiras”, tendo João Pereira Caldas como o primeiro Governador que “deixou perpétuas memórias”<sup>86</sup>, demonstrando que foi um governante “prudente, cândido, desinteressado”, entre outras “virtudes que o adornam” (MOTT, 1977 apud DURÃO, 1772, p. 555). Assim, Durão reconhece que esse tipo de mentalidade contribuiu decisivamente para a ideia de sertão e moveu para cá muitos outros interessados que passaram a seguir esses “exemplos, para lhes ser companheiros nos mesmos interesses prometidos” (MOTT, 1977 apud DURÃO, 1772, p.556). Para o administrador da província, apesar do uso da violência empregada pelos bandeirantes, esse foi um meio “necessário e útil”, pois era de “inegável utilidade ao comum”, e, em virtude das condições, era a única forma de se buscar conquistar aquelas “ribeiras e suas brenhas” (MOTT, 1977 apud DURÃO, 1772, p.556).

---

<sup>86</sup> Durão parece está se referindo ao “Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí”.

Sua gente precisava ser domesticada pela “força, ou por arte” (DURÃO, 1772, p.556) para que não avançasse pelos domínios já conquistados ou a serem conquistados. Para o administrador, a presença do negro nesse sertão foi em decorrência de sua integração na caravana renói e aqui se misturou e se confundiu com essa gente, de modo que formou “um só povo de nações tão diversas em que sempre se respira serem os mesmos vícios de cada uma, delas realçada” (MOTT, 1977 apud DURÃO, 1772, p. 556). Ao mesmo tempo, para o administrador, os raríssimos renóis do reino que também se dirigiram para esse sertão, assimilaram com facilidade “os vícios da terra a que não podiam resistir arrebatados, como se uma torrente que os submergia” (MOTT, 1977 apud DURÃO, 1772, p. 556).



Figura 6 – “Sertanejo do Piauí Viajando”, na ilustração de SPIX & MARTIUS (1976)<sup>87</sup>

Outra exposição muito citada, particularmente pela Literatura de Viagem<sup>88</sup>, é a *Viagem pelo Brasil* (1819-1820) de Spix & Martius. O relato trata da viagem de Spix & Martius pelo Brasil e o Piauí. É importante porque foi feita por um estrangeiro sobre o Piauí, pela extensão temporal da visita, pela quantidade e qualidade de elementos descritos, além das ilustrações que foram produzidas e publicadas sobre o sertão do Piauí, em particular. Os dois viajantes estiveram no sertão piauiense entre 1818 e 1820. Ao chegarem ao Brasil, primeiro exploraram

---

<sup>87</sup> A obra, publicada em 1823, contém as seguintes ilustrações: “A paisagem, no Piauí, representa a formação de grés e vegetação de palmeiras e carnaúbas, juazeiros e cactos”, segundo o Arquivo Nacional são de DENIS, Ferdinand, desenhista francês que integrava a comitiva. Na publicação, a ilustração “CRYPHA EERIFERA” (Carnaúba), entre a Serra dos Dois Irmãos e Oeiras (Martius “Genera et species palmarum”) é de Spix&Martius. (Disponível/ <https://bdlb.bn.gov.br/acesso> 08/10/2016).

<sup>88</sup> Para Oliveira Filho (1978); Belluzo (1996); França (2012), as viagens científicas e filosóficas empreendidas pelos naturalistas foram produzidas em decorrência das constantes viagens feitas, sejam por razões de Estado, de missões diplomáticas, religiosas, comerciais ou marítimas. Essas viagens atraíram, para cá, andarilhos, escritores, empreendedores individuais e estudiosos em diversas e regulares expedições. Essas visitas foram responsáveis por divulgar o Brasil lá fora ao descrever as paisagens, os povos, costumes, modos de vida, habitação, entre outros aspectos. São cartas, romances, histórias, poesias, memórias, álbuns de desenho, guias comerciais e científicos, mapas, roteiros, gravuras, textos e livros que foram publicados em revistas especializadas e jornais. Essa produção sobre o Brasil servirá de inspiração para novas reconstruções conceituais, teóricas e metodológicas dos estudiosos da formação brasileira.

a cidade do Rio de Janeiro e suas vizinhanças, embrenhando-se, ao longo de quase três anos, por São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas. Foi na Bahia que começou a jornada rumo ao sertão do Piauí. Spix & Martius descrevem a paisagem detalhadamente. Na caminhada, perceberam que estavam se aproximando do Piauí ao encontrarem vaqueiros com sua boiada. Nesse encontro, os viajantes pediram informações sobre as condições para se chegar ao Piauí e foram informados pelos vaqueiros que as condições eram desfavoráveis, pois a região estava no período da seca. A informação causou desânimo nos viajantes, mas eles se mantiveram firmes na direção pretendida. Sempre atentos à paisagem, ficaram impressionados com a vida tranquila e de isolamento das famílias, principalmente no período da seca, fazendo-os lembrar de sua terra natal, sobretudo “na estação fria” (SPIX & MARTIUS, 1976, p. 189). A paisagem causava nos observadores um sentimento ao mesmo tempo de “desolação e fascínio” diante da situação solitária daqueles lugarejos, de poucos habitantes, mas que se prestavam “perfeitamente para infundir em nos, viandantes de passagem, as mais benéficas sensações de sossego confortável como só raro nos acontecia” (SPIX & MARTIUS, 1976, p. 207).

Viam que as cidades dependiam do comércio do gado, especialmente, entre Bahia e o Piauí que potencializavam a circulação de mercadorias europeias, escravos e outros serviços num mercado de “consternação e penúria de que nunca poderíamos fazer ideia”. Seguindo em frente, os viajantes foram surpreendidos pelo majestoso São Francisco que “resplandeceu, ondulando placidamente” (SPIX & MARTIUS, 1976, p. 199). Os observadores ao perguntarem sobre a população indígena, constataram vagas informações. A informação certa que tinham era sobre os desbravadores, estes “se espalharam da Bahia até o Piauí entre 1674 e 1700”, vindos do Sul, do litoral e entravam pelo interior espalhando medo e terror numa permanente guerra de hostilidades. Sobre o Piauí, os viajantes naturalistas colheram notícias de “narrações singelas de diversos vaqueiros, que tinham tocado as boiadas do Piauí” e também se serviram das “observações do capitão Matias José da Silva Pereira, arquiteto de Oeiras, homem que, por suas múltiplas viagens por toda parte desse território, adquiriu grande conhecimento dos lugares” (SPIX & MARTIUS, 1976, p. 213). Sendo acolhidos de modo tão hospitaleiro pelos habitantes piauienses, Spix e Martius se rederam a essa “gente [de] amável bondade e [de] coração e costumes simples”, que não se cansava de indagar para os viajantes sobre como era o estrangeiro, sua pátria, da qual não “faziam a mais singular ideia” (SPIX & MARTIUS, 1976, p. 213).

Em Oeiras, viram uma “cidadezinha da costa” como um lugar de “menos cultura”, porém de “simplicidade, bondade e hospitalidade, que se conservam tão bem nas localidades

isoladas” (SPIX & MARTIUS, 1976, p. 218). Eles reconhecem que Oeiras, comparada “à Vila de Parnaíba que, por sua situação na costa e comércio”, se desenvolvia mais e mais, pois era bem superior em “civilização e riqueza”. Observaram que, apesar de passar por tempos de seca periódica e também por se dedicar a criação do gado, o sertanejo daquela região mais ao norte surpreendia, pois tinha o “Gênio alegre, folgazão, ilhano, bondoso, manifesta-se nas feições redondas dessa gente bem nutria, forte e trabalhadora” (SPIX & MARTIUS, 1976, p. 209). Spix & Martius identificam as fazendas, seu nome e localização, as condições físicas, naturais, sociais e culturais. Por exemplo, a fazenda Serrinha estava em plena caatinga; já a fazenda da Cachoeira estava num belo campo repleto de arbustos carnaubeiras e de juazeiros frondosos em cujas sombras descansavam os rebanhos. E, assim, segue nosso viajante apontando cada uma, tornando a lista diversificada e contrastante. Registrou que a partir de Juazeiro [atual Petrolina], que era o principal mercado de comercialização de gado, começava o caminho para a condução da boiada da Bahia para o Piauí e demais regiões. Então, concluem as observações como essa gente que reúne o gado, como

[...] força física, de sorte que, em pleno país quente tropical, podem ser admirados aqui a robustez e a operosidade dos homens nórdicos [...] o piauiense distingue-se de modo singular por sua ingenuidade, sem jacactancia prosaico do mineiro airoso, polido e poético [...] levando o isolamento do país (SPIX & MARTIUS, 1976, p. 209)

Outra narrativa de viagem igualmente importante é a de George Gardner em *Viagens pelo Brasil Principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836 a 1841*. O viajante naturalista [e observador] demonstrou, assim como Spix & Martius, um grande entusiasmo pelo sertão piauiense. As observações de Gardner não diferem dos relatos dos demais viajantes da época, mas possuem outros elementos descritivos bastante significativos. Além da paisagem, Gardner descreve as vilas, casas, moradores e atividades econômicas. Esteve também em Oeiras e ao se apresentar para o administrador da província, o Barão da Parnaíba, ficou impressionado com a aparência daquele homem cujo nome era um dos mais “célebres que o de qualquer outro ao norte do Brasil”. Era muito conhecido por governar sua província de modo despótico, contudo “lhe granjeou o apelido de frância do Piauí” (GARDNER, 1975, p. 124), tornando esse personagem um mito. Para Gardner (1975, p. 127), aqueles que se interessam pela história do Brasil devem conhecer “a vida de uma figura tão extraordinária como o Barão de Parnaíba”, pois seu nome se liga indissolúvelmente ao movimento de Independência das províncias do Norte. O viajante começa dizendo que o pai do barão era português dos açores e veio muito

pobre para o Brasil. A educação do barão resumiu-se em aprender a ler, escrever e adquirir pequenas noções de aritmética. Sua primeira ocupação foi a de vaqueiro a serviço do pai.

Com a morte do pai, ressalta Gardner, e não contente com o ofício de vaqueiro, começou a comprar gado e revender na Bahia anualmente. Alistou-se, como era o costume, na milícia de cavalaria, alcançando logo o posto de cabo de esquadra em que permaneceu por longo tempo. Foi depois promovido a alferes e nomeado tesoureiro das rendas nacionais. Assim, segundo Gardner, seu nome, que tinha pouco prestígio na província, foi sendo conhecido, mais por sua “índole astuta e maneiras rudes que por quaisquer predicados mais dignos de nota” (GARDNER, 1975, p. 128). Desse modo, foi conquistando muita simpatia ao distribuir presentes e favores, também “mostrava-se obsequioso para com todas as altas autoridades, governadores, juízes e outras, provendo-lhes homens, cavalos e alimentos para trazê-los ao litoral” (GARDNER, 1975, p. 128). Criou uma rede de simpatizantes pelos inúmeros favores concedidos, pois se mostrava “sempre servo obediente, apoiando-lhes com vigor as medidas adotadas, sem atentar para as linhas de sua política” (GARDNER, 1975, p. 128). Ainda na biografia escrita por Gardner, as iniciativas do Barão para angariar honrarias e recompensas alcançaram as cerimônias religiosas, timbrando os amigos que pertenciam ao seu ciclo de amizade para nas festas “captar a simpatia e amizade do clero”. Para naturalista, esse personagem reúne, ao mesmo tempo, o herói e o vilão que, decisivamente, marca a vida do sertão<sup>89</sup>. Na descrição da cidade de Oeiras, Gardner (1975, p. 124) descreve a Vila da Mocha à margem do “pequeno rio que lhe corre ao pé e lhe fornece um veio de água o ano inteiro”.

A construção da Vila foi por ele observada como “muito irregular e formada principalmente de uma grande praça, e umas poucas ruas que lhe partem do lado de leste e oeste” (GARDNER, 1975, p. 124). A população residente na cidade são funcionários do governo, além de pequenos comerciantes varejistas de produtos europeus que, em parte, “vem do maranhão, levada em grande canoas” (GARDNER, 1975, p. 124) e seguem para Oeiras em lombo de cavalo; a outra parte vem da Bahia também em canoas, mas dificultada pela distância, admite que tais expedições não deem lucro. Gardner também observou as fazendas da região. Ele descreve a “Fazenda Boa Esperança” como uma das maiores que ele já visitara no Brasil, e ficou admirado como aquela fazenda conseguia sobreviver na região da seca.

---

<sup>89</sup> Sobre o Barão, o escritor José Expedito de Carvalho Rego publicou seu primeiro livro com o título *Né de Sousa* (1981), biografia romanceada do Barão ou Visconde da Parnaíba. Esse livro teve uma segunda edição sob o título de *Vaqueiro e Visconde* (2010), no estilo romance histórico, desse que marcou decisivamente a História e a Literatura Piauiense.

Nessa fazenda, ele observou que sua sobrevivência era em decorrência da água em abundância durante o ano todo, mesmo quando não chovia, por causa do rio e de sólida represa que foi construída há mais de 50 anos e continuava tão eficiente como no tempo em que foi feita, “circunstância bastante admirável em um país como o Brasil onde as obras desta natureza são geralmente tão mal executadas” (GARDNER, 1942, p. 116). Observou, ainda, que a casa da fazenda estava edificada numa pequena elevação, e atrás dela havia muitas “habitações menores pertencentes aos escravos”, dando ao lugar “ares de pequena vila” e perto da casa, o “padre erigiu bonita capela onde diz missas todas as manhãs para seu povo” (GARDNER, 1942, p. 116).

Segundo Gardner, “os moradores são quase todos criadores de gado; algumas das famílias pobres possuíam apenas meia dúzia de cabeças, ao passo que há ricos que contam para cima de cem” (GARDNER, 1942, p. 113). Além de moradores, eram cultivadores de pequenas lavouras e necessitavam da autorização do fazendeiro para cultivar uma diminuta área com milho, arroz, mandioca e feijão. A casa dos moradores, segundo Gardner, pareceu-lhe muito pobre, pequena e mal construída, “com uma grande abertura do lado que servia de entrada, mas sem porta que abrigasse do vento e da chuva; tinha só dois cômodos, um interior ocupado pela família, outro exterior, onde podiam hospedar caminhantes” (GARDNER, 1942, p. 113). O dono da fazenda não residia nela, mas “deixava-a aos cuidados de um vaqueiro” (GARDNER, 1942, p.115) que começava o trabalho muito cedo, adaptando o gado ao novo pasto, o que exigia tempo e bastante gente, ficando tudo entregue a um responsável e de total confiança do dono da fazenda. A ele cabia amansar e ferrar os bezerros e curá-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos; conhecer os melhores campos de pasto para transferir o gado no período da seca, também abrir cacimbas e bebedouros. Esse ofício era cumprido com muito empenho, porque via com felicidade, ser merecedor do cargo de vaqueiro, pois era visto como um “título honorífico” (CAPISTRANO DE ABREU, 1982, p. 135).

O comércio dependia dos boiadeiros, porque levavam e traziam utensílios e alimentos e na oportunidade também vendiam o gado. Por vezes, observa Gardner, uma “lança solitária” chegava carregada de sal e outras cheias de mantimentos vindos da vila de São João da Parnaíba, “cidade perto da costa na margem oriental de um grande rio de mesmo nome, que divide as províncias do Maranhão e Piauí, e pelo qual se faz a navegação” (GARDNER, 1975, p. 124). Em sua visita a Oeiras, Gardner comprovou a chegada de uma dessas lanchas que levou três meses viajando, e que só foi possível ser realizada pela facilidade que a estação chuvosa gerou. Observou também que o transporte do produto era feito por uma quantidade

considerável de homens, dando-lhe novamente a certeza que esse tipo de atividade desse algum lucro. Assim, o viajante opinou que seria melhor navegar o rio em pequenos botes à vapor, mas abandonou essa ideia, pois avaliou que as condições impostas pelo isolamento da província funcionavam como obstáculo para o desenvolvimento da região, ainda que as exportações fossem de,

[...] gado e couros, e couros são os únicos artigos que um navio recebe como carregamento em viagem rio abaixo. Pelo que toca à importação de mercadorias europeias, não é provável que tão cedo o tráfico se mude do Maranhão para o Parnaíba. Demais, o rio só é navegável na estação das águas, tempo em que a força da corrente e os numerosos bancos de areia movediça, que dizem que seu leito contém, tornavam a viagem igualmente vagarosa e difícil (GARDNER, 1975, p. 124).

Chamou muito sua atenção o método adotado pelos vaqueiros “para pegar o gado que vagueia em grandes manadas, quase em estado selvagem” (GARDNER, 1975, p.132) e comparou esse método ao empregado pelos habitantes do Sul no momento de reunir o gado. Observou, ainda, que não havia cercas entre as propriedades, contudo, cada fazendeiro arbitrava um sinal que fosse facilmente reconhecido por todos, para indicar os limites entre as terras, criação de animais e gente (GARDNER, 1975, p.135). Essa sinalização estabeleceu características, classificação e hierarquias entre as fazendas e demais áreas e igualmente entre os moradores. Seguindo viagem, Gardner observou que a gente que vai acompanhá-lo na jornada era assim sinalizada,

Um capitão, seu filho e senhora, uma rapariga mulata pajeando-lhes a criança que levavam a batizar, três sobrinhos do capitão e um mestre-escola preto, todos vestidos de couro, da cabeça aos pés [...] o mestre-escola preto era decididamente muito superior a qualquer espécime de sua raça que eu já havia encontrado. Era um crioulo, de fronte vasta e bela, muito bem educado. Era forro e a cor não o impedia de se mover na melhor sociedade da parte do país a que pertencia. É que, com efeito, são os brasileiros, mais, talvez, que qualquer outro povo, livres de tais preconceitos (GARDNER, 1975, p. 232).

Suas observações continuam e ele vê um tipo de gente considerada como de “puro sangue índio, mestiços de pretos, geralmente escravos fugidos”. Para Gardner, era fácil reconhecer e identificar o índio puro, pois este possuía uma cor avermelhada nos “cabelos longos e lisos, ossos das faces salientes, e a obliquidade peculiar dos olhos” (GARDNER, 1975, p.228 e, mesmo adaptado à civilização, ainda conservava “muitas características da selvageria”. Identifica ainda entre os tipos de gentes desse lugar, alguns mais “respeitáveis” por se vestirem da mesma maneira que os demais brasileiros de outros sertões,

Calças curtas de algodão, com uma camisa do mesmo pano solta por cima delas; outros usam apenas ceroulas, que em geral estão longe de limpas, feitas de um pano grosseiro tecido pelas mulheres. O vestuário destas, é, por sua vez, muito simples: algumas poucas usam uma camisa e saia de chita; a maioria, porém, veste apenas uma saia, do mesmo estofado que os homens usam, presa à cintura, e nuas daí para cima (GARDNER, 1975, p. 228) .

Ao final dessa viagem, Gardner diz que sempre há de lembrar-se de sua passagem em Oeiras “como um dos períodos mais agradáveis de minhas peregrinações pelo Brasil” (GARDNER, 1975, p.228). Reconhecidamente, esse material contém um manancial de informações sobre o sertão do Piauí. Esse material serviu de inspiração para os intérpretes do pensamento brasileiro e regionalista. É ainda muito citado e estudado, pois apresenta os contextos de formação e produção de um conhecimento do Brasil e dos sertões da época. Se a missão desses viajantes era produzir informações a partir desses locais, observando e registrando a terra e sua gente, essas anotações se tornariam a base fundamental na qual se ergueriam novas análises e reconstruções teóricas, conceituais e metodologias sobre a formação brasileira em novos patamares: são *novos produtores em novas* condições de produção, assim, criado um novo tipo de produto, um estilo de narrativa, técnicas de exposição, um público específico a quem e como se dirigir, os temas e preocupações abordadas, as novas influências teóricas e metodológicas que redesenhariam o Brasil, o sertão e o sertão do Piauí.

### **I – O Piauí na história da província de Alencastre e Pereira da Costa.**

José Martins Pereira D’Alencastre (1831-1871), segundo o *Dicionário* de Sarmiento Blake (1899, vol. 05, p. 84-85), era “Pobre dos bens da fortuna, mas rico de intelligencia, pode apenas aprender em sua província algumas matérias de humanidades”, fez-se intelectual “Lutando sempre com a adversidade”, foi em 1851 para o Piauí e ali serviu sucessivamente nos cargos de promotor público interino em Oeiras, depois procurador fiscal da tesouraria geral, e por último, professor da língua portuguesa no liceu da capital<sup>90</sup>. Para os

---

<sup>90</sup> Em 1857, deixou o Piauí para assumir, no Rio de Janeiro, como oficial da secretaria da marinha, mas logo foi despachado para assumir como secretário do governo da província do Paraná. Em seguida, serviu também o cargo de secretário do governo do Rio Grande do Sul de 1859 a 1861. Presidiu a província de Goiás, deixando registrado “Annaes da Província de Goyaz” (1863). Em seguida presidiu a província de Alagoas. Nesta trajetória, recebeu a medalha de “Comendador da Ordem de Christo” e se tornou sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Escreveu poesias e romance em verso; um ensaio sobre a Balaiada intitulado em “Notas diárias sobre a revolta que teve lugar nas províncias do Maranhão, Piauhy e Ceará pelos anos de 1838, 1839,

estudiosos piauienses, Alencastre aproveitou sua atuação na administração pública para publicar suas ideias na imprensa sobre a província com reflexão sobre geografia, etnologia, cultura, economia e história. Sua estadia no Piauí foi breve e intensa ao investigar, reunir e publicar suas impressões sobre a província na imprensa local e, em seguida, no principal e mais importante meio de divulgação para a historiografia brasileira, a revista do IHGB. Em Teresina, acompanhou e orientou o Conselheiro Saraiva<sup>91</sup> na fundação e instalação da nova capital, onde também fundou o primeiro jornal intitulado “A Ordem” (1853). Alencastre aproveitava a imprensa para defender suas ideias e isso lhe prepararia o caminho como historiador da província e, assim, a conquista do posto de historiador brasileiro. Sua atividade jornalística começou em Oeiras, no jornal “O Recreio Literário” (1851), onde expôs suas impressões no artigo “Quadros Históricos da Província do Piauí” da seguinte forma:

É a província do Piauí um paiz (...) sua primeira exploração, tem alguma coisa de aventureira que admira. E 1664 (...) dois homens partidos de diferentes logares, e que havião comunicado o seu projeto, n'aquelles solidões se encontraram: um deles era um paulista, chamado Domingos Jorge, que andava em busca de índios, e que atraído pel-o destino caminhava até que o acaso lhe offerecesse uma presa fácil; o outro, um português, chamado Domingos Affonso, natural de Mafra, que tinha ido se estabelecer nas margens do Rio São Francisco, onde se applicava a criação de rebanhos. O desejo de dilatar seus pastos (...) o levará a aquella solidão. Os dois conquistadores, á feita de seus bandos, vieram a encontrar-se, unirão seus esforços, e tudo em breve se sujeitou á estas duas vontades. O paulista voltou ao seu paiz (...) o portuguez ficou senhor d'aquelle vasto território, que valia quase um reino. (ALENCASTRE, 1851, p. 8-9).

Pouco depois, publica em 1875, o primeiro e mais importante relato historiográfico sobre o Piauí, *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí*<sup>92</sup>, obra publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do qual se tornou membro

---

1840 e 1841”; a biografia do “Conego Luiz Antonio da Silva e Souza” e “Curiosidade histórica” que, conforme Sarmiento Black, deixou inédito para cuja apresentação ele se inscrevera para exposição na sessão do “Instituto de 1864” (SARMENTO BLACK, 1899, vol. 05, p. 85).

<sup>91</sup> Segundo Paulo Paim “Dados Biográficos de JOSÉ ANTONIO SARAIVA (1823/1895)” – Saraiva é natural da Bahia, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Durante algum tempo exerceu a magistratura, mas, a partir de 1853, aos 30 anos de idade, empreendeu bem-sucedida carreira política. Reelegeu-se sucessivamente para a Câmara dos Deputados nas Legislativas de 1853 a 1867. Neste último ano, seria escolhido para integrar o Senado, tornando-se conselheiro de estado. Presidiu as províncias do Piauí (sendo fundador de Teresina, para onde se transferiu a capital, até então em Oeiras), Alagoas, São Paulo e Pernambuco. Foi ministro da Marinha e de outras pastas. Alcançou notoriedade como Presidente do Conselho de Ministros, elaborou uma proposta de reforma eleitoral para 1881. A reforma foi aprovada, passando a se chamar “Lei Saraiva de 1881”. Escreveu e publicou discursos e textos sobre a reforma e outros temas da política brasileira (PAIM, 1999, p.7).

<sup>92</sup> Publicado pela Revista do IHGB, tomo XX, 1857. Reeditado em 1981, por iniciativa do Governo do estado e em 2015 pela Academia Piauiense de Letras. Segundo Brandão, Alencastre ainda faria nesta mesma época, a biografia de Luís Antônio da Silva e Sousa e a “Memória sobre o Descobrimento, População, Governo e Coisas mais notáveis da Capitania de Goiás”; redigiu as “Notas diárias sobre a revolta que teve lugar nas Províncias do Maranhão, Piauí e Ceará pelos anos de 1839, 1840 e 1841”, escritas em 1854; à vista de documentos oficiais, tece comentário sobre o movimento da Balaiada no Piauí, texto também publicado na Revista do IHGB (Tomo XXXV, 1872).

efetivo em 1863. Nesse estudo, debruçando-se sobre a estrutura econômica, social, cultural e política da província, levantando e revendo os dados estatísticos, percebeu que estes não possuíam bases seguras sobre a província, pois existiam, nos estudos dos historiadores brasileiros, muitas lacunas “por não assentarem em regulares e sérias investigações” (ALENCASTRE, 2015, p. 93). O artigo, depois publicado em forma de livro, está dividido da seguinte forma: na primeira parte Alencastre apresenta uma sùmula cronológica, começando em 1674, com a presença de Domingos Afonso Mafrense, encerrando em 1843, com a administração de Dr. José Ildenfonso de Sousa Ramos; na segunda parte, Alencastre versa sobre “História do Piauí”, período dos descobridores até o período pós-independência; na terceira parte, identifica as “Riquezas e atividades econômicas da Província”, Alencastre analisa a partir de mapas estatísticos, a quantidade e os tipos de fazenda, a criação do gado, o vaqueiro, a vaquejada, enfermidades, instrução e o comércio; na quarta parte, denominada de “Corografia”, descreve o território de modo geográfico e físico; na quinta parte, enumera as “Comarcas da Província do Piauí”, o historiador descrevendo cada uma e sua estrutura econômica, social, cultural e histórica.

Compõe ainda a publicação, um anexo em forma de notas do “Testamento de Domingos Afonso Sertão, descobridor do Piauí”. Esse documento publicado na íntegra, transformou Alencastre na maior referência da “corrente que defende a prioridade de Domingos Afonso Mafrense Sertão ao devassamento e conquista do Piauí” (BRANDÃO, 2015, p. 23), sendo contestado por Afonso de Taunay em *sua História Geral das Bandeiras Paulistas*. As referências de Alencastre são da historiografia brasileira de Rocha Pita, Aires de Casal e F. A. Varnhagem. Para Brandão, o estudo de Alencastre se tornou uma espécie de marco divisor da história da província na história nacional, colocando-se, ao lado de Varnhagem, entre os modernos investigadores brasileiros pela sua busca incessante da verdade, espírito austero e a obsessão pelos arquivos. Ainda em conformidade com Brandão, em “Historiografia Piauiense” (2015), a obra de Alencastre “contém muito de crônica, ou de roteiro” (BRANDÃO, 2015, p. 40), trilha pelo método de pesquisa histórica rigoroso, de linhagem positivista, apegado a crítica criteriosa dos documentos e pondo-se em oposição às narrações dos historiadores brasileiros, tendo em vista a procura da verdade histórica. Brandão menciona que Alencastre e Varnhagem se “conheciam e, mutuamente, se referiam em suas produções”, desencadearam uma parceria intelectual fundada pela busca da verdade desvencilhada da “imaginação e do colorido do estilo literário”, porque o ponto de partida dos dois historiadores era o “fato comprovado ou o documento escrupulosamente perquirido e examinado” (BRANDÃO, 2015, p. 22).

Na visão de Alencastre, a região do atual estado do Piauí foi, durante muito tempo, considerada pelos povoadores uma “terra de ninguém” e mesmo sendo imensamente povoada por muitos povos indígenas, passou por um período como capitania de Pernambuco, depois dependente da capitania da Bahia. Por muito tempo, pertenceu à jurisdição do estado do Grão-Pará e Maranhão. Em 1718, finalmente foi criada a “Capitania de São José do Piauí”, sendo instalada somente em 1758. Por muito tempo, numerosas expedições foram organizadas com a finalidade de expulsar a população de suas terras e escravizá-la nas fazendas de gado. O povoamento do Piauí, ao contrário do processo de povoamento de outros estados brasileiros, teve início a partir do rio São Francisco, quando por ali entravam as primeiras expedições em busca da mão-de-obra indígena e metais preciosos, concretizando-se, de maneira geral, na segunda metade do século XVII, com as bandeiras paulistas e baianas da Casa da Torre.

A colonização foi consolidada com a criação do gado em novos patamares, implantação de sesmarias, novas fazendas de gado e instalação dos primeiros núcleos urbanos. A partir de então, os colonizadores expandiram seus currais rumo aos vales dos rios Gurguéia, Canindé e Parnaíba, atingindo o litoral. Alencastre considera que o Piauí foi área de refúgio de índios perseguidos na Bahia, Maranhão e Goiás, geralmente pela Casa da Torre. Durante essa fase, a presença dos Jesuítas foi marcada pela fundação de missões que persistiram até o início do século XIX. Os aldeamentos eram vistos pelos nativos como uma punição, causando muitos conflitos. De fato, o território foi conquistado, mas não foi, segundo Alencastre, um “estrondo de particular interesse”, nem “uma gentileza dos sertões do Piauí”. Foi, segundo ele, certa aceitação por parte da população local, vencida pela mística de uma gente que era vista como portadora de “grande preguiça, quase universal destes povos” (ALENCASTRE, 2015, p. 65).

Nesse cenário, o vaqueiro foi visto, por Alencastre, como personagem central da vida piauiense. Alencastre entende que a criação do gado, ao reunir comércio, agricultura e pecuária, determinou a formação da sociedade e da cultura piauiense. Segundo o estudioso, a população trabalhadora sentia “repugnância para a lavoura, mas pelo interesse só na criação de gado” (ALENCASTRE, 2015, p. 84) e mesmo com incentivo da administração provincial, com introdução do arado, os lavradores abandonavam a lavoura em pouco tempo.

De fato, a criação de gado era a principal e mais importante atividade da província e foi através dela que nasceu a “ciência do vaqueiro” ao difundir práticas, técnicas e processos econômicos e socioculturais da sociedade piauiense. A “ciência do vaqueiro”, para Alencastre, é uma feliz combinação entre “fazendeiro, boi e vaqueiro”. Essa combinação funcionava assim: para o fazendeiro importava ver “os vaqueiros se aproximando dos currais as marombas de gado trazidos ao som das cantilenas de seus condutores” (ALENCASTRE,

2015, p. 86); para o vaqueiro importante era poder vestir seu gibão e perneiras, “se armar de uma vara de ferrão, que arvoram como um estandarte, cavalgando os demais corredores ginetes da fazenda e mais divertido para os vaqueiros, que se empenham em provar muita perícia no exercício de suas funções” (ALENCASTRE, 1857, p. 86). Para Alencastre, a “ciência do vaqueiro” tinha um tempo certo para acontecer, entre janeiro e junho, período em que as boiadas eram organizadas pelos fazendeiros com o melhor gado para ser vendido nas feiras e nas porteiras dos currais. Tinha na fazenda ou curral, o lugar de concentração das atividades, sendo, ao mesmo tempo, trabalho e vida do sertão.

Dessa forma, Alencastre classifica “curral” em diversos tipos e nomes, conforme o serviço prestado: “curral de vaquejada”, que recebe o gado para ser vendido, onde se tira o leite e se faz o rol de porteiras; “curral de apartar” que recebe o gado, indistintamente, para ser distribuído pelas diferentes acomodações; “curral de benefício”, onde se recolhe os garrotes para serem ferrados e se orienta sobre a partilha do gado e demais produtos entre os vaqueiros. Com o estudo, Alencastre conquistou o posto de historiador da província no IHGB. No Piauí, emplacou agrados e desagradados no cânone local ao se referir negativamente a um ilustre membro da província, Manuel de Sousa Martins, o Barão ou “Visconde da Parnaíba”<sup>93</sup>, considerado localmente como um dos “heróis” da Independência e da Balaiada no Piauí.

Para Taunay, fazenda e curral se confundiam na “toponymia do velho Brasil, ora isolados, ora acompanhados de grande número de atributos” (TAUNAY, 1930, p. 281). Para o estudioso do bandeirismo, a designação de curral era condicionada pelo meio que determinou uma variedade de designações tais como curral alto, curral de dentro, curral de fora, curral falso, curral das pedras, curral de cima, curral novo e curral velho, “um nunca acabar, por todo paiz”. Já a expressão curralinhos “lembram uns e outras fazendas antigas de criação, maiores e menores” (TAUNAY, 1930, p. 281). Alencastre parte do princípio de que o meio, por ser “sui generis”, possibilitou um tipo de sociedade totalmente diferente dos outros estados, pois o povoamento ao se processar de forma centrífuga, ou seja, do interior para o litoral, do sul para o norte, formou uma província de muitas regiões, entre elas, a “parte mais recuada dos sertões de dentro” (ALENCASTRE, 2015, 40). Alencastre foi pioneiro em abordar a época do couro. Em suas reflexões, a “fazenda, o boi e o vaqueiro” formam uma triangulação de expressividade econômica, social e cultural. E mesmo reconhecendo essas particularidades e potencialidades da região do couro, viu nessa realidade uma predominância na dinâmica “abandono-isolamento-atraso”.

---

<sup>93</sup> O escritor piauiense, Esmaragdo de Freitas, no seu livro *O visconde da Parnaíba* (1982), fez um apanhado das opiniões favoráveis e contras em torno da polêmica da ilustre figura do Visconde.

No entanto, Capistrano de Abreu (1981) viu nessa dinâmica um elemento positivo ao moldar as maneiras de viver das populações interioranas, valorizando a cultura material dos sertanejos. Essas perspectivas geraram tensões e polêmicas ainda intermináveis. Para Brandão (2015) e Souza (2010, p. 40), Alencastre deixou um legado intelectual de “vocação patriótico-sentimental irresistível”, pois tinha facilidade de transitar pelos documentos por possuir “espírito austero e a obsessão pelos arquivos” (BRANDÃO, 2015, p. 43). Passeava facilmente pelos vários estilos: naturalismo, genealogia, etnologia, cultura, economia, estatística, literatura. Como intelectual foi também um burocrata de grande “imagina o e talento literário”, fez sua obra ocupar um posto de grande “relevância na historiografia nacional” (BRANDÃO, 2015, p. 11) a partir da província. Depois de Alencastre, os estudiosos piauienses seguiram seu pensamento elegendo os processos socioculturais que engajaram os piauienses nas lutas patrióticas em defesa do Brasil no Pia .

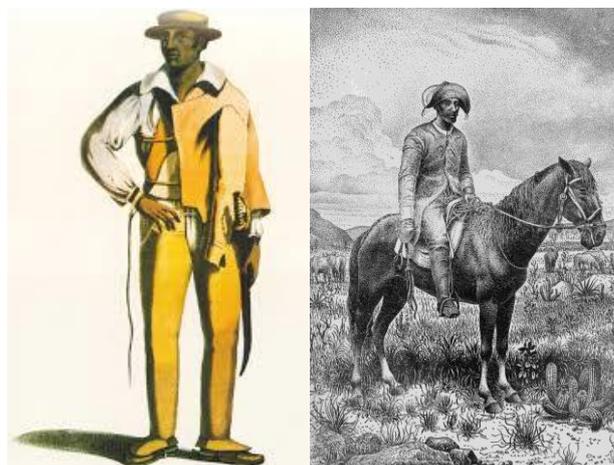


Figura 7 - Vaqueiro em p , na ilustra o de Henry Koster (1816) e vaqueiro no cavalo na ilustra o de Percy Lau (1959).

Do mesmo modo de Alencastre, o ilustre pernambucano Francisco Augusto Pereira da Costa<sup>94</sup>, historiador e folclorista, formado em Direito pela Faculdade do Recife, também se mudou

---

<sup>94</sup> Historiador da província, articulista, fundador da Academia Pernambucana de Letras; Membro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco; Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas; Instituto Histórico e Geográfico do Ceará; Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba; Instituto Histórico e Geográfico da Bahia; Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Exerceu o cargo de Secretário de Governo da Província do Pia  entre 15 de outubro de 1884 e 17 de junho de 1885. Antes de vir ao Pia , trabalhou numa livraria em Recife e como amanuense na reparti o de Obras Públicas, depois na Conserva o dos Portos, na Secretaria do Governo e na Câmara de Deputados de Pernambuco. Iniciou-se no jornalismo aos 21 anos colaborando com o jornal Diário de Pernambuco, do Recife, em 1872. Bacharelou-se em direito pela Faculdade de Direito do Recife em 1891. Foi Membro do Conselho Municipal (legislativo municipal) do Recife e Deputado Estadual por Pernambuco, eleito em 1901. Publicou várias obras sobre a história pernambucana, destacando-se os *Anais pernambucanos*, *A Confedera o do Equador* (1876); *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres* (1882); *Enciclopédia brasileira* (1889); *Folclore pernambucano* (1909). Foram publicados *post mortem* o *Vocabulário pernambucano* e *Arredores do Recife*.

para o Piauí para desempenhar, na administração pública, o cargo de Secretário de Governo entre 1884 a 1885, e publicar uma obra que dividiria com Alencastre o título de historiador da província, que tratam do Piauí, em especial. Mas muito antes de publicar a *Cronologia histórica do Piauí*, saiu na imprensa de Teresina uma série de artigos de Pereira da Costa sobre o Piauí, tais como: “Uma página de história – O dia 24 de Janeiro de 1823”; “Comando das Armas do Piauí”; “Repartições, estabelecimentos e instituições públicas da Província do Piauí” e “D. João de Amorim Pereira, governador do Piauí”, todos publicados em 1885, quando da sua estadia na região. Mesmo depois de voltar para Recife, Pereira da Costa continuou seus contatos com o Piauí, participando de discussões em torno de assuntos locais, sendo requisitado, inclusive, para escrever artigos em defesa dos interesses do Piauí como o da “campanha do Delta do Parnaíba”, assunto analisado e comentado pelo escritor no artigo com o título de “Tutoya”, publicado no jornal Nortista, de Parnaíba, em 1901.

Noutro artigo seu, intitulado “Piauí Republicano: adesão à Confederação do Equador em 1824”, publicado naquele mesmo jornal, ele propõe, pela primeira vez, uma revisão histórica da participação do Piauí naquele movimento. No período em que esteve em Teresina, o historiador pernambucano demonstrou, segundo A. Tito Filho (1974), “paciência, admirável esforço, extraordinário devotamento” (TITO FILHO, 1974, p. 01) para reunir vasta documentação ainda não explorada, acrescida depois de arquivos oficiais de Pernambuco numa “monumental obra a respeito do Piauí, desde o século XVI até a implantação, no país, do regime republicano” (TITO FILHO, 1974, p. 01). A obra foi publicada em 1909, com apoio do governador Anísio de Abreu (1908 – 1909), e em Pernambuco (Recife) na tipografia do “Jornal do Recife”. Com esse estudo, ele conquistou um lugar definitivo entre os estudiosos que tratam do Piauí, ao lado de Alencastre, nas preferências dos pesquisadores locais. A segunda edição da obra aconteceu no ano de 1970 e contou com a colaboração de A. Tito Filho<sup>95</sup> que acrescentou notas explicativas para ajudar o leitor a identificar os motivos que fizeram Pereira da Costa ser muito homenageado<sup>96</sup> pelos piauienses. Para A. Tito Filho (1974), Pereira da Costa era a síntese do intelectual que conseguia reunir um legado precioso

---

<sup>95</sup> Arimatéia Tito Filho (1924 – 1992), escritor Piauiense, foi organizador e editor da Revista da Academia Piauiense de Letras e de muitos outros jornais e revistas. Escreveu, dentre outros, trinta e seis livros (deixou trabalho inédito), como historiador, cronista, poeta, filólogo, lexicólogo, biógrafo, geógrafo, humorista, pesquisador, sociólogo, jurista, crítico literário etc.

<sup>96</sup> Muito recorrente essa prática de se perpetuar a memória histórica local e nacional com a reedição de obras consideradas clássicas. Outra forma de homenagem é através da denominação das ruas e demais monumentos. O primeiro monumento histórico do Piauí foi “Coluna do Saraiva”, erigido em Teresina em 1858, para homenagear o fundador da cidade. Por ocasião das comemorações do Centenário da Independência no Piauí, foram edificadas, em 1923, as estátuas de bronze de Coelho Rodrigues e do Barão do Rio Branco, (na Praça Uruguaiana, hoje Praça Rio Branco), e do Imperador Pedro II, na Praça Aquidabã (atualmente Pedro II, que naquela ocasião recebera o nome de Praça da Independência).

para os piauienses, o de ser um vocacionado para estudar as lutas do “povo piauiense, do sertanejo invencível, infatigável”.

Lutas que marcaram nossos “monumentos, igrejas, das suas fortalezas, dos seus currais, dos seus campos de batalha” (TITO FILHO, 1974, p. 02). Na apresentação do livro, Pereira da Costa se dirige “Ao Leitor” para apresentar suas ideias e os motivos que o levaram a dar continuidade aos estudos já iniciados, principalmente por Alencastre. Dos motivos expostos, ele alega que o Estado do Piauí ainda não tinha “a sua história convenientemente codificada”, e do pouco de informações que se sabia nem sempre se podia confiar, pois as narrativas eram deficientes (PEREIRA DA COSTA, 1974, p. 13). O estudioso evoca a historiografia de “Sebastião da Rocha Pita” como ponto de partida para se elaborar a história do Piauí. Além de adotar,

Documentos positivos, por nos encontrados nas investigações que procedemos para, de modo conveniente, fixar as origens históricas do Estado, neste trabalho, vem dar nova orientação a essa fase inicial do seu aparecimento, com as descobertas do seu largo e extenso território, as suas primeiras explorações e inícios da sua conquista. (PEREIRA DA COSTA, 1974, p. 13)

Pereira da Costa reconhece que as pesquisas iniciadas por Alencastre foram pioneiras em apontar novos horizontes e “vastas latitudes a uma compreensão nítida sobre as origens, vida e recursos naturais do Estado, constituindo até hoje, por assim dizer, como que o seu alcorão” (PEREIRA DA COSTA, 1974, p. 13). Também reconhece o “inteligente e operoso piauiense Miguel Borges Leal Castelo Branco”<sup>97</sup>, pioneiro em utilizar o seu Almanaque para divulgar a história e a geografia de sua terra e ainda a biografia dos homens ilustres da província, transformou seus “estudos, como se sabe, [em um] elemento histórico de grande valor” (PEREIRA DA COSTA, 1974, p. 14). Considera Abdias Neves e sua monografia sobre *A Guerra de Fidié* (1907) como a obra inauguradora do pensamento piauiense, ao identificar nas lutas em defesa do Brasil, o papel do Piauí na vida nacional. Pereira da Costa também identificou que muitas informações continuavam espalhadas em obras e monografias, jornais e revistas literárias “cujo material, realmente abundante”, não era fácil de encontrar e assim reunir satisfatoriamente (PEREIRA DA COSTA, 1974, p.14).

Por consequência, Pereira da Costa decidiu reunir esse material no formato de cronologia dos fatos locais combinada com as “antiguidades históricas, a feição típica dos primitivos habitantes enquanto não desaparecerem os últimos vestígios”, e ainda incluir

---

<sup>97</sup> Além de proprietário, redator e editor do Almanaque Piauiense, possuía gráfica, comércio com atividades diversas de livraria, produtos de importação, entre outros.

informações para uma “história natural e literária do Estado” (PEREIRA DA COSTA, 1974, p. 15). Assim, o estudioso da província recolheu pessoalmente outros materiais inéditos em arquivos de Pernambuco, Maranhão e Pará; também na Biblioteca Nacional e Arquivo Militar no Rio de Janeiro; na Biblioteca Nacional em Lisboa; na Livraria do Conde de Sabugosa; Biblioteca Pública Eborense; Arquivo Público Nacional e da Torre do Tombo. Ele admite que nesse processo, contraiu “relações literárias, epistolar, pessoais, íntimas e de recíproco afeto” com o Piauí. Para o historiador, a obra objetivava servir de base de “organização de uma história do futuro Estado do Piauí, de acordo com a orientação e preceitos da ciência moderna” (PEREIRA DA COSTA, 1974, p. 15).

O formato da obra tem uma sequência cronológica, periódica e contextualista sem indicar temas gerais ou particularidades. Está dividida por séculos e em cada século, o ano, e, quando possível, o dia e mês do evento e o nome dos agentes envolvidos. Inicia no século XVI, passando pelos séculos seguintes e chegando ao século XIX. Percebe-se que, inicialmente, os dados sobre o Piauí são escassos, avolumando-se gradativamente nos séculos seguintes por meio de um extenso repertório de notícias. A partir do século XVII em diante, as notícias se avolumam exigindo do historiador maior rigor na organização das informações. Organização de informações típicas do historiador que adota uma sucessão de fatos que se hierarquiza, delimitava e designa uma graduação entre particularidades locais e história nacional. Pereira da Costa destaca os fatos considerados mais importantes acompanhado dos principais nomes, datas e eventos, realçando palavras e expressões em negrito com o objetivo de mostrar importância em relação a outros fatos. Esse estilo fez de Pereira da Costa um intelectual inventariante dos “fatos até então pouco conhecidos” (BRANDÃO, 2015, p. 25).

A narrativa em Pereira da Costa se prende pelos fatos e datas mais importantes, buscando certa unidade e fidelidade ao ambiente da época, aos personagens e cenários onde ocorreram as ações individuais e coletivas. Sua abordagem pode ser vista na perspectiva proposta por Antonio Candido (2000), do “método sintético” ou “estilístico-sociológico”. Essa abordagem, em conformidade com Candido (2000, p. 15), foi sendo apresentada e aperfeiçoada desde a segunda metade do século XIX, especialmente no campo dos estudos literários. Depois, foi sendo incrementada pelo olhar dos historiadores que apostaram na ruptura da “dicotomia tradicional entre *fatores externos e internos*” ainda muito predominante na época (CANDIDO, 2000, p. 15) e que faria a obra trilhar por uma estrutura “singular e autônoma”.

Para Afrânio Coutinho em *Conceito de Literatura Brasileira*, a escolha do método sugere um incremento ou facilitação da compreensão dos fatos selecionados e assim classifica

o que, habitualmente, é “inclassificáveis conforme a periodologia cronológica tradicional” (COUTINHO, 1960, p. 23). Para Brandão (2015), o estilo adotado por Pereira da Costa ao revelar acontecimentos de extrema complexidade histórica, social, cultural e geográfico, apontou uma multiplicidade de temas tais como: nobiliarquia, território, cidades, povoamento, administração, populações nativas, educação, biografia, genealogia, imprensa entre tantos outros. Dessa forma, a obra de Pereira da Costa foi fundamental para Mario de Andrade “elaborar sua Macunaíma” (BRANDÃO, 2015, p. 24). Se Alencastre conquistou um lugar de honraria ao defender a prioridade de Domingos Afonso Mafrense Sertão no devassamento e conquista do Piauí, Pereira da Costa, ao descobrir e publicar o texto testemunhal do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, vai conquistar um lugar de honraria na história do bandeirismo ao opinar favoravelmente sobre a primazia do bandeirante paulista no devassamento e conquista do Piauí. Na opinião de Afonso de Taunay, em *História Geral das Bandeiras Paulistas*, Pereira da Costa elaborou, de fato, “uma serie de optimas paginas em sua memoria: *Chronologia historica do Estado do Piauihy* (TAUNAY, Tomo IV, 1928, p. 332).

Sua publicação trouxe um contingente enorme de elementos novos para melhor esclarecer as condições em que ocorreu o devassamento do Piauí “ate hoje pouco analisado, e sobre os quaes havia artigos especiaes, vários de real valor (...) estudo do qual contribuem com grande contingente de novidades” (TAUNAY, Tomo VI, 1929, p. 14). Inegavelmente, a obra se tornou merecedora de crédito intelectual, igual a de Alencastre, ao descobrir e divulgar um documento “de summo valor para o restabelecimento da verdade histórica” (TAUNAY, Tomo IV, 1928, p.343). Os dois documentos divulgados por Alencastre e Pereira da Costa, ao serem confrontados, dividiram opiniões suscitando longa e tumultuada querela entre os historiadores, revirando de ponta a cabeça os conceitos e teorias até então em vigor sobre o bandeirismo paulista no sertão piauiense. Contudo, os documentos divulgados são merecedores de “um lugar de honra entre os textos de nossa historiografia” (TAUNAY, Tomo VI, 1929, p. 14).

## **2.1. O Piauí depois de Alencastre e Pereira da Costa**

Para Wilson de Andrade Brandão, em “Historiografia piauiense” (2015), por causa de Alencastre e Pereira da Costa uma plêiade de intelectuais piauienses se apresentou para continuar a recolher, reexaminar, criticar e reelaborar um quadro mais preciso da formação da sociedade piauiense. Neste percurso, Brandão destaca a atuação de Miguel Borges Leal

Castelo Branco, Clodoaldo Freitas, Anísio Brito, Abdias Neves, Odilon Nunes<sup>98</sup> e Raimundo Nonato Monteiro de Santana. Em conformidade com Brandão (2015), Miguel Borges Leal Castelo Branco foi um jornalista que conquistou um lugar na formação do pensamento sobre a formação da sociedade piauiense ao se destacar pela “serenidade e firmeza de colaboração”, publicava em seu periódico da época, tornando-se “o precursor dos estudos históricos no Piauí”. No seu almanaque, publicava fatos da história do Piauí a partir de novos documentos da “administração provincial e em escritos particulares” (BRANDÃO, 2015, p. 26).

Naquele momento, o Almanaque Piauiense, para os anos de 1879, 1880, 1881 e 1883, do qual era editor e redator, iria se tornar o único documento sobre a vida da província, até a publicação da cronologia de Pereira da Costa. O almanaque consigna valiosas informações da vida da província, tornando-se indispensável ao conhecimento de uma fase pós-transferência da capital de Oeiras para Teresina. O proprietário-editor-redator escreveu a história da província piauiense pelo viés da crônica com foco em assuntos locais e nas biografias de homens ilustres “cujos estudos, como se sabe, constituem elemento histórico de grande valor” (CASTELO BRANCO, 1880, p. 14).

No seu almanaque de 1879, ele transforma as notícias do almanaque em livro intitulado *Apontamentos biográfico de alguns piauienses ilustres e outras pessoas notáveis que ocuparam cargos de importância na Província do Piauí*. O livro foi editado e impresso na tipografia do jornal A Imprensa em 1878<sup>99</sup>. Consta de vinte e oito biografias de piauienses que ocuparam os cargos do alto comando governamental e cujas informações começaram a ser levantadas a partir de 1870. Contou com a colaboração de uma rede de parentes e amigos dos biografados e de “atentos leitores” que, segundo ele, enriquecia ou corrigia seu conteúdo, num autêntico processo de revisão histórica. O lapso temporal das biografias compreende os homens ilustres dos séculos XVII, XVIII e XIX. Os biografados aparecem em ordem cronológica, às vezes em ordem diferente da apresentada no sumário, demonstrando certa “hierarquia de importância histórica atribuída pelo próprio autor, em razão do cargo exercido pelo biografado na Província ou no governo do Império, ou à origem nobre de suas famílias” (SOUZA, 2010, p. 54). Em uma das séries, a biografia do Visconde da Parnaíba abria o livro enquanto a de Domingos Afonso Mafrense Sertão, considerado pelo autor como “o primeiro explorador do Piauí”, aparece quase ao final do estudo.

---

<sup>98</sup> Brandão (2015, p. 31) dedica breve e curto comentário sobre Odilon Nunes reconhecendo que as *Pesquisas para a História do Piauí* representa o maior esforço individual realizado na literatura histórica piauiense. Fonte permanente de consulta, vale um arquivo inteiro.

<sup>99</sup> Miguel Borges publicaria também no seu almanaque para o ano de 1880, o “Resumo Histórico das Fazendas nacionais do Piauí, desde a sua origem até a época do arrendamento das mesmas” e “Apontamentos para a Sinopse da província do Piauí”, conforme Brandão (2010).

Segundo Souza, em *História e Identidade: as narrativas da piauiensidade* (2010), o autor tinha intenções de continuar outra série de biografias, para, finalmente, reunir todos os homens ilustres em um só volume, o que não foi possível, em razão de seu estado de saúde que foi se agravando (SOUZA, 2010, p. 53). O almanaque sobreviveu entre 1879 – 1881, em três edições e possui um rico repertório sobre a província com conteúdos riquíssimos para melhor compreensão da história cultural do Piauí, especialmente de Teresina, ainda pouco explorada. Para Souza (2010), o livro, impresso sob o selo da Livraria Econômica de propriedade do autor, constitui um riquíssimo repositório de informações sobre as relações entre as elites coloniais e imperiais no Piauí e sua relação com a estrutura governamental. Ainda, segundo Souza (2010), Miguel Borges Leal Castelo Branco buscou ser reconhecido pelo IHGB, mas morreu sem ter visto seu nome na galeria de historiadores da mais importante instituição da vida brasileira. Contudo, deixou sua contribuição de tal modo que fez Alencastre e Pereira da Costa recorrerem às suas publicações, reconhecendo-o como o primeiro historiador piauiense.

Clodoaldo Freitas (1855-1924)<sup>100</sup> que, segundo Brandão (2015), foi um “polígrafo notável”, escreveu a história do Piauí a partir da *História de Teresina*, publicada em 1911, “constitui a melhor contribuição que nos daria [um intelectual] de espírito versátil, que valoriza as produções de âmbito puramente regional, com visão descortinadora de uma invejável formação filosófica” (BRANDÃO, 2015, p. 27). Publicou *Vultos Piauienses* (1903), ensaio histórico consignado por uma série de biografias<sup>101</sup> entre 1881 a 1923, em periódicos de Teresina (PI) e São Luís (MA), e depois transformado em livro intitulado *Biografia e Crítica*. Além das biografias, “meros pretextos” (BRANDÃO, 2015, p. 27) para tratar de temas históricos e culturais, aborda fatos relacionados a cultura e a sociedade.

---

<sup>100</sup> Publicou *Fatores do Coelhado* (1892), *O Piauí* (1902), *História do Piauí* (1902), *Vultos piauienses* (1903), *Memórias de um velho* (1905), *A Pátria* (1905), *Em roda dos fatos* (1911), *Crônicas* (1911), *História de Teresina* (1912), *Contos a Teresa* (1915). Fez também as traduções de *Inferno de Dante* (1912) e *Os últimos dias de Pompéia* (1912).

<sup>101</sup> No *Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí* de Claudio Bastos (1994), traz as biografias em forma de verbetes que registram “o labor literário (...) a gênese do passado histórico piauiense” (BASTOS, 1994, p. 03). No *Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado* (1549-2003) de Wilson C. Gonçalves, os perfis se voltam para “aqueles que pelo trabalho e exemplo dignificam o nome do Piauí” (GONÇALVES, 2003, p. 09) e são acompanhados de comentários críticos e fotos. Monsenhor Chaves em *Obras Completas* (1998) publicou *Apontamentos biográficos e outros e assim* apresentar quarenta biografias de figuras locais, trazendo informações sobre a atuação dos personagens e seus contextos históricos. O estudioso inovou quando reservou a vaqueiros e roceiros um lugar de destaque como sujeitos de igual importância a serem biografados, pois também têm voz e um lugar na história.

Oportunamente, destaca a produção literária local, as rodas intelectuais e a atuação de intelectuais na literatura brasileira e piauiense. Anísio Brito (1886-1946)<sup>102</sup>, em conformidade com Brandão, destacou-se como um historiador “crítico e de cunho revisionista” (BRANDÃO, 2015, p. 28). Compulsou documentos para o exame criterioso da história da formação da sociedade piauiense. Nessa oportunidade, escreveu ensaios publicados na revista do IHGPI com destaque para o artigo polêmico sobre o desbravamento do Piauí intitulado “A Quem Pertence a Prioridade Histórica do Descobrimento do Piauí?” (1920). As ideias de Anísio Brito foram contestadas por Afonso de Taunay na *História Geral das Bandeiras Paulista* (Vol. IV, 1928). Para Brandão (2015), foi Abdias Neves<sup>103</sup> que mais se destacou nesse período, na literatura, no pensamento piauiense e, sobretudo, como historiador regional. Odilon Nunes, no “Preâmbulo” escrito em 1972 e publicado na abertura do volume 4 de *Pesquisas para a História do Piauí* (2007), apresenta Abdias Neves<sup>104</sup> da seguinte forma,

No começo deste século, três piauienses egressos de escolas superiores do Brasil, fundaram em Teresina a Pátria, jornal que marcaria época em nossa terra. Eram eles, Antonino Freire, Abdias Neves e Miguel Rosa, os meninos da Pátria, como se dizia. Abdias Neves ainda era bem jovem quando acrescentou a suas atividades jornalísticas a dileção pela pesquisa de nossa história. Deixou-se fascinar pelas lutas da independência, quando o Piauí viveu proezas de bravura só comparáveis às do período heróico da conquista e colonização. Da passagem do fogaoso jornalista pelo nosso arquivo, ficounos *A Guerra do Fidié*, escrita com vigor dos anos, na face em que o brilhante polemista já estava em plenitude intelectual. Sua primeira

---

<sup>102</sup> Formado em Odontologia pela Universidade do Brasil do Rio de Janeiro. Toda sua produção é composta de ensaios históricos, “Contribuição do Piauí à Guerra do Paraguai”; “O Município Piauiense”; “A Quem Pertence a Prioridade Histórica do Descobrimento do Piauí?”; “Adesão do Piauí à Confederação do Equador”; “Independência do Piauí”; “Os Balaios no Piauí” e “Fazendas Nacionais no Piauí”, e verbete no *Dicionário Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil* (1922).

<sup>103</sup> Abdias da Costa Neves (1876-1928). Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife (1898). Professor de inglês do Liceu Piauiense, em que também lecionou alemão e lógica. Professor de Pedagogia da Escola Normal. Diretor de internatos “Ateneu Piauiense”, “24 de Janeiro” e “São Vicente de Paulo”. Procurador da Fazenda do Estado. De 1900 a 1902, Juiz de Direito (interino) de Piracuruca (PI). De 1902 a 1914, juiz substituto federal na capital piauiense. Secretário do Governo. Senador da República pelo Piauí (1915-1924), eleito sucessivamente para secretário do Senado. Em Teresina fundou: “A Crisálida” e “A Idéia”; um dos fundadores de “A Pátria” e do “Almanaque Piauiense”, diretor de “O Norte”, “A Imprensa”, “A Notícia”, “O Dia” e “O Monitor”, redator de “A Luz”, “O Reator”, “Litericultura” (revista), “O Estafeta” e “Jornal de Notícias”; colaborador em “Teresina 1902”, a “A Pena”, “Revista de Bolsa”, “Indústria e Comércio” e “Revista da Academia Piauiense de Letras”. Obras - *A Guerra do Fidié* (história das lutas de Independência no Piauí), *Imunidades Parlamentares* (estudo de direito constitucional), “O Padre perante a História” (conferência), *Um Manicaca* (romance), “Psicologia do Cristianismo” (e) “Moral Religiosa” (conferências), “Autonomia Municipal” (estudo de direito constitucional), “O Brasil e as Esferas da Influência na Conferência da Paz”, *O Piauí na Confederação do Equador, Aspectos do Piauí*, que foi elaborado e apresentando no Congresso de Geografia em Vitória, representando o Piauí. Deixou inédito “Regime Municipal” e o livro de poesias *Velário*, e ainda ensaios sobre história, folclore e crítica literária. Publicou, no jornal “La Nación” de Buenos Aires, ensaio sobre o centenário da Independência do Brasil (in <http://acervoatitofilho>)

<sup>104</sup> Na tese de doutorado da professora Áurea da Paz Pinheiro. “O desmoronar das utopias: Abdias Neves (1876-1928): anticlericalismo e política no Piauí nas três primeiras décadas do século XX” (2003), aprofunda o perfil de Abdias Neves, ampliando os méritos já proclamados por Odilon Nunes e outros estudiosos.

publicação teve início em 1903, no Almanaque Piauiense. Em 1907 surgiria a obra em opulento volume de 300 páginas. Com Pereira da Costa que também fez pesquisas no Arquivo do Estado do Piauí, seguiu o processo até então adotado: não consignou as fontes que deram origem a sua obra substancial. Em 1924, em *O Piauí na Confederação do Equador*, o já notável polígrafo piauiense assenta sua obra em científico processo de pesquisa. Foi uma evolução na historiografia de nosso Estado, já iniciada por Antonino Freire, e bem pouco no Brasil e de então (NUNES, 2007, p11).

Abdias Neves, com efeito, foi muito mais além da historiografia ao reelaborar um quadro da sociedade piauiense. Tornou-se o intelectual mais representativo da perspectiva de “*vocação patriótico-sentimental*” da história piauiense. Com foco nos componentes associativos mais comunitários dos piauienses diante das lutas, para mostrar que essa associação estruturou e organizou linguagem, moradia, alimentação, trabalho entre outros usos e costumes locais; pensa nas alianças sociopolíticas dos coronéis, o desvalimento das camadas mais pobres; as lutas em solo piauiense para superar a incômoda visão de um estado “insulado, atrasado, abandonado, tosco, inculto”; procura entender o sentido psicossocial do sertanejo, pois o sertão detém o mundo psíquico ritualizado, com formas de pensamentos mais míticos. Esses processos e práticas não perdem de vista o sentido histórico do sertão, pois esse lugar é a chave de esclarecimento da nossa origem histórica, social e cultural, que incrementou a formação do território e das fronteiras regionais.

Ao estudar as lutas ocorridas no território piauiense, Abdias Neves elege o imaginário do sertanejo, apresentando como se organiza e funciona, num cenário de heroísmo, penúria e tragédia, mas salutar e genuíno e, acima de tudo, indelével. Esse imaginário é apresentado em *A Guerra do Fidié (1907)*, *O Piauí na Confederação do Equador (1921)*, *Aspectos do Piauí: formação territorial, composição étnica, valores econômicos, organização política (1926)*, entre muitas outras publicações. O intelectual tinha o propósito e a missão de enobrecer e reposicionar o Piauí no circuito moderno do regionalismo e do Brasil. A sua formação realizada na escola do Recife lhe propiciou uma atenção especial à escrita histórica, elaborando explicações científicas e pragmáticas com a finalidade de dotar o pensamento piauiense dos mesmos componentes do pensamento regionalista e brasileiro.

Abdias Neves atuou no agrupamento de sociabilidades intelectual dos egressos da escola do Recife que na época se organizaram e se estruturaram para atuarem de forma expressiva nas publicações de obras históricas e literárias. Na imprensa, o agrupamento não mediu esforço para fundar, editar e imprimir jornais e revistas, nem para participar de conferências e demais formas de produção e exposição de conhecimento dentro e fora do Piauí. O agrupamento fundou as mais importantes instituições socioculturais do estado. Numa rápida e simples comparação entre Alencastre, Miguel Borges Leal, Pereira da Costa,

Clodoaldo Freitas e Abdias Neves, pode-se apontar o compromisso em enobrecer o Piauí, com vista à consagração regional e nacional. Eram cientificistas exacerbados. Eles repensaram a dinâmica “abandono, isolamento e atraso” no esteio da “vocação patriótico-sentimental” da vida piauiense. A historiografia piauiense ao lado da literatura renovou e dinamizou o processo de afirmação identitária local inaugurada por Alencastre, continuado por Pereira da Costa e demais intelectuais piauienses e dos que tratam do Piauí<sup>105</sup>.

Mas foi Odilon Nunes que, mesmo tendo se afastando da província, acidentalmente, retornou ao Piauí, no início dos anos de 1930, para preencher o “vazio” historiográfico e literário daqueles tempos de silêncio obrigatório. Odilon Nunes deu continuidade   “vocação patriótico-sentimental” traduzida como “amor ao torrão natal e as tradições gloriosas de sua gente” (NUNES, 2007, p. 12). Começ u em 1931, publicando uma brochura, e depois decidiu ficar um longo período sabático. Não parou de pesquisar e no final dos anos de 1950, juntou-se a outros intelectuais no Movimento de Renovação Cultural do Centro de Cultura de Estudos Piauienses e da Revista Econômica Piauiense. Esse momento é visto por Odilon Nunes (2007) como uma comunhão entre o Governo do Estado e as aspirações intelectuais necessitadas de um programa de publicações que deveria voltar a estudar não somente a história do Piauí, em suas múltiplas facetas, mas também, seus aspectos culturais, econômicos, científicos, sociais e políticos.

Nesse mesmo período, Renato Castelo Branco se empenhou em escrever e publicar ensaios e romances, entre 1934 a 1948, sobre o Piauí e assim mostrar que, mesmo distante da terra natal, era uma intelectual de “vocação patriótico-sentimental”, ou seja, estudioso da província e pesquisador regionalista. Essa vocação é apresentada por Renato Castelo Branco, em a *Civilização do Couro* (1942), como um “espírito, uma emoção sentimental, um forte propósito de confrontar conceitos, para elaboração de um estudo sobre nossa terra, seu povo e sua civilização” uma “interpretação da alma [dessas] populações” (CASTELO BRANCO, 1942, p. 11). Odilon Nunes e Renato C. Branco representam a geração p s 1930, que retomou o assento de intelectual de “vocação patriótico-sentimental” da história da província e regionalista com foco nos componentes socioculturais do ciclo do gado ou da civilização do couro. Os estudiosos eram sintonizados com o ambiente intelectual brasileiro t pico da escola

---

<sup>105</sup>   o caso do escritor pernambucano Barbosa Lima Sobrinho (1897-2000) que publicou *O devassamento do Piaui* (1946). Estudo monográfico, dividido em dez capítulos, acompanhado de ilustrações e mapas do território piauiense. Diverge com Pereira da Costa sobre a presenç a do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, opinião que gerou pol mica com Afonso de Taunay. O escritor cearense, Carlos Stuart Filho (1896-1982), publicou em 1958, “A Capitania do Piauí”, como capítulo do livro *Fundamentos Históricos e Geográficos dos Estados do Maranhão e Grão Pará*. Publicado na Revista do Instituto do Ceará (disponível/ [www.institutodoceara.org.br/acesso](http://www.institutodoceara.org.br/acesso) 12/05/2017).

nordestina, do regionalismo e do bandeirismo. Por vezes, identificamos que os dois estudiosos intercalaram longos<sup>106</sup>, ou curtos<sup>107</sup> intervalos na publicação de suas obras. Esses intervalos, “vazios ou cheios”, podem ser explicados pela intensa atividade intelectual do escritor de recolher informações, registrar suas inspirações, perspectivas, indicar posições, buscar soluções novas, atualizar teorias, conceitos e metodologias pelo intelectual que estava condicionado por tensões contemporâneas, cujo entendimento exigia novas análises, ou atualizações das novas visões de mundo.

## II - Odilon Nunes e as proezas dos sertões piauienses<sup>108</sup>

No depoimento concedido ao historiador Domingos Neto<sup>109</sup>, em 1984, é possível perceber os motivos da ausência de estudos mais aprofundados sobre o pensamento<sup>110</sup> de Odilon Nunes, como, assim, explica o entrevistador:

[...] as gerações não podem fazer ideia da figura do professor. Circula pouco, quase não sai de casa. Não frequenta reuniões, não costuma ir a solenidades. A imprensa não o procura. [...] Mas seu nome é conhecido. Sua obra uma dezena de volumes, é procurada por todos os que buscam saber do passado do Piauí. Todo mundo que ensina, estuda ou escreve, recorre aos livros do professor. Desde que surgiram, seus textos tornaram-se indispensável. (NETO, 1984, p. 61).

Narra, o historiador, que Odilon Nunes desde cedo se enfurnava na biblioteca da família onde aprendeu a ler e escrever, o que fez dele, segundo Neto (1984), um autodidata com um nível cultural pouco comum para a época, dada às condições locais. Logo deixou a pequena Amarante, cidade natal, para servir ao exército ficando responsável pela Escola Regimental onde permaneceu até 1922. Foi essa experiência que fez Odilon Nunes decidir ser professor do ensino primário. Ao deixar o exército, decide morar em Fortaleza onde frequentou a escola de magistério, fundando uma escola primária e muitas outras que “Odilon plantaria pelo interior do Nordeste” (NETO, 1984, p. 64).

Contudo, a meta de Odilon Nunes era se estabelecer no Rio de Janeiro, mas por não ter recursos suficientes para se estabelecer na capital federal, fixou-se em Vitória (ES), onde

---

<sup>106</sup> Euclides da Cunha levou cinco anos até publicar *Os Sertões*. O mesmo lastro de tempo vale para as publicações de Sergio Buarque de Holanda.

<sup>107</sup> É o caso das obras de Oliveira Vianna, publicadas seguidamente.

<sup>108</sup> Odilon José Nunes (1899-1989). Professor, jornalista e historiador. Membro da Academia Piauiense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí e do Conselho Estadual de Educação. Doutor ‘Honoris Causa’, título conferido pela Universidade Federal do Piauí. Medalha do Mérito Joaquim Nabuco, de Pernambuco. Medalha do Mérito Visconde da Parnaíba, conferida pelo Instituto Histórico de Oeiras.

<sup>109</sup> O depoimento é fruto de uma entrevista com o historiador Manuel Domingos Neto em 1984, na época, Odilon Nunes estava com 85 anos.

<sup>110</sup> Um texto elucidativo sobre Odilon Nunes é o de Teresinha Queiroz “Odilon Nunes: história e erudição” publicado em *Pesquisas para a História do Piauí* (2007, p. 17-45).

encontrou trabalho na construção de ruas e estradas e depois como garçom, até ser convidado para montar uma escola para filhos de imigrantes italianos e espanhóis e, segundo seu depoimento, esse foi “o tempo mais alegre da minha vida” (NETO, 1984, p. 65). Findado o trabalho na escola de imigrante, vai para o Rio de Janeiro onde fica por pouco tempo, apenas o suficiente para admitir que as perspectivas de morar na cidade mais cosmopolita do Brasil não eram boas. Transfere-se para São Paulo onde também não conseguiu usufruir do ambiente de estudo.

Durante esse período, percorreu nove Estados, adquirindo uma noção de “pais bastante diversos” (NETO, 1984, p. 65). Retorna para o Piauí e sua cidade Amarante em 1928, momento em que ela passava por uma euforia econômica e cultural o que possibilitou a ele se integrar à equipe do Ginásio Amarantino, que marcaria época na formação de uma geração de intelectuais piauienses. É então convidado e assume o cargo de inspetor técnico de ensino do Estado, ficando responsável por elaborar o censo estatístico escolar brasileiro. E ao concluir, é convidado para trabalhar como funcionário do Ministério da Educação no Rio de Janeiro. O convite irrecusável não o animou, pois nessa época, o mestre já possuía uma coleção de cadernos de nota “que foram sendo engrossados a duras penas no decorrer dos anos” (NETO, 1984, p. 66).

Conforme declaração de Odilon Nunes, passou anos “viajando em costa de burro”, (NETO, 1984, p. 65) visitando as escolas no Piauí e esse foi um período de “trabalho estafante” (NETO, 1984, p. 65), o que não o impediu de “embrenhar-se na leitura da documentação do Arquivo Público do Estado” (NETO, 1984, p. 66). Escrever “era seu objetivo máximo”, registra Neto (1984, p. 66), mas faltavam-lhe as mínimas condições para escrever como, por exemplo, pagar um datilógrafo, comprar papel e adquirir lápis, instrumento que só era “abandonado quando não era mais possível sustentá-lo na mão” (NETO, 1984, p. 66) ou quando parava de escrever na folha de papel, porque não sobrava mais qualquer espaço em branco (NETO, 1984, p. 66). De fato, publicar não era tarefa fácil, pois para Odilon o assunto ou a temática sobre a qual escrevia “jamais seria editada por empresa comercial, pois não oferece possibilidade de vantagens pecuniárias” (NUNES, 2007, vol. 01, p. 14).

Foi nessa condição bem adversa que ele insistiu em seguir as trilhas abertas por outros escritores piauienses como “Abdias Neves e Antonino Freire” (NUNES, 2007, p. 13). Sua obra principia em 1931, com a publicação de uma brochura denominada *O Piauí na*

*História*<sup>111</sup>. O livro é uma conversa entre os personagens, o estudante Almir e seu avô, sobre o Piauí, e versa sobre quarenta e seis temas, começando pelo “O Piauí antes do Brasil” e seguindo pelos primeiros currais, colonização, povoamento, bandeirismo, Independência, mudança da capital, navegação a vapor, República, governadores, Literatura piauiense. O livro encerra fazendo um balanço econômico, social, político e cultural da região. Em “Uma explicação - Prefácio da primeira edição”, elaborada pelo autor, Odilon revela que a obra nasceu do desejo ardente de contribuir para o progresso e, sobretudo, de produzir, intelectualmente, algo que ultrapassasse a vocação de escrever de certo professor piauiense do curso primário. Ainda, que não era sua intenção exibir uma obra de arte literária, mas de “despertar a admiração e elogios dos homens cultos de minha terra” (NUNES, 1931). Diferentemente dos demais intelectuais piauienses, Odilon Nunes não frequentou a faculdade de direito e nem a imprensa. Ingressa na atividade jornalística só em 1957, convidado pelos fundadores<sup>112</sup> do Centro de Estudos Piauienses para publicar artigos<sup>113</sup> na Revista Econômica Piauiense<sup>114</sup>.

Ele viu no convite uma oportunidade para mostrar os resultados de suas pesquisas, realizadas desde 1931. Os textos avulsos foram reunidos no esteio da “História Regional” em forma de livro pela primeira vez em 1966, reeditada em 1973 e 2007, respectivamente, como uma coletânea de textos intitulada de “*Pesquisas para a História do Piauí*” (NUNES, 1966, p.10). A obra foi publicada primeiramente em dois volumes, depois em quatro densos volumes. No primeiro volume começa pela “Pré-história e os Primeiros contatos com a terra”. Segue com os “Primórdios da Colonização. Primeiros Currais. Colonização e ausência de governo. Primeiros Governos. Oligarquia indígena contra delegados do El-Rei”. No segundo

---

111 Esta é a 4ª edição, acompanhada de “APRESENTAÇÃO À 4ª EDIÇÃO” de autoria do Governo do Estado de 1975; “PREFÁCIO À 4ª EDIÇÃO” escrita pelo autor de 1975; Uma explicação (Prefácio da primeira edição) também feita pelo autor de 1931. Segue duas notas de autoria de críticos e comentaristas publicadas na imprensa. Depois dessa publicação, retorna em 1957, e publica textos avulsos com foco na formação da sociedade piauiense.

112 Em conformidade com Teresinha Queiroz, o Centro foi criado ao “sabor da amizade que se estabeleceu entre Odilon Nunes, Monsenhor Chaves, Raimundo Monteiro de Santana, amizade que se torna extremamente frutífera nas décadas de 1950 e 1960 e que vai ser determinante não apenas na natureza da obra, como também nas possibilidades efetivas de divulgação de seus trabalhos” (QUEIROZ, 2007, p. 26). O centro também contou com a participação de Petrônio Portela e Alves de Paula. O objetivo inicial era de publicar pesquisas econômicas sobre o Piauí. Depois o Centro e a Revista foram incorporando outros temas pertinentes ao pensamento da realidade piauiense. Nos anos de 1960, a CEPRO – Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais Piauiense de Pesquisas –, de iniciativa do Estado, veio, de certo, substituir o Centro. A CEPRO também publica uma revista do mesmo gênero.

113 Odilon Nunes publica Geografia e História do Piauí (1957); Economia e Finanças (Piauí Colonial) (1959); O Piauí e seu povoamento (1960); Independência do Piauí (1960).

114 A revista alcançou dez números e foi a principal e única invenção impressa daquele período. No Arquivo Público do Estado, restam três dos dez números publicados.

volume, “A independência do Brasil, especialmente do Piauí”, ele busca, na história oficial, os acontecimentos ocorridos, recuperando-os e recriando-os. No terceiro volume, trata da guerra da “Balaiada”. No quarto volume, Odilon Nunes trata de outros temas, em particular, sobre educação e cultura. Nesse volume, Odilon Nunes propõe uma historiografia literária com estreitos laços com o determinismo histórico e também aponta os primeiros impressos e as linhas gerais de uma história da imprensa e da Literatura piauiense que, de um modo geral, contribuíram para a presença do Piauí na Literatura regional e brasileira.

Odilon Nunes acolhe uma visão entre objetividade cientificista e sondagem poética, para descrever panoramas e os piauienses, particularmente os grupos indígenas e suas lutas no enfrentamento das tropas que penetravam sertão adentro. Pensa o panorama selecionando os fatos históricos como retrato fiel das lutas do período. Nessa parte, o autor retrata minuciosamente e de forma dramática os conflitos que resultaram nas lutas, no imaginário que movimenta o sertão do começo até o encerramento. A narração de Odilon Nunes está inspirada pelos ideários deterministas, sociológicos e antropológicos, o meio, a raça, cultura e as circunstâncias históricas, políticas e sociais. Assim como a primeira geração de historiadores das províncias, Odilon Nunes declara que “No possível, fugimos às fontes bibliográficas; no possível, recorreremos sempre às fontes arquivais” (NUNES, 2007, (vol. I), p. 13).

As fontes bibliográficas de Odilon Nunes são os cronistas, viajantes e missionários que, para ele, cumpriram o duplo papel de serem testemunhas “vivas” da história piauiense. Como também, a tradicional historiografia brasileira de Rocha Pita, Teodoro Sampaio, Oliveira Martins, Gabriel Soares; da historiografia piauiense, Alencastre, Pereira da Costa, Abdias Neves; do pensamento brasileiro, Capistrano de Abreu, Ernesto Ennes, Barbosa Lima Sobrinho, Euclides da Cunha, Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Vianna, Djacir Meneses, Afonso de Taunay, entre outros. Esse modo de reescrever a história piauiense foi avaliado por José Honório Rodrigues<sup>115</sup> (1913-1987) em artigo publicado no Jornal do Brasil em 1973, intitulado “Historiografia, a Riqueza dos Piauienses”. Nele, o escritor reconhece que por “obra e graça de Odilon Nunes”, a formação histórica do Piauí renovou e dinamizou a teoria e os conceitos sobre o Piauí tornando a história “una, coerente, total, sistemática, ordenada com base em fontes primárias, inspirada em metodologia correta, minuciosa, segura” (RODRIGUES, 1973). Para José Honório Rodrigues, Odilon Nunes aumentou seus créditos

---

<sup>115</sup> Em conformidade com Teresinha Queiroz, José Honório Rodrigues era o historiador de predileção de Odilon Nunes “com quem matinha relações quase pessoais” (QUEIROZ, 2007, p. 39)

intelectuais ao problematizar a tese de Alencastre, Pereira da Costa e de Afonso de Taunay sobre a presença pioneira de Domingos Jorge Velho na colonização piauiense.

Teresinha Queiroz no artigo “Odilon Nunes: história e erudição” (2007), diz que a principal contribuição de Odilon Nunes para a história do Estado ocorreu quando o escritor propõe organizar e estruturar “um conjunto de temáticas que articulam, consolidam e dá corpo aquela história” (QUEIROZ, 2007, p. 20). Seu trabalho tem a marca maior da erudição e guarda, segundo a analista, razoável atualização e sintonia com as transformações teóricas e interpretativas da historiografia brasileira desde o começo do século XX, incluindo as questões das décadas de 50 e 60. Na última edição de *Pesquisas para História do Piauí* (2007), o editor-livreiro publica passagens de autoreflexão e autoavaliação de Odilon Nunes sobre sua trajetória intelectual, reconhecendo que sua obra não possui “aspirações literárias”, pois seu “estilo é duro e seco, por vezes árido e áspero” (NUNES, Preâmbulo, 2007, p. 12).

Esse formato adotado por Odilon Nunes é, para ele, antes de tudo, uma forma de preencher as lacunas e imperfeições de um pesquisador preocupado em retirar as informações que continuavam na penumbra dos arquivos, nos “papéis envelhecidos”, na bibliografia impressa, nos documentos manuscritos de origem oficial e também particular, e na tradição oral. Reconhece que esse estilo de escrever colocava por vezes os comentários mais ricos e profundos dispersos, devido à preocupação em transcrever minuciosamente as informações dos documentos, eleitos como fontes “biológicas, telúrica e até mesmo paisagística” (NUNES, 2007, vol. 01, p. 10). Assim, pretendia que suas ideias fizessem o Piauí “efetivamente existir” (NUNES, 2007, vol. 04, p. 12). Existir significava, acima de tudo, publicar e divulgar, pois “La fora pouco se sabe do Piauí, especialmente sob o ponto de vista cultural” (NUNES, 2007, vol. 04, p. 13). Na opinião de Odilon Nunes, os intelectuais piauienses precisam se impor como força indentitária de maneira idêntica, aos nossos heróis do passado que comprovadamente tanto contribuíram para a “grande unidade da nação brasileira” (NUNES, 2007, vol. 04, p. 12).

Para Odilon Nunes, essa atuação intelectual e identitária faz parte da nossa história, que foi expressa por

Lídimos representantes das letras, contistas, romancista, teatrólogos, poetas, economistas, historiadores, juristas, homens da ciência, com suas publicações a enriquecer nossa literatura. Já temos uma imprensa atuante, cônica de seus deveres cívicos, a propugnar pelo desenvolvimento do Piauí, com despreendimento, equilíbrio e sensatez. (NUNES, 2007, Preâmbulo, vol. 04, p. 12)

Desse modo, Odilon Nunes também escreve no estilo “sintético - estilístico – sociológico” e “culturalista” com foco nos contextos, períodos, cronologias, genealogias e biografias. Estrutura e organiza o pensamento sobre formação piauiense no espaço e no tempo, ordenado em um antes e um depois, um agora e uma exclusão, uma relação e não outra, uma medida correta, um momento certo, um ritmo, um imaginário, uma mentalidade. Nesse formato, seleciona as tramas da história que tem suas raízes no processo de povoamento ou colonização e suas repercussões na formação sociocultural brasileira. Odilon Nunes não perde de vista, nomes, datas, fatos, personagens, cenários, causas e consequências das lutas, também do “abandono, isolamento e atraso”.

Nas biografias e genealogias elege os personagens da história piauiense tais como: Domingos Afonso Sertão, Domingos Jorge Velho, Índios, Vaqueiros, Major Fidié, Visconde da Parnaíba, entre muitos outros. Nas palavras de Odilon Nunes, sua obra é, pois, um convite a todos que se dedicam a compreender o passado, a fim de que possam melhor dignificar o presente para, assim, “vermos, então, prodígios de proezas vividas pelos nossos avoengos, proezas que vão do heroísmo a probidade, da probidade a generosidade”. (NUNES, 2007, (vol. 03), p. 09). Então, Odilon Nunes descreve o sertão como uma relação topológica, uma paisagem, uma noção de grandeza, semelhança, diferença, desigualdade, diversidade, um topônimo, uma situação jurídico-social, uma mentalidade, um lugar imaginário. Os sertanejos possuem atitudes, gestos, ações, comportamentos, cultura e identidade própria. No estudo, a palavra Piauí é utilizada para designar, de forma precisa, um lugar de penúria e beleza que foi primeiramente descrito por viajantes, missionários e administradores que por lá se aventuraram. Mantendo-se próximo desses narradores e de Euclides da Cunha, Odilon Nunes descreve uma paisagem que parece a mesma desde os primórdios do povoamento, em linhas e nuances, na conjunção de regiões bem distintas do Brasil, sobre múltiplos aspectos, entre eles, o aspecto geográfico que conjugado com o meio imprimiu características próprias.

Diz o mestre que ao estudar essas linhas e nuances, ver-se-á, então, que essas peculiaridades determinaram a “formação das tradições piauienses e fixação de suas tendências” (NUNES, 2007, p. 55), entre elas, a “fama misteriosa que a ignorância topográfica não pode ainda fixar” (NUNES, 2007, p. 55) sobre essa região. Nunes se refere às muitas notícias que atraíram para cá aventureiros cheios de “imaginação e cobiça” com o objetivo de explorar “tão promissora Terra” (NUNES, 2007, (vol. I), p.25), que compreendia uma extensa área da bacia oriental do Parnaíba e, ainda, o sertão setentrional, entre o Piauí, Ceará, Pernambuco e Bahia. Segundo Odilon Nunes, a província se tornou o principal e mais importante corredor de “entrada” para aqueles que desejavam explorar os sertões ou interior

das províncias mais distantes. Essas entradas ocorriam em dois pontos geograficamente distantes e distintos: a Serra da Ibiapaba e a Serra Dois Irmãos. Os dois corredores geográficos funcionavam como corredor de migração, passagem ou ponto de contato entre a província piauiense e outras mais ao norte, províncias do interior brasileiro. Funcionavam também como divisor, subdivisor ou referência de duas grandes bacias fluviais, o rio São Francisco que estaria localizado mais próximo da Serra Dois Irmãos, assim como o Rio Parnaíba estaria para a Serra da Ibiapaba.

Esses corredores de “entrada” também estruturavam uma associação imaginária que dividia e subdividia as províncias com o interior, o norte e os demais sertões. Na Serra Dois Irmãos, estavam os sertões das rodela, ou do mimoso, ou sertão de dentro no entendimento dos piauienses. Para os vaqueiros do São Francisco, tudo era sertão de fora. A Serra da Ibiapaba era identificada pelos sertanejos como pertencente ao Alto Sertão, que englobava uma divisão com a província do Ceará, até o litoral piauiense e era a principal passagem para o Maranhão. Esse mapa geográfico estimulou a formação de núcleos urbanos. Para Nunes (2007), a Serra da Ibiapaba desempenhou um papel relevante como corredor de passagem para as bandeiras de caráter apostólico que cruzavam esse caminho em penosas viagens. Nunes narra a saga do Padre Antônio Vieira para alcançar a serra. A narrativa é de episódios dramáticos da viagem, “areias despidas de sombra, batidas de sol, sopradas de vento” (NUNES, 2007, vol. 1, p. 66), quando os caminhantes encaravam uma “verdadeira via cruzes, uma odisseia, lutando sempre contra a morte e a fome” (NUNES, 2007, vol. 1, p. 69).

Assim, vê que as entradas para o sertão piauiense começaram pelo Sul em “etapas sucessivas” (NUNES, 2007, vol. I, p. 79). Em uma dessas etapas, a penetração da bandeira paulista também chamou a atenção de Odilon Nunes, sugerindo, conforme tese defendida por Afonso de Taunay, que o bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, e não o bandeirante português Domingos Afonso Mafrense “Sertão”, teria a prioridade no “devassamento do Piauí”. Para elaborar uma resposta à tese do historiador paulista, Odilon Nunes procura os pontos convergentes e divergentes, se os dois bandeirantes estiveram na região piauiense, se ao mesmo tempo ou um depois do outro. Odilon Nunes (2007, vol. I) reconhece que a chegada dos bandeirantes fez os primeiros tempos do povoamento se tornarem difíceis, cruéis, torturantes, sem descanso. Em 1682, já era intensa a fundação de currais nos sertões de dentro pelos vaqueiros do São Francisco, que logo firmaram alianças com os paulistas, para limparem a terra dos selvagens e fazerem o policiamento da região, garantindo a fundação de novos currais. Essa região que compreendia toda a bacia oriental do Parnaíba e do Rio São Francisco possuía caminhos dificultados pelos paredões das serras ou pelo fechamento das

matas, o que não impediu a ação de homens audazes, resolutos, empreendedores para a conquista e ocupação desse vasto território.

Daí por diante, cada qual se defenderia diante de seus próprios direitos ou supostos direitos. Lutavam sesmeiros contra sesmeiros, sesmeiros contra posseiros e estes entre si. Uma luta contínua pela posse da terra, não obedeciam a diretrizes, nem controles. Neste cenário, a terra seguia seu curso e vagarosamente foi sendo ocupada “por viandantes diferentes, em etapas sucessivas” (NUNES, 2007, vol. I, p. 79). Estes faziam do ambiente um lugar tumultuado e tiravam o sossego do sertanejo com a notícia “de que uns homens brancos, montados em seus cavalos, andavam pelas campinas de belos pastos”. (NUNES, 2007, vol. I, p. 78). Pouco mais tarde, essa visão idílica começou a se dissipar e nos anos seguintes, tornou-se nula e se reverteu no seu contrário: a população nativa começou a ver a hecatombe que caíra sobre eles. Na segunda metade do século XVII, surgiram no sertão de rodelas, que ficava entre o rio São Francisco e o Rio Parnaíba, as bandeiras ou os bárbaros do São Francisco, e tinham como comandante Domingos Afonso Mafrense o “Sertão”, sócio da Casa da Torre e “venerado pioneiro em nossa história” (NUNES, 1981, p. 08).

Nunes (2007), ao estudar detidamente a documentação sobre as bandeiras que agiram nos sertões do São Francisco a partir de 1671, afirma que Domingos Afonso Mafrense dito “Sertão” pertenceu a uma dessas bandeiras. Seu nome se prende ao latifúndio que no Estado do Piauí ficou conhecido por Fazendas Estaduais. Destinou em testamento sua fortuna à manutenção e financiamento de instituições pias e educacionais administradas pelos jesuítas e que deveriam perdurar “até o fim do mundo, como sonhara a generosidade do pioneiro de nossa economia” (NUNES, 2007, p. 114).

Com relação a Domingos Jorge Velho, Odilon Nunes admite que sobre o bandeirante paulista paire muita ficção, em virtude de pouco se conhecer o roteiro que conduziu o bandeirante paulista até o Piauí. O que se supunha é que chegou a encontrar Domingos Afonso Mafrense Sertão; que residiu em terras piauienses e que, por obediência ao rei, partiu do Piauí para destruir Palmares, em Alagoas. Para Odilon Nunes, essas indicações sobre Domingos Jorge Velho são ainda muito contraditórias devido as escassas e poucas referências, mesmo aquelas estudadas com afinco e rigor pelos estudiosos das bandeiras paulistas, como o fato de Taunay assegurar que Domingos Afonso Sertão e Domingos Jorge Velho se encontraram em solo piauiense, na Serra dos Dois Irmãos, e que nesse encontro eles se comunicaram e se ajustaram sobre o caminho a prosseguir e se dividiram indo cada um para uma parte diferente de modo que conquistassem a nova terra. Diz também que o bandeirante era de S. Paulo e de distinta família da colônia; que era o chefe da tropa de

mamelucos paulistas que expurgou os índios para além do rio São Francisco e ali fundou várias fazendas de gado.

Nesse enlace, supõe-se que o nome do majestoso rio Parnaíba foi dado em sua homenagem por ter nascido em Santana do Parnaíba, importante centro do bandeirantismo paulista, e assim foi homenageado por ter vivido durante muito tempo próximo do rio. Se para Odilon Nunes essas questões não passam de imaginação, as ligações entre os dois bandeirantes se referem, de fato, a conquista da “hinterlândia piauiense, numa faina intrépida entre vaqueiros e bandeirantes, dos quais descendemos” (NUNES, 2007, p. 11).

O Padre Claudio Melo<sup>116</sup> e Renato Castelo Branco<sup>117</sup> se dedicaram ao bandeirismo paulista, e em particular à genealogia e biografia de Domingos Jorge Velho. Para Claudio Melo (1995), Domingos Jorge Velho, antes de se instalar na barra do Rio Poti, conviveu com índios Aroazes onde fundou a primeira Missão Católica do Piauí, “tão bem constituída que, por todo período colonial, foi o único aldeamento no Piauí que não sofreu revezes, nem mesmo quando lhe foi tirado, por longos, o missionário” (MELO, 1995, p. 117). Ele narra que o bandeirante paulista, depois de conquistar os índios para suas fazanhas, preferiu se instalar na Barra do Poti, na confluência dos dois rios, por causa de terra e água em abundância que funcionavam como barreira natural para os rebanhos, oferecia um corredor de navegação em direção ao litoral ou subindo o Parnaíba até alcançar o Rio Canindé, e de lá o rio São Francisco. Ainda segundo o padre, Domingos Jorge Velho pretendia fazer daquele lugar um vasto e poderoso império igual ou maior que a Casa da Torre. No entanto, devido sua fama de debelador de conflitos, foi convocado pela corte para ir a Palmares. Com sua ida, nunca mais voltou e a barra do Poti e aquele lugar entrou em decadência até que, muito tempo depois, novos moradores chegaram e junto aos poucos moradores que ficaram na vila, decidiram instalar a nova cidade em lugar mais afastado.

---

<sup>116</sup> Cláudio Melo (1932-1998). cursou Filosofia e Teologia (Seminário de Olinda PE). Doutor em Ciências Sociais (PUC-São Tomás de Aquino-Roma-Itália). Professor titular da UFMA e do Curso de Ciências Sociais e Filosofia da UFPI. Membro da Academia Piauiense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense. Pesquisador da realidade piauiense com vários livros publicados: “Piauí: realidade e perspectiva de desenvolvimento” (tese de doutoramento – 1976); *Pobreza Piauiense* (1977); *Os Primórdios da Nossa História* (1983); *A Prioridade do Norte no Povoamento do Piauí* (1985); *O Mártir dos Tacarijús* (1986); *Muda Brasil* (1987); *O Último Berço dos Tacarijús* (1988); *Bernardo de Carvalho* (1988); *Caxias Desde os Tempos das Aldeias Altas, Fé e Civilização* (1991); *Os Jesuítas no Piauí* (1992); *Novas Aventuras de uma Sesmaria* (1992); *Democracia, Conceito e Princípios Fundamentais, Prefácio e Comentários em A Descrição do Sertão do Piauí do Padre Miguel de Carvalho* (1993).

<sup>117</sup> Publicou *A Conquista dos Sertões de Dentro* (1983); *O Planalto, o romance de São Paulo* (1985); *Domingos Jorge Velho e a presença paulista no Nordeste* (1990).

A ideia da cidade de Teresina ser parte da história do bandeirismo paulista pode ser ilustrada na visita do paulista Francisco Iglesias autor de *Caatingas e chapadões* (edição atualizada de 2015), que ao chegar a Teresina soube que a cidade “foi fundada pelo notável bandeirante, Jorge velho” (IGLESIAS, 2015, p.47 – 53). Por outro lado, as indicações biográficas do bandeirante português Domingos Afonso Mafrense, dito “Sertão”, são menos escassas que as de Domingos Jorge Velho, e estão, principalmente, em seu testamento divulgado por Alencastre. No testamento, Mafrense se declara o “senhor e possuidor da metade das terras que pedi no Piauí”; criador de gado, instalou-se no sertão piauiense para continuar estendendo os domínios da Casa da Torre <sup>118</sup>; suas expedições também eram tramadas com propósito de promover a guerra contra os indígenas e uma “oportunidade para treinar dotes para feitos mais altaneiros” (NUNES, 2007, p. 158); conquistou e povoou o sertão, fundando fazendas e currais. Ficou tão poderoso que adotou a expressão “Sertão” em seu nome, como forma de reconhecimento das riquezas que deram a ele aqueles “sertões do Brasil” (TAUNAY, 1928, Tomo IV, p. 336).

Em seu testamento, o bandeirante deixou as suas fazendas como herança para os jesuítas e, mais tarde, com a expulsão deles do Brasil, tais fazendas se tornaram propriedades do Estado, originando as Fazendas estaduais e encerrando o período “em que duas das mais importantes instituições culturais do Brasil Colonial”<sup>119</sup>, senão as mais “importantes eram mantidas pela riqueza [dos] piauienses” (NUNES, 1981, p. 59). Nunes afirma que o confisco das fazendas para o Estado feriu os propósitos de Mafrense de implantar, no sertão do Piauí, instituições culturais que elevariam a condição do estado a outros patamares. Assim, o Estado, em sentido contrário, preferiu “premiar ignorantes, indecentes, egoístas vulgares” vindo de uma elite rural, dos barrões da terra para “liderar a vida pública do Piauí por um período assaz longo” (NUNES, 1981, p. 84). Em 1717, segundo Nunes, o Piauí atravessava um período de relativa tranquilidade por força da conquista do território com a expulsão dos nativos. O bandeirante se transmutou em “curraleiro, encourado, centauro do Nordeste, nômade,

---

<sup>118</sup> Pedro Carmon em *A História da Casa da Torre - Uma Dinastia de Pioneiros (1931)*, desenvolve um dos assuntos mais importantes da história colonial do Brasil, a do devassamento e povoamento do longo trecho do nosso território, que vai da Bahia aos confins do Piauí. A Casa da Torre de Garcia d'Ávila atravessou dilatando período, que começa com Tomé de Sousa e se prolonga até o fim da colônia. Sua significação histórica deriva da preponderante influência mameluca de Garcia d'Ávila que conseguiu exercer no domínio do sagrado os destinos de nossa terra e de nossa gente. Poderoso caudilho bandeirante conquistou e dominou os sertões com Domingos Afonso Sertão e Domingos Jorge Velho como parceiros. O estudo em grande parte foi elaborado a partir de uma documentação inédita, principalmente dos arquivos baianos. (disponível/ <http://www.casadatorre.org.br/acesso> 22/02/2017).

<sup>119</sup> As instituições eram: o Noviciado de Jequitiaia e suas obras e o Colégio da Bahia ou Academia dos Colégios Jesuítas que possuía quatro faculdades superiores, com graus acadêmicos expressivos em humanidade, filosofia, história, geografia, ciências naturais. Era reitor, João Antônio Andreoni que adotou o nome de André João Antonil, autor de *Cultura e Opulência no Brasil*.

solitário, individualista, temerário” (NUNES, 2007, p. 104) e adaptou-se às contingências de uma nova vida. O bandeirante se tornou o herói obscuro do povoamento da nova hinterlândia brasileira.

Odilon Nunes (1981) também viu na construção das vilas e templos religiosos<sup>120</sup> um momento de “grande significação em nossa história” (NUNES, 1981, p. 07). No “Diário de Viagem” de Maia da Gama (2008)<sup>121</sup> de 1728, Nunes destaca como o viajante registrou suas impressões sobre a província e reconheceu a urgência de se fundar vilas<sup>122</sup> e cidades em locais que eram capazes de reunir condições econômicas, geográficas e culturais favoráveis. Em conformidade com o historiador, Maia da Gama intuiu, sabiamente, que duas vilas reuniam essas condições, uma na barra do Poti e a outra no litoral. A vila do litoral era a de São João da Parnaíba, tinha a particularidade de ser favorecida por dois rios, o Parnaíba e o Igarapé, e, ainda, o mar. Essa condição geográfica, em conformidade com Rego (2010), fez a Vila de São João da Parnaíba ser projetada como as muitas vilas coloniais portuguesas do Brasil do litoral. Segundo a estudiosa, Parnaíba caracteriza-se como a primeira Vila da Capitania do Piauí que teve um plano regulador previamente implantado se estruturando em ruas alinhadas pelo “urbanismo cartesiano, o *cardus* e o *decumanus* romanos” (REGO, 2010, p. 44 apud SILVA FILHO, 2007, p. 36). Fez a cidade possuir a particularidade de ser o único centro referenciado pela igreja com dois núcleos, o “Porto das Barcas – prefixação portuária de origem comercial; e a Praça da Matriz – pós-fixação de natureza institucional, na qual se concentrava a autoridade religiosa e o poder civil” (REGO, 2010, p. 44 apud SILVA FILHO, 2007, p. 36).

Então, Maia da Gama observou, conforme Odilon Nunes (1981), que aquele pequeno comércio que já se fazia pelo interior, por terra, e pelos rios utilizando canoas e botes, faria daquele lugar um importante entreposto religioso e de comércio da região<sup>123</sup>. O entreposto

---

<sup>120</sup> Odilon Nunes, em *Depoimento Histórico* (1981), identifica os quatro principais templos piauienses, a Igreja Nossa Senhora da Vitória de Oeiras; Igreja Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca; Igreja Nossa Senhora da Graça de Parnaíba; Igreja São Benedito de Teresina. A edição tem na capa, de Delci Maria Tito, a imagem dos quatro templos.

<sup>121</sup> Texto publicado na íntegra por João Rênor Ferreira de Carvalho. Resistência Indígena no Piauí Colonial 1718 – 1774 (2008)

<sup>122</sup> Renata Araujo (2011) no artigo “O Piauí na Cartografia” diz que em 1938, Paulo Tedim Barreto publicou na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) um texto intitulado “O Piauí e a sua arquitectura” que ficou reconhecido como referência fundamental para os estudos da história da arquitectura e do urbanismo colonial no Brasil. Em conformidade com a autora, o trabalho tornou-se pioneiro ao se referir pela primeira vez às cartas régias que determinavam a fundação de novas vilas no Brasil. Elas foram relidas e trabalhadas por vários outros autores, estabelecendo um ponto de miragem nos estudos sobre a urbanização do Brasil. Disponível in [http://eventos.letras.up.pt/pdf/acesso 17/07/2019](http://eventos.letras.up.pt/pdf/acesso%2017/07/2019).

<sup>123</sup> Na tese de doutorado de Júnia Rêgo (2010), a pesquisadora utiliza fontes documentais oficiais e fontes dos acervos particulares das famílias de descendentes das antigas casas comerciais estrangeiras, também uma bibliografia de autores e obras de piauienses e daqueles que tratam do Piauí e do pensamento brasileiro, além de ilustrações para demonstrar como os comerciantes estrangeiros estabelecidos em Parnaíba, porto exportador e

comercial já funcionava comercializando sal e também produtos contrabandeados do Maranhão e Pará, recebendo intensas visitas de barcos estrangeiros e militares. Logo, uma incipiente indústria de carnes e couramas se aprimorou e, juntamente com o aumento da população nas margens dos rios, passou a comercializar fumo e arroz, figurando um intenso comércio em canoas, botes, barcas e navios de grande porte que entravam na região. Nessa dinâmica, a Vila Velha da Parnaíba se tornou o mais importante núcleo comercial do Piauí, atraindo, para cá, homens de negócio e de prestígio comercial e industrial do tipo de João Paulo Diniz e Domingos Dias da Silva. O Porto das Barcas se tornou, inicialmente, a sede de todos os empreendimentos econômicos, sociais e culturais da região. João Paulo Diniz foi o primeiro a utilizar, e com sucesso, barcos maiores, e com incentivo do governo realizou “a exploração comercial em grande estilo” (NUNES, 1981, p. 27).

Mas foi Domingos Dias da Silva, segundo Nunes, o maior industrial do Piauí daqueles tempos. Como era comum na época, o industrial também se dedicou à pecuária, fundou charqueada e curtumes, exportando para o Brasil e Portugal. Disponha de navios construídos em seus estaleiros. “O Piauí vivia, então, o esplendor de sua pecuária” (NUNES, 1981, p. 27). Todo esse poderio de Domingo Dias fez crescer um imaginário entre os visitantes, principalmente os estrangeiros que, ao visitarem a região, procuravam pessoalmente informações sobre suas obras e seus feitos. Segundo ele, o industrial foi educado em Portugal, viajou pela França e Inglaterra e tinha um especial apreço por obras de arte.

Renato Castelo Branco, filho de Parnaíba, narra em suas memórias o imaginário que cercava a imponente moradia denominada de “Casa Grande dos Dias da Silva”. A casa foi construída num complexo arquitetônico de dois edifícios contíguos, construídos com pedra, argamassa de cal de ostra e óleo de baleia, ambos com três andares: o térreo era destinado ao comércio e os outros dois andares à família. Assim como outras edificações de seu tempo, seguiram o padrão de alinhamento frontal com ausência de afastamento lateral. É digno de nota para os estudiosos, o nicho na quina do primeiro andar que abrigava a imagem de Nossa Senhora da Conceição. Renato Castelo Branco diverge da informação dizendo que o nicho abrigava a imagem de Cristo (CASTELO BRANCO, 1981, p. 24). A demonstração de religiosidade do industrial se fez mais presente quando se juntou ao charqueador João Paulo Diniz e outros empreendedores locais para construir, próximo à casa grande, um templo

---

importador, articularam a integração da economia do Piauí a partir do século XVIII e se prolongando pelo século XX.

em homenagem a Nossa Senhora Mãe da Divina Graça<sup>124</sup>, que, segundo Durão (1772), embora sem cobertura, já mostrava ser um magnífico templo de pedra de cantaria. A igreja se ligava à casa grande por uma galeria subterrânea. Pereira da Costa (1974) descreve a bela igreja como o primeiro templo daquele sertão e rival da majestosa matriz de Piracuruca.

Renato Castelo Branco identifica, junto à matriz, a “Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Parnaíba” como um templo que foi “construído em atenção aos dois mil negros escravos da família Dias da Silva” (CASTELO BRANCO, 1981, p. 25). As duas igrejas foram construídas quase ao mesmo tempo, representando o empenho e dedicação dos escravos e moradores da vila na construção simultânea dos dois templos. Quando Domingos Dias morreu, o templo já estava quase concluído e como gratificação por sua dedicação, foi enterrado na igreja. Deixou seu império para seu filho, Simplício Dias da Silva, que “se tornaria a figura mais notável e importante da vida piauiense” (NUNES, 1981, p. 29).

Assim como o pai, Simplício se dedicou na conclusão da igreja, embelezando e enriquecendo o templo, onde também foi enterrado. Como resultado, a Casa de Simplício Dias da Silva se tornou o maior símbolo da grandeza histórica de Parnaíba e o centro de toda a vida da Província, com seu fausto, sua grandeza, sua imponência. Por isso, a cidade crescera praticamente em torno dela para demonstrar o poder incontestável de seu proprietário (CASTELO BRANCO, 1981, p. 23). Próximo ao litoral, no Alto Sertão, estava a vila de Piracuruca e seu “majestoso templo que guardaria por muitos anos sua primazia em beleza arquitetural” (NUNES, 1981, p. 15), a Igreja Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca que foi construída, provavelmente entre 1718 e 1743. Segundo o autor, o templo foi construído por causa de uma promessa feita por dois portugueses que tentando “entrar” no território, foram capturados e aprisionados por indígenas e condenados à morte. Nestas circunstâncias, fizeram um voto a Nossa Senhora do Carmo de, se libertos, edificar um suntuoso templo em sua homenagem. Libertos, “milagrosamente do poder dos índios truculentos”, imediatamente cumpriram a promessa erguendo um templo considerado um dos mais belos e custosos do Alto Sertão da Serra da Ibiapaba, “que guardaria por muitos anos sua primazia em beleza arquitetural” (NUNES, 1981, p. 15).

---

<sup>124</sup> Conforme Nunes (1981), a igreja foi construída na Praça da Graça e ao seu lado foi também edificada a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Parnaíba. Em Parnaíba, as igrejas estão em quadras domésticas, sendo também a única vila com duas igrejas além de uma capela. Há uma controvérsia de quando a Igreja começou e se tornou matriz, se em 1770, já na sua construção, ou 1795, quando a imagem da padroeira foi transladada da matriz de Piracuruca para Parnaíba que se tornou a principal vila do alto sertão.

Uma outra vila, localizada entre o Rio Parnaíba e a Barra do Rio Poti, foi escolhida pelo Conselheiro Saraiva para instalar a nova capital da província. No pequeno vilarejo, já existia o Arraial de Nossa Senhora do Amparo com sua capela e alguns moradores. O Conselheiro, em visita, achou o lugar desfavorável, porque tinha “grandes e ardentíssimos calores”, decidiu edificar uma nova cidade a quilômetros dali, nas margens do Rio Parnaíba na Chapada do Corisco. Então, foi solicitado um estudo sobre o local ao Mestre Isidoro que elaborou a planta da nova capital<sup>125</sup> em forma de xadrez<sup>126</sup>. A cidade foi planejada com ruas “bem traçadas, em sentido retangular”, com uma praça maior a beira do Rio Parnaíba para facilitar as comunicações da nova capital com as províncias e comércios vizinhos, além de garantir o acesso fluvial ao distante litoral. A capela de Nossa Senhora do Amparo foi transferida e depois elevada à condição de matriz da nova capital.

Foi a primeira edificação construída, ocupando o primeiro quadrilátero da Praça Fronteiriça da Chapada do Corisco que também abrigaria o mercado, o palácio de governo, órgãos da administração, o porto e algumas residências. Com o tempo, a cidade abrigaria mais templos. Um deles começou a ser construído no segundo quadrilátero, chamado Alto da Jurubeba, um templo franciscano onde já havia uma “pirâmide de pedra soltas encimada por uma cruz, lugar de devoção da gente humilde de Teresina” (NUNES, 1981, p. 37), mas também os “grandes da terra [que] se faziam presentes na azafama laboriosa da construção do novo templo”. Para isso, fundaram uma irmandade no intuito de recolher donativos para a construção da igreja, e em poucos dias, narra Nunes, via-se uma ampla latada coberta de palhas. Essa construção servira de capela, residência do Frei Serafim e em “alta madrugada, em horário certo”, tocava-se a sineta “chamando os fiéis a missa e ao labor cotidiano” (NUNES, 1981, p. 37). Instalada, a igreja passou a chamar-se São Benedito e a imagem do santo “repousa no nicho do frontispício, exposta às intempéries”, ficando à vista dos visitantes. No terceiro quadrilátero, ao sul da igreja matriz, no Largo do Saraiva, instalou-se por iniciativa do governo da província e particulares a Igreja Nossa Senhora das Dores.

---

<sup>125</sup> A fundação de Teresina é amplamente estudada. Clodoaldo Freitas foi pioneiro ao publicar crônicas e causos em *Histórias de Teresina* no jornal Diário do Piauí, de 1911. O autor aborda vários aspectos da vida administrativa, política, social, econômica e cultural da nova capital. Trata da mudança da Capital da Província de Oeiras para Teresina, pormenorizando todas as etapas do processo de escolha do local e como se deu a elaboração do mapa em xadrez e os locais de construção das igrejas, praças, teatro, residências, sede do governo. A obra é considerada uma das mais relevantes contribuições à historiografia piauiense, particularmente de Teresina, pelo volume de informações apresentadas, bem como pela postura crítica do autor ao analisar as mudanças da cidade no contexto brasileiro de então. A obra foi reeditada pela Fundação Cultura Monsenhor Chaves em 1988. a

<sup>126</sup> O mapa de fundação de Teresina pode ser encontrado no site do Arquivo Nacional/ IPHAN.

Depois, outras capelas foram se multiplicando pela cidade adentro. Sem dúvida, se as capelas tiveram um papel singular nesse ambiente “mágico da realidade”, por determinar uma missão humanista, elas também tiveram seu curso alterado com a aliança entre as autoridades administrativas e a nobreza rural. Nessa aliança, as capelas passaram a ser alvo do Estado, sendo ou não rebatizadas<sup>127</sup>, observadas quanto aos critérios de se tornarem capela, matriz ou igreja; se o local era apropriado para se tornar freguesia, vila e finalmente cidade. Nesse processo, o Estado passou também a interferir no projeto arquitetônico e determinando quem eram os moradores do seu entorno. Essa aliança entre Igreja e Estado assumiu, definitivamente, no plano do sagrado, a posse da terra e das mentalidades.

Murilo Marx (1991), estudando a origem da vida urbana no Brasil, identifica as brechas que fizeram da terra a geradora da vida urbana. Ele assinala como uma das brechas o significado que a terra teria como “Terra do santo”, ao construir no seu interior uma capela que, em regra, era na fazenda. Essa decisão, às vezes, dependia da vontade pessoal e às vezes, atendendo ao desejo de terceiros como moradores, agregados ou vizinhos, o dono da fazenda cedia uma parcela de sua terra para a construção da capela, dando, assim, um passo importante para povoação. A “terra do santo” que até então era um lugar inóspito, insulado, tosco e inculto, transformava-se em “terra de todos”, adquirindo outros sentidos no ambiente “mágico da realidade”.

Se o sertão do Piauí era a terra prometida, era também terra tenebrosa e desconhecida, isolada por chapadões, caatingas, matas inóspitas, sem água e infestada de índios selvagens. Os índios eram os mais temidos. Odilon Nunes caracteriza os nativos como bravos e destemidos, resignados e tenazes, valentes, além do atributo supletivo de fixação à terra. Povoavam o sertão em tão grande número que pareciam formigas fervilhando pelos vales dos rios do Piauí e também por todo sertão (NUNES, 2007, vol. I, p. 163). Odilon Nunes identifica nos primeiros relatos, como era lendária a bravura dos índios e em defesa da terra,

---

<sup>127</sup> A “Jerumenha”, conforme informante, era organizada a partir da praça quadrada que tinha a igreja e foi construída para determinar os caminhos que davam acesso aos povoados. Diz também que em 1740, Jerumenha era então o Arraial do bandeirante de Garcia D’Ávila, em homenagem a Francisco Dias D’Ávila, bandeirante da Casa da Torre e um dos apossadores do sertão. Posteriormente, Jerumenha foi elevada à categoria de freguesia com a denominação de Santo Antônio do Gurgueia em homenagem ao missionário jesuíta que residiu por longo tempo no arraial (IGLESIAS, 2015, p. 161). Passou de freguesia à vila no governo de João Pereira Caldas, governante português, que decidiu rebatizar a vila com o nome de Jerumenha em homenagem a sua Jerumenha de Portugal (IGLESIAS, 2015, p. 163). Essas trocas eram uma prática muito comum entre os conquistadores e povoadores das novas terras, de batizar ou rebatizar vilas, cidades ou acidentes geográficos com seu nome ou das terras de sua origem. Essa prática se multiplicou de ponta a ponta do Brasil, de Norte a Sul, do litoral ao sertão. Mesmo rebatizando a cidade, a capela continuava imponente demonstrando que era o sinal mais habitual para orientar os aventureiros no caminhar e navegar pelo sertão e, mais tarde, as igrejas continuaram a exercer, assim como as simples capelas, uma atenção especial nesse ambiente de magia.

tornava-se impiedosos. Eram exímios nadadores e tinham profundo amor pela liberdade, sem saber que a “liberdade era para poucos” (NUNES, 2007, p. 165). De um modo geral, eram nômades, podendo ocupar uma região num determinado período, ou ainda, nela se fixarem por um longo tempo, de forma a “testemunhar a prodigalidade da terra ocupada” (NUNES, 2007, vol. I, p. 60). Por outro lado, os colonizadores temerosos da valentia daquela gente realizavam entradas de grandes proporções visando seu completo afastamento da região. As entradas também provocavam depredações em toda a região, fazendo os nativos buscarem refúgio em terras piauienses. Os índios não compreendiam e “nem poderiam compreender ainda, a razão por que outros homens invadiam suas terras” (NUNES, 2007, vol. I, p. 100). Estavam sempre atentos ao esquadrão dos paulistas, pois estavam sempre prontos “a desfechar seus golpes mortíferos nessas hordas de nômades guerreiros” (NUNES, 2007, vol. I, p. 100). O fato é que, a partir desse momento, a população nativa se mantinha em constante correria, tornando-se, assim, um episódio constante na vida do Piauí. Nesse cenário, aquela figura heroica dos índios, segundo Odilon Nunes, saía da imagem de formigueiro humano que fervilhava pelo sertão e passou para um “ouvir dizer”. Por isso, conclui Nunes, sumiram dos registros de missionários, cronistas ou viajantes. Os poucos que existiam estavam aldeados; ou distribuídos nas fazendas; ou nas missões; ou nas cidades. Havia, ainda, aqueles que, vindo expulsos de outras regiões, passavam pelo território, apavorados com os paulistas, “Estes eram vistos!” (NUNES, 2007, vol. 1, p. 100).

Então, o vaqueiro sobreviveu naquele sertão destruído, conduziu o curral e o comércio do boi para o período que ficaria conhecido como a época do couro, quando “a pecuária abraçava o sertão!”, pois esse “era o destino da terra” (NUNES, 2007, vol. I, p. 99). Surgem homens de negócio, vindos de outras regiões, que “traziam panos, cuias, sal que trocavam por vaca com o propósito de levarem para além Parnaíba” (NUNES, 1981, p. 99). No sertão, onde estava o curral, o litoral estava distante e o comércio mais próximo era o itinerante, próprio do mascate, esses “vendedores ambulantes que tanto fizeram pelas civilizações interioranas” (NUNES, 1981, p. 10). Apoiados pelo comércio do boiadeiro, iam vender, no longínquo litoral, pequenas utilidades, sempre acompanhado de escravos e gado, que serviam de carregadores nas longas marchas sertão adentro. Assim, o Piauí “crescia [com] estímulo do homem, a diluir-se na vastidão deserta” (NUNES, 2007, p. 122 – 123), sendo uma expressão geográfica cuja ideia não fora ainda bem definida e nem suas “fronteiras ainda delimitadas” (NUNES, 2007, p. 112), pois o Sul do estado continuava preso economicamente a Pernambuco e Bahia, e essa dependência perduraria por séculos.

A área da “hintelândia piauiense” foi ampliada com a fundação de novos currais, conquistando uma zona vasta, ultrapassando o vale dos rios. Neste cenário, para Nunes, “os primitivos povoadores implantaram uma sociedade liderada por vaqueiros dissolutos prepotentes que, se fixaram, entretanto, a terra” (NUNES, 2007, p. 161). Nunes concorda com Capistrano de Abreu ao reconhecer que o boi não tem sucedâneo, como alimento, meio de transporte e de força de tração. Dele se aproveita tudo, o couro, por exemplo, é aplicado em diversos fins: portas, tamboretas, camas, surrão, selas, alforje, peias, nas mochilas para depósito de água, no gibão, nos arreios, nas portas, nos calçados. Nunes olha as proezas do Piauí e vê empolgante história. O sertanejo se adaptou às contingências de uma nova vida, servindo de meio para desenvolver uma associação duradora de novos “nódulos populacionais do Brasil colônia” (NUNES, 2007, vol.I, p. 104).

Apoiado por Euclides da Cunha, Nunes descreve o vaqueiro como aquele que vivia de “perneiras e gibão de couro”, alimentava-se de “mel e frutas silvestres, laticínios e carne assada no espeto de pau, à falta de panelas” (NUNES, 1981, p.10). E, no decurso dos séculos, os vaqueiros protagonizaram verdadeiros milagres ao enfrentar chapadões que separavam o Piauí, da Bahia e de Pernambuco e de tão longe, levar e trazer gado. Assim, aproveitou para distribuir sementes nas fazendas espalhadas por grandes extensões de terras desconhecidas, isoladas e abandonadas, lidando com “perigos incontestáveis e imprevisíveis, não era tarefa para homens vulgares” (NUNES, 2007, vol. I, p. 104). Esse trabalho foi realizado distante do centro de irradiação, sem amparo nem estímulo dos poderes públicos (NUNES, 1981, p. 104). A caminhada do vaqueiro com o boi se realizou silenciosamente. Quando se teve conhecimento de tamanho feito, o Piauí já estava desbravado, conquistado, ocupado numa proeza sem estardalhaço. Suas fronteiras, população e economia foram delimitadas não apenas pelos marcos geográfico, mas pelo “labor daqueles homens” (NUNES, 2007, vol.1, p. 104), de quem eram exigidos trabalho e organização.

Nessa caminhada, a Capitania conquistou o nome de São José do Piauí, e a Vila da Mocha, capital da província, passou a se chamar de Oeiras do Piauí, em homenagem a D. José, rei de Portugal, e seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, depois Conde de Oeiras e mais tarde Marquês de Pombal. Oeiras se efetivou como a capital dos sertões de dentro, para se tornar um ponto central das comunicações com o Brasil. Para que essas condições se realizassem, potencializaram o comércio de sal e outros gêneros que vinham do litoral em barcas de regular dimensão pelos rios Parnaíba e Canindé, cujas corredeiras foram projetadas pela iniciativa particular. O governo cuidava das estradas abrindo uma rede de caminhos em direção às bacias fluviais ou às grandes regiões geográficas brasileiras. As

estradas primitivas do gado foram melhoradas com a iniciativa particular e deram origem a novos caminhos à medida que se precisava dilatar as fronteiras com a expansão dos rebanhos (NUNES, 2007, vol. 1, p. 209).

Mesmo com todas essas iniciativas, permanecia o piauiense “abandonado, isolado, atrasado”, tornando-se renitente em alterar seus atributos e hábitos que precisavam ser modificados conforme a exigência daquele tipo de vida. Ele permanecia apegado ao mito do vaqueiro com suas vestes características, os seus hábitos antigos, o seu apego às tradições mais remotas. Sua labuta cotidiana só era alterada com a vaquejada que ocorria num movimento ocasional, quando muito, ocorrência anual (NUNES, 2007, vol. 1, p. 152). Era apegado à terra mais que qualquer outro, pois entendia que era o meio fundamental de sua condição imediata de vida. O piauiense vivia dos criatórios. Não havia patrão, não havia senhor, senão para o escravo. O vaqueiro se tornou um sócio da fazenda, e nesse caso se viu também envolvido em conflitos locais com índios e bandeirantes e, em pouco tempo, estaria também envolvido em uma nova etapa de conflitos que se avizinhavam nas lutas em defesa do Brasil.

Para analisar essas lutas em defesa do Brasil, Odilon Nunes segue próximo de Euclides da Cunha ao buscar compreender os motivos que atraíram os sertanejos na adoção, permanentemente, de um espírito de “frenesi”, uma “agitação” que foi se prolongando de tal forma que fez o sertão viver em constante pé de guerra. No Piauí, Nunes identificou um período de paz brevemente curto que foi alterado pela Batalha do Jenipapo, tornando-se o mais importante acontecimento do sertão piauiense. Para analisar esse acontecimento, Nunes se serve de Abdias Neves e da obra *a Guerra de Fidié*<sup>128</sup> e fontes documentais para compreender o desenrolar dos acontecimentos. Utiliza, amplamente, a cronologia para compreender a trama dos acontecimentos, realçando os lances de coragem e patriotismo.

Investiga como esse acontecimento revela os elementos formadores do caráter do piauiense e quais sentimentos circulavam no meio daquele povo<sup>129</sup> “esquecido de Deus”, de modo a fazer dessa gente, portadora, citando Abdias Neves, de um espírito “obstinado, inflexível, fanático, firme em seu destino”. Segundo o pesquisador piauiense, o episódio descrito por Abdias Neves é resultado de um passado marcado por lutas e conflitos

---

<sup>128</sup> *A Guerra de Fidié* escrita e publicada em 1907, foi reeditada no Rio de Janeiro em 1921, quando o autor era Senador pelo Estado. Publicou verbete sobre o Piauí no *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil; Aspectos do Piauí. Formação Territorial, Composição Étnica, Valores, Econômicos, Organização Política*. Tipografia O Piauí. Teresina (1926).

<sup>129</sup> A população, na época, era composta de lavradores, pescadores, de carpinteiros que construíam casas rústicas e carros de tração animal; carpinteiros de ribeira, calafates, que trabalhavam na feitura de embarcações e cuidavam do manejo. Além de caixeiros viajantes e empregados públicos.

sangrentos, quando a população nativa foi morta, escravizada, aldeada e expulsa para dar lugar às grandes fazendas de gado. Então, ele examina os embates travados, buscando relacionar os momentos mais dramáticos de modo a divinizar os heróis e os vilões. Aproveita para problematizar os motivos que fizeram essa gente se prontificar para lutar de forma intempestiva, sem racionalidade, numa espécie de heroísmo sem limites. Acrescenta que aqueles bravos sertanejos “eram matutos sem munição, tabaréus sem armas diante de forças mais aguerridas”. Para ele, a causa dessa agitação não pode ser explicada apenas pela dinâmica “abandono-isolamento-atraso”, e, sim, pelo ambiente de uma gente que era “eventualmente ordeira” (NUNES, 2007, vol. 3, p. 19), mas, na verdade era “heróis e vilões, sertanejos e brasileiros”.

Nunes concorda com Abdias Neves que também vê no recrutamento obrigatório um fator relevante para impulsionar o frenesi. Conforme Nunes (2007, vol.1, p. 150-151), o recrutamento obrigatório ocorria numa caça frenética em busca da população masculina sem hora e nem lugar. Os recrutadores entravam pelas casas forçando portas e janelas. Na época, o recrutamento tinha diversas finalidades e a principal era organizar a população para as expedições de combate aos rebeldes e, assim, impor ordem na província. No Piauí, como em todo país, os recrutados eram basicamente formados pelas camadas pobres da população. E os recrutadores constituíam-se em instrumento opressivo sobre o caboclo, o mulato, o negro, a “arraia miúda” ou a “ralé”, no dizer de Nunes, concordando com as expressões de Oliveira Vianna. Essa condição de pobreza e exploração ao se tornar mais crítica, provocava resistência e deserções dos recrutados. Dentre os recrutamentos da época, segundo Odilon Nunes, o mais perverso foi o realizado pelos líderes do movimento da Balaiada que, entre 1839 e 1841, fez o Piauí fervilhar por conta da presença de rebeldes, pareciam “formigas assanhadas pelos vales [...], por tudo quanto era biboca ou vereda” (NUNES, 2007, vol. 3, p. 161), ocupando uma extensa área, compreendendo os vales e ribeiras dos principais rios, povoações e vilas, de norte a sul da província. Era um “sorvedouro de vidas” (NUNES, 2007 (vol. 3), p. 21), porque retirava o sertanejo da terra, condição que, para Nunes (2007), era como o mais doloroso golpe que ele poderia experimentar. Apegado à terra que lhe supria as necessidades materiais e psicológicas mínimas, o sertanejo ia para a luta forçado pela miséria ou quando a fome campeava. De outro modo, via-se na obrigação de lutar, abandonando a simplicidade do meio social, sua docilidade para se tornar um tipo de desordeiro.

A *Balaiada*<sup>130</sup> foi um movimento profundamente revolucionário, pois era contra a opressão. Seus líderes buscavam o direito à resistência, o amor à liberdade. Tudo isso fez do Piauí “a nossa Vendéia”, acompanhando a ideia de Euclides da Cunha. Os recrutados nesse ambiente eram vistos como bandidos, ladrões e assassinos. O fato é que Nunes, ao se propor analisar esses acontecimentos, procurou extrair a dimensão do “sentir e interpretar a grandeza dos personagens” piauienses, pois concordava com José Honório Rodrigues quando diz que a “objetividade histórica não consiste em contemplar a vida dos povos sem pestanejar, de coração frio” (NUNES, 2007, (3), p. 14). Desse modo, Nunes volta seu olhar para aquele tempo, identificando as lutas e seus prolongamentos, as causas que levaram o “sertão a ir do paraíso ao inferno”. Nunes imagina os moribundos percorrendo os vales dos rios e ribeirões, fugindo desordenadamente uns dos outros em busca de refúgio para escapar das tormentas de uma luta inglória, pois já havia indícios de esgotamento, entretanto, os obstinados, os inflexíveis, os fanáticos, estes continuavam firmes em seu destino já que o ideal não era alcançar a vitória, mas fazer circular os sentimentos “que estava em harmonia com sua emotividade. É admirável a teimosia que bem caracteriza nossa gente” (NUNES, 2007, (3), p. 169).

Nesse cenário, Nunes (2007) compara essas imagens com aquela promovida pelo bandeirismo que ao fincar suas raízes em terras piauienses, provocou séries de “escaramuça que dariam início à maior caçada de gente naqueles tempos memoriais” (NUNES, 2007, (3), p. 162). Parecia que ficava para trás, tamanhas eram as atrocidades dessa batalha. Para Nunes (2007), esses “tabaréus” eram “rurícolas boçais, verdadeiros fanáticos, quando se deixavam empolgar por uma ideia” (NUNES, 2007, (3), p. 162). Ele os via como um tipo de atavismo na História, assim como foi proposto por Cunha, ou seja, suas caracterizações e determinações se baseiam na sociedade que os criou, e na medida em que as lutas iam se desenrolando, a bravura do sertanejo o transformava em “pupilo estúpido da divindade” (CUNHA, 2011, p. 60). A finalidade do recrutamento era atingir, preferencialmente, as famílias pobres e ao lhe exigir disciplina típica dos quartéis, fazia do sertanejo, piauienses

---

130 Segundo a historiadora Claudete Dias (1990), a *Balaiada* foi um movimento social ocorrido simultaneamente no Piauí, Maranhão e Ceará no final de 1838 a fins de 1841. O movimento foi liderado pelo artesão de balaio Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, o Balaio, um dos líderes mais importantes do movimento. O movimento era composto, de um lado, por grandes proprietários de terra e de escravos, autoridades provinciais e comerciantes; de outro, vaqueiros, artesãos, lavradores, escravos e pequenos fazendeiros (mestiços, mulatos, sertanejos, índios e negros) sem direito à cidadania e acesso à propriedade da terra, dominados e explorados por governos clientelistas e autoritários, formados pelas oligarquias locais que ascenderam ao poder político com a “proclamação da independência” do país. Em agosto de 1840, foi decretada a anistia assinada pelo Imperador D. Pedro II, mas as autoridades do Piauí e do Maranhão declararam a “pacificação” das províncias apenas em janeiro de 1841.

“Rebeldes principalmente do sertão que, por forma alguma, se querem chegar ao serviço e obediência quando chamados” (NUNES, 2007 (vol. 3), p. 29).

Eram renitentes, segundo Odilon Nunes, porque além de viverem na condição de “esquecido de Deus”, desde os primórdios do povoamento, ao serem recrutados para as lutas, tinham sua rotina alterada. Também porque as condições do recrutamento eram de soldados improvisados, sem armas e munições, além do penoso, desolador e cruel processo de adaptação à nova situação de guerra. O sertanejo quando fugia e era capturado, sofria castigos com chibatadas e humilhação por se negar a defender a pátria. Um caso ilustrado por Nunes (2007, vol.3) foi a decisão do então governador da província, João Pereira Caldas, de fazer o recrutamento por edital para formação da primeira cavalaria de oficiais no posto de tenente, coronel e furriel, esperando que fossem muitos os pretendentes. Do ponto de vista militar, a cavalaria era uma elite aristocrática e guerreira a serviço do senhor da província e guardiões de El – rei. Dada à essa magnitude, nenhum morador se inscreveu e o governador se viu obrigado a convidar, para compor sua cavalaria, a população masculina da província “formada de simples vaqueiros e negros livres, de brancos em pequeno número, mas, mais volumoso que os negros, e os mulatos que formavam a maior parte da população e que entre eles se tem na melhor reputação” (NUNES, 2007(1), p. 151). Por causa dessa composição, o governador alegou muitas dificuldades em “disciplinar e adestrar os bisonhos soldados da Capitania” (NUNES, 2007(1), p. 157). Outro caso ilustrativo, foi feito por Gardner (1942) que, em visita a Oeiras, observou um guarda da cavalaria no cargo de sentinela do palácio do governo e assim o descreveu:

Uma criatura da mais abjeta aparência imaginável. Era um mulato moço, vestido com o uniforme de tropa de linha, que parecia ter-lhe estado colado ao corpo pelos últimos seis anos; o boné de pano era velho e ensebado; a jaqueta azul, metade remendos, metade buracos, estava aberta na frente, mostrando-lhe o peito nu, porque o homem não podia gabar-se de possuir uma camisa; as calças eram pouco melhores que a jaqueta; e os seus pés estavam metidos até os calcanhares num velho sapato, com os dedos à mostra. Não fora sua posição ereta e o uso do mosquete e eu o teria sem dúvida, tomado por mendigo (GARDNER, 1942, p. 123)

Para o viajante, a aparência do guarda lhe causou estranhamento, pois entendia que aquela imagem era incompatível com os atributos notabilíssimos de um guardião do rei. Os casos ilustrados mostram que dada às condições locais, ninguém poderia ser dispensado, mesmo daqueles cargos tidos como notabilíssimos. Dos acontecimentos importantes para os piauienses, a “Batalha do Jenipapo” figura como o mais notável acontecimento da província. Nesse evento, o recrutamento da época adquiriu outros componentes de forte teor imaginário, o dos heróis e vilões patrióticos.

A “Batalha do Jenipapo” ou as lutas pela independência do Brasil no Piauí tiveram um impacto tão importante que foram estudadas pelos mais notáveis historiadores piauienses. No estudo de Odilon Nunes, ele procura compreender como as notícias sobre os contrários a Independência do Brasil repercutiu e impulsionou um frenesi entre o comandante das armas de Portugal, Major Fidié, e a população local. Percebendo uma possível desordem, o Major rapidamente chegou a Oeiras, sede do governo português, reuniu seu batalhão de primeira linha e tropas de milicianos de “respeitável expedição militar” (NUNES, 2007 (vol. 2), p.50) para por fim à agitação e manter a ordem. Então, Odilon Nunes aproveita para elaborar uma breve biografia do Major Fidié<sup>131</sup>. Ele é descrito como um valoroso soldado que dispunha de prestígio para treinar um exército, pois possuía recursos materiais e espirituais para pôr em execução seu plano guerreiro e ainda dispunha de uma quantidade considerável de comandados bem treinados, municidados e dispostos às leis guerreiras.

Contando com os melhores soldados da Província e o armamento que nela havia, tornou-se o senhor supremo da artilharia. Fidié, conforme Nunes, era um veterano das campanhas peninsulares e tinha enfrentado os exércitos napoleônicos, participando de inúmeras batalhas e combates vários. Valia-se de atributos para marchar “em obediência a seu dever de militar profissional, e também de sua convocação de intemorato batalhador” (NUNES, 2007, (2), p. 65-66). Estrategista, armou a campanha esquadrihando as trilhas e veredas no “sertão ignoto, onde já se camuflavam troços de caipiras que formavam as partidas independentes e, através dos quais procuravam abrir caminho” (NUNES, 2007, vol.2, p. 65-66). Narra que Fidié ao primeiro contato com os inimigos, no caso, os sertanejos, estes debandaram, sem “oferecer resistência”, tal feito foi visto pelo major como resultado “grandioso”, reagindo com ufanismos e comemorando a ação de ter posto a correr muitos combatentes, “sem ao menos ver a cara do inimigo, nem lhes fazer fogo” (NUNES, vol. 2, p. 66), tamanha era a força do exército. Um exército titânico que vai enfrentar os moribundos do Rio Jenipapo.

O sertão do Rio Jenipapo era terreno plano que de longe se combinava com uma colina quebrando a monotonia da várzea “nas margens do rio, entretanto, tufam-se reboleiras de mofumbos e arbustos” (NUNES, 2007, vol. 2, p. 89). O confronto às margens do “Rio

---

<sup>131</sup> Escreveu *Varia fortuna de um soldado português*. Lisboa. Typ. Alexandrina de Salles, 1850. Foi publicado pela primeira vez em 1942 com reprodução do frontispício da obra do Brigadeiro Fidié, além de outras ilustrações e mapas. Acompanha a publicação, ensaio de Herminio de Brito Conde, delegado do Piauí à Assembleia Inaugural do Instituto Pan – Americano de Geografia e História, com o título “Fidié e a Unidade do Brasil”. O texto versa sobre o meio social e as lutas da Independência no Nordeste do Brasil. É considerado pelos historiadores piauienses um dos mais importantes testemunhos sobre o Piauí e sua participação nas lutas pela independência.

Jenipapo” teve início às nove horas da manhã do dia 13 de março de 1823 e se estendeu até as duas horas da tarde e, nas palavras de Abdias Neves acompanhada por Odilon Nunes, foi o combate mais notável, mais renhido por ocasião das lutas em favor da independência do Brasil, na província do Piauí e com repercussão no Maranhão. Pelas circunstâncias em que se desenrolou e nas condições em que ocorreu, foi uma luta desigual. As margens do Rio Jenipapo se transformaram em campo de guerra. De um lado, “sertanejos corajosos sem nenhum preparo” armados de espadas, chuços, foices, enxadas, “Poucas pistolas e clavinas de caça, mas também uma peça calibre três, que se convertia em trambolho, a falta de artilheiro” (NUNES 2007, (2), p. 68). Do outro lado, uma coleção de força militar potente e possante, apoiada pela envergadura das baionetas que disparavam contra os moribundos sertanejos. Os tiros varriam o campo de guerra do jenipapo, mas não afastavam os sertanejos que se mantinham renitentes. Os ataques transformaram aquele belo lugar, num ambiente ameaçador, estéril e agressivo. Ao final da batalha, o que se contava, ao certo, era o número de mortos do lado sertanejo. A batalha alimentou o imaginário de heroísmo dos piauienses, segundo Odilon Nunes, reforçando que aquele lugar isolado, atrasado, abandonado, tosco e inculto, era de fato um lugar símbolo e emblema de bravura, honradez, respeito, generosidade, “virtudes congênicas do heroísmo” (NUNES, 2007, v. 2, p. 87). Com relação ao Major Fidié, Odilon Nunes chama atenção para a postura do chefe da tropa como um personagem que se afasta, paulatinamente, do vilão da Batalha do Jenipapo para se aproximar do herói. O estudioso reconhece no vilão, o herói, pois, para ele, foi fiel à legalidade, defendeu esses princípios ao lado de um exército de brasileiros no qual soube difundir a conduta de cavaleiro exemplar nas “lidimes virtudes militares” e que levou seus adversários a admirarem sua conduta de tal forma que, para muitos, tornou-se referência em memoráveis feitos.

Após a sangrenta “Batalha do jenipapo”, o exército brasileiro deu-lhe proteção diante das hostilidades dos sertanejos. Quando Fidié foi capturado pelos adversários, após uma caçada violenta, as tropas rebeldes receberam o prisioneiro com cavalheirismo, pois reconheciam no vilão as virtudes de um homem bravo e honesto. Para Odilon Nunes, foi o período heroico, um maravilhoso período da História do Piauí, quando os filhos do sertão enfrentavam o invasor junto com os tapuias, tupi, cariri, sertanejos e vaqueiros em defesa de suas ricas pastagens para fixação dos currais. Conforme Nunes (2007), a “intromissão de débeis aventureiros” em nossa história, nos deixou páginas “despidas de beleza e dramaticidade dos primeiros dias” (NUNES, 2007, vol. I, p. 178).

A conquista dos vales colocou a vida dos piauienses numa labuta cotidiana contra a escravização e o extermínio, mas foram as lutas pela independência que, para Odilon Nunes,

firmaram no piauiense um forte laço com o Brasil. Essa afirmação foi assimilada e transfigurada no imaginário como “memoráveis feitos de heroísmo, em que revelaram prodígios de valor militar a par de cavalheirismos inexcedível” que fizeram palpitar no pensamento dos piauienses o reconhecimento de uma geração de bravos lutadores (NUNES, 2007, p. 104). Após as lutas, a província ficou presa à desordem o que suscitou em Nunes (2007, vol. 2) novos questionamentos sobre o Piauí. Afinal que lugar era esse? O mundo antigo, esquecido no período medieval, a ensaiar-se na idade moderna? (NUNES, 2007 vol. 2, p. 44).

#### **IV- Renato Pires Castelo Branco, manchas e contornos da civilização do couro**

Conforme narrou em suas memórias, Renato Pires Castelo Branco é natural de Parnaíba e figura entre os ilustres piauienses que fizeram sua diáspora para um centro nacional, atraídos por novas influências culturais catalisadas, no entender do autor, pelo “nosso fantástico melting-pot”<sup>132</sup> (CASTELO BRANCO, 2015, p. 16). Chegou ao Rio de Janeiro em 1933 para estudar Direito na Universidade do Brasil. Rapidamente, adaptou-se ao ambiente carioca, frequentando, de forma assídua, as rodas literárias das livrarias e cafés-bares espalhados pelo Rio e que contavam com a presença de uma seleta intelectualidade de boêmios, principalmente, ao fim do dia. Renato Castelo Branco declara que ficou deslumbrado com a forma dos intelectuais se portarem, “falávamos de literatura, poesia, arte, política, dos companheiros ausentes. Discutíamos os novos livros e novos autores” (CASTELO BRANCO, 1981, p. 141). A maioria deles eram personalidades ilustres – embaixadores, acadêmicos, congressistas, escritores (CASTELO BRANCO, 1981, p. 140). Ele observou que havia divisão nos grupos, em uns se concentravam os autores novos e veteranos e em outros se concentravam os autores com obras já publicadas e inéditas. Havia, ainda, os subgrupos,

O dos júnior, filhos de intelectuais renomados, como Joaquim, filho do pensador e historiador sergipano João Ribeiro; Amadeu, filho do grande poeta paulista Amadeu Amaral e Donatelo, filho do brilhante e mordaz Agripino Grieco (BRANCO, 1981, p. 140).

---

<sup>132</sup> O autor utiliza a expressão de Oliveira Vianna em *Raça e Assimilação* (1928) para designar a diáspora como grau – quantitativo e qualitativo - da migração e da fusão étnica, em seus tipos, tamanho e participação de cada uma.

Renato Castelo Branco se junta ao grupo dos inéditos com “J.G. de Araújo Jorge, Henrique Cartens, Petrarca Maranhão, Vicente Araújo, Edmundo Moniz, Aluísio Napoleão e Donatelo Grieco”, que, na época, era “uma espécie de subgrupo” composto por Emil Farhat, Dirceu Nascimento, Vitor Nunes Leal e Seti Borges de Melo. Esse grupo decidiu organizar uma “*Antologia de Novos*”, e convidaram um ilustrador para os poemas, solicitaram a “Afrânio Peixoto, que escrevesse o prefácio, o que ele fez com grande talento e generosidade” (CASTELO BRANCO, 1981, p. 142). A antologia começava com comentários gerais e apresentando os escritores, seus anseios, aspirações, responsabilidades e “fazia um breve comentário sobre a poesia de cada um de nós. Era a glória” (CASTELO BRANCO, 1981, p. 142). Porém, o grupo não conseguiu um editor e a antologia nunca foi publicada,

Não sei que destino foi dado ao prefácio de Afrânio Peixoto (...) A antologia era uma ideia motivadora. No desconforto do nosso ineditismo e de nossas frustrações, dávamos força uns aos outros, procurando nos firmar na crença de nossa genialidade incompreendida, de nosso talento ignorado, de nossas inquietações e nossas dúvidas sobre o futuro (CASTELO BRANCO, 1981, p. 142).

Depois do “fracassado” projeto da antologia, Renato Castelo Branco consegue, em 1934, publicar o romance *O Armazém 15*, seu livro de estreia na literatura, que acompanha a ideia de Coelho Neto na obra *Capital Federal*. O romance trata da saga de um grupo de jovens provincianos que chegava ao Rio a bordo de um *Ita*<sup>133</sup> para conquistar a “cidade e a glória” e desce no Armazém 15, porta da imigração nordestina, onde atracavam os navios da Costeira e do Lloyd. A obra “era um romance de fundo social, em que se contavam as frustrações, revoltas e amarguras de um jovem nordestino sem qualificações profissionais [...] num Rio de Janeiro de economia estagnada” (CASTELO BRANCO, 1981, p. 140).

O autor se diz devorador de livros de José de Alencar, Raul Pompéia, Aluísio de Azevedo, Machado de Assis, Eça de Queiroz, Castro Alves, Guerra Junqueira, Casemiro de Abreu, Oliveira Vianna, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Freud, Marx, Darwin, Haeckel, Kant, Laplace, Augusto Conte. Todos, com certa porcentagem, influenciaram o pensamento de Renato Castelo Branco na elaboração de seu arsenal interpretativo composto de romances, ensaios históricos – sociológicos. Em 1935, transfere-se para São Paulo “as vésperas da

---

<sup>133</sup> Era o nome que se dava aos navios que faziam a navegação de cabotagem entre o Norte e o Sul do Brasil. Essa denominação era usada pela Companhia Nacional de Navegação Costeira que batizava com nomes as suas embarcações, sempre começando por “ita”: Itaquatirara, Itapé, Itanajé, entre outros. Renato Castelo Branco utiliza a expressão no título de suas memórias *Tomei um ita no norte*, publicada em 1981. O título foi inspirado, conforme o autor, na canção “Peguei um Ita no Norte”, de 1945, do compositor baiano Dorival Caymmi de quem se tornou muito amigo. A canção imortalizada por Caymmi narra a saga da viagem costeira a bordo do vapor “Itapé”, do compositor baiano que migrou em 1938 para a o Rio de Janeiro, a então capital federal.

revolta da Praia Vermelha”, fugindo da “caçada policial” (CASTELO BRANCO, 1981, p. 157). Chegou e logo ficou “entre curioso e deslumbrado, entre assustado e confiante” (CASTELO BRANCO, 1981, p. 163) diante daquela paisagem e se perguntou “porque São Paulo? Por que uma determinada cidade destaca-se na História, para se transformar no centro de um Império?” (CASTELO BRANCO, 1981, p. 182).

Para ele, os historiadores ao se valerem do determinismo histórico, da geopolítica, da economia, das questões raciais para explicar esse império, perceberam que é um lugar predestinado a desempenhar um papel de magnitude histórica, “Dotada, a um tempo, de extraordinária força centrífuga e centrípeta”. E concorda com Cassiano Ricardo quando analisa São Paulo como foco de propulsão, tornando-se um centro de expansionismo e um agente aglutinador e centralizador da vida brasileira. A paisagem paulistana, para Renato Castelo Branco, inflamava sua imaginação “com seus bandeirantes, seus heróis, a Escola do Largo do São Francisco, os paulistas quatrocentões, os intelectuais da Semana de Arte Moderna, os revolucionários de 24 e 32” (CASTELO BRANCO, 1981, p. 183).

Já plenamente integrado na vida paulistana, consegue publicar, em 1938, o ensaio *Chimica das Raças*<sup>134</sup>, considerado pelo autor como “um tema ambicioso para o contexto da época, mas que obteve uma surpreendente recepção elogiosa da crítica” (CASTELO BRANCO, 1938, p. 184). Nesse ensaio, a ideia central era analisar as migrações, invasões e movimentos populacionais em geral, como “*veículos de culturas*” para, assim, propor novo quadro sobre raça e civilização. O ensaio monográfico utiliza um quadro teórico abrangente e englobante para o “entendimento de processos culturais” (BRANCO, 1938, p. 28). Adota autores estrangeiros (Hegel, Holbach, Le Bonn, Demolins<sup>135</sup>) e brasileiros (Oliveira Martins, Silvio Romero, Cassiano Ricardo, Oliveira Vianna) dos quais toma os conceitos que considera pertinentes para fundamentar seu pensamento. Estão presentes no texto pontos importantes sobre meio, trabalho, propriedade, família, modos de existência, patronagem, comércio, culturas intelectuais, religião, vizinhança, corporações, cidades, província, Estado,

---

<sup>134</sup> Encontrei o Livro em um sebo de São Paulo. Publicado pela Edição Cultura Brasileira e impresso na Typographia Cupolo em São Paulo. Conforme Hallewell (2012, p. 505), a tipografia foi criada por Galeão Coutinho e era também editora, primordialmente, de Literatura, tendo publicado uma linha de importantes obras de Filosofia. Foi à falência em 1938, em decorrência das dificuldades financeiras e piorou com o confisco de edições, em larga escala, pelo estado getulista que contribuiu para o fechamento da editora. O livro de Renato Castelo Branco está dividido em dez partes assim distribuídas: I- Justificativa; II- Sugestões de uma carta geographica; III- A conservação da espécie; IV- A Conservação da espécie e a dispersão das raças humanas; V- A hypotese de Demolins; VI- Raças naturaes e raças históricas; VII- O contacto das raças, no plano internacional; VIII- Mechanismo das revoluções; IX- Superioridade das raças; X- Phenomenos migratórios no Brasil, em função da unidade nacional.

<sup>135</sup> Geógrafo francês. É a grande referência de Silvio Romero. Segundo Sousa (2000), todos os intelectuais que produziram, após a primeira Grande Guerra, voltados para configurações culturais no Brasil, tiveram as ideias direta ou indiretamente espelhadas em Sílvio Romero.

raça, história e suas repercussões assimilativas e adaptativas nos tipos de sociedades observadas, em particular a brasileira e a piauiense em função da unidade nacional.

Reforça, amplia e revisa dados estatísticos, elaborando tabelas, quadros, mapas complexos com os roteiros migratórios para fundamentar a capacidade de movimento das raças pelo mundo rumo aos pontos civilizatórios. Esse movimento era marcado por uma centena de outros movimentos em todos os sentidos e direções, trasladando “Novas tradições. Nova cultura. Novo mundo. Nova civilização” (CASTELO BRANCO, 1938, p. 14). Ao reelaborar os mapas<sup>136</sup>, Branco procurava uma forma de enquadrar,

[...] todos os mil pensamentos que sugere estas setas minúsculas, creadores de mundo. Mas é tão grande a falta de elementos e bases positivas, é tão profunda a complexidade do estudo, que sempre nos sentimos intimidados a enfrentá-lo, no sentido de determinar o seu papel como *veículos de cultura* (CASTELO BRANCO, 1938, p. 14-15).

Para explicar o papel do “veículo de cultura” no processo de formação das “verdadeiras ilhas étnicas”, o fundamento interpretativo viável, o autor acolhe integralmente as ideias de Oliveira Vianna (CASTELO BRANCO, 1938, p. 76) para aceitar, rejeitar, ampliar ou esclarecer os conceitos por ele proposto. Para Branco, Oliveira Vianna teve o mérito de reconhecer que são inúmeros os exemplos que “patenteiam a diversidade das reações resultantes das raças, mormente se considerarmos os factores passíveis de perturbar a elaboração normal do caldeamento como seja uma segunda evasão” (CASTELO BRANCO, 1938, p. 76). E analisa ser possível estabelecer diferentes “veículos de cultura” na formação do Norte e do Sul. No Sul, predominou o movimento de “expansão Interior adentro” fundada em um tipo de mentalidade que via os caminhos sempre abertos para constantes incursões para o interior, sempre se afastando do litoral.

Por outro lado, a formação do Norte se deu pela criação do gado nas imediações do Rio São Francisco<sup>137</sup>, “considerado talvez com algum exagero, o rio da unidade nacional” (CASTELO BRANCO, 1938, p. 78), possibilitou alcançar o interior mais distante, era um poderoso “veículo de cultura”, que foi consubstanciado por uma “unidade étnica”. Para Renato Castelo Branco, surpreendentemente, essas configurações vêm alimentando um tipo

---

<sup>136</sup> Mappa I – A Dispersão das Raças Humana – Cyclo da Antiguidade (p. 53); Mappa II– A Dispersão das Raças Humanas – Cyclo do Mundo Moderno (p. 56); Mappa III – As cruzadas (p. 97); Mappa IV – A Europa não passa de uma península asiática (p.123).

<sup>137</sup> Entre os muitos estudos sobre o Rio São Francisco, selecionamos como os mais elucidativos o estudo de MIRANDA, Agenor Augusto de. *O Rio São Francisco* (1933) e CARVALHO, Orlando M. *O Rio da unidade nacional. O São Francisco. Reportagem ilustrada* (1936). Disponível in <http://www.brasiliana.com.br/aceso> 27/11/2018.

de mentalidade das diferenciações que emplacou um gênero de estudo, voltado para o sentido evolutivo do pensamento humano no campo das pesquisas históricas, onde indivíduos e coletividades determinariam a existência, de um “typo do Norte” e um “typo do Sul” (CASTELO BRANCO, 1938, p. 147). Essa perspectiva foi adotada principalmente pelos intelectuais do sul que definiram uma mentalidade sobre o Piauí como “Estado dos mais pobres”, ou “a terra do boi morreu” (BRANCO, 1938, p. 162). Para o estudioso, faz-se necessário compreender que civilização é produto do esforço da sociedade em dar “resposta adaptativa de uma raça a um meio”, que nesse processo ocorre uma diversidade de “fatores de atração e repulsão”, assimiladores e adaptativos dos veículos de cultura “em geral, fenomeno profundamente persistente, no tempo e no espaço” (CASTELO BRANCO, 1938, p.15).

Renato Castelo Branco se esmera em fundamentar seu pensamento nas leituras de autores brasileiros e estrangeiros para explicar como as sociedades estão condenadas à civilização, pois são constituídas de “varias historias, de organismos sociaes que se sucedem”, na universalidade e em particularidades socioculturais, importando, para ele, identificar uma “constância da civilização progressiva”, conforme nos ensinou “Oliveira Martins”, ao dizer que as sociedades são responsáveis pela transmissão das conquistas na formação de “uma civilização ethnica e geograficamente continua” (CASTELO BRANCO, 1938, p.30). Nessa perspectiva, a expressão “ethnia” será tomada de empréstimo de Oliveira Vianna, mesmo sabendo que “não corresponde bem ao que desejamos expressar” (CASTELO BRANCO, 1938, p 73). Reconhece que o pensamento de Oliveira Vianna reforça a mentalidade das diferenças ao fundamentar a existência de “typo mestiço de maior frequência” ou “typos de sua categoria” e, ainda, “typos da nacionalidade geral” e “typo de inteligência e temperamento”. Configurações que, segundo Branco, mostra no geral uma realidade “verdadeiramente desigual” (CASTELO BRANCO, 1938, p. 73). Seguindo Oliveira Vianna, ele identifica que esse tipo de mentalidade possui a tendência perigosa de “dividir o Brasil em Norte e Sul” (CASTELO BRANCO, 1938, p. 146), em duas civilizações “dispare, idiomáticas e nos próprios caracteres raciais” (CASTELO BRANCO, 1938, p.156); também de dividir e subdividir as regiões que tiveram, segundo ele, “o papel de *offina gentius*”, ou seja, de “ceder – e com intensidade mais e mais crescente – os elementos mais eugênicos, isto é, mais ousados, activos, ambiciosos e enérgicos às atividades civilizadoras das regiões meridionaes” (CASTELO BRANCO, 1938, p. 152).

Encerra o estudo tecendo um longo comentário sobre “Phenomenos migratórios no Brasil, em função da unidade nacional” à luz de Silvio Romero e Oliveira Vianna, e de como

os demais pensadores, equivocadamente, afirmam a necessidade de o Brasil ser dividido em “Norte e Sul” e subdividido em regiões de maior ou menor importância. Os “nossos sociólogos, quasi todos, estão acordes em dividir o Brasil em duas civilizações dispares, como mencionamos acima, que se revelam na mentalidade, na cultura, nas tendências idiomáticas e nos próprios caracteres raciais” (CASTELO BRANCO, 1938, p. 154). É ela, a “civilização sulista”, onde São Paulo é sua máxima expressão, representada pela velha figura de “um caudilho vivo, onde o Brasil se crystaliza” (BRANCO, 1938, p. 154) num “trem de ferro, arrastando os 20 vagões vazios”. Por outro lado, há de se reconhecer que o Norte desempenhou esse mesmo papel no período áureo do açúcar; Minas no tempo do ouro; Amazônia com a borracha; o Piauí com o couro; sem esquecer-se do papel dos rios, da paisagem, das bandeiras, dos movimentos regionais que foram decisivos para fundar a brasilidade. Essas são questões que, para ele, “haverá de prevalecer sobre os impulsos que possam gerar um Brasil dividido, mas unido em seu destino na mystica da Pátria!” (CASTELO BRANCO, 1938, p. 162).

Para continuar levando suas ideias mais adiante, Renato Castelo Branco publica, em 1942<sup>138</sup>, na linha do ensaio, a obra *A civilização do couro*<sup>139</sup> que, segundo Freyre (2004), faz jus à homenagem ao estado que por muito tempo foi “zona por excelência do boi”, teria, este, tido uma “formação sociologicamente única na formação brasileira” (FREYRE, 2004, p. 64)<sup>140</sup>. Seguindo o estilo “sintético-estilístico-sociológico-culturalista”, Branco acolhe integralmente as ideias de Euclides da Cunha para analisar a “Civilização do Couro” em três partes. Na primeira parte, faz uma descrição minuciosa do meio geográfico, literário, histórico, sociológico e cultural do papel do Rio Parnahyba na vida e na paisagem brasileira e piauiense. Na segunda parte, apresenta os personagens da civilização do couro: o vaqueiro e a

---

<sup>138</sup> Encontrado o livro em um Sebo de São Paulo, edição única de 1942. Segundo o autor, o título preliminar era “Onde termina o Nordeste” que foi substituído pela “A civilização do couro” e depois publicado como *O Piauí: a Terra, o Homem, o Meio* pela Livraria Quatro Artes de São Paulo, em 1970. A primeira edição foi custeada pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do governo do Piauí em 1942, ao qual o autor direciona sua dedicatória nas pessoas de “Dr. Leônidas de Castro Melo. *Interventor Federal no Piahy* e Dr. Mirocles Campos Veras. *Prefeito da Cidade de Parnahyba*, que possibilitaram a publicação desse livro”. Consta na contracapa que se encontra no prelo *Três Etapas na Marcha para o Oeste*. Integra também a obra fotografias, algumas selecionadas para nosso estudo. Renato também adicionou um “Dicionário de Expressões Regionaes (Termos usados no presente livro)”. A 2ª edição foi publicada pela Coleção Centenário da Academia Piauiense de Letras.

<sup>139</sup> O termo é utilizado por André J. Antonil em “*Cultura e Oportunidade do Brasil por suas drogas e minas*” e retomado por Capistrano de Abreu em *Capítulos de História Colonial e Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*;

<sup>140</sup> As referências de Freyre sobre o estudo de Renato Castelo Branco foram feitas na edição de *Sobrados e Mocambos* de 1949.

mística do boi, e o vareiro e a mística do rio. Na terceira parte, expõe o processo de conquista, colonização e povoamento das terras com a chegada dos bandeirantes paulistas, em particular. Aborda também a estrutura social e os dilemas do Piauí e do Nordeste. Na introdução, Renato Castelo Branco declara seus propósitos de ampliar, esclarecer, superar ou rejeitar conceitos sobre a “nossa terra, seu povo e sua civilização”. Para isso, empenha-se na “missão” de incluir “nosso Estado na literatura sociológica brasileira”, visto que os estudos piauienses,

(...) são pouquíssimos, e os que existem estudam-no sob aspecto isolado, sem apresentar um panorama geral, uma compreensão sociológica uma interpretação da alma das populações (...) inúmeros outros pesquisadores eméritos, de nossa terra, que dedicaram sua inteligência ao estudo de um Estado tão desconhecido que inspirou a alguém suspeitar de sua existência geográfica (CASTELO BRANCO, 1942, p.11).

Renato Castelo Branco reconhece o inegável valor desses trabalhos especializados, no entanto, são estritamente locais, não conseguindo abarcar no plano nacional uma pesquisa que dê conta da “essência da civilização piauiense, as linhas mestras de seu organismo social e econômico, a sua alma, por assim dizer” (CASTELO BRANCO, 1942, p.12). Assim,

Pareceu-nos, deste modo, de utilidade imediata, a elaboração de um estudo que apresentasse o panorama piauiense em traços amplos, um estudo síntese, capaz de, pela feição mais geral, lograr o interesse extralocal, revelando, aos estudiosos do país num instantâneo, a feição característica e original de uma das populações mais ignoradas (CASTELO BRANCO, 1942, p.12).

O título *Civilização do Couro* foi acolhido por Renato Castelo Branco para fundamentar certas relações entre “designação social” e “designação geográfica”. Se em *A Química das raças* (1938) Renato se apoia na tríade de Taine (meio, raça, momento), neste estudo, escolhe caminhar pelas interpretações de Manoel Bonfim, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Paulo Prado, João Ribeiro, Gustavo Barroso, Oliveira Martins e em autores estrangeiros, da Antropologia de Robert Ranulph Marett, da Etnografia de Michael Haberlandt e da psicologia de Gustavo de Le Bom. Todo esse aparato teórico se funda com o estilo euclidiano. Então, o autor vê a paisagem abraçando toda a realidade piauiense, pela absoluta integração entre “terra, homem e rio”, formando um todo de “união entre o Nordeste abrasado e o Norte exuberante”. Essa relação determina, para ele, o encontro entre o geográfico e o social como “terra de transição” (CASTELO BRANCO, 1942, p. 17). A paisagem, para ele, é predestinação de primeira grandeza, pois “fixou, deste modo, o destino da região, o sangue vivificador, na gratidão da criatura que retribui as prodigalidades do criador generoso” (CASTELO BRANCO, 1942, p. 19). No rio se funda um sistema natural de produtos materiais e espirituais, tornando-se “síntese de sua existência geográfica, humana e

sentimental” (CASTELO BRANCO, 1942, p. 19). Nesse sistema, o maravilhoso, o mistério e o fantástico funciona na imaginação de nossa gente, desde os primórdios da ocupação do território, como um espaço singular para navegar e cultivar a terra. Assim, o rio se torna, preferencialmente, o objeto de reflexão dos escritores e viajantes, a partir de meticulosa observação de sua prática cultural e sempre atento, em regra geral, ao pormenor, ao episódico, singular, ao mito.

Ao ser chamado de Parnaíba, “simbolicamente”, é comparado à imagem de um longo “punhal, protetor e companheiro de toda hora, o rio e o ser supremamente poderoso e bom” (CASTELO BRANCO, 1942, p. 20). Foi esse rio que convenceu o Conselheiro Saraiva a instalar em suas margens a nova capital Teresina. À medida que o rio avança, a paisagem se transforma até chegar ao litoral, que é “a saída esperançosa para a civilização” (CASTELO BRANCO, 1942, p. 21). Ama o rio, o caboclo, os vaqueiros e os coronéis que mesmo no regime das águas, lamentam ver o rio invadindo a terra. O rio também funciona nas composições literárias dos trovadores, poetas, cânticos, rimas e no hino para render suas homenagens aos heróis. Afirmção válida para o boi, como uma imagem que se apresenta junta e constante. (CASTELO BRANCO, 1942, p. 44-45). Porém, a “mystica do boi se revela mais forte, mais dominante, na alma do povo” e para ele, traçou o destino do piauiense, de ser “vaqueiro” (CASTELO BRANCO, 1942, p. 45).

Desse modo, o escritor traça a genealogia<sup>141</sup> do piauiense imerso “no dualismo coerente do vaqueiro e do valle: a descoberta, o desbravamento, a colonização” (CASTELO BRANCO, 1942, p. 59). Originário do domínio rural pastoril peculiar à região e ao Nordeste, de força “irresistível das pastagens imensas, sobre o espírito aventureiro e destemido dos velhos creadores do São Francisco” (CASTELO BRANCO, 1942, p. 59), o piauiense ajudou a dominar o território inflando os currais que desenvolveram e apuraram a vocação de criador. Assim, domínio rural pastoril se transformou na pátria do vaqueiro, que “Capistrano de Abreu chamou de civilização do couro” (CASTELO BRANCO, 1942, p. 43), lugar, segundo Renato Castelo Branco, de uma gente que ao cumprir os labores rurais com dedicação, originou uma

---

<sup>141</sup> Antonio Candido em “Estrutura literária e função histórica”, artigo publicado em *Literatura e sociedade*, edição de (2000), trata da “tendência genealógica”, cita a *Nobiliarquia pernambucana* (1771), de Borges da Fonseca, e dá grande atenção a *Nobiliarquia paulista* (escrita no decênio de 1760) de Pedro Taques, textos que “constituem um movimento coeso para definir a tradição local – celebrando a pujança da terra, o heroísmo dos homens, os seus títulos à preeminência, a limpeza de suas estirpes.” (CANDIDO, 2000, p. 173). Para Candido, a *tendência genealógica* está presente desde o século XVIII, produziu efeitos no romantismo e foi retomada com vigor nas últimas décadas do século XIX, tendo grande importância ao se articular com os estudos sobre os bandeirantes que deram novo impulso à ideia de uma nobiliarquia paulista no sertão e no sertão piauiense.

toponímia de consagração totêmica pitoresca e expressiva do boi, transfigurada nas vestimentas, alimentação, modo de vida e habitação.

Nessa perspectiva laboral e mística, os piauienses tornaram-se especialistas do mato, identificando espécies, ruídos, caminhos, facilidades e dificuldades para entrar e sair de forma a desenvolver “prodigiosa memória”. A solidão da paisagem faz desse tipo de gente um contemplativo da chapada “ondulante que se estende pontilhada de gado” (CASTELO BRANCO, 1942, p. 47). Atenta que neste labor que lhe é imposto desde a infância, seu regime alimentar não é reparador nem em quantidade e nem em qualidade. E pergunta como “podem ser [tão] robustos?” A suposta resposta de Renato Castelo Branco se apoia em uma série de ideias de “Mc Collum a Grey, de Newsholme a Hopkins” (CASTELO BRANCO, 1942, p. 49), para compreender as relações entre alimentação, indivíduo e raça. Para ele, a notória deficiência nutricional é superada por uma espécie de “espírito” fundada na moral titânica posta pelas condições ameaçadoras da vida diária, ou na “história dramática de um povo de lutadores” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 49- 50). Essa força é mais bem ilustrada, para Castelo Branco, na vaquejada. Mantendo-se à luz de Euclides da Cunha, o estudioso vê a paisagem das cidades se transformar no dia da festa, com a presença dos vaqueiros de toda região. Antes de começar o festejo, o padre faz o sermão, o Prefeito o discurso. Mas o ponto culminante é o desfile dos vaqueiros pelas ruas da cidade, vestidos em seus gibões, peitilhos, botas enormes, quase até a virilha, chapéu de abas largas, tudo feito de couro (CASTELO BRANCO, 1942, p. 50). Mas, na seca, a vida do vaqueiro se transforma ao abandonar temporariamente o pasto para ir buscar nos carnaubais que atravessam o sertão, a cera para vender ao coronel “que era dono de tudo” (BRANCO, 1942, p.71).

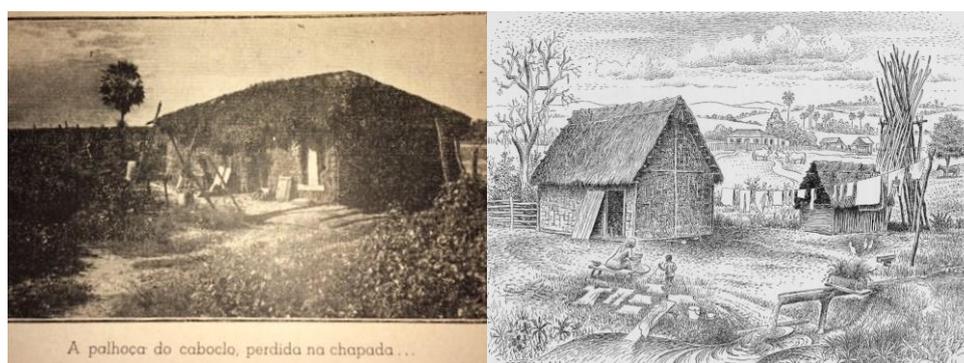


Figura 8 - A casa de palha na imagem de Renato Castelo Branco (1942) e na ilustração de Percy Lau (1959)

Nessa paisagem encontra na “casa de telha e na casa de palha” um regime social peculiar ao sertão, conforme reconhece Gilberto Freyre em *Sobrados e Mocambos*, que “tem no Piauí, a mesma expressão histórico-social da casa-grande de Pernambuco” (FREYRE,

1949, edição atualizada de 2004, p. 64). Nesta paisagem, a casa de telha e a terra eram do coronel que exercia os seus poderes absolutos sobre os moradores da casa de palha. Na Casa de Palha, moravam os agregados aos quais o coronel “permite o usufruto de pequenos tratos de terra para roçado e facilita o material para construção de palhoças” (CASTELO BRANCO, 1942, p. 71). A casa de palha é uma palhoça de chão batido, parede de barro, coberta de palha de carnaúba, quarto e latada na frente. A dormida é na rede ou esteira de palha. Todo seu mobiliário é um tripé de varas sobre o qual se punha um pote de barro com água. Nas cidades, dominam as casas de telha, uma ao lado da outra, o que deixou o agregado surpreso e reflexivo ao visitar a cidade, se perguntar era possível “haver tanta casa de telha num só lugar? Como é que tanto coronel podia morar junto? Viviam brigando por causa do gado, de terra, havia [até] tiroteio. Na cidade, moravam junto, sem brigar”? (CASTELO BRANCO, 1948, p. 122). Então, concluiu que a casa no Piauí “É assim há gerações! ”.

Desse modo, Renato Castelo Branco viu na “Civilização do Couro” uma estrutura sociocultural peculiar ao modo de vida do sertão piauiense de domínio rural, um lugar de gente forte e destemida, originando uma “sociedade livre, movediça e varonil” (CASTELO BRANCO, 1942, p. 62). Uma sociedade que, em compasso com o Brasil, uniu o sertão do mimoso ao agreste, o interior à periferia, o sertão à civilização. (CASTELO BRANCO, 1942, p. 65). Uma civilização estruturada e organizada na paisagem do rio e do boi, que conduzem a linha evolutiva das virtudes, dos defeitos, das particularidades populacionais, econômicas, sociais, políticas e culturais. Foi na capacidade de mobilidade dos currais que se formaram os núcleos, depois povoados, vilas e cidades movidas por uma população industriosa que mesmo isolada pela deficiência aguda dos meios de comunicação, transporte, instrução, imprensa e de uma administração sempre distante dos anseios locais, conseguiu superar seus obstáculos de abandonado, isolado, atrasado, tosco e inculto postos pela grandiosa dinâmica do rio e do boi.

Em 1948, Renato Castelo Branco publica seu primeiro romance intitulado *Teodoro Bicanca*. O romance continua tratando de aspectos essenciais da vida sociocultural piauiense, com foco na linguagem e no folclore que tiveram, segundo autor, a contribuição de “Aurideia e José Olímpio” que colaboraram ao fornecer “valioso material folclórico” (CASTELO BRANCO, 1948). Então, aborda as lutas sociais, a história do coronelismo e dos exportadores do vale do Parnaíba, a vida das gentes do cais do rio Parnaíba e nos extensos carnaubais. A narrativa se desenrola nesse o ambiente épico, com seus carnaubais, as fazendas, os costumes urbanos e rurais, o rio com suas barcas, embarcações e seus vareiros legendários. O título do livro é uma homenagem a Teodoro Bicanca, um retirante da seca do Ceará que migra para o Piauí em busca de trabalho, mas logo vê no rio o sonho de ser “vareiro”, ou seja, trabalhar

numa “barca bem grande subindo e descendo o rio”, parando em todos os cais para misturar-se “com os embarcadiços, nos botequins, com os miseráveis” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 137).

O autor narra a transformação do retirante em “vareiro”, nome designado para aquele que trabalhava conduzindo a embarcação com uma vara comprida, precisava ser forte e valente e, assim, empurrar a vara no rio e impulsionar a embarcação ao sabor das águas. A busca para se tornar vareiro levou Teodoro Bicanca a frequentar regularmente o porto e assim conquistar aos poucos a simpatia de outros vareiros, até que um belo dia finalmente realizou seu sonho e “Comprou uma marinheira, pendurou na cintura” para mostrar que “estava pronto para nova vida” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 141). Teodoro Bicanca se engajou no ofício de vareiro e tinha certeza que ia ser feliz, “Ia ver terras, ia conhecer metade do Parnaíba”, pois “Aquilo é que era vida, vida livre errante, hoje aqui, amanhã acolá” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 141).

Por isso, o auto descreve as “monções no Piauí”, muito próximo das *Monções* (1945) de Sérgio Buarque de Holanda. Reconhece que no Piauí, assim como no Brasil, as monções também eram favorecidas pela cheia do rio que acontecia entre os meses de março e abril, tornando a navegação menos difícil e menos arriscada. Conta a saga dos vareiros para vencer o rio e reconhece que “não era [tarefa] viagem fácil”, mas na embarcação “Gavião”, que era um tipo de gaiola, a dificuldade era vencida por causa da “força de suas máquinas”, passava “pelos rebocadores, deixando-os para trás uma procissão de barcas” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 143), só parando em algum embarcadouro instalado para receber lenha e descarregar mercadoria. Quando o desembarque era grande, o trabalho se prolongava animando os vareiros que aproveitavam para “contar aventuras (...) histórias de assombração, episódios pitorescos” (CASTELO BRANCO, 1942, p. 151). Nesse ambiente, Renato Castelo Branco, assim como Holanda em *Monções* (1945), aproveita para identificar os tipos de embarcações dos rios piauienses, e reconhece que não eram muito diferentes das embarcações brasileiras.

De tamanhos variados, levavam o que podiam para atender as necessidades imediatas da vida e também para o luxo. Conservavam ainda a tradição indígena na sua fabricação e na escolha do material. O tamanho se diferenciava considerando as possibilidades oferecidas pelo comércio fluvial local. Para ilustrar, ele descreve a embarcação “Caramuru” como uma barca da Companhia Fluvial que fazia linha de Parnaíba a Teresina e foi construída para se adequar à navegação pelo rio Parnaíba. A barca foi adaptada e aproveitada na época das enchentes para transportar o gado pelo rio para os pastos protegidos das águas, formando um comboio, uma “multidão, cavalos atrás, vaqueiros nas canoas” (CASTELO BRANCO, 1942,

p. 142). Já as barcas “Canção” e “Corisco” foram adaptadas para levar mercadorias de importação para os portos fluviais do centro do estado. Na volta, traziam carnaúba, babaçu, algodão e peles. Quando o rio estava cheio, a viagem levaria aproximadamente cinco dias. Com as águas baixando, a navegação ficava difícil e as barcas encalhavam e o “vareiro gemia nas pontas das varas” (CASTELO BRANCO, 1948, p. 144), fazendo a viagem se estender por até duas semanas.

O atoleiro atrasava a viagem. Quando ocorria, a tripulação se organizava num esforço titânico para resgatar a embarcação e seguir a viagem. A embarcação era dividida na parte destinada a carga e parte destinada aos passageiros. À frente estava o proeiro governando toda a viagem. O estudioso denomina os rios de “estradas de migração” (CASTELO BRANCO, 1948), e estas sempre foram, no Piauí, sinal permanente para orientar os caminhantes sobre o como ir e por aonde chegar a um determinado lugar. Os rios piauienses estão em todos os mapas, roteiros, crônicas, nas descrições dos viajantes, administradores, missionários e estudiosos da rede hidrográfica brasileira.

Para ilustrar, temos estudo do engenheiro alemão Gustavo L. Dodt “Relatório acerca da exploração do rio Parnaíba: por ordem da presidência da província do Piauí” (1868), único no gênero, foi elaborado para atender ao pedido do governador da província que precisava de planta exata e minuciosa do rio Parnaíba desde suas cabeceiras até sua foz. Ele esperava ter um parecer preciso, pois tinha a intenção de explorar o rio e retirar a província daquele “estado de marasmo em que jaz, e que se revela em toda a parte” (DODT, 1868, p. 35). O estudo ocupou o engenheiro durante meses, passando por vilas e povoados em uma balsa de talos de buriti, “Viagem, que de certo foi muito penosa, visto as dificuldades que encontrei no trajeto por terras em grande parte incultas” (DODT, 1868, p. 35). Na viagem, o engenheiro ficou impressionado com a paisagem e “a falta absoluta de estradas”, pois as que existiam eram feitas pelos cascos dos animais. As vilas antigas com mais de um século de existência eram “só vestígios de decadência”, e lamentou, pois aquelas cidades já viram “tempos melhores” (DODT, 1868, p. 35). Para o engenheiro, a causa estava na “propensão do povo para o milagroso e a falta de conhecimentos”. Ele termina o estudo reconhecendo a grande capacidade do rio de ser explorado pelo comércio fluvial entre os estados do Piauí e o Maranhão<sup>142</sup>.

---

<sup>142</sup> Outro estudo pioneiro e atualizado é de Edison Gayoso Castelo Branco Barbosa, *O Parnaíba: contribuição à sua história de sua navegação*. Resultado da dissertação de mestrado realizado na UFPE, foi publicado em forma de livro pelo Projeto Petrônio Portela (1986).

Como resultado do relatório de Dodt, as reivindicações sobre a utilização do rio para potencializar o comércio da província continuaram e se concretizaram, segundo Nascimento, “Trabalhadores e trabalhadoras no fio da história das práticas e projetos educativos na Teresina” (2005), com a instalação da nova capital que facilitou a criação da companhia de navegação e de uma “frota de comércio” para incrementar as exportações. A companhia foi criada em 1858, por iniciativa do Estado e dos comerciantes locais. Foi denominada de Companhia de Navegação do Piauí, criada para favorecer barcas, vapores e lanchas pertencentes ao governo e a particulares que pudessem subir e descer o rio Parnaíba transportando principalmente cera de carnaúba até o porto de Tutóia no Maranhão, e dali diretamente para Europa e Estados Unidos.

Em 1914, cruzavam o rio cerca de dezoito embarcações: da Companhia de Navegação a Vapor do Rio Parnaíba; da Empresa Fluvial Piauiense e da Linha do Rio Balsas. Essa intensa atividade portuária fez, em pouco tempo, com que todas as cidades de pequeno porte, ao longo do rio Parnaíba, entrassem no circuito do sistema de navegação fluvial do Brasil. Tão efervescentes eram as viagens de interesse do comércio fluvial que pelo menos dezesseis empresas exploravam a navegação no interior do Piauí. Foi esse sistema de navegação que fez aqueles povoados, que eram manchas isoladas pelo interior, serem vistos com a mesma importância do litoral, instituindo uma nova arquitetura no sertão piauiense no intenso movimento de contatos pelas “estradas de migração” (CASTELO BRANCO, 1948).

As cidades se transformaram em portos que enviavam, recebiam e trocavam cereais, couros e peles, amêndoas, sabão, legumes, fumo, panelas de ferro e artigos de uso diário das populações ribeirinhas que tinham sua vida animada pela navegação no desembarque e embarque de viajantes que se tornaram protagonistas da circulação de propriedade, técnica, ideias e notícias para os povoados mais distantes, despertando curiosidade e imprimindo novos comportamentos de uma vida “civilizada”, combinada na mística da aventura e do trabalho. Para o crítico Lemos Brito, *A Química das raças, ensaio histórico-cultural*, o estudo foi “uma contribuição de primeiro plano aos estudos que têm tido entre nós os seus melhores elaboradores em Euclides da Cunha e Oliveira Viana”; foi na obra sobre a *Civilização do Couro*, que Renato Castelo Branco apostou num arsenal interpretativo sociológico do Piauí à altura do Brasil nos dizeres de Monteiro Lobato.

Já em *Teodoro Bicanca* (1948)<sup>143</sup>, para o crítico Afonso Schmidt, o livro é movimentado, intenso e “bem escrito, apresentando qualidades que o colocam na primeira linha da nossa literatura do gênero, que marcaria época em nossa literatura”, pois integra a “escola nordestina” com uma ressalva, o rio figura como tema principal, de maneira até então não explorada pelos regionalistas do porte de José Lins do Rego, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, Jorge Amado, entre outros. Segundo Márcia Edlene Mauriz Lima (2009), “O inacabamento do acabado: a reescrita de Teodoro Bicanca, de Renato Castelo Branco”, é o primeiro romance, após uma sequência de obras ensaísticas, e o quinto livro de Renato Castelo Branco. Trata-se de “uma obra regionalista do Modernismo piauiense” (LIMA, 2009, p. 109), que foi sendo aberta por uma série de narrativas, cujo objetivo do autor era continuar divulgando a terra e a gente piauiense. O mérito de Renato Castelo Branco foi de colocar o Piauí no quadro sociológico brasileiro, em particular, no quadro etnológico das populações do rio Parnaíba, em especial no papel de condutor da vida sociocultural piauiense. Assim, ao reunir as publicações de Renato Castelo Branco, foi possível demonstrar sua ampla conexão com o pensamento brasileiro e, em particular, com a escola nordestina ou regionalista do ciclo do gado ou da civilização do couro, pois ele buscava divulgar a região com suas particularidades e universalidades na vida brasileira. A obra de Renato Castelo Branco foi escrita entre o seletto mundo das letras do Rio de Janeiro e São Paulo, e mesmo atuando em várias frentes, foi reconhecido de modo mais englobante pelos agrupamentos intelectuais brasileiros e piauienses.

Para Borges (2013), “O FAZER-SE DO ESCRITOR: Renato Castelo Branco e sua inserção no campo literário brasileiro (1928-1938)”, apesar de escrever um significativo volume de publicações, seus textos ainda carecem de análise no Brasil e principalmente no Piauí. De fato, identificamos breves referências sobre o autor nos dicionários, enciclopédias, biografias e na historiografia da literatura piauiense. Nas referências é possível perceber o

---

<sup>143</sup> Encontrei o livro em um sebo de São Paulo, edição de 1948. Nas orelhas do livro, o editor faz uma apresentação elogiosa da obra se estendendo para a biografia do autor. Segundo Lima (2009), Castelo Branco sempre se envolveu com a edição de suas obras na sua totalidade: desde a criação, passando pela impressão, até o lançamento. Com o texto acabado, enviou o manuscrito para o concurso do Instituto Nacional do Livro, ganhando o Prêmio de Livro do Mês e assina contrato com o Instituto Progresso Editorial, em convênio com o Instituto Nacional do Livro. Em novembro de 1948, a obra foi publicada em única edição pelo Instituto Progresso Editorial na Coleção Igarassu, circulou por todo o Brasil, por consequência do prêmio que ganhara. Também foi publicado em *O Sertão, o Boi e a Sêca. História e Paisagens do Brasil - Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte*. O autor cultivou os mais diversos gêneros: poesia, ficção, estudos arqueológicos, sociologia e história. Mas ele foi, sobretudo, um escritor do chamado romance histórico e escreveu, entre outras obras, uma trilogia de reconhecido mérito literário: *A Conquista dos Sertões de Dentro, Rio de Liberdade e Senhores e Escravos*. A 2ª edição de *Teodoro Bicanca* saiu pela Coleção Centenário da Academia Piauiense de Letras.

brilho do autor ao publicar romances, poesias, ensaios<sup>144</sup>, históricos e sociológicos com foco no sertão piauiense e no bandeirismo<sup>145</sup>, em editoras de grande atuação no mercado do livro.

Os referenciadores bibliográficos ainda destacam uma cronologia de sua atuação desse período da seguinte forma: em 1937, participa da criação e se torna diretor da Associação Paulista de Propaganda. Em 1943, trabalha como tradutor da Livraria e Editora Globo, ficando até final de 1944. E segue publicando depois dos anos de 1940, apostando em tema mais focado na sua atividade de publicitário. Dá continuidade à tradição do regionalismo no romance que, nos limites do processo ficcional, amplia e expande o seu interesse pela “vocação patriótico-sentimental”, igualmente no ensaio. Apesar do ainda anonimato de sua produção, Renato Castelo Branco conseguiu emplacar seu nome em um campo extremamente seletivo de escritores que conseguiam publicar e ser comentados por críticos literários de grande expressão nacional. Essa projeção no mundo das letras brasileiras era algo almejado por muitos escritores principalmente piauienses. Porém, o fato de não ser tão visto, lido e ouvido com relação a outros de sua geração, não faz dele um escritor menos importante, nem faz de sua obra algo não merecedora de atenção. Haja vista, que   toda fundada na paisagem piauiense, na vida cotidiana da cidade de Parnaíba, do rio e da vida rural. Essa paisagem sustentou suas ideias nas fronteiras do romance e do ensaio.

## 2.1. Silhuetas e perfis do pensamento regionalista.

Reconhecidamente, os estudiosos das províncias, da escola nordestina ou regionalista também interrogaram a sociedade nacional, buscando construir e reconstruir problemas históricos e teóricos sobre cultura e sociedade no Brasil. Diante das particularidades da história e do pensamento, realizaram uma produção e circulação de textos com proposições e temáticas também de grande envergadura que resultaram em tendências, escolas de

---

<sup>144</sup> Publicou, ainda, *Os sertões*, [poema baseado na obra de Euclides da Cunha], São Paulo: Livraria Martins (1943); *Um programa de política exterior para o Brasil*, São Paulo: Editora Brasiliense (1945); *Candango, Gagarin, Blaiberg e outros poemas*. São Paulo: Quatro Artes Editora (1968); *A janela do céu*, [poemas]. São Paulo: Quatro Artes Editora (1969); *O Pia : a terra, o homem, o meio, estudo histórico-social do Pia * [ensaio]. São Paulo: Quatro Artes Editora (1970); *Pr -história brasileira - Fatos & lendas, ensaio mitológico*. São Paulo: Quatro Artes Editora (1971); *Os Castelos Branco d'aquém e d'além-mar*, [estudo histórico-genealógico] São Paulo: LR Editores (1980); *Tomei um Ita no Norte* [memórias], São Paulo: LR Editores (1981); *Trilogia do Meio Norte. Rio da liberdade (a guerra do Fidi )* [romance histórico], São Paulo: LR Editores (1982); *A conquista dos sertões de dentro* [romance histórico], São Paulo: LR editores, (1983); *Senhores e escravos* [romance histórico], São Paulo: LR Editores, (1984); *Amor e angústia* [poemas], São Paulo: LR Editores, (1986); *O Anticristo*, [poemas], São Paulo: Edicon Editora, (1987); *Rio mágico* [romance], São Paulo: Edicon Editora, (1987); *O Comunicador* [ensaio], São Paulo: Ediouro, (2004).

<sup>145</sup> *Três Etapas na Marcha para o Oeste*. São Paulo, Edições Departamento de Imprensa e Propaganda (no prelo, s/d); *O planalto, o romance de São Paulo*, São Paulo, LR Editores, (1985); *Domingos Jorge Velho e a presenç  paulista no Nordeste*, São Paulo, T .A. Queiroz, Editor, (1990).

pensamento e na formação e desenvolvimento de agrupamentos intelectuais empenhados em compreender como se organizavam e se transformavam a sociedade e a cultura, em especial no sertão nordestino. Essa atitude renovou conceitos, teorias e metodologia entre os autores que tratavam do Piauí. Por conseguinte, ideias e temas sobre o sertão foram assimilados e transfigurados no pensamento brasileiro e regionalista, apresentando-se paralelos e entrelaçados. O sertão e sua relação com o bandeirismo também ganhou notoriedade ao valorizar o interior, pois recolocava em cena as populações sertanejas, numa visão abrangente, com especial atenção aos modos de vida, paisagem, raça, meio, cultura e sociedades. Os textos dialogam entre si, ora acompanhado, ora se contrapondo aos intérpretes que se colocavam nessa linha de pensamento (leia-se do Sul). Tornaram-se abertamente estudiosos das particularidades locais.

Os argumentos que sobressaem dizem respeito às raízes coloniais, particularmente do ciclo do gado ou da civilização do couro. Trabalharam amplamente inseridos em um universo histórico e sociológico de larga duração. São abertamente defensores da abordagem culturalista. Dialogaram com a historiografia nacional para elaborar uma história das províncias, revelando um compromisso de reinauguração das novas interpretações do Brasil. Estão também alinhados com a “vocação patriótico-sentimental”. Nas entrelinhas, ou abertamente, sugerem ideias, objetivos, avisos, sobre a função e o papel social dos intelectuais, fossem historiadores, ensaistas, romancistas, cientistas, pesquisadores do local, da região e do nacional. Essa produção também ajudou a fundar as bases das ciências sociais brasileiras na perspectiva regional, na região ou nas regionalidades.

Gilberto Freyre, em *Interpretações do Brasil* (1947) e *Novo Mundo dos Trópicos* (1971), problematiza a ideia de formação e desenvolvimento de uma “sociologia regional”. Identifica nessa sociologia a atuação do agrupamento intelectual do Nordeste denominado de “Tropicologistas brasileiros”, ou seja, quem pesquisa, escreve, publica a respeito das origens, da formação e das possibilidades atuais e futuras do Brasil como sociedade e como cultura, tropical ou ecológica. Esse agrupamento se organizou para mostrar que a sociologia brasileira não estava dividida em duas, uma do Nordeste e outra do Sul. Pois, o desenvolvimento intelectual e artístico do Brasil do “Norte” ou do “Sul” possui os mesmos desejos, “volúpia, de procurar nessa sua condição e nessa realidade” a valorização da sociedade e da cultura brasileira. Desse modo, esse agrupamento não pode ficar “  margem, ou [de] fora desses estudos”, pois é nessa possibilidade que se encontra além do “positivo, o válido; e além do válido, o valioso” (FREYRE, 1971, p. 82).

Reconhece que historiadores e sociólogos ao mostrarem empenho em pesquisar, escrever, publicar sobre a vida sociocultural da região foram muito criticados por tratarem o tema “com excessiva ênfase o aspecto regional da cultura brasileira” (FREYRE, 1971, p. 82). Contudo, o ponto de vista regional é um modo preliminar para “a história ou a sociologia se enriquecerem mutuamente” (FREYRE, 1971, p. 82).

Nessa linha de análise, Albuquerque Júnior (1999, p. 28-30) pergunta: os “historiadores regionais são incapazes de fazer história nacional (História do Brasil)? Por que os historiadores do Sul podem fazer história nacional e os das outras áreas apenas história regional (História do Nordeste)? Segundo o estudioso, quando os historiadores que trabalham com esta perspectiva aceitam participar da divisão entre história nacional (História do Brasil) e história regional (História do Nordeste), estabelecem lugares hierarquicamente diferenciados no campo historiográfico, reproduzindo relações desiguais de conhecimento entre diferentes áreas do país. Contudo, a “História Regional” veio contribuir, sim, para recolocar a ideia de região em outro patamar, dando-lhe legitimidade, visibilidade e concretude na História Nacional. A “História Regional” participa da construção “imagético-discursiva do espaço regional”, como continuidade histórica. Faz uso da região “geográfica” para fundar uma “região epistemológica no campo historiográfico, ou uma história da origem desta identidade regional” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p.28). Por isso, suas bases passam pela crítica à História Nacional. Ao definir uma região, a “História Regional” pode ser vista como modo de existir, uma visão, um produto de estudo, pesquisa, tradição que ajuda a se atualizar permanentemente.

No Piauí, a “História das Províncias ou Regional ou do Nordeste” é parte integrante da “História Nacional ou do Brasil”. Essa história se fundamenta na vertente da escola nordestina, regionalista do ciclo do gado ou da civilização do couro. Esse reconhecimento guarda atenção especial na formação das manifestações literárias piauienses com merecida repercussão no pensamento brasileiro. Essa perspectiva foi inaugurada por Antonil-Andreoni, autor de *Cultura e Opulência do Brasil*<sup>146</sup> e foi adotada por Capistrano de Abreu, Alencastre, Pereira da Costa, Djacir Menezes, Renato Castelo Branco, Odilon Nunes, entre tantos outros. Continuaram essa tradição, Solimar Lima em “Tropeadas do sertão: Transporte e comercialização de gado das fazendas pastoris escravistas do Piauí” (2009). Livro no qual o autor estuda a civilização do couro a partir do movimento das tropas e tropeiros pelos sertões,

---

<sup>146</sup> Conforme Capistrano de Abreu, a obra foi publicada na metrópole com o título *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* (1711), de André João Antonil ou João Antônio Andreoni. A obra está dividida em cinco partes: Engenhos e Açúcar, Fumo, Minas e Gado. É de Antonil a celebre frase o “Brasil é inferno dos negros, purgatório dos brancos, paraíso dos mulatos”.

e como eles movimentaram e consolidaram o comércio do boi e de outros utensílios e, dessa forma, melhoraram a vida acanhada daqueles perdidos sertões.

Em *Fazenda. Pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista* (2016), Solimar Lima estuda a fazenda a partir das narrativas de viajantes, memorialistas e demais autoridades dos séculos XVII, XVIII e XIX. Em seguida, caracteriza “o contexto ecológico das fazendas piauienses apresentado como condição fundamental para o criatório em razão da presença de pastos naturais e a reduzida necessidade do uso do trabalho” (LIMA, 2016, p.76). A paisagem da região chamou a atenção do estudioso, pois independente do ano ou das estações, a natureza oferecia “todas as condições necessárias à principal base de acumulação - a reprodução do gado -, precisando apenas da vigilância do homem para intervenção eventual” (LIMA, 2016, p.76). Assim, o boi se constituía em um sistema regular de beleza e penúria, estabelecendo diferenças e particularidades significativas dentro e fora da mesma região.

Luís Mott (2010), em *Piauí Colonial, população, economia e sociedade*, tece argumentos sobre essa época e seu papel na formação da sociedade piauiense, em dois artigos: no primeiro artigo “Fazendas de gado do Piauí” (1697-1792), ele se dedica em reconstruir o itinerário de formação dessa história, apontando como eram as fazendas “ganadeiras”, sua localização, funcionamento e composição dos rebanhos. No segundo, “Estrutura demográfica das fazendas de gado do Piauí Colonial: em caso de povoamento rural centrífugo”, Mott acompanha a evolução da mão de obra residente nas unidades pastoris, privilegiando a análise da composição étnica e social dos residentes, incluindo a população indígena que, no seu entender, foi utilizada como mão de obra nas lides pastoris. O estudo se contrapõe à ideia de que no “sertão pastoril predominou o trabalho livre do indígena, arquitetando sem respaldo empírico uma pseudo - incompatibilidade entre pecuária extensiva e escravidão negra” (MOTT, 2010, p. 12). Mott trata a região piauiense como uma unidade de conquista e povoamento, que teve na fazenda de gado a síntese de toda a vida piauiense no tocante as condições socioeconômicas, mas também cultural, de modo que “qualquer estudo sobre a história do Piauí deve iniciar-se obrigatoriamente a partir dos currais de criatório” (MOTT, 2010, p. 11).

Por conseguinte, o ciclo do gado ou da civilização do couro instituiu o “Triângulo rural do Nordeste: fazenda, casa e capela”, similar ao modelo estudado por Gilberto Freyre no “Triângulo Rural do Nordeste: casa, engenho e capela”, regida pela civilização da cana de açúcar (FREYRE, 1961). Então, esse lugar se tornou o centro da civilização brasileira, no período denominado por Capistrano de Abreu como a “época do couro”, que foi assimilada e transfigurada nos sertões do Piauí em especial, por uma ordem cósmica, pelos constantes e

intensos movimentos de levar o boi para o interior mais distante. Então, naquele sertão “abandonado à própria sorte”, o comércio itinerante do boi movimentou a paisagem, tornando a fazenda, a casa e a capela os protagonistas das “civilizações interioranas” (NUNES, 1982, p. 10). Isso só foi possível porque, mesmo nos períodos de seca, quando havia uma redução significativa das atividades agrícolas, o sertão permanecia “vivo”, “agitado” com a passagem dos tropeiros guiando a boiada na procura de novas pastagens possibilitando àquele sertão “abandonado, isolado, atrasado” viver sua “agitação de superfície” (HOLANDA, 1994, p. 136).



Figura 9 – “As panelinhas das academias de letras”. À esquerda a “panelinha da academia brasileira de letras” (1901); Em pé, temos: Rodolfo Amoedo, Artur Azevedo, Inglês de Sousa, Olavo Bilac, José Veríssimo, Sousa Bandeira, Filinto de Almeida, Guimarães Passos, Valentim Magalhães, Rodolfo Bernadelli, Rodrigo Octavio, Heitor Peixoto; sentados: João Ribeiro, Machado de Assis, Lúcio de Mendonça e Silva Ramos. À direita a “panelinha da academia piauiense de letras” (1917) Em pé, da esquerda para a direita: Jônatas Batista, Celso Pinheiro, Lucídio Freitas, Antônio Chaves, Benedito Aurélio de Freitas (Baurélio Mangabeira) e Edison Cunha; sentados, na mesma ordem: Fenelon Castelo Branco, Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e João Pinheiro. FONTE: Imagem de domínio público/academia.org.br/academiapiaiensedeletras/acesso 15/07/2018.

### 3- OS INTELLECTUAIS: ENTRE A PROVÍNCIA E A RUA DO OUVIDOR.

Antonio Candido, em *Formação da Literatura. Momentos decisivos (edição atualizada de 2014)* e *Literatura e Sociedade (edição atualizada de 2000)*, viu no período estudado os elementos estruturais dos momentos propícios de formação e desenvolvimento dos agrupamentos de sociabilidade intelectual.<sup>147</sup> Momento que, simultaneamente, os intelectuais foram atraídos para expor e produzir conhecimentos abordando ideias interessantes, incomuns e surpreendentes, numa diversidade de tendências, correntes e escolas de pensamento densamente sugestivas, ante as particularidades de meio, raça e história. Nesta perspectiva, Candido reconhece que o agrupamento do Nordeste que sempre se destacou por sua geografia, sua história, sua cultura com “impressionante autonomia e nitidez” (CANDIDO, 2014, p. 614), diferenciou-se dos demais pela diversidade de manifestações literárias<sup>148</sup> que por longo tempo predominou e “depois declinou com a supremacia dos escritores Sul” (CANDIDO, 2014, p. 614).

<sup>147</sup> Candido (2000, [VIII. A LITERATURA NA EVOLUÇÃO DE UMA COMUNIDADE] p. 127 - 150) compreende como um processo evolutivo formado de cinco momentos “socialmente condicionados, desde os primórdios toscos até a atividade intensa dos nossos dias. Trata-se, para isto, de analisar rapidamente os tipos de associação entre escritores, os valores específicos que os norteiam e a sua posição em face dos valores gerais e da organização da sociedade” (CANDIDO, 2000, p. 129). Os cinco momentos são os seguintes: 1— Um grupo virtual; 2 — Um grupo real; 3 — O grupo se justapõe à comunidade; 4 — A comunidade absorve o grupo; 5 — O grupo se desprende da comunidade.

<sup>148</sup> Candido (2000, [VIII. A LITERATURA NA EVOLUÇÃO DE UMA COMUNIDADE] p. 127 - 150) diferencia manifestação literária de literatura. Para ele, manifestação literária é uma atividade privada, de um ou outro homem culto, não dando lugar a relações intelectuais mais permanentes. Literatura é uma associação autor-obra-público - de formas de pensamento; tipos de comunicação, estilos pertencentes a um grupo na dimensão do tempo.

Mesmo com certo declínio, o agrupamento continuou mobilizado, pois no Nordeste estava a “famosa Escola do Recife”, que, conforme Lilia M. Schwarcz em *O Espetáculo das Raças* (1993), iria se tornar uma das mais importantes instituições de produção e difusão de um pensamento social sobre a formação brasileira. As ideias da escola eram baseadas em concepções teóricas que mesclavam evolucionismo e darwinismo social; e tinham na questão da raça, meio e cultura, o foco de suas preocupações. Para Schwarcz (1993), Tobias Barreto e Sílvio Romero compunham, na época, a vanguarda científica da escola que viria a ser reconhecida como “Geração de 1870” (SCHWARCZ, 1993, p. 197). Dela também faziam parte Aníbal Falcão, Franklin Távora, Araripe Jr., Clóvis Beviláqua, Higino Cunha, Graça Aranha, Artur Orlando, Martins Jr., entre tantos outros. Abolicionistas e republicanos, literatos e pensadores das províncias, da escola nordestina e regionalista, todos vindos de uma classe média urbana ascendente, distanciada do mundo agrário escravista e marginalizada pela administração imperial. Capazes de se distanciarem criticamente da ordem escravista monárquica, eles puderam defender a laicização da sociedade brasileira e combater o ideário romântico que, ao final do século XIX, fornecia as referências para uma reflexão mais contundente sobre a sociedade brasileira. Nesse ambiente de grande disputa de ideias, ocorreram desconfortos entre o agrupamento do Nordeste e do Sul, ou do interior e do sertão, consagrados ou provincianos, porque fizeram circular, entre eles, um sentimento de intrusos, uns “desterrados na sua própria terra”.

Encontramos essa reflexão em Franklin Távora<sup>149</sup> (1842-1888), no prefácio da sua obra mais conhecida, *O Cabeleira* (1876), que ele denominou de “tímido ensaio do romance histórico”. Nessa produção literária, que tem como cenário a sociedade pernambucana, “refulgente estrela da constelação brasileira”, Távora pretendia mostrar a pluralidade brasileira, identificando que mais ao Norte estavam o “Pará e Amazonas, que não me são de todo desconhecidos; Ceará, torrão do meu nascimento”. Para ele, essa pluralidade precisava ser mostrada para aqueles que não queriam reconhecer, e ainda faziam falso juízo sobre o Norte, aparentemente, por querer fazer o Sul se sobrepor e por isso a desprezavam. Para Távora, “nossas províncias setentrionais” (TÁVORA, 1876, p.03) guardavam as mais ricas

---

<sup>149</sup> Em conformidade com Massuad Moisés (2014), João Franklin da Silveira Távora (1842-1888) foi advogado, jornalista, político, romancista, contista, folclorista, teatrólogo cearense. Membro da ABL e do IHGB. Formado em direito pela Escola do Recife. Entre os seus romances regionais, o mais célebre é *O Cabeleira*, que pode ser considerado o primeiro da série “Os Romances do Norte”, em que o autor inaugura um das ideias e temas mais férteis da ficção regional e até então pouco conhecidos em outras regiões do país, como o banditismo, o cangaço, a seca, as migrações, casa, matuto, etc. Temas que mais tarde serão explorados por Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Jorge Amado e outros.

tradições da vida brasileira em semelhanças e diferenças. Se ao Norte, o nosso romance ainda não tinha sido invadido como no Sul, pelas ideias estrangeiras e antinacionalistas, no Sul, predominava reconhecidamente um tipo de romance de escritores da grandeza de,

Macedo, o observador gracioso dos costumes da cidade; Bernardo Guimarães, o desenhista fiel dos usos rústicos; Machado de Assis, cultor estudioso do gênero [...]; Taunay que se particulariza pela fluência, e pelo faceto da narrativa; [...] talentos, além de outros que me não lembram de momento, não têm, ao menos por agora, competidores no Norte, onde aliás não há falta de talentos de igual esfera (TÁVORA, 1876, p. 04)

Por conseguinte, no Norte [leia-se também Nordeste], estavam também muitos filhos brasileiros com igual condição de figurar com “grande brilho nas letras pátrias”, e assim integrar o “edifício literário brasileiro”. Eram brasileiros que possuíam uma história rica de “feitos heróicos, por seus usos, tradições e poesia popular” (TÁVORA, 1876, p.04). Mostravam estima pela terra ao divulgar “seus tipos legendários, fazer conhecidos seus costumes, suas lendas, sua poesia” (TÁVORA, 1876, p.04). E isso não podia ser ignorado pelos demais estudiosos da vida brasileira. Segundo Brito Broca, *A Vida Literária no Brasil – 1900*, a reflexão de Távora não teve ressonância merecida naquele momento, porém, “ressurge de novo em 1891, nos jornais do Rio” (BRITO BROCA, 1956, p. 61), para continuar chamando atenção dos escritores sobre o fato do Brasil ser maior que o “bafejo da metrópole” (BRITO BROCA, 1956, p. 61).

Também para dizer que a chegada, em grande volume de escritores das províncias na capital federal, não podia causar desconforto entre brasileiros do Norte e do Sul. Pois Norte e Sul eram irmãos, apesar de cada um ter um tipo de “literatura suas” que mostravam formas de pensar distintas e que uma não se confundia com a forma de pensar da outra. Para ele, cada uma tinha aspirações e interesses particularistas e universalistas. No manifesto, Távora aponta a existência de uma “literatura setentrional” [do Norte], cujos moldes não podem ser, segundo lhe parece, os mesmos da “literatura austral que possuímos” [do Sul] (TÁVORA, 1876, p.04).

Então, o escritor maranhense Coelho Neto, um dos mais influentes escritores do período, foi inicialmente para o Rio de Janeiro em 1885 para cursar medicina, mas abandonou preferindo ir para São Paulo cursar a Faculdade de Direito que também abandonou; e foi em Recife, onde conviveu com Tobias Barreto, que sua vida intelectual se renovou. Decidiu voltar para Rio de Janeiro e ali se fixar, fazendo-se muito conhecido para além da Rua do Ouvidor. Ao publicar *A Capital Federal: impressões de um sertanejo* (1983), Coelho Neto narra a vida do sertanejo Anselmo no Rio e como se sentiu “desterrado” naquela metrópole.

Esse sentimento pode ser ilustrado na sua visita a famosa Rua do Ouvidor<sup>150</sup>, quando ficou indeciso, sentindo-se receoso, tímido, sem ânimo de atravessar aquela rua, pois lhe parecia que toda aquela gente sabia que aquele “espírito acanhado” (COELHO NETO, 1915, p. 189-190) era de um provinciano. No romance, Coelho Neto aproveita para identificar que o “sertanejo”, não é apenas um habitante do Norte, mas todo e qualquer habitante da província, do interior, do sertão que, mesmo pertencendo a uma elite obscura e de pouca visibilidade nacional, encontrava muitos obstáculos. Coelho Neto venceu os obstáculos de intruso, um “desterrado”, ao publicar muitas obras, tornando-se, tempos depois, um influente escritor identificado com ideias e temas do sertão, das províncias, da escola nordestina ou regionalista. O romance *Sertão*, que foi publicado pela Livraria Garnier em 1896, tornou-se, reconhecidamente, uma referência surpreendente para escritores do porte de Machado de Assis e Euclides da Cunha de quem se tornou amigo.

No mesmo período, o piauiense José Félix Alves Pacheco (1879-1935) foi para o Rio de Janeiro para estudar na Faculdade de Direito da Capital Federal e logo se tornou assíduo frequentador dos círculos literários e boêmios da capital da República. Ao escrever, principalmente, poesias<sup>151</sup>, conquistou o lugar honroso de integrante da segunda geração dos simbolistas brasileiros. Félix Pacheco se distinguia nas rodas literárias e boêmias do Rio de Janeiro do seu tempo, pela oratória, inteligência e pelos comentários críticos contra a forma que Academia Brasileira de Letras, leia-se a “panelinha” de Machado de Assis, impedia a entrada de escritores tidos como indesejados. Segundo Brito Broca (1956), essa “panelinha”, como assim ficou conhecida, não admitia que escritores qualificados como boêmios entrassem para a mais honrosa instituição das letras brasileiras. Essa condição de boêmio nunca incomodou o escritor piauiense, já que ele manteve elevado seu trabalho literário e suas leituras, em especial, dos poetas franceses, tornando-se o primeiro tradutor de Baudelaire no Brasil. Esse reconhecimento levou Felix Pacheco, em 1899, para a redação do jornal "O Debate". Dois anos depois, com a extinção daquele periódico, encontrou lugar definitivo na redação do Jornal do Comércio, dirigido por José Carlos Rodrigues e onde depois se tornou

---

<sup>150</sup> Joaquim Manuel de Macedo (1820- 1882), autor do romance *A moreninha* (1844), também publicou dois livros de crônica histórica, *Um Passeio pelo Rio de Janeiro* (1862-63) e *Memórias da Rua do Ouvidor* (1878), (Disponível [Livraria.senado.leg.br/acesso](http://Livraria.senado.leg.br/acesso) 16/06/2019).

<sup>151</sup> Jornalista, político, poeta e tradutor. Estreou nos círculos literários cariocas com estudo sobre “Evaristo da Veiga”, publicado no *Jornal do Comércio*. Admirador da obra de Cruz e Souza, integrou a segunda geração dos simbolistas brasileiros ligados à revista *Rosa-Cruz*. Ainda em 1897, lançou *Chicotadas*, com o subtítulo “poesias revolucionárias”, versos panfletários, em homenagem aos povos da América Latina. Mais tarde, excluiu esse livro de sua bibliografia e considerou *Via Crucis*, de 1900, sua estreia poética. Simbolista na juventude, na maturidade recebeu influência da estética do parnasianismo. Escreveu também, ensaios, discursos, prosa, crônicas.

redator-chefe. Não esqueceu a literatura e prosseguiu publicando poesia, prosa, crônicas, ensaios, discursos e conferências.

Em 1913, finalmente, tomou posse na cadeira de número 16 da Academia Brasileira de Letras, na sucessão de Araripe Júnior. Na ocasião, foi recebido por Sousa Bandeira, que no discurso, aproveitou para cutucar o novo imortal e, em tom jocoso, lembrou o nobre colega do tempo que o boêmio tecia duras críticas contra a academia que agora o recebia. Nos últimos anos de sua vida, Félix Pacheco se voltou para o estudo da história, especialmente, a do Jornal do Comércio, e aos estudos literários. Faleceu em 1935. Não participou de forma direta da vida intelectual piauiense, mas manteve ativa sua “vocação patriótico-sentimental” ao abordar a vida piauiense e, assim, manter um seleto grupo de admiradores, por representar o estado no grande mundo das letras brasileiras. Félix Pacheco foi o primeiro piauiense a integrar os quadros da ABL, em meio a tantas panelinhas. A atuação do piauiense aparece no comentário de Afonso de Taunay na obra *Relatos Sertanistas* (1953). Diz o autor que ao revirar documentos em busca de informações sobre as bandeiras, encontrou papéis enviados pelo “amigo Félix Pacheco” e lembrou-se de sua “cordialidade extraordinário”, sempre disposto em contribuir para a História do Brasil e das Bandeiras, em particular, pois era “eminente conhecedor da bibliografia brasileira” (TAUNAY, 1953, p. 09). Os laços de amizade e partilha intelectual uniram os dois escritores e esse parece ter sido o motivo da doação feita pelos familiares de Félix Pacheco, logo após seu falecimento, de sua biblioteca particular aos cuidados de Taunay, para o acervo da Biblioteca Municipal de São Paulo.

Esses exemplos, para Brito Broca (1956), mostram que no começo do século XX, os estados já apontavam para uma diversidade de centros literários, colocando em pauta a existência de uma diversidade de literaturas. Esse debate foi alvo de desconforto entre os escritores, pois no entendimento de alguns, essas agremiações estaduais não teriam nenhuma importância para a “salvação literária possível no Brasil” (BRITO BROCA, 1956, p. 62). Ele cita Sílvio Romero, um dos expoentes da “famosa escola do Recife” e reconhecidamente “apóstolo combativo e convicto do regionalismo nordestino” (CANDIDO, 2014, p. 615), na sua perseverança em lutar contra o que ele chamou de “ditadura da metrópole” (BRITO BROCA, 1956, p. 65). Destacou-se por defender, em conformidade com Candido, uma das tendências mais fecundas na literatura, a que via como positiva as diferenças entre províncias do Norte e do Sul. Sílvio Romero entendia que a capital federal deveria acolher as manifestações literárias das províncias, reconhecendo suas especificidades e diferenças. O estudioso cita, por exemplo, que o “Pará, Pernambuco ou o Ceará” e “São Paulo, Rio Grande ou Paraná” eram diferentes entre si e em relação as demais províncias. Contudo, para ele, a

vida dessas regiões, embora próximas, eram, geograficamente, distantes uma da outra, fazendo dessas especificidades e diferenças uma diversidade de manifestações literárias. Daí ser preciso, segundo Sílvio Romero, olhar a vida brasileira quer do Norte, quer do Sul, reconhecendo especificidades e diferenças e, desse modo, formar um real pensamento sobre a Literatura e conseqüentemente sobre o Brasil.

Sílvio Romero também não concordava com a ideia de dividir a literatura em duas macrorregiões devido às suas especificidades e diferenças. Para ele, era preciso “apenas afirmar a unidade na multiplicidade”. No Brasil, os estados do Norte e os do Sul disputavam a divulgação das suas produções literárias. Contudo, para Sílvio Romero, era preciso ter muito cuidado com essas relações, as “compressoras” de um “centro regulador das idéias” (SILVIO ROMERO, 1902, p. 43). Para Candido, Sílvio Romero ao defender sua região vivia alimentando a visão de que o resto do país armava uma conspiração para impor um silêncio contra a região, desconhecendo-lhe o talento, procurando escamotear seus valores “que lhe cabiam na vida intelectual [brasileira]” (CANDIDO, 2014, p. 615).

Essa profusão de provincianos que se deslocavam para o centro nacional, disputando de forma igual o mundo das letras e demais espaços de produção e exposição do conhecimento, incentivou a formação das “panelinhas”, e para aqueles que não conseguiam adentrar nas mesmas, restava-lhes constituir outros espaços próprios e independentes dos centros nacionais. Com efeito, os membros de renomadas famílias locais onde desfrutavam de posição de honraria, quando saíam das províncias para outros centros, não passavam de intrusos, estrangeiros, uns “desterrados na sua própria terra” (HOLANDA, 1995, p. 31). Para fugir dessa situação, ao chegarem à metrópole, eram “obrigados” a assimilarem novos códigos locais para vencer na vida literária nacional. Assim, era preciso frequentar os lugares certos e nas horas certas, de preferência em livrarias como Garnier, Laemmert, José Olimpyio e nas redações de jornais e revistas; publicar pelo menos um livro por uma grande livraria e distribuir para as pessoas certas; colocar-se em conexão com a crítica; escrever opinião na imprensa periódica; proferir discursos e realizar conferências; fazer elogios mutuamente e de preferência para um grande nome da literatura brasileira; divulgar nos jornais da província, suas façanhas; ser diplomado na faculdade de direito; frequentar ambientes boêmios; vestir-se conforme o ambiente; participar ou ser convidado pelos grupos influentes para criação de jornais, revistas, grêmios, eventos cívicos, escolares, e lançamento de livros. Tudo isso, para conquistar a simpatia das “panelinhas” e quem sabe um lugar no mundo das letras, de preferência nas academias de Letras, institutos, imprensa, livrarias e editoras e demais suportes de produção e exposição de conhecimento.

Teresinha Queiroz, em *Clodoaldo Freire e Higino Cunha. Os Literatas e a República, contra as tiranias do tempo* (1994), ilustra alguns dos antagonismos entre escritores, especialmente, os piauienses que se deslocavam para a Capital Federal em busca dessas oportunidades. Queiroz narra que um articulista da Revista Fon-Fon<sup>152</sup>, de 1913, lamenta o ambiente de hostilidade criado entre as panelinhas e os escritores vindos das províncias.

A estudiosa cita o caso do escritor Celso Pinheiro que, em 1906, foi tentar se estabelecer no Rio e se sentiu hostilizado, retornando, imediatamente, para o Piauí e decidiu, segundo a estudiosa, nunca mais se afastar. Sua extensa obra de poesias ainda inédita se compara, segundo Queiroz, a de Cruz e Sousa, Alphonsus Guimarães e Augusto dos Anjos, referências do simbolismo brasileiro. Outro caso citado pela estudiosa é o de Zito Batista. Na época, Zito Batista foi recepcionado pelo fundador e primeiro presidente da Academia Piauiense de Letras, Lucídio Freitas, que morava no Rio de Janeiro e era frequentador assíduo das rodas literárias de Coelho Neto, Olavo Bilac e da Livraria Garnier. Era colaborador na famosa Revista Fon-Fon. Por ocasião da visita de Zito Batista, Lucídio Freitas acolheu o escritor piauiense e o convidou para uma roda literária na Livraria Garnier. Zito Batista aceitou o convite e foi visitar a livraria. Logo que entrou nas suas dependências, ficou impressionado com aquele ambiente,

[...] toda ele cheio, repleto atravancado de livros dos mais diversos feitios, todos muito bem disposto nas suas longas filas de prateleiras, nas suas vitrines elegantes, chega a esquecer a casa de negócio, o estabelecimento comercial, para imaginar apenas o mundo de ideias, de energias, de labor cerebral que vai por aquelas paginas incontáveis, e de concepções mais radicalmente diversas, escritas por gente de toda parte, de todas as nações, em todas as línguas, em todos os estilos”(MAGALHÃES, 1998, p.128 apud BATISTA, 1914, p.01).

Contudo, o visitante não se atentou para a forma intempestiva com que entrou naquele ambiente, chamando a atenção dos presentes que imediatamente desaprovaram sua conduta, dando-lhe o título de mais um “matuto disputando o mundo das letras”. Essa ideia de “matuto das letras” não era uma denominação dirigida apenas ao escritor piauiense. Freyre, em *Perfil de Euclides e Outros Perfis* (1944), cita que Sílvio Romero era caracterizado como “matutão zangado, por seu jeito explosivo” (FREYRE, 1944, p. 23) e contrastava com um “Joaquim Nabuco, menino fidalgo” um “Raul Pompéia, de estilo menos castiço”, ou “Euclides que se

---

<sup>152</sup> A revista circulou entre 1907 – 1958. Toda ilustrada com caricaturas e fotografias. O periódico publicava notícias sobre os hábitos cariocas, como ir aos cafés e aos jogos de futebol; crítica de arte, de cinema e de teatro; atualidades, cinema e literatura; crônica social e sátira política; charadas, curiosidades e jogos; colonismo social e concursos, moda feminina e vida doméstica. (Disponível/ objdigital.bn.br/acesso 17/11/2018).

sentia ao mesmo tempo tapuia, celta e grego [...] Machado de Assis [...] escondendo-se por trás de personagens sempre brancos, ioiôs sempre finos” (FREYRE, 1944, p. 23). O certo é que provincianos e consagrados eram igualmente intrusos, estrangeiros e desterrados em sua própria terra. O escritor piauiense Jônatas Batista se queixava do ambiente local que também era formado por “panelinhas” ou “igrejas literárias”. Para Jônatas Batista, caso o escritor não pertencesse a nenhuma delas, tinham que ser mais obstinado e persistente em escrever e divulgar seus trabalhos e, assim, sentir-se como “novo bandeirante, desbravador”, incansável, tal qual o Piauí, que era desconhecido e ignorado pelos daqui e os de lá. Por isso, viam como alternativa a “servidão burocrática” para, assim, sobreviver e divulgar sua produção intelectual.

Segundo Paulo Nunes, no artigo “A Academia e a Literatura” (1995), a instituição foi fundada seguindo a linha da Academia Brasileira de Letras de “estreitar as relações entre os escritores daqui e de lá”, instituíram a categoria de “Sócio Correspondente”, convidando representantes de todos os estados e do distrito federal. Foram convidados e aceitaram: Paulo Maranhão do Pará; Fran Pacheco, Henrique Couto e Luís Carvalho do Maranhão, Otavio de Freitas de Pernambuco; Alfonsus Guimaraens de Minas Gerais; Monteiro Lobato de São Paulo; Nei da Silva e Odorico Castelo Branco do Ceará; Taumaturgo Vaz do Amazonas e Olavo Bilac pela Capital Federal. O “Sócio Correspondente” teria o papel de aproximar as duas academias. Nessa perspectiva, Olavo Bilac, sócio correspondente, foi convidado para avaliar e apresentar um livro do poeta piauiense Da Costa e Silva, no entanto, segundo Queiroz (1994), ele rasgou o livro e jogou ao mar junto com “outros papéis inúteis” (QUEIROZ, 1994, p. 137). Em conformidade com Nunes (1995), essa atitude de Olavo Bilac causou um sentimento de desconforto entre os piauienses, e a partir daí, os autores locais passaram a remeter suas obras para serem cuidadosamente apreciadas pelos seus autores favoritos, depois de prévia autorização do consultado. Afonso de Taunay, por exemplo, que frequentemente recepcionava livros de autores piauienses, aproveitava a oportunidade para enviar livros de autores paulistas. Assim, os livros trocados passaram a integrar os acervos das Bibliotecas públicas e particulares, daqui e de lá.

Os autores locais também utilizavam outras estratégias para se projetarem junto ao seu autor preferido, com homenagens em grêmios, versos, sonetos, frases, epígrafes nos livros, editoriais dos jornais e revistas de notáveis autores brasileiros. Além de dedicatórias para familiares e autoridades jurídicas, governamentais e eclesiásticas e, assim, mostrar suas afinidades pessoais, culturais, políticas e intelectuais. Para Candido, foi nessa oportunidade que os escritores instituíram, nos mesmos moldes da “literatura e oratória”, a “tradição de

auditório” (CANDIDO, 2000, p. 76), fundada pelos escritores da escola nordestina ou regionalista. A “tradição de auditório” manteve a prática da exposição oral para os intelectuais serem vistos, ouvidos e lidos de modo mais fácil e, dessa forma, ampliar e conquistar novos leitores. Funcionava em ambientes mais diversos, tais como as portas das livrarias, cafés, confeitarias, teatro, rodas e salões literários.

Nesse momento, o escritor se apresentava e recitava sua poesia, crônica, lia trechos dos romances e demais ideias adequadas a esse tipo de exposição. Esse modelo também foi acompanhado pela intelectualidade piauiense que aproveitava os eventos promovidos pelo governo ou entidades para apresentar suas ideias. A Praça Rio Branco, por exemplo, virou um auditório, pois ali estavam cafés e restaurantes, cinema, teatro, lojas de variedades, coreto, igreja, relógio. No período, a tradição de auditório foi realizada com grande amparo das conferências<sup>153</sup>. Inicialmente, essas apresentações eram denominadas de literárias, depois passaram a versar sobre os mais diversos assuntos e tinham como objetivo, além de apresentar o ilustre conferencista, atrair o público e mostrar seu caráter de convencimento pedagógico e civilizatório, pois era preciso que o público se familiarizasse cada vez mais “às letras e às artes” (MAGALHÃES, 1998, p. 100). Para Brito Broca (1956, p. 135), as conferências ocorreram na fase áurea das primeiras décadas do século XX, e se espalharam pelo Rio e demais pontos do país como uma das principais formas de exposição do conhecimento, porque era um modo de instruir o povo na arte de ouvir, conforme anúncio abaixo,

CONFERÊNCIA LITERÁRIA. Realizou-se a 12 deste no espaço da Assembleia Legislativa Estadual, com assistência de grande numero de pessoas [...], a conferência literária do nosso talentoso presidente Pedro Rodrigues da Cunha, [...] moço inteligente e aplicado, prendeu a atenção, por uma hora, mais ou menos, desenvolvendo brilhantemente o assunto, através de sua palavra eloqüente e vibrante (NASCIMENTO, 2005 APUD, CIDADE LUZ, 1913, p. 02).

Mas quem era o conferencista? Segundo Magalhães (1998), em *Literatura Piauiense. Horizontes de Leitura e Crítica Literária (1900 – 1930)*, era um condenado que se esforçava para falar diante de uma plateia desinteressada, que mal terminava sua exposição, já era sufocado pelas palmas. Para a estudiosa, as palmas poderiam ser entendidas como consagração pela oratória ou um modo ruidoso do público de dar graças às últimas palavras do orador. Como lembra Brito Broca, a conferência era a melhor forma de um escritor chamar

---

<sup>153</sup> Conforme levantamento feito por Magalhães (1998) e Nascimento (2005), identificou-se as seguintes conferências “A Luz” de Nogueira Tapety (s/d); “Alvares de Azevedo” de Alcides Freitas (sd); “Alcides Freitas” de Zito Batista (1913); “A Gloria de Lucídio Freitas” de Cristino Castelo Branco (sd); “Festa de arte” de Celso Pinheiro (1914); “Caminhos” de Lucídio Freitas (1920); “As crianças” de Jônatas Batista (1913).

atenção sobre si e suas ideias. Além de funcionar como meio eficiente de ter seu nome divulgado na imprensa. Olavo Bilac se tornou um caso ilustrativo dessa forma de exposição, por sua oratória, cuja fama se alastrou pelo Brasil. Caso igual aconteceu com Félix Pacheco, um dos mais ilustres e atuantes conferencistas do período. Outra promoção que merece menção especial nesse período, são os concursos para eleger livros, poemas, poetas, escritores e demais publicações como as melhores daquele momento ou período.

Ao que parece, o IHGB foi que instituiu esse tipo de concurso. Isso aconteceu em 1840, no concurso destinado a premiar quem melhor escrevesse a História do Brasil. Depois de vasta concorrência, o prêmio foi concedido a Carl Von Martius em 1847. Seguindo essa ideia, emplacou, e a partir de 1909, a Academia Brasileira de Letras instituiu, inicialmente, Prêmios Literários para peças brasileiras apresentadas no Teatro Municipal. Nos anos seguintes, outros prêmios foram sendo criados, tais como o “Medeiros e Albuquerque” (1910), o da “Gazeta de Notícias” (1910), o “Prêmio Machado de Assis” (1911), o “Prêmio Raul Pompéia” (1911) e o “Prêmio Academia Brasileira” (1912). No Piauí, a Academia Piauiense de Letras também instituiu prêmios literários, como os prêmios “Abdias Neves, Da Costa e Silva, Jônatas Batista e Félix Pacheco”; o prêmio “Clodoaldo Freitas” para a pesquisa da história piauiense; o prêmio “Higino Cunha” para os jornalistas; o prêmio “Engenheiro Sampaio e Anísio de Abreu” para estudos que versavam sobre a política do Império e da República<sup>154</sup>. Em 1928, foi realizado o concurso para escolha do “Príncipe dos Poetas Piauienses”, título conquistado por Da Costa e Silva. O concurso foi idealizado pelo Cenáculo Piauiense de Letras, inspirado em outro evento similar e promovido, no início do século XX, pela Revista Fon Fon do Rio, que elegeu Olavo Bilac como “Príncipe dos Poetas Brasileiros”. Assim, foram se instituindo homenagens aos mais notáveis da vida nacional ou local em medalhas, nome de praças e ruas, escolas, hospitais, bustos e galerias nas instituições.

---

<sup>154</sup> O estudo de Iara Moura, *Historiografia Piauiense. Relações Entre Escrita Histórica e Instituições Político-Culturais* (2015), mostrar que nos anos 1970, o governador Alberto Silva (1971-1975), empenhado em inserir o Piauí no contexto brasileiro, empreendeu várias frentes para divulgar o Piauí em âmbito nacional. Entre elas, decidiu comemorar o sesquicentenário da Batalha do Jenipapo, instituindo, em 1972, um concurso de âmbito nacional sobre a participação do Estado nas lutas da independência do país. Os prêmios eram para estimular os homens de letras a escreverem sobre este assunto. E *O Piauí nas lutas da Independência do Brasil*, do Pe. Joaquim Chaves, foi o ganhador do concurso. Nesse contexto, também foram reeditadas obras que abordavam o tema da independência no Piauí, como *A guerra do Fidié*, de Abdias Neves e os 4 volumes de *Pesquisas para a História do Piauí*, de Odilon Nunes. Além da realização desse concurso, o governo também empreendeu, em 1972, o soerguimento do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí, através do apoio à edição de sua revista que não era editada desde 1923. O último número publicado foi no ano de 1922, com o apoio do governador do Estado, João Luiz Ferreira (1920-1924). Conforme editorial, a revista homenageia as Comemorações do Centenário da Independência do Brasil, em doze artigos, sendo dois sobre história do Brasil e dez sobre a história do Piauí. Destacando os escritores e sócios efetivos e beneméritos e uma lista de livros oferecidos à biblioteca do Instituto.

E diante desses aspectos, é preciso colocá-los à luz das condições de produção, das técnicas, do público e demais produtores. Os textos desse período eram dos mais variados temas. Versavam sobre questões políticas, jurídicas,<sup>155</sup> históricas, filosóficas e religiosas; sobre fatos de repercussão local e nacional; de reconstituição de fatos históricos;<sup>156</sup> biografias e genealogias dos mais ilustres piauienses e brasileiros;<sup>157</sup> apresentavam novos autores<sup>158</sup>; e faziam resenhas de obras indicadas como necessárias à formação e desenvolvimento intelectual<sup>159</sup>. Motivados, os escritores se agrupavam em organizações literárias que também possuíam um jornal ou revista. Na revista ou no jornal, era muito comum consagrado e iniciante assinarem textos a serem publicados em seção específica, no editorial ou coluna. Essas práticas visavam demonstrar disponibilidade em compartilhar sua vocação e seu espírito inovador. Também para mostrar especialidade em determinada área do conhecimento. E assim, formar novos talentos na produção de textos, poemas, poesias<sup>160</sup>, romances, folhetins, notícias, crítica literária, assuntos pitorescos, mundanos, políticos, sociologia e antropologia e, quem sabe, publicar fora do estado. Essas oportunidades se inserem num processo de formação e desenvolvimento da produção literária local, pois desempenhavam o papel de “porta de entrada” para os escritores que tinham poucas oportunidades para publicações de livros.

Essas organizações e a imprensa funcionavam como uma espécie de tribuna livre onde cada um podia defender seu ponto de vista. Foi essa conjugação de esforços que estimulou o desenvolvimento das letras piauienses<sup>161</sup> que geralmente contavam com a presença dos escritores consagrados e os iniciantes acompanhados dos “padrinhos”, que aproveitavam os eventos para apresentar os novos talentos e, assim, continuar sendo mais visto, lido e ouvido. Era frequente, a presença dos escritores nas festas cívicas e militares como o

---

<sup>155</sup> Na Revista Litericultura existia uma sessão de jurisprudência.

<sup>156</sup> Na Revista Litericultura, de 1912, Abdias Neves escreveu o artigo “Contribuições para a História do Piauí”.

<sup>157</sup> Em conformidade com Nascimento (2012, apud Cidade Luz, 1913), a revista episódica POLYANTHÉIA, de 1912, traz uma homenagem “A memória do notável piauiense Conselheiro Antonio Coelho Rodrigues. Aos seus patrícios, amigos e admiradores”.

<sup>158</sup> Em conformidade com Nascimento (2012), um exemplo é a apresentação de “Alcides Freitas” por Pedro Rodrigues no jornal literário CIDADE LUZ (1913).

<sup>159</sup> Em conformidade com Nascimento (2012), foi encontrado nos jornais e revistas da época, muitas resenhas publicadas, dentre elas, destacamos a resenha literária do livro “Almas Irmãs”. Versos de Antonio Chaves, Zito Batista e Celso Pinheiro publicados no Jornal O MONITOR (1907).

<sup>160</sup> Nascimento (2012) destaca que o jornal 1º de Abril (1904) foi escrito em versos, sem redatores conhecidos, e distribuído gratuitamente.

<sup>161</sup> Para Nascimento (2012), em 1913, é criado o Cenáculo Piauiense de Letras que só se instalou em 1927. Em 1915, é realizado O Congresso Estadual de Letras. No evento, foram publicados dois jornais de grupos diferentes: *O Mensageiro*, direção de João Marques da Costa, Nereu Bastos e Raimundo Veloso; e *Via láctea*, direção de F. Cordeiro Brandão, Mário Araújo e Ângelo Reverdosa. (BASTOS, 1994; FILHO, 1997).

primeiro de maio, festas da independência do Brasil e do Piauí. Esses eventos se tornaram, para a sociedade local, uma forma de expor um conhecimento sobre o Piauí e o Brasil. Ao público, era permitido ouvir atentamente as autoridades presentes, ficando do lado de fora das salas, ou lotando as janelas, as portas e calçadas. A população, em sua maioria analfabeta, tinha dificuldades para recepcionar os jornais, periódicos e folhetins, dinâmicos e atualizados, estes eram, majoritariamente, acessíveis à maioria letrada. Nesse período, alguns escritores perceberam certo declínio das atividades intelectuais piauienses.

Segundo Magalhães (1994, p. 148), Lucídio Freitas decidiu, em 1912, investigar esse declínio através de uma enquete muita parecida com uma já realizada no Rio de Janeiro, em 1905, por João do Rio (1881-1921). A enquete no Piauí foi denominada de “O Piauí Intelectual” e visava identificar se a vida intelectual piauiense estava realmente em declínio e quais seriam suas causas. A pesquisa foi elaborada e aplicada entre os intelectuais dentro e fora do estado. Constituíam-se de questionários enviados aos principais representantes da intelectualidade piauiense. As respostas enviadas eram transcritas e publicadas na coluna de Lucídio Freitas no Jornal Diário do Piauí, acompanhadas de muitos elogios nas apresentações dos entrevistados. Dentre as questões apresentadas para os entrevistados, a enquete perguntava o que era ser intelectual, sua formação, atividades desempenhadas, atuação, quem eram os principais nomes e qual a repercussão desses intelectuais em nível nacional. Segundo os entrevistados, intelectuais eram os bacharéis, poetas, prosadores, romancistas, escritores. Eles reconheceram nomes notáveis do passado e do presente e poucos com repercussão nacional. Os entrevistados entendiam que as dificuldades econômicas, analfabetismo, distância geográfica do Sul e a falta de boas bibliotecas eram obstáculos para uma vida intelectual mais plena. Reconheciam que havia uma grande produção local, mas sem muita repercussão nacional,

Em quase todos os ramos dos conhecimentos, salienta-se o nome de um piauiense, e se não vemos reconhecido os nossos direitos perante a crítica (...) se limita, em grande parte, às cousas do sul, desconhecendo completamente a exuberância da vida intelectual do norte. Esse fato, notado e censurado pelo maior dos nossos críticos, Sílvio Romero, todos os dias é confirmado nos livros e revistas literárias, unicamente consagradas ao elogio mútuo das cousas e dos homens do sul (MAGALHÃES, 1998, p.128).

Nessa enquete, identificou-se que os escritores eram vistos como intelectuais ilustrados, homens de letras, que possuíam uma formação mais ou menos uniforme, pois, na grande maioria, eram bacharéis das renomadas escolas de direito de Recife, São Paulo e Rio de Janeiro. Ainda que transitassem de forma desigual, especializaram-se para atuar na

imprensa, particularmente, no jornal, que exercia influência sobre a “literatura, criando gêneros novos, como a chamada crônica, ou modificando outros já existentes, como o romance” (CANDIDO, 2000, p. 29). Foi nesse entremeio que o livro se popularizou; fundaram as academias de letras e os institutos históricos e geográficos; atuavam no magistério secundário e superior que facilitou o embrionário desenvolvimento da sociologia, da história social, da etnografia, do folclore, da teoria educacional, da teoria política e da cultura popular, formando “conjuntos orgânicos e manifestando em graus variáveis a vontade de fazer literatura brasileira” (CANDIDO, 2014, p.25).

### 3.2. A província, insulada, tosca e inculta?

Quando João Pinheiro (1877-1946)<sup>162</sup> escreveu e publicou *Literatura piauiense: esborço histórico* em 1937, emplacou seu nome como o primeiro historiógrafo da Literatura piauiense. O estudo divide a história da literatura piauiense em dois momentos: fases românticas e correntes modernas. Em cada uma delas, o estudioso apresenta uma pequena biografia de todos os autores e obras de piauienses e dos que trataram do Piauí. No “Proêmio”, reconhece que em virtude do Piauí ter uma história marcada pela “inexistência de escolas, jornais, bibliotecas e até mesmo de leitores” (PINHEIRO, edição atualizada de 1994, p. 09), esboçou uma produção intelectual pequena, quase apagada no Estado, fora do Estado e até mesmo fora do País. Esse perfil, segundo Pinheiro, manteve as manifestações literárias piauienses, por muito tempo, alheia à vida brasileira.

Para Pinheiro, essa dinâmica alimentou um descompasso entre a realidade piauiense e as demais províncias que já mostravam um movimento literário ativo, fazendo florescer muitas agremiações. Para ele, o analfabetismo foi o principal responsável por manter esse alheamento. Ilustra esse alheamento a descrição de Francisco Iglésias, em *Caatingas e chapadões* (edição atualizada de 2015), que, em visita a Teresina, entre 1912 e 1919, viu uma cidade de “pobreza monacal”, pois só existia o “Teatro 4 de setembro” na praça “Aquidabã”, e que vivia sempre fechado (IGLESIAS, 2015, p. 49). Essa realidade causou-lhe “uma

---

<sup>162</sup> Jornalista e folclorista. Escreveu crônica, conto, romance e poesia. Formou-se em odontologia na Faculdade da Bahia. Fundador da Academia Piauiense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí. A obra *Literatura Piauiense. Esborço Histórico* foi publicada pela primeira vez em 1937, segundo o autor, com o amparo do “eminente amigo Dr. Leônidas de Castro Melo, honrado interventor federal no Piauí, que teve a gentileza de concorrer para objetivação da mesma, ordenando que fosse ela efetuada pelas oficinas da Imprensa oficial do Estado” (O AUTOR, 1994, p. 153). Foi reeditada em 1994, pela Fundação Cultural Monsehor Chaves, sendo raríssimos os exemplares disponíveis. Nesta edição, foi acrescido um “Posfácio” de Francisco Miguel de Moura.

impressão esquisita” (IGLESIAS, 2015, p. 51). Comparando ao modo de vida de São Paulo, ele via como “tudo era tão diferente” e pede “perdão pelo paralelo que acabo de fazer entre os costumes políticos do Norte e do Sul”. Confessa que não tinha a intenção de “diminuir nenhuma das regiões”. Para ele, “a vida simples, sem artifícios, patriarcal que ainda se gozava nessas bandas, era o que podia haver de mais agradável”. Então, passou a ver como positivo a vida daquela terra “pequena em que todo o mundo se conhece e se cumprimenta. Terra, onde todas as famílias constituem uma só e grande família”. Por isso, era preciso ter cuidado com os comentários sobre o caráter da gente daquela terra pequena, porque “é hipersensível: qualquer reparo que o forasteiro faça a isto ou aquilo, vem, logo a reação imediata e quase brutal” (IGLESIAS, 2015, p.51-52). Foi devido a essa realidade, que os melhores escritores foram “expulsos” para outros centros. Com isso, muitas produções sobre o Piauí se tornaram uma notícia remota, gerando dificuldades para os estudiosos reunirem, com maior precisão, informações sobre as origens, fundamentos, autores e obras pertencentes à literatura piauiense (PINHEIRO, 1994, p. 09).

Essa produção foi também analisada por Francisco Miguel de Moura<sup>163</sup> em *Literatura do Piauí* (2013). Moura seguiu as trilhas deixadas por João Pinheiro buscando atualizar as ideias, questões e temas da historiografia literária piauiense. Para Miguel de Moura era preciso, antes de tudo, perguntar: a literatura piauiense existe? Desde quando? Que obras e autores devem ser estudados? Que períodos podem ser organizados e comparados com a literatura brasileira? Estas e outras questões, segundo o estudioso, ainda careciam de respostas, pois as pesquisas continuavam falhas “porque não descem às fontes” (MOURA, 2013, p. 38). Para Moura, outra questão importante nessa busca de resposta está naqueles que acreditam na existência de uma Literatura Brasileira apenas de autores e obra do Sul. Enquanto persistir essa ideia, não haverá Literatura que seja digna de se chamar de brasileira, pois, assim como Antônio Candido, ele entende que a literatura é a soma das literaturas (piauiense, mineira, gaúcha, etc) que formam o patrimônio cultural da literatura brasileira.

Reconhece que há diferenças marcantes, inclusive dentro do Nordeste, mesmo com estados tão próximos, pois “há largas diferenças de vida que são retratadas, recriadas, ou

---

<sup>163</sup> Poeta, ensaísta, cronista, romancista, jornalista e crítico literário. Membro da União Brasileira dos Escritores, Academia Piauiense de Letras, e membro-correspondente da Academia Mineira de Letras e da Academia Catarinense de Letras. Francisco Miguel de Moura fez seu primeiro ensaio na historiografia literária em o *Piauí: Terra, História e Literatura* (1980); segue *Literatura do Piauí (de Ovídio Saraiva aos nossos dias)*, (1ª edição, 2001), 2ª ed. Revista, ampliada e atualizada, 2013. Publicou um *Posfácio à Literatura Piauiense de João Pinheiro*. Teresina (2014). Nessas produções, o estudioso procurou reelaborar uma teoria da formação da literatura piauiense.

intuídas, e transformadas em arte literária” (MOURA, 2013, p. 19). As diferenças entre as regiões e dentro do Nordeste, a civilização do Couro, dos engenhos, do gado, da seca, da água, dos rios, da vida econômica, social, administrativa, política e cultural parecem separadas, mas ao mesmo tempo próximas, com efeito, se “entrelaçam na tessitura da realidade social e histórica brasileira” (MOURA, 2013, p. 47). Por conseguinte, a literatura piauiense é uma dessas “manifestações regionais com autores e obras dignos de estudo” (MOURA, 2013, p. 19). Portanto, segundo Moura, é preciso aproximar os autores que se afastaram temporariamente ou definitivamente do Piauí daqueles que ficaram para exercer o duro ofício de escrever, publicar e divulgar sua terra. Muitos se sacrificaram, ficando sem projeção local e nacional diante daqueles que conseguiram a notoriedade, ao se fixarem no Rio de Janeiro ou São Paulo, como Da Costa e Silva, Felix Pacheco, Renato Castelo Branco, entre outros.

Assim, a literatura piauiense é marcada por dois fatos que envolveram a província e assinalaram decisivamente a vida dessa terra, a Batalha do Jenipapo (1823) e a transferência da capital da Província de Oeiras para Teresina em 1852. Esses fatos estão presentes em um volume considerável “de livros, ensaios e notícias a respeito” (MOURA, 2013, p. 47). Esse pensamento logrou êxito, pois mostrava para o Brasil quão difícil era a vida do sertão, mas prodigiosa. Nessa caminhada, Moura propõe uma leitura do processo de formação das manifestações literárias do Piauí, na perspectiva “estilística geracional” compreendida na “dimensão biológica e humana, não somente oficial e juntando-se no infinito cadinho da história” (MOURA, 2013, p. 101). O estilo proposto por Moura nem sempre corresponde às escolas, tendências ou correntes de pensamento da literatura brasileira. A perspectiva “estilística geracional”, conforme Moura, serve para identificar quem eram os produtores, as condições de produção, o tipo de produto, o estilo da narrativa, as técnicas de exposição, a quem e como se dirigia, as ideias, os temas, estilos, formas e preocupações abordadas e quais as influências teóricas e metodológicas. Desse modo, agrupa tendências, organiza movimentos, hierarquiza e classifica os autores e obras e sua importância para as manifestações literárias piauienses.

Nesse estilo, ele busca uma seleção de autores e obras que, de fato, possam representar dado período da realidade social, econômica e cultural piauiense. Essas escolhas feitas pelo pesquisador estão recheadas de sentidos e significados, o que não invalida o esforço intelectual de interpretação valorativa e rigorosa para extrair dela uma escuta, sentimento, uma realidade cognitiva. Também é uma forma do estudioso se manter fiel ao critério adotado, identificando a originalidade das publicações, dos autores e obras. Reconhece que a

fundação da Academia Piauiense de Letras que ocorreu em 1917, “a mais antiga, permanente, ininterrupta instituição cultural” (MOURA, 2013, p. 155), marcou um antes e um depois de sua fundação no processo de formação das letras piauienses e, conseqüentemente, do pensamento piauiense.

Segundo Moura, o processo de criação da academia se iniciou em 1901, foi interrompido várias vezes causando um sentimento de desânimo, pois a iniciativa falecia no nascedouro. Diante dessas interrupções, foram surgindo outras iniciativas literárias, como a Sociedade José Coriolano e o Cenáculo Piauiense de Letras em 1913. As duas iniciativas tiveram vida curta. Contudo, os intelectuais piauienses perseguiram o objetivo e, assim como nos demais estados, formaram suas agremiações. Fundaram o Congresso Estadual de Letras (1914) e a Arcádia dos Novos (1918), também de vida curta. A exceção foi a fundação da Academia Piauiense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do Piauí, “este não morreu por virtude dos teimosos e grandes esforços de Josias Carneiro da Silva” (MOURA, 2013, p. 69). A Academia Piauiense de Letras foi fundada por iniciativa de Lucídio Freitas, jovem poeta, muito admirado, que vivendo no Rio de Janeiro, voltou para o estado com a missão de, aqui, ver organizada uma academia nos mesmos moldes da Academia Brasileira de Letras. Depois de um longo processo de debates, sua fundação ocorreu finalmente em 1917, no Salão nobre do Conselho Municipal da cidade, na presença daqueles que estavam na primeira reunião de 1901, e, assim como a “panelinha” da Academia Brasileira de Letras, um seleto grupo de intelectuais escritores piauienses, a tropa de elite, os notáveis, tornaram-se os primeiros imortais da academia, era: Higino Cunha, Clodoaldo Freitas, João Pinheiro, Fenelon Ferreira Castelo Branco, Jônatas Batista, Edison da Paz Cunha, Antônio Chaves, Benedito Aurélio de Freitas, Celso Pinheiro e Lucídio Freitas. Este último presidiu a reunião e se tornou o primeiro presidente. Ao final da sessão, foi feito o registro fotográfico em pose similar a dos membros da ABL.

A instituição teve muitas dificuldades para funcionar efetivamente, contou com sua instalação na casa de um dos membros, depois em prédios oficiais ou alugados pelo governo, viveu por muito tempo sem qualquer recurso, sendo auxiliada por governantes que colaboravam para que sua revista fosse ao menos bem publicada, assim como as obras dos acadêmicos. Essa geração nunca esmoreceu, pois tinha como vocação principal dignificar a vida cultural piauiense. Foi uma geração engajada, em sua maioria de poetas, mas, também, romancistas, prosadores e ensaístas. Eram moços de famílias tradicionais, formados, em sua maioria, pela famosa escolar do Recife. Foi essa mesma academia, conforme entendimento de

Moura, que preparou as gerações seguintes para comungar dos mesmos ideais de ver sua terra dignificada.

Os anos de 1930, no entendimento de Moura (2013), foram de muitas dificuldades diante das forças repressivas, causando “um quase vazio literário”, uma geração “perdida”, ou seja, formada apenas de gramáticos, filólogos, os latinistas, poucos “escritores comandando as letras” (MOURA, 2013, p. 132). O estudioso reconhece que essa geração dificultou a introdução do modernismo no Piauí, momento que “precisa ser mais estudado no seu estilo pessoal e no que possa ter influído na cultura da nossa terra, posto que vivia muito mais lá (no Sul) do que aqui” (MOURA, 2013, p. 133). Moura (2013, p. 156) destaca a atuação do poeta Da Costa e Silva que, naquele momento, representava, de fato, o mais autêntico pensamento piauiense. Sua obra abrange as três décadas do século XX, começando em 1908 e “encerrando” em 1927, quando se inicia um período de transição, de reformulação da literatura piauiense. Nessa procura de renovação, ressurgiu como uma alternativa para se reorganizar a vida intelectual piauiense, o “Cenáculo Piauiense de Letras” ou “Academia dos Novos”, similar à Academia Piauiense de Letras. O movimento foi liderado por Antônio Neves de Melo, Ozires Neves de Melo e Oton Rego Monteiro que apostaram em pequenos jornais durante os anos de 1927 a 1932. A entidade teve vida curta, mas intensa, originando a Associação dos Moços Teresinenses (1932) e o Clube dos Novos (1946). Embora essa geração seja denominada, segundo Moura (2013), de “perdida”, ela nos mostra uma realidade recheada de intelectuais que buscavam dar continuidade ao trabalho iniciado pela geração que renovou e dinamizou as manifestações literárias piauienses no âmbito das artes, letras e na vida profissional. Essa continuidade teve, nos anos 40, seu ponto de maior envergadura com a geração “Meridiano, assimiladores das ideias modernistas com atraso”, que fundou o “Caderno de Letras Meridiano”, liderado por Manoel Paulo Nunes, O.G. Rego de Carvalho e H. Dobal que atuaram para reformular as bases literárias e o pensamento piauiense das décadas seguintes no Movimento de Renovação Cultural<sup>164</sup>.

Odilon Nunes (2007, vol. IV, p. 185) também formulou sua opinião sobre a vida intelectual piauiense e concorda que o insulamento da província dificultou a existência de mais escolas e outros serviços culturais. Contudo, aponta que desde a vinda de D. João de

---

<sup>164</sup> O “Movimento de Renovação Cultural” foi criado em 1951, a partir da iniciativa de Odilon Nunes, Monsenhor Chaves e Raimundo Nonato Monteiro de Santana, sendo este último responsável pela criação da revista Econômica Piauiense (1957). Ele foi criado para assegurar a publicação da produção intelectual piauiense, vender livros por ele editados ou em colaboração com outras entidades, mediante convênios com o estado ou municípios e demais livrarias.

Amorim Pereira (1799-1803), governador da província, para o Piauí, chegaram com ele os primeiros impressos dando início a um conjunto de iniciativas para propagar as ideias de brasileiros que publicavam seus livros pela Casa Literária do Arco do Cego<sup>165</sup>. A criação da oficina do Arco do Cego inseria-se numa política colonial que via o Brasil como fonte primordial da prosperidade comercial da metrópole.

Segundo Aníbal Bragança e Márcia Abreu, no artigo “Dois séculos de livros” (2010, p. 25-39), a instituição se rodeou de jovens intelectuais brasileiros que se encontravam na metrópole portuguesa para fazer traduções ou edições próprias do Arco do Cego. A Tipografia promovia obras já publicadas e as que se encontravam ainda no prelo. Era recorrente a publicação de gravuras e outras ilustrações. As publicações abrangiam História Natural, Agricultura, Desenho, Pintura, Medicina, Poesia, Náutica, Ciências exatas e a História. Esses impressos objetivavam, segundo Odilon Nunes (2007), divulgar sua agricultura, indústria extrativa e preservação de suas riquezas naturais, daí serem distribuídos nas províncias, pois tratavam dos cuidados com o algodão, arroz, cacau, café, cana-de-açúcar, cacto, cochonilha, anil, madeira entre outros. Ensinava como cultivar a terra, conservar as matas, usar o arado, construir fornalhas, economizar lenha. Assim, o então governador da província do Piauí, D. João de Amorim, passou a distribuir esse material com o objetivo de incutir entre os moradores, a informação que a agricultura, assim como o gado e demais atividades econômicas, também eram fontes de enriquecimento, “Houve incontestável intensa animação. Mas não passou disso” (NUNES, 2007, vol. I, p. 190).

No esteio da atuação da Casa Literária do Arco do Cego, Odilon Nunes considera como um marco importante, mas pouco estudado, a visita do naturalista e Bacharel Vicente Jorge Dias Cabral ao Piauí, em meados de 1800. A visita contou com o ilustre desenhista Padre Joaquim José Pereira, vigário em Valença do Piauí. Como resultado de sua visita, escreveu “Memória sobre os nitros e inventos na Capitania do Piauí e Maranhão”, *foi publicada pelo IHGB e é obra indispensável para ampliar o “conhecimento da terra piauiense”* (NUNES, 2007, vol. 1, p. 191). Com relação às manifestações literárias, para Nunes, elas começam, de fato, com a narrativa de Padre Miguel Carvalho em “Descrição do sertão do Piahuy”, seguida do “Roteiro” de autor anônimo, por serem as mais “antigas páginas da nossa história” e os

---

165 Também conhecida por Oficina Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco da Velha, criada em 1799 por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro da Marinha e Ultramar. Para saber mais sobre a Oficina da Casa Literária do Arco do Cego, depois chamada Tipografia Calcográfica e Literária do Arco do Cego e, finalmente, Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego, aconselha-se a consulta da obra editada pela Biblioteca Nacional e pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801), Bicentenário*, editada em 1999.

“únicos vestígios que encontramos duma literatura”. Os demais documentos são “peças burocráticas, de caráter puramente oficial” (NUNES, 2007, p. 289).

Nesse ponto, Nunes entra em divergência com a opinião de João Pinheiro e Francisco Miguel de Moura, no tocante a sua fundação e seus fundadores. Nunes (2007, vol. IV) reconhece que a literatura piauiense aflorou tardiamente porque o trabalho dos jesuítas foi mais o papel de curraleiros do que de educadores. E mesmo com uma economia da terra reservada a vaqueiros e fazendeiros, esses tiveram o mérito de fazer aflorar as primeiras manifestações da arte, simbolizadas por modestas capelas, depois igrejas matrizes de “sabido merecimento artístico” (NUNES, 1981, p. 46). Reconhece, também, que as condições da província não possibilitavam muitas oportunidades para aqueles que tinham o desejo de escrever sobre a sua terra, tendo que ir buscar alternativas fora da província, indo, preferencialmente, para o Rio de Janeiro ou Recife.

Nunes (2007) ilustra o caso do poeta Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva<sup>166</sup>, considerado, por João Pinheiro (1994), como o fundador da Literatura piauiense, mas, para Nunes, era apenas um “ilustre escritor” que nada trouxe de contribuição à cultura do Piauí, pois suas publicações foram em Coimbra onde estudou e depois, ao retornar para o Brasil, preferiu residir no sul. Dessa forma, Nunes lista uma série de publicações que ocorrera, por força das circunstâncias, fora do estado e que devem ser incluídas no rol das obras fundadoras da Literatura piauiense. É o caso de “*Impressões e gemidos*” de José Coriolano de Sousa Lima, publicada em 1870 e impressa na cidade de São Luís, por iniciativa de familiares e amigos do poeta; “*A harpa do caçador*” de Teodoro Castelo Branco, de 1884, também foi impressa na capital maranhense e não teve praticamente circulação no Piauí. Segundo Pinheiro (1994), o autor não teve o cuidado de divulgar o livro, ficando o mesmo “entregue às traças, num canto de qualquer armazém. Os poucos que o leram, com a maior injustiça, não renderam público e merecidos elogios ao autor” (PINHEIRO, 1994, p. 10).

De outro modo, Leonardo de Nossa Senhora Castelo Branco escreveu poesia, prosa, crônica e um trabalho naturalista, “A memória acerca das abelhas da província do Piauí, no Império do Brasil”, obra publicada na Revista Auxiliadora da Indústria Nacional em 1844. Leonardo de Nossa Senhora Castelo Branco é um escritor piauiense, “notável autodidata, ardoroso patriota” que participou ativamente das lutas pela independência do Brasil em território piauiense, sendo, ele, merecedor da honraria de fundador da Literatura pela “espontânea floração da terra berço, fez surgir uma literatura piauiense” (NUNES, volume IV,

---

<sup>166</sup>Nascido na Vila de São João da Parnaíba, cedo foi estudar em Coimbra. Regressou ao Brasil, mas se instalou no Sul e jamais retornou a sua terra natal.

p. 291). Suas publicações, poesias e ensaios foram realizados, na maioria, em Lisboa e no Rio de Janeiro, teve baixa repercussão, mas se dedicou a viver na terra natal.

A escritora Luísa Amélia de Queirós Brandão também conseguiu imprimir dois livros em São Luís do Maranhão, *Flores Incultas* (1875) e *Georgina ou os efeitos do amor* (1893). Hermínio Castelo Branco, “incontestavelmente, um dos mais notáveis cultores da poesia popular” (PINHEIRO, 1994, p. 81), era originário de família de poetas, sua produção é resultado do convívio entre rústicos e simples costumes dos sertanejos, do vaqueiro, da fazenda e da vida rural que resultou na publicação de *A lira sertaneja*, impressa em Fortaleza. É uma obra autenticamente piauiense, pois nela “se agrupam cenas rusticas da vida do interior, descritas com muita naturalidade e segurança, em 1887” (PINHEIRO, 1994, p. 81).

Nesse período, o escritor Francisco Gil Castelo Branco, romancista, contista e comediógrafo se destaca ao escrever *Ataliba, o vaqueiro*, tornando-se o primeiro romancista piauiense do ciclo do gado, tema do regionalismo brasileiro que se tornaria muito recorrente. O texto foi publicado no Rio de Janeiro, no Diário do Nordeste em forma de folhetim, um ano após a grande seca de 1878, e depois, em forma de livro. Moura (2013) diz que a obra, imediatamente, não se tornou conhecida no Brasil e nem entre os leitores piauienses. Foi lida, de fato, somente quando publicada em forma de livro em 1884. O cenário do romance é os sertões do Piauí. A linguagem é toda recheada de vocábulos e diálogos próprios dos sertanejos. Outro autor local que se destacou pelo tema adotado, foi o escritor Anísio de Abreu que abordou o abolicionismo no poema “O Escravo”. Dessa produção, “restam alguns fragmentos”, segundo Pinheiro. E, este, acredita que se o autor tivesse concluído, poderia figurar “sem desdouro ao lado da obra prima de Castro Alves” (PINHEIRO, 1994, p. 87).

Nesse momento, o gênero folhetim aparecia com muito destaque entre os escritores brasileiros e, conseqüentemente, entre os piauienses. Isso aconteceu com o romance *A Moreninha* de Joaquim Manoel de Macedo que foi divulgado em 1844 no Jornal do Commercio, e é considerado a primeira produção literária nesse estilo. No Piauí, Clodoaldo Freitas escreveu “Memórias de um velho”, seu primeiro romance em forma de folhetim, publicado integralmente na imprensa local, em 1905, pelo jornal Pátria. Depois o autor publicou “Os primos”, “Por um sorriso”, e “Os bandoleiros”. Clodoaldo Freitas foi, “incontestavelmente, uma das mais pujantes celebrações literárias do seu tempo” (PINHEIRO, 1994, p. 110). Sua obra é vasta e diversificada e as obras foram, frequentemente,

publicadas no Estado e fora dele, algumas ainda inéditas<sup>167</sup>. Escreveu romance, conto sertanejo, crônica, novela, crítica literária, religiosa, filosofia, sociologia e historiografia. Em “O Bequimão” (1908), Freitas narra o drama da revolta de Bekeman no Maranhão, utilizando-se da observação dos sertanejos como técnica etnográfica; em “Domingos Jorge Velho, história”, expõe sobre o desbravamento do Piauí. Em *História de Teresina*, ele escreve temas pitorescos da cidade. O sertão de Clodoaldo Freitas é erudito e caboclo.

Outro estilo em destaque é o conto pitoresco e folclorista. O primeiro livro desse gênero, conforme Moura (1981), foi *À toa - aspectos piauienses*, de João Pinheiro, publicado em 1923. Na ficção, o romancista, ensaísta, historiador e jornalista Abdias Neves<sup>168</sup> publicou *O Manicaca*, o primeiro romance de “ficção histórica” piauiense. Escrito entre os anos de 1901 e 1902, foi publicado primeiro na imprensa piauiense e depois em forma de livro em 1909. Segundo Pinheiro, antes dele, houve “O casamento e a mortalha no céu se talha”, de José Coriolano, “romancinho de enredo simples”; “A perola do lodo”, de Francisco Gil Castelo Branco; e “Bela”, de Leônidas Benício Maris de Sá, romances de costumes piauienses, publicados na forma de folhetins em um jornal do Rio de Janeiro, em 1893.

Com efeito, somente nos anos de 1940, o romance de Permínio Asforá (1913-2001)<sup>169</sup>, *Sapé* (1940), desponta quase como uma salvação. O romance do piauiense foi publicado na Paraíba e na opinião de Raquel de Queiroz, Gilberto Freyre e Guimarães Rosa, o romance pertence “aos principais escritores brasileiros do ciclo regional” (MOURA, 2013, p. 142). No artigo de Paulo Guedes “Um romancista do Piauí”<sup>170</sup>, o articulista apresenta,

---

<sup>167</sup> Na tese de doutorado de Teresinha Queiroz (1994), tem-se um quadro preciso de todas as obras publicadas e inéditas.

<sup>168</sup> Ainda publicou: *A guerra do Fidié* (1907); *O padre perante a História* (1908); *Psicologia do cristianismo* (1908); *Imunidades parlamentares* (1908); *A elegibilidade do marechal Hermes* (1910); *Autonomia municipal (limites que lhe traçou a Constituição)* (1913); *Velário* (1913); *Brasil e as esferas de influência na Conferência da Paz* (1919); *O Piauí na Confederação do Equador* (1921); *Direitos políticos, Guerra dos Balaiois, Democracia inversa, História das letras provocadas pela adesão do Piauí à Independência, 1822-1824; Política das estradas de ferro e Finanças da República*. Foi ainda autor dos textos “Estudo do Piauí”, no *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil*; “Os mitos solares dos índios”, no *Almanaque Garnier* (1908) e “Confederação do Equador”, “Um caso eleitoral”, “Moral religiosa”, “Catálogo dos jornais, revistas e outras publicações periódicas do estado do Piauí desde 1835 a 1908”, na *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, tomo especial.

<sup>169</sup> Escreveu *Noite Grande* – romance cuja primeira publicação se deu em 1947. O livro traz um panorama da paisagem e das gentes do Piauí e do Nordeste de um modo geral, como ele próprio afirmou: “os meus personagens mais íntimos e queridos são os párias do Nordeste”. Ambientado em Valença, é o segundo de uma série do ciclo regional e conta a saga de um imigrante chegado pouco mais que menino ao interior do estado. Segue com outros romances, todos ambientados no Piauí: *Vento Nordeste* (1957); *Amigo Lourenço* (1962); *Bloqueio* (1962), todos publicados pela Editora José Olympio. *Fogo Verde* (1951) pela editora Brasiliense. *O Eminente Senado* (1973) pela Editora Francisco Alves.

<sup>170</sup> “Terra de Mafrense”, (Rio de Janeiro, 1939). É uma revista feita segundo o editor J. Romão da Silva “para o Piauí e para os piauienses”. Como “Órgão regional atuando na capital da República para servir ao Piauí, propagando a cultura e a capacidade de engrandecer o Piauí e aumentar o Brasil”.

antecipadamente, o conteúdo desse romance que seria publicado pela editora “Rumo” da Paraíba, onde residia o romancista. O romance é apresentado como realista, simples e original no qual o autor escreve, de maneira honesta, os fatos através dos tempos. Escreveu “para mostrar, testemunhar o sentido de como o todo está processando, está se produzindo” (GUEDES, 1939, p. 20). No romance, Asforá descreve os tipos de coronéis do sertão e do caboclo oprimido no meio social desigual. E parece ter sido esse o motivo da obra ser apreendida pela ditadura getulista.

Francisco Miguel de Moura no artigo “Romancística” (1995), ao fazer o balanço do romance piauiense, elege *Teodoro Bicanca* (1948) de Renato Castelo Branco, como a principal referência da ficção regionalista piauiense do período. Para Moura, mesmo que o romancista tenha se bandeado para o ensaio histórico, não deixou de mostrar dedicação e vocação pela “história do passado do Piauí” (MOURA, 1995, p. 219). Adotou um tempero social moderno e vanguardista, mas ainda assim era conservador. Moura compara Renato Castelo Branco com Abdias Neves e Clodoaldo Freitas que buscaram na história piauiense uma renovação do passado do Piauí (MOURA, 1995, 219), ao publicar a trilogia *Rio da Liberdade, Senhores e Escravos e A Conquista dos Sertões de Dentro*, e construíram uma ficção histórica, antes de tudo, regionalista. Nesta trajetória da ficção histórica regionalista piauiense, Moura lista autores e obras do porte de Willian Palha Dias (1918-2018), como um historiador e cronista, merecedor de “elogios pelo que realmente produziu nessa área de romance regionalista”. Sua linguagem é um “misto de intelectualismo e regionalismo vocabular e expressional que se pretende nele a força do social” (MOURA, 1995, p. 220)

Por conseguinte, Fontes Ibiapina (1921-1986), o mais regionalista dos escritores piauienses, pois veio a ser “o intérprete minucioso e autêntico do ruralismo piauiense” (MOURA, 1995, p. 220), é fecundo no discurso ficcional, “todo ele reformado, novo, brilhante” de forma que sua narrativa produz um tipo de regionalismo que se aproxima do que viria a ser o “neo-regionalismo”, com trânsito para o realismo ou “neo-realismo”. Mas para Moura (1995), é Assis Brasil (1932)<sup>171</sup> que renova o regionalismo piauiense, então

---

<sup>171</sup> Francisco de Assis Almeida Brasil. Romancista, cronista, crítico literário e jornalista, nascido na cidade de Paraíba, em 1932. Teve e tem uma intensa participação na imprensa nacional. Crítico Literário do *Jornal do Brasil*, (1956-1961); Colunista Literário do Caderno B do *Jornal do Brasil* (1963-64); Crítico Literário do *Diário de Notícias*, Rio, (1962- 63); Crítico Literário do *Correio da Manhã* (Revista Singra e Suplemento Literário), Rio, (1962 e 1972); Crítico Literário de *O Globo* (Arte e Crítica), (1969-1970); Colunista Literário da Revista *O Cruzeiro*, Rio, (1965-1976); Crítico Literário do *Jornal de Letras*, (1964-1989). Publicou artigos e ensaios nos seguintes órgãos: *Senhor*, *Mundo Nuevo*, *Revista do Livro*, *Leitura*, *Enciclopédia Bloch*, *Usina*, suplemento de *O Estado de São Paulo*, *Diário Carioca*, *Tribuna de Imprensa*, *Jornal do Comércio*, *Minas Gerais*, *Correio do Povo*, *O Povo*. Atualmente, faz crítica literária no *Tribuna de Imprensa*. Tem 106 obras publicadas. Romances: *Tetralogia Piauiense: Beira Rio, Beira Vida*,

“decadente, num país de ilhas culturais como é o Brasil”. Com uma linguagem coloquial, ele faz uso da cronologia de maneira simples, misturando realidade com “realidade da ficção” (MOURA, 1995, p. 222). Seu mérito, para Moura (1995), foi abrir novas perspectiva para “inusitadas técnicas narrativas” (MOURA, 1995, p. 222) no regionalismo brasileiro e piauiense. Outro mestre da ficção piauiense é O. G. Rego de Carvalho (1930-2013) que se inscreve entre aqueles que também se interessam pelo social. Em *Somos todos inocentes*, recria a atmosfera da Oeiras dos anos 30, elevando os “padrões normais da ficção histórica do Piauí” (MOURA, 1995, p. 222).

Moura destaca ainda, José Expedito Rego (1928-2000), com o romance biográfico de Manuel de Sousa Martins, o “Visconde da Parnaíba”, com o título de *Né de Sousa*<sup>172</sup>, um dos mais representativo do gênero no regionalismo piauiense. Para concluir sua exposição, Moura (1995) admite que a literatura piauiense invariavelmente declina para a ficção histórica, “como se o passado justificasse tudo” (MOURA, 1995, p. 224). Considerando que o romance é uma “espécie artística, a súpula moderna de todas as espécies literárias”, foi adotado também no Piauí em suas influências clássicas, naturalistas ou realistas, mas essencialmente da “escola nordestina ou regionalista”, pois era o centro irradiador de cultura, igual ao Rio e São Paulo. Para Moura (1995), o romance piauiense possui uma originalidade estética ao considerar o indivíduo [sertanejo], no seu aspecto social e é da paisagem piauiense que “espelha a verdade do contexto, a outra fase do homem” (MOURA, 1995, p. 217). Desse modo, o regionalismo piauiense monopolizou os intelectuais em períodos “vazios ou cheios”, conduziram massivas publicações<sup>173</sup> na imprensa, academia, conferências, revistas, dentro e fora do estado. Continuou a combinação perfeita entre “homens de letras” e imprensa que se ampliou e se consolidou com a instalação das editoras, livrarias e tipografias e ganharam forte presença local, mostrando como os escritores tinham “pendores para as letras na imprensa”, pois era um meio eficaz de divulgação das manifestações literárias que, assim como nos demais estados brasileiros, era repositório inegável de atuação dos cultivadores “da nossa tradição” (NUNES, volume IV, p. 301).

---

1965; *A Filha do Meio Quilo*, 1966; *O Salto do Cavalo Cobridor e Pacamão*; *Ciclo do Terror: Os que Bebem como os Cães* e outros. Romances Históricos: *Nassau, Sangue e Amor nos Trópicos e Bandeirantes – os comandos da morte*, etc. Contos: *Contos do Cotidiano Triste, História do Rio Encantado* e outros. Ensaios: *Faulkner e a Técnica do Romance*. Assis Brasil é considerado hoje um dos mais cintilantes intelectuais do país. O *Jornal de Letras* do Rio de Janeiro, em sua edição de dezembro de 1998, traz o romance *Beira Rio, Beira Vida* entre os cem melhores do gênero já publicados no país. Pertence à Academia Piauiense de Letras.

<sup>172</sup> Na segunda edição, o autor mudou o título para “Vaqueiro e Visconde”.

<sup>173</sup> São destaques desse período: *Gente Nova*, da Academia dos Novos (1922); *A Revista do Cenáculo Piauiense de Letras* (1927); *A mocidade*, *Revista da Arcádia dos Novos* (1928) e *Revista Acadêmica* (1935) da Faculdade de Direito do Piauí, fundada em 1932.

Essas questões são fundamentais para identificar como os intelectuais piauienses se prepararam para atuar nesse cenário de ideias e temas sobre vida local e nacional. João Pinheiro (1994) compreendia o meio como fator determinante para o preparo intelectual fundado por “um espírito”, uma “mentalidade” preferencialmente local, mesmo que contaminado por “idiossincrasias partidária” e pelas dificuldades de comunicação com o resto do mundo. Esse ambiente, segundo o estudioso, obrigou o estado a ser, por muito tempo, segregado e indiferente ao poder público. Essas relações dificultaram o “mais significativo e cultivo intelectual” (PINHEIRO, 1994, p. 09). Desse modo, a intelectualidade adotou, por muito tempo, e de forma equivocada, os horizontes da dinâmica “atraso-abandono-isolamento”, como a única realidade justificável e compreensível do grande descompasso local com a região e, conseqüentemente, com a nação. Mas, com a mudança da capital de Oeiras para Teresina, a ideia de província “atrasada, abandonada, isolada, tosca e inculta” ganharia novas perspectivas intelectuais.

## **II – Experiências intelectuais convergentes?**

Teresinha Queiroz (1994)<sup>174</sup>, elabora, de modo esquemático e sugestivo, uma seqüência cronológica de como se deu o processo de preparação das publicações dos autores piauienses e apresenta esse processo da seguinte forma: a) 1880 - publicação de textos polêmicos de filosofia e literatura, poesia e estudos políticos, desponta a geração da Escola do Recife de "saber renovado"; b) 1890 - publicações de natureza jurídica e política; c) 1900 – 1910 livros de poesia e outros gêneros como história, crônica, crítica religiosa e política se fazem presentes; d) final da primeira guerra mundial, emergem temas de interesse comercial; portuário, econômico, tributário, educacional e afins. No pós-guerra, salienta a estudiosa, emergem interesses práticos em oposição às décadas anteriores. Época de maior atuação de novos talentos e de maior vigor do movimento literário, em face da confluência e convergência de poetas e escritores de gerações diferentes, imbuídos em melhorar as condições materiais de publicação na imprensa. Esse momento se diversifica com a instalação das primeiras tipografias em Teresina, facilitando a existência da Imprensa Oficial do Piauí e das primeiras iniciativas para chegada do livro no Piauí. Essas iniciativas se

---

<sup>174</sup> O acervo sobre o qual incide nossa análise, resulta da pesquisa bibliográfica de piauienses produzida sobre piauienses, principalmente biografias e memórias de autores e obras da historiografia piauiense. No universo de estudiosos, as teses de doutorado de Queiroz (1994) e Magalhães (1999) e a dissertação de mestrado de Souza (2008) trazem dados mais atualizados. Além disso, fiz uma incursão nos periódicos da biblioteca digital do Arquivo Nacional e de impressos disponíveis no acervo público do estado. A consulta pessoal ao acervo local foi delimitada em vista das precárias condições de consulta, não possibilitando a exploração em sua totalidade.

intensificaram nas primeiras décadas do século XIX, facilitado pela navegação fluvial, e pelas famílias de posse dos meios econômicos, sociais e culturais que formariam suas bibliotecas particulares.

Reconhecidamente, nas primeiras décadas do século XIX, já circulavam pelos sertões piauienses alguns textos impressos nos diversos estilos como, por exemplo, livro de ficção, mesmo que voltado para um reduzidíssimo grupo de leitores das famílias rurais, também, livros didáticos para instrução dos membros dessa mesma família. O naturalista Georg Gardner, em passagem pelo sertão piauiense e ao chegar à fazenda Boa Esperança, ficou surpreso com a iniciativa escolar<sup>175</sup> do Padre Marcos que sustentava em sua fazenda crianças pobres para o conhecimento de Latim, Filosofia, Botânica, História Natural. O padre ainda possuía uma “vasta biblioteca de clássicos e filósofos” (GARDNER, 1942, p. 117). Em Oeiras, Gardner teve acesso à biblioteca particular do “Dr. Casimiro José de Moraes Sarmiento [...] que trouxera consigo de Pernambuco, onde estudara, obras em português, francês e inglês” (GARDNER, 1942, p. 131).

Renato Castelo Branco em suas memórias (1981), descreve a biblioteca de seu tio José como um lugar, segundo ele, que não se via paredes, pois era todo revestido de prateleiras de livros, tornando-se “um espelho da melhor cultura da época” (CASTELO BRANCO, 1981, p. 43). Nesse ambiente de poucas oportunidades para aquisição de livros, os intelectuais se tornariam “bibliófilos” ao manterem em suas residências um amplo acervo de obras literárias, históricas, filosóficas, de língua inglesa, francesa e alemã.

O escritor João Pinheiro, o primeiro historiador da Literatura piauiense, era tão obcecado pelos livros que chegou a possuir a maior biblioteca particular de Teresina. Ele comprava e lia o que se tinha de mais moderno e atual no mundo das letras como romance, poesia, prosa, crônica, além de Filosofia, História, Sociologia e Crítica Literária. Então, nasceu a primeira biblioteca do estado. Conforme Clodoaldo Freitas (1981), a iniciativa data de 1874 e pertencia à Sociedade Promotora da Instrução Pública Popular. Foi criada contendo, inicialmente, 1000 títulos entre livros, brochuras da Literatura nacional e estrangeira, tratados sobre artes, ofícios, agricultura, história, medicina, revistas diversas, dicionários, enciclopédias e outras publicações tidas como modernas, atuais e úteis ao conhecimento. O acervo foi uma doação feita pelo governo, sócios e particulares. A biblioteca foi fechada por falta de verba e reaberta

---

<sup>175</sup> As iniciativas escolares oficiais que se tem notícias no Piauí são raras e isoladas, funcionando na Vila da Mocha e na Vila de São João da Parnaíba no litoral. Nos relatos dos administradores que visitavam a província, eram unânimes em reconhecer a necessidade de implantar a instrução pública na província, mas tudo não passava disso. Em geral, o que ocorria de fato era educação doméstica, de iniciativa do fazendeiro que contratava o professor ou professora que, em geral, sabia ler e escrever. No final do século XIX e início do século XX, ocorreu a expansão das escolas primárias no Piauí.

um tempo depois, mas não resistiu à falta de cuidados, desapareceu, ficando alguns livros velhos e empoeirados distribuídos em duas estantes.

Existiam também bibliotecas nas escolas do Liceu, Escola Normal, Educandos Aprendizes Artífices e em outras organizações<sup>176</sup>. Em 1909, o Arquivo Público do Estado foi criado para reunir livros para o “estudo e a leitura de bons livros” (FREITAS, 1988, p. 114), além de documentos do estado. Em 1911, é criado o Museu do Piauí formando o complexo cultural de preservação da história piauiense. Mesmo com uma população majoritariamente analfabeta, encontramos nos jornais da época, estatísticas sobre visitas ao Arquivo Público realizadas por leitores que procuravam informações em jornais, revistas e leitura de livro. Se havia poucas bibliotecas para o público em geral, raríssimas eram as livrarias. Segundo notícia do jornal “A Luz” de 1903, os preços, as taxas e transporte de livros desanimavam os comerciantes. Por isso, preferiam, conforme anúncio de 1875 da livraria Econômica, vender junto com “primoroso sortimento de livros”, “chitas finíssimas” (CHAVES, 1998, p.43).

Em outro estabelecimento comercial, além de utensílios domésticos, eram também vendidas as obras de Bernardo Guimarães, Joaquim Manoel de Macedo, José de Alencar e outros. Os livros ocupavam um espaço nas velhas prateleiras de uma sala mal iluminada, empoeirada e escondida por trás do balcão de vendas. Posteriormente, essas lojas foram agregando outros produtos impressos como revistas e jornais do Rio de Janeiro, e diversificando os livros em aventura, romance policial e ficção científica.

Conforme Magalhães (1998), em anúncio de 1913, a Tipografia e Livraria Paz avisavam que haviam recebido, pelo vapor, um grande número de títulos didáticos e literários, tais como *Frases Feitas* de João Ribeiro, *Os últimos sonetos* de Cruz e Souza, *Os Sertões* de Euclides da Cunha, *Fábulas* de La Fontaine, *Germinal* de E. Zola, *Poesias* de G. Dias, *A esfinge* de Afrânio Peixoto, *Iracema e Tronco do Ipê* de José de Alencar e, ainda, *Poesias* de Olavo Bilac. Nessas prateleiras, não se encontravam livros de autores piauienses. Essa ausência local era motivada, conforme Magalhães (1998), ao estudar o “Processo editorial e a produção literária piauiense de 1900 a 1930” porque não havia tipografias. A primeira tipografia apareceu em 1906, a Libro Papelaria Veras<sup>177</sup>, e poucos meses depois, naquele mesmo ano, a

---

176 Conforme Nascimento (2005), existia uma Biblioteca da Escola de Comércio 30 de Outubro da Associação dos Empregados no Comércio de Teresina, era especializada em obras sobre comércio e indústria. Nas bibliotecas da União Caixeral de Parnaíba, União Artística Operária Florianense e a Estímulo Caixeral de Piripiri, o acervo era de leitura geral e específica.

177 Os dados sobre a atuação da Libro-Papelaria Veras não são insuficientes, sabe-se, apenas, que publicou muitas obras, dentre elas, *A guerra de Fidié* (1907) e *Um manicaca* de Abdias Neves (1909).

Tipografia Paz. Em 1920, surgiria outra iniciativa, a Papelaria e Tipografia Piauiense<sup>178</sup>. Com as iniciativas, o mercado editorial do estado se animou para publicar, de forma profissional, obras de autores piauienses, que, até então, imprimiam de forma artesanal seus livros em oficinas de jornais ou fora do estado.

Segundo articulistas da época, a atuação das duas tipografias não foi imediata, e apesar delas possuírem maquinários e materiais próprios, era lamentável ver as tipografias sem conseguir imprimir os livros. Segundo o articulista, a causa estava na rotina, no atraso e no abandono intelectual. Mas, a vida foi mudando. A Tipografia Paz era de propriedade do farmacêutico Tersandro Paz que também era proprietário da Farmácia dos Pobres. A principal atividade da tipografia era atender às demandas do governo e algumas iniciativas locais. Imprimia o Almanaque da Farmácia dos Pobres, a Revista Litericultura e a revista da Academia Piauiense de Letras. Quem tinha maior disponibilidade financeira imprimia seus livros na Libro Papelaria Veras ou em editoras do Rio de Janeiro, mas a grande maioria imprimia seus livros, preferencialmente, na Tipografia Paz, e como toda editora, divulgava seus créditos na capa e contracapa dos livros como “Tipografia da Farmácia dos Pobres”. Magalhães (1998, p. 126) registra um caso interessante envolvendo os créditos da Tipografia Paz na impressão do livro, *Ode a Satã* de Adalberto Peregrino e *Almas irmãs* de Antonio Chaves, Celso Pinheiro e Zito Batista. A tiragem de *Almas irmãs* foi pequena e sua distribuição doméstica. Surpreendentemente, um exemplar chegou às mãos do crítico pernambucano e acadêmico Medeiros e Albuquerque que assinava uma coluna no Jornal Carioca “A Notícia” com o pseudônimo de J.R. Santos.

O crítico acadêmico considerou a edição além de pobre em conteúdo, mais pobre de publicação e usou de tom irônico para se referir aos créditos da farmácia dos pobres. A crítica do acadêmico pernambucano foi respondida imediatamente na imprensa local por Zito Batista,

Aqui pelo Piauí (e o Piauí ainda continua sendo filho bastardo do Brasil) também temos uma boa casa editora. Mas [...] o que quer o sr. J R Santos? O que é bom quase sempre custa caro, e a Libro-Papelaria Veras, que é a nossa Casa Garnier, tem também (talvez mesmo para provar o nosso adiantamento) uma tabela de preços capaz de aterrorizar o escritor mais arrojado (MAGALHAES, 1998, p. 126 apud BATISTA, Zito, 1907).

---

<sup>178</sup> A ausência de estudo mais aprofundados sobre a atuação das tipografias, livraria e editoras impossibilita mensurar as repercussões desses empreendimentos no mercado do livro no Piauí.

A crítica do acadêmico criou um desconforto, reforçando a ideia do Norte contra o Sul. Então, cresceu, nas prateleiras, o número de livros de poesia, política e história de autores nacionais e estrangeiros. Além das publicações locais que apostaram na poesia lírica que disputava espaço ao lado da poesia sertaneja. Nasceram muitas publicações locais, em sua maioria, sobre história, mas também romances, discursos, religião, gramática. Traziam impressos, logo na contracapa, os créditos das editoras e dedicatórias aos notáveis da Literatura nacional como Rui Barbosa, Tobias Barreto, Clovis Beviláqua, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, entre outros. No romance, predominavam alusões a José de Alencar, Visconde de Taunay, Coelho Neto, Olavo Bilac e Machado de Assis. Preferiam autores de renome nacional em especial aqueles que tinham uma interlocução com a Academia Brasileira de Letras e movimentos ligados às letras regionais, preferencialmente, autores do Nordeste. Para Queiroz (1994), os escritores piauienses demonstraram “folego curto para o ensaio”. Teresinha Queiroz (1994) aponta especificidades temáticas em cada geração de autores, embora haja também um universo de proposições de consenso entre eles. O referencial mais constante era compreender e responder sobre a formação piauiense na formação brasileira dentro de um fogo cruzado de conceitos, teorias e metodologias. Persistia o sentimento de abandonados, isolados, atrasados, toscos e incultos da província. Nesse período, plasma-se, entre os intelectuais, uma onda de otimismo e pessimismo, clivando as manifestações literárias e demais formas de exposição do conhecimento. A preferência pela poesia era vista pelos piauienses como forma preferencial de alcançar a consagração literária dentro e fora do estado, especialmente. A ideia era não depender da colaboração do estado.

Ainda para Queiroz, grande parte da produção intelectual piauiense, do período estudado, ocorreu por ocasião da ida de piauienses para estudar na Escola do Recife, onde iniciaram a vida literária, e ao retornarem, renovaram e dinamizaram o ambiente intelectual na imprensa - jornais, revistas, periódicos, folhetos; nas conferências, comemorações literárias, religiosas e culturais. Contudo, muitas das publicações piauienses não foram concluídas, por conta das dificuldades materiais dos seus autores, ou, por outras “razões, não chegou a se tornar um produto acabado” ficando por elaborar “uma história da literatura virtual” (QUEIROZ, 1994, p.112). As tipografias, no início da década, abriram espaços para novos empreendimentos editoriais que começaram a ser planejados na década de 1940, mas só ocorreu a partir de

1951, com a criação do Centro de Estudos Piauienses (CEP) de iniciativa do Movimento de Renovação Cultural coordenada por Raimundo Nonato Monteiro de Santana<sup>179</sup>.

O centro publicava a Revista Econômica Piauiense que começou a circular em 1957, além de outras iniciativas para edição de autores e obras piauienses. Essa ideia segue na década de 1960, no governo Petrônio Portela Nunes (1963-1967), com a fundação do Conselho Estadual de Cultura para dar continuidade a nova editoração das obras sobre o Piauí que foi aberta em 1966, com uma série de publicações, entre elas *Pesquisas para a História do Piauí* (3 volumes), de Odilon Nunes, pela Companhia Editora do Piauí – COMEPI. A Companhia Editora do Piauí (COMEPI) foi uma gráfica e editora brasileira sucessora da Imprensa Oficial que já existia nos anos iniciais do século XX. Continuou atuando durante a década de 1970, com a implantação do Plano Editorial do Estado (1972) e da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais – Fundação Cepro (1974)<sup>180</sup>, pelo governo Alberto Silva (1971 – 1974). A iniciativa era divulgar de forma mais ampla as obras consideradas como as mais valiosas para o estado, podendo ser de autores piauienses ou não. Nesse período, a editora selecionou como obras de imprescindível valor histórico-cultural a reedição de *Pesquisas para a História do Piauí*, (4 vols), de Odilon Nunes; *A Guerra do Fidié*, de Abdias Neves e *Cronologia Histórica do Estado do Piauí*, de F.A. Pereira da Costa. Todas contaram com o crédito da Editora Artenova, do Rio de Janeiro, de propriedade do editor e livreiro piauiense Álvaro Pacheco<sup>181</sup>.

Em 1970, conforme Iara Moura, “Estado e produção historiográfica piauiense” (2005), foi criada a “Coleção Monografias do Piauí”, dividida em quatro séries: Literária, Econômica, Jurídica e Histórica cujos responsáveis eram: A. Tito Filho (Literatura e Folclore); Raimundo

---

<sup>179</sup> Para Brandão (2015, p. 30), a obra de Raimundo Nonato Monteiro de Santana se fundamenta em sólidos conhecimentos de ciência econômica. Sua principal obra é *Evolução Histórica da Economia Piauiense* (1964). Seu maior esforço foi na linha da periodização da história da economia piauiense. Seleciona períodos bem definidos, estuda os fatos econômicos “que não chegam a ser agrupados como de costume na periodização histórica”(BRANDÃO, 205, p. 30). O livro é rico de dados históricos, recolhidos através de demorada pesquisa e, pioneiro e único, constitui valiosa contribuição.

<sup>180</sup> A fundação CEPRO foi criada com o objetivo de ser “uma cepalina piauízera” (FONSECA NETO, 1979, p. 10). A fundação representa o ícone de uma geração nascida na Universidade Federal do Piauí com núcleo pensante no Departamento de Ciências Sociais, Economia e História. Possui uma revista denominada de Caderno CEPRO.

<sup>181</sup> Alvaro dos Santos Pacheco (1933). Advogado, jornalista, editor e livreiro. Fundou a editora Artenova em 1962 no Rio de Janeiro. Inicialmente direcionada para publicações especializadas, a editora começou a destacar-se a partir de 1969 pelo lançamento de autores inéditos ou pouco conhecidos no Brasil, como Anthony Burgess, Saul Bellow, Bernard Malamud, Konrad Lorenz, Victoria Holt, J. R. R. Tolkien, Raymond Chandler, Lawrence Sanders, Sylvia Plath, Iris Murdoch, além de Carl Jung, Rollo May, Jean Piaget e dos nacionais Rubem Fonseca, Clarice Lispector, Carlos Castelo Branco, João Ubaldo Ribeiro, então pouco conhecido. A editora publicou ainda diversos livros do seu próprio dono, também poeta de considerável reconhecimento. Foi a Artenova que fomentou a venda de livros em bancas de jornais e ajudou a popularizar o livro de bolso publicando neste formato, diversos títulos, assim como as edições em quadrinhos, de personagens como a Charlie Brown e Pimentinha.

Nonato Monteiro de Santana (Economia); Vidal de Freitas e Felício Pinto (Letras Jurídicas); Odilon Nunes, Monsenhor Joaquim Chaves, Celso Pinheiro Filho e Antilhon Ribeiro Soares (História); Celso Barros Coelho (Sociologia e Educação). A obra que inaugurou a Coleção Monografias do Piauí - Série Histórica- foi *Devassamento e Conquista do Piauí*, de Odilon Nunes, que já havia sido publicada em 1960, na Revista Econômica Piauiense, com a denominação de “Domingos Jorge Velho, a História do Piauí e a primazia da colonização piauiense”. Recentemente, foram criadas novas coleções: Coleção Independência (2006); Coleção Grandes Textos (2010); Coleção Nordestina (2011); Coleção Centenário (2014).

Na década de 1980, o “Projeto Petrônio Portella”<sup>182</sup> deu prosseguimento ao Plano Editorial do Estado, publicando importantes pesquisas históricas, como, por exemplo, *A Balaiada no Piauí* (1985), de Maria Amélia Freitas Mendes de Oliveira, e *Piauí Colonial: população, economia e sociedade* (1985), de Luiz R. B. Mott. Em 2018, foi criada a Biblioteca Piauiense Professor Raimundo Nonato Monteiro de Santana, que vai permitir acesso a obras sobre a realidade socioeconômica, política e cultural do estado, além de resgatar publicações esgotadas e viabilizar a edição de obras nunca publicadas. Em geral, as coleções definem um conjunto ou reunião de textos da mesma natureza ou temas que têm alguma relação entre si. Em sentido editorial, significa o conjunto limitado de obras de autores diversos, publicados por uma mesma editora, sob um título geral indicativo de assunto, área ou tema, definido pelo mercado, como um modelo atraente, rentável e acessível ao leitor. As coleções podem ser vistas como uma biblioteca ideal que seleciona, classifica e hierarquiza autores e obras com seu padrão de pensamento, que, reunidos, irão se tornar autores e obras designadas como do pensamento regionalista ou brasileiro.

### **III - Imprensa, livros, coleções e outras colagens.**

Segundo Candido (2000), é reconhecida a influência e decisiva a atuação do jornal sobre a literatura ao contribuir com a criação de “gêneros novos, como a chamada crônica, ou modificando outros já existentes, como o romance” (CANDIDO, 2000, p. 29). Visto que aqueles de maior prestígio intelectual tomavam conta das redações. Machado de Assis<sup>183</sup> na crônica *O Jornal e o Livro* de 1859, perguntava “O jornal matará o livro? O livro absorverá o jornal?” Para responder a questão, Machado de Assis, que vivia da imprensa e do livro,

---

<sup>182</sup> O Projeto Petrônio Portella objetiva divulgar a produção intelectual piauiense e sua capacidade de pesquisar e criar novos estilos, temas e preocupações; visa estimular a produção literária com a editoração de obras de autores piauiense que reflitam aspectos da paisagem, da vida, história, e da cultura piauiense.

<sup>183</sup> Publicado originalmente no *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro em 1859, edição atualizada de 2011. Também disponível em [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br)

reconhecia que o jornal tinha mais influência porque atingia uma quantidade maior de leitores atraídos por um tipo de “literatura cotidiana”, atenta diariamente ao “espírito do povo, o espelho comum de todos os fatos e de todos os talentos, onde se refletia não a ideia de, um homem, mas a ideia popular” (ASSIS, edição atualizada de 2011, p. 25). Para ele, o livro era limitado e estreito se colocado diante do jornal, pois o jornal reunia maiores oportunidades de discussão própria ao espírito humano (ASSIS, 2011, p. 03). O livro, segundo Machado de Assis, não se prestava a esse papel, pois se nele estava a ficção, no jornal estava o fato. Para os escritores, o jornal era mais que um meio de trabalho, era um “banco intelectual” no qual o escritor vendia suas ideias, colocando-se sempre em contato com o leitor, com os críticos e demais interessados que indicariam os caminhos a seguir sobre o que escrever ou como deveria ser escrito.

Para Werneck Sodré<sup>184</sup>, na *História da imprensa no Brasil* (1999), os homens das letras buscavam encontrar no jornal o que não encontravam nos livros, isto é, “notoriedade, em primeiro lugar; um pouco de dinheiro, se possível” (SODRÊ, 1999, p. 292). Na imprensa se tinha o que era de melhor na literatura brasileira dos “fazia escala pela imprensa” (SODRÊ, 1999, p. 292), do tipo Olavo Bilac, José Verissimo, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Coelho Neto, Félix Pacheco, Oliveira Vianna, entre tantos outros. Eram muito recorrentes, constantes e inevitáveis as trocas de farpas entre os intelectuais nas páginas impressas. No Piauí, o escritor Abdias Neves classificava os embates como “às vezes cegos” (NASCIMENTO, 2012, p. 03) por envolverem preferências partidárias, culturais, sociais e religiosas. Além do jornal, as revistas também desempenharam papel fundamental como dos mais influentes mensários da imprensa brasileira. A “Revista do Brasil” de Monteiro Lobato<sup>185</sup> se tornou uma referência cultural da vida brasileira antes de 1930. À frente dos

---

<sup>184</sup> A *História da Imprensa no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, foi publicada pela primeira vez em 1966, pela Civilização Brasileira. Trata-se de um trabalho de fôlego, que traz informações detalhadas e preciosas sobre a imprensa brasileira de 1808 até os anos 1960. O autor levou cerca de 30 anos dedicados a minuciosa pesquisa e redação. Um imenso registro de quase todos os jornais e revistas publicados no território nacional – dentro do seu período de abrangência. O autor traz vários dados sobre as publicações, fundadores e profissionais que nelas trabalharam. Analisa e faz comentários e críticas. Nelson Werneck Sodré foi, sem dúvida, um dos mais importantes historiadores do século 20. A *História da Imprensa no Brasil* é apenas um de seus muitos trabalhos publicados, entre os quais se destaca também *História da Literatura Brasileira*, publicada em 1938. Apesar de outros livros sobre o assunto terem sido escritos antes e depois de Sodré, sua obra ainda hoje é a principal referência para os estudiosos no país.

<sup>185</sup> Conforme Hallewell (2012), Lobato começou como colaborador, posteriormente, comprou a revista se tornando diretor. A revista foi decisiva na vida intelectual de Monteiro Lobato e de muitos que despontavam. Fundada em São Paulo, em janeiro 1916, por um grupo do jornal O Estado de São Paulo. Em 1918, é fundada a Monteiro Lobato & Cia Editores. Em 1925, Lobato, então com dificuldades financeiras, vendeu a Revista do Brasil para Assis Chateaubriand. Em 1938 Chateaubriand reativa a revista para servir de voz contrária ao Estado Novo. Teve a participação de pensadores como Otávio Tarquínio de Sousa, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Raquel de Queiroz, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Amadeu Amaral, Graciliano Ramos entre outros.

negócios, ele colecionou uma lista de admiradores pela sua disposição em atender inúmeros escritores consagrados e outros jovens promissores. A revista, por muitos anos, foi “o sonho de todo estrepante, de todo candidato à glória no país das letras” (MICELI, 1979, p.04).

Acolheu figuras da geração de 1870, inúmeros escritores da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Também, diferentes tendências como anatolianos, autoritários, líderes intelectuais do renascimento católico, educadores profissionais, vanguarda modernista, cosmopolitismo intelectual, e tantas outras tendências do período. Hallewell (2012, p. 358) narra que a atuação de Lobato no mundo editorial começou publicando obras de autoria de amigos (José Antonio Nogueira, Ricardo Gonçalves, Godofredo Rangel, Valdomiro Silveira, entre outros), depois decidiu tornar público que estava à procura de novos talentos. Apareceram candidatos de todo Brasil que enviaram para a revista textos que os autores já tinham perdido a esperança de ver publicados. A iniciativa de Lobato era lançar novos nomes, contrariando a lógica dos editores que só queriam saber dos consagrados. Se alguns destes se apresentavam para Lobato, eram “polidamente” dispensados com o argumento de que já era um escritor “graúdo, de renome” e aconselhava ir se arrumar “lá com a Garnier ou a Alves. Nós aqui somos para os que se iniciam” (HALLEWELL, 2012, p. 358). Um exemplo citado por Hallewell foi o livro de Valdomiro Silveira *Os Caboclos*, escrito em 1891 e publicado somente em 1920, por iniciativa de Lobato. Entre essa “gente nova” Lobato lançou Léo Vaz, Ribeiro Couto, Paulo Setúbal, Toledo Malta e Oliveira Vianna. Foi nesta condição que o desconhecido Francisco Iglesias<sup>186</sup> que, ao regressar do Piauí, em 1918, foi convidado por Artur Neiva<sup>187</sup> a ir visitar o Lobato para, assim, conseguir publicar sua experiência pelo sertão,

Mas publicar onde? - perguntei eu. - na Revista do Brasil, do Monteiro Lobato. Você conhece o Lobato? – não?, pois olhe, é um espírito interessante, alçado aos píncaros da fama literária pelo Rui Barbosa. É um rapaz inteligente e despido dessas vaidadezinhas que só servem para empanar o brilho da boa qualidade. (IGLESIAS, 2015, p. 13).

---

<sup>186</sup> Engenheiro Agrônomo do Instituto Butantã, integrou expedição pelo Nordeste Brasileiro ao mesmo tempo da expedição de Belizário Penna, Artur Neiva e Oscar Freire para o sertão. O engenheiro esteve no Piauí entre 1913 a 1918, onde fez várias observações sobre a sociedade, cultura, paisagem, fauna, flora. Em 1919, decidiu publicar sobre a experiência no Piauí. Foi convidado por Lobato para publicar seus artigos em livro entre 1946 a 1949 “com longas intermitências”, inicialmente, com o título “viagens ao norte do Brasil” e, finalmente, foi publicado como *Caatingas e Chapadões*.

<sup>187</sup> Médico sanitário, participou com Belizário Penna das viagens científicas realizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz durante a primeira metade do século XX. Visitaram o norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e norte e sul de Goiás no período de janeiro a outubro de 1912. O relatório foi publicado em 1916. Para saber mais, consultar o estudo de Lima (1999).

Iglesias aceitou o convite e foi visitar a “revista do lobato” acompanhado de Artur Neiva. Logo que entrou nas suas dependências, ficou surpreso com a “sala simples, cheia de prateleiras, e livros por toda parte” (IGLESIAS, 2015, p. 14). A revista funcionava no segundo andar de um prédio da Rua Boa Vista e ficava movimentada principalmente no fim do mês por causa do “empacotamento e distribuição da revista - verdadeiro mutirão em que todos trabalhavam”. Apresentado ao Lobato, por Artur Neiva, foi calorosamente recebido e teve a impressão de que se conheciam há muito tempo,

A casa aqui é sua - mande os originais. Estas portas estão abertas para os moços, (e eu naquele tempo era bem moço), os que não podem fazer ouvir sua voz em outros respiradouros, sufocados pelos medalhões que têm medo de sombra. Medalhão aqui não entra! Assim falou, mais ou menos, o jovem pai do jeca-tatu. Com estas palavras simples, compreendi o seu programa e ficou estereotipada na minha mente a personalidade invulgar de Monteiro Lobato (IGLESIAS, 2015, p. 14).

O visitante descreve Monteiro Lobato com suas “grandes e vastas sobranceiras” do tamanho do “coração bom, lhano, aberto constantemente às causas nobres” (IGLESIAS, 2015, p. 14); por isso, a *Revista do Brasil* era o maior “centro de irradiação cultural, que marcou o início de uma nova era na literatura brasileira, e, principalmente, deu começo à indústria do livro no Brasil” (IGLESIAS, 2015, p. 14). Monteiro Lobato era tão apaixonado por livros que decidiu espalhar livrarias em todos os cantos do país, aproveitando e ampliando os pontos de venda e distribuição de sua revista. Assim, escreveu a todos os agentes postais, mais de mil e trezentos correspondentes, solicitando nome e endereço de banca de jornal, papelaria, padaria, farmácia ou armazém com interesse em vender livros, exceto nos “açougues, por temor de que os livros ficassem sujos de sangue” (HALLEWELL, 2012, p. 358),

Vossa senhoria tem o seu negocio montado, e quando mais coisas vender, maior será o lucro. Quer vender também uma coisa chamada “livros”? Vossa senhoria não precisa inteirar-se do que essa coisa é. Tratar-se de um artigo comercial como qualquer outro: batata, querosene ou bacalhau. É uma mercadoria que não precisa examinar nem saber se é boa nem vir a escolher. O conteúdo não interessa a V.S., e sim ao seu cliente, o qual dele tomará conhecimento através das nossas explicações nos catálogos, prefácios, etc. e como, V.S. receberá esse artigo em consignação, não perderá coisa alguma no que propomos. Se vender os tais “livros”, terá uma comissão de 30 p.c.; se não vendê-los, no-los devolverá pelo correio, com o porte por nossa conta. Responda se topa ou não topa (HALLEWELL, 2012, p. 357).

Conforme Hallewell em *O Livro no Brasil* (2012), os agentes postais se sentiram orgulhosos tendo alguém como Monteiro Lobato se dirigindo a eles para pedir ajuda, e responderam (HALLEWELL, 2012, p. 357) a famosa circular. Como resultado, viu ser instalado pelo Brasil, mais de dois mil postos de venda de livro. Essa iniciativa foi

acompanhada por pequenos comerciantes, oficinas de jornais que saíram do abandono do interior do estado e entraram para o mercado ao abrirem postos de vendas de livros, e ainda enviavam para outros estados.

No Piauí, David Moreira Caldas (1836-1877) acolhia em seus jornais consagrados e provincianos. Bacharel em direito pela Escola do Recife, jornalista, crítico literário, geógrafo e historiador, muito polêmico, deixou um vasto legado como animador local. Entre 1859 e 1877, foi responsável por fundar uma plêiade de jornais<sup>188</sup> de cunho científico, noticioso, político, mundano e literário onde fazia suas publicações e de outros escritores. Possuía também uma pequena tipografia onde eram impressos seus jornais e de quem mais necessitasse. Ficou conhecido pela sua generosidade e disponibilidade em acolher e emprestar as páginas de seus jornais para escritores divulgarem suas ideias, deixando estudos inéditos de geografia, política, cultura, mapas e relatórios, material que até hoje os pesquisadores, infelizmente, não conseguiram localizar. Dos estudos publicados, está disponível o “Relatório da viagem feita de Teresina até a cidade de Parnaíba, pelo rio do mesmo nome, inclusive todo o seu delta, por ordem do Exmo. s.r. Dr. Adelino Antônio de Luna Freire, Presidente do Piauí”, de 1867. Em 1868, David Caldas publicaria o que os estudiosos consideram como o mais rico e importante documento cartográfico do séc. XIX referente ao Piauí, reunindo os mapas da Província do Piauí, da Capital, Teresina, e do Delta do Parnaíba. Esse material é resultado de estudos de campo e pesquisas empreendidos por David Caldas em arquivos da Presidência da Província, onde, inteligentemente, e de forma pioneira, procurou dar visibilidade a dois dos elementos mais identificadores do Piauí, a sua moderna capital com traçado planejado e o seu ecossistema natural mais significativo, o rio e o Delta Parnaibano.

Outro empreendimento editorial nessa linha de acolhimento de consagrados e provincianos, conforme Nascimento (2012), foi a revista *Litericultura*, criada em 1912, por um grupo de intelectuais piauienses da escola do Recife. Desde sua criação, reunia o mais seleto elenco de notáveis<sup>189</sup> ou, pelo menos, já conhecidos na imprensa local e nacional do porte de Abdias Neves, Higino Cunha, Clodoaldo Freitas e João Pinheiro que criaram o periódico para divulgar Literatura, crônica, contos, poesias, poemas, resenhas e teses

---

<sup>188</sup> Era editor e redator do jornal *A Imprensa*, *Amigo do Povo* (1868), *Oitenta e Nove* (1873), *O Papiro* (1874) e *Ferro em Braza* (1877) que era impresso em papel vermelho.

<sup>189</sup> Composto de cinquenta literatos empenhados na sua edição e redação, tais como: Jônatas Batista, Baurélio Mangabeira, Zito Batista, Abdias Neves, Alcides Freitas, Lucídio Freitas, Celso Pinheiro, Fenelon Castelo Branco, Antonino Freire, Da Costa e Silva, Arimatéia Tito, Félix Pacheco, Vaz da Silveira, Matias Olímpio, Cromwell de Carvalho, Clodoaldo Freitas, Valdivino Tito, Higino Cunha, Simplício Mendes, Mário José Batista, João Pinheiro e tantos outros. Todos intelectuais renomados, alguns representantes políticos do Piauí na esfera federal e estadual e, ainda, outros profissionais liberais respeitados que anunciavam seus serviços através da revista além de colaborar escrevendo artigos.

jurídicas, históricas entre outros. O grupo era liderado por Abdias Neves e eles se revezavam em suas publicações e, ao longo de sua circulação, acolhia novos escritores. Abordava temas da atualidade e temas polêmicos como o divórcio, religião, filosofia, família, entre outros. Dita “Estritamente cultural”, a revista não apresentava anúncios e as despesas com a publicação adivinham de valores diferenciados da assinatura: anual, para o interior; assinatura para outros Estados; assinatura para o estrangeiro e número avulso. A publicação era mensal e de grande porte, era impressa pela Imprensa Oficial e atuou entre 1912 e 1913.

Hallewell (2012) estuda a *História do Livro no Brasil*<sup>190</sup>, concentrando suas pesquisas nas editoras e editores principalmente no Rio-São Paulo. Ao contextualizar a formação desse mercado editorial, o autor estende seu olhar para o Brasil do século XIX, e localiza as regiões<sup>191</sup> que tinham as principais e mais importantes iniciativas. No estudo, tece comentário sobre o território e sobre como a capital do império ficava isolada ao longo de muitos quilômetros de costa litorânea e outros tantos para o interior. As comunicações seguiam as trilhas levadas por comboios de mulas, caminhantes e navegadores. Os poucos rios navegáveis raramente se interligavam e ainda eram bloqueados por frequentes quedas d'águas corredeiras, apesar de a navegação ter passado por contínuas melhoras. Nestas condições, segundo o estudioso, em 1827, começou um serviço regular de vapores entre o Rio de Janeiro e Santos.

Em 1839, “o Brasil tornou-se o primeiro, entre os países de tamanho equivalente, a unir todas as suas províncias marítimas por navegação a vapor” (HALLEWELL, 2012, p. 132). Antes dos vapores, as províncias brasileiras viviam suas vidas por sua própria conta, na economia, política e cultura. Na época da navegação à vela, o comércio de livros era uma atividade autônoma. Cada província tinha seus vínculos comerciais diretos com Europa, de onde vinha a maior parte do material de leitura. O autor considera que com o início das relações comerciais proporcionada pela navegação e em grau menor pelas ferrovias após

---

<sup>190</sup> De igual interesse e importância, temos o estudo de Wilson Martins *História da Inteligência brasileira*, originalmente publicado entre 1976-1979, em oito densos volumes. É o maior ensaio desta natureza já publicado no Brasil. O autor comenta por tema a produção intelectual no Brasil no lastro temporal de 1550 a 1960, analisando o surgimento de obras e seus autores na literatura e demais manifestações culturais. Interesse semelhante encontra-se no estudo de Sérgio Miceli *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920 a 1945)* de 1979 e Aníbal Bragança e Márcia Abreu *Impressos no Brasil. Dois séculos de livros brasileiros* (2010). Os estudos reúnem o percurso de todos os agentes interessados em um produto designado de “livro”, expondo as peculiaridades, os desafios das práticas e processos de produção num panorama que se descortina desde as primeiras tipografias e livrarias até a contemporaneidade desse elemento essencial da vida cultural brasileira.

<sup>191</sup> Sobre o Piauí, o autor se limita a reconhecer a presença da imprensa em Oeiras de 1832, com a publicação do primeiro jornal. Admite que essa iniciativa produziu pouco, e este pouco, posteriormente, publicou obras de interesse local escrita por autores locais. No Piauí, Clodoaldo Freitas, Abdias Neves, Odilon Nunes e Celso Pinheiro se voltaram para elaboração de uma história da imprensa piauiense.

1852, potencializou a produção local de livros e como consequência, atraiu para o Rio de Janeiro “a nata do talento literário e intelectual do país” (HALLEWELL, 2012, p. 132).

Contudo, no Norte, Manaus, Belém e São Luís do Maranhão conseguiram com muitas dificuldades se manterem no mercado do livro com larga atuação. Recife continuou a ser o centro impressor mais importante das províncias desde metade do século XIX (HALLEWELL, 2012, p. 203). Nas demais províncias, o mercado ainda era lento, mas com grande potencial. Nesse contexto, Hallewell, destaca a atuação de Baptiste L. Garnier, livreiro francês que veio para o Rio de Janeiro e transformou o mercado do livro no Brasil, entre 1844 e 1934. Garnier fixou-se na Rua do Ouvidor nº 69, permanecendo, ali, até 1878, quando se mudou para frente de seu principal concorrente a Livraria Universal de E. Laemmert. A Livraria Garnier era especializada, a princípio, em edições de literatura francesa, reimpressões baratas e obras de temas políticos do momento, artigos de papelaria, importados, e utilidades femininas e masculinas, apostou também no mercado promissor e estratégico para distribuição de livros em espanhol para os países latino-americanos. Conforme Hallewell, Garnier começou a publicar livros em pequena escala até 1860, “parece ter sido o primeiro editor a encarar a edição e impressão como atividades distintas” (HALLEWELL, 2012, p. 223). O serviço de produção do livro era feito em Paris, aproveitando o transporte facilitado pelo novo processo da navegação a vapor entre a América e Europa que faziam o percurso em menos de vinte e nove dias. Era, também, uma oportunidade para manter os vínculos com a matriz, além de alimentar o imaginário dos escritores que via na livraria uma possibilidade de ver seu livro publicado com o selo francês.

Outro fator que levou a Garnier atuar dessa forma era os custos com a impressão, principalmente com o papel e com o maquinário que, no Brasil, funcionavam com uma capacidade baixa, sendo aproveitados, para imprimir um livro, os momentos de ociosidade na impressão de jornais. Para o estudioso, inúmeros fatores ajudam a explicar o sucesso do livreiro-editor e um deles é o fato de reconhecer que estava em curso um tipo de público leitor de romances que começou na Inglaterra, mas se tornou dominante na França. No Brasil, a grande maioria das publicações eram traduções. Muitas delas, de ficção no formato folhetim, publicado nos jornais. O folhetim se transformou em um dos mais importantes veículos de divulgação do talento literário nacional. Nunca desapareceu do gosto do leitor, apenas diversificou. Esse gênero ultrapassou o século, teve um pequeno declive, para depois ganhar novo fôlego. Percebendo esse ambiente, Garnier, segundo Hallewell (2012, p. 238), na metade de década de 1860, começou a publicar obras de ficção, principalmente, aquelas de interesse local, pois apontavam para uma predileção do leitor de colecionar autores favoritos e

de manter em sua biblioteca “edições uniformes de obras de um mesmo autor” (HALLEWELL, 2012, p. 238).

Ainda, para ele, embora o livreiro-editor raramente arriscasse publicar o primeiro livro de um autor desconhecido, ninguém editou, nesse período, mais livros brasileiros de ficção que Garnier, e, praticamente, não houve um romancista brasileiro de grande importância que não tivesse a maioria de suas obras publicadas por ele<sup>192</sup>. No centro comercial mais disputado do Brasil, o Rio de Janeiro, duas livrarias que também eram editoras, passaram a funcionar uma ao lado da outra, a Garnier e a Laemmert. As duas livrarias-editoras se revezavam em publicar as obras de autores já consagrados e outros em ascensão. A Garnier, em 1902, lançou *Canaã* de Graça Aranha e a Laemmert *Os Sertões* de Euclides da Cunha. Foi na Garnier que José de Alencar se fez lido e relido, ao serem reimpressos e reeditados, a partir de 1867, quase todos os livros de Alencar, ou seja, “vinte romances traziam a marca editorial da Garnier” (HALLEWELL, 2012, p. 238).

Outro escritor muito importante para Garnier foi Machado de Assis que teve seus livros publicados pela livraria, pois era um talento literário de sucesso e de venda garantida. Garnier faleceu em 1893, deixando um pioneirismo para o mercado do livro. Assumiu em seu lugar F. Hippolyte. Para Halleweel (2012, p. 277), a perda do fundador da Garnier no Brasil, vai fazer a livraria passar por tempos muito difíceis, pois viu seus melhores autores indo embora. Diante desse quadro e com o objetivo de recuperar o prestígio perdido, em conformidade com Hallewell (2012), por volta de 1898, Hippolyte envia para o Rio um novo gerente, J. Lansac, que com pouco domínio da língua se tornou dependente de seu assistente-chefe brasileiro, Jacinto Silva. Este, com grande autonomia gerencial, revitalizou a livraria com vista a competir com a Laemmert. Nesse momento, a Laemmert também passava por nova direção e acabara de substituir a velha loja de um único pavimento por um imponente edifício de três andares na Rua do Ouvidor. Em frente a Garnier que “apesar do endereço elegante, era uma loja pequena e miserável, com duas portas que permaneciam abertas e sem janelas” (HALLEWELL, 2012, p. 283). Hallewell narra que Hippolyte, determinado a eclipsar a

---

<sup>192</sup> Segundo Hallewell (2012, p. 165 - 178), por essa época Francisco de Paula Brito era o primeiro e único editor brasileiro no mercado editorial, permanecendo até 1861, quando faleceu. Foi tipógrafo, editor, poeta, contista, jornalista, tradutor. Entre os anos de 1830 e 1861 publicou quase uma centena de jornais, revistas, livros e folhetos. Dentre os autores brasileiros publicados por Paula Brito, destacam-se: Joaquim Manoel de Macedo, Casimiro de Abreu, Gonçalves de Magalhães, José de Alencar, Martins Penna, Machado de Assis, Manuel de Araújo Porto Alegre, Domingos Alves Branco Moniz Barreto, Augusto Emílio Zaluar. Sabe-se que, na casa de Paula Brito, foi criada, em 1840, uma sociedade literária e onde se reuniam romancistas, poetas, jornalistas, compositores, profissionais liberais, políticos e líderes da sociedade carioca. Machado de Assis começou a trabalhar na tipografia de Paula Brito como revisor e colaborador em 1854, e foi ali que iniciou sua própria carreira literária e jornalística.

concorrente, encomendou a seus arquitetos parisienses o projeto de um magnífico prédio de quatro andares, com um apartamento para o gerente no último andar. O novo prédio foi inaugurado com uma festa de gala com a presença do cônsul francês, da imprensa e de uma plêiade de homens público e das letras. Para marcar a solenidade, os convidados receberam um exemplar autografado por Machado de Assis, presumidamente, “Dom Casmurro” (HALLEWELL, 2012, p. 284).

Ainda segundo o estudioso, as fotografias da época testemunham a opulência do ambiente, o mobiliário do andar térreo era feito de madeira polida, havia balcões e “cadeiras para fregueses cansados”. Essas cadeiras que, em breve, segundo Hallewell, seriam conhecidas como as “cadeiras dos doze apóstolos”, foram retiradas do ambiente por decisão de Lansac, provocando, nos frequentadores, protestos que foram amplamente divulgados na imprensa. Para o gerente, narra Hallewell, as cadeiras serviam para encorajar a formação de várias “rodinhas” literárias dentro da livraria bloqueando a passagem de outros frequentadores. Essas rodinhas são descritas por Hallewell da seguinte forma,

Na entrada “a sublime porta” ficava os parnasianos: Elisio de Carvalho, Alberto Oliveira José Albano e Melo Moraes. Após a porta, Goanzaga Duque, Mario Pederneiras, Cardoso Junior, Santos Maria e Lima Campos. Em seguida ficavam os simbolistas: Gustavo Santiago, João ribeiro, Maximiano Maciel, Rocha Pombo, Musio Teixeira, Fabio Luz, Pedro Couto, Nestor Victor e Xavier Pinheiro. Mais para dentro Severino Resende, Carvalho de Mendonça, Osorio Duque Estrada e Sousa Bandeira. No fundo da loja, onde o assistente-chefe Jacinto Silva tinha sua mesa e enfrente uma cadeira especial reservada para Machado de Assis, que aparecia todas as tardes depois de terminada sua jornada de trabalho no Ministério da Viação para encontrar José Veríssimo, Joaquim Nabuco, Clovis Beviláqua, Sílvio Romero, Coelho Neto e Olavo Bilac (HALLEWELL, 2012, p. 285).

As rodinhas incomodavam o livreiro, porque alguns deles eram escritores de pouca expressão no mercado editorial e, conseqüentemente, não tinham obras publicadas pela Garnier. Hallewell cita o caso de Lima Barreto que frequentava a livraria assiduamente e não conseguia publicar, pois a livraria para Lima Barreto era um espaço “de pistolão, editando diplomatas” (HALLEWELL, 2012, p. 286). Mas, segundo Hallewell, o livreiro mostrou receptividade com jovens escritores de pouca expressão como Laudelino Freire, Magalhães de Azevedo, Adhebal de Carvalho, Graça Aranha, Coelho Neto. Segundo Hallewell, “A ousadia da Garnier chegou ao fim por volta de 1904”, quando o assistente-chefe brasileiro Jacinto Silva deixou a firma para dirigir o departamento de livros da Casa Garroux, em São Paulo. Em 1919, Jacinto Silva se estabeleceu por conta própria e transformou seu negócio na Casa Editora “O Livro”, tornando-se um ponto de referência para escritores paulistas. A livraria se

tornou encontro habitual de “reuniões literárias e exposição artísticas chegando a ser o primeiro local escolhido” pela intelectualidade para as reuniões preparatória da Semana de Arte Moderna (HALLEWELL, 2012, p. 362). Outra livraria que serviu de ponto de encontro dos modernistas, segundo o estudioso, foi a Livraria Italiana.

Os escritores ainda tinham como opção em São Paulo, a Casa Mayaença, Editora Helios Ltda, a Casa Garraux, E. Cupolo, Casa Chiarato e Piratininga, entretanto, para Halleweel, os modernistas eram um grupo sem fama e, de modo geral, o máximo que conseguiam era publicar em pequenas revistas, como Klaxon e Festa. Quem podia pagava a publicação do livro, chegando, segundo Halleweel, a inventar nomes fictícios de editoras<sup>193</sup> e assim, emplacar seu livro no mercado editorial. Com o mundo em guerra e depressão, as livrarias viveram tempos difíceis. A Garnier já havia reduzido muito suas publicações e estava apenas explorando seus direitos autorais já adquiridos e reeditando a sua “Coleção dos Autores Célebres da Literatura Brasileira” (HALLEWELL, 2012, p. 296). Em 1934, a Garnier encerra definitivamente suas atividades de livraria-editora no Brasil, deixando um legado intelectual “que mais do que qualquer outra, tornou possível o desenvolvimento da Literatura Brasileira no século XIX e XX” (HALLEWELL, 2012, p. 296). A livraria-editora, para Hallewell, ironicamente, foi sucumbida pelo mercado. As dificuldades em continuar atuando fez a livraria ser vendida aos poucos e aos pedaços pela editora Martins de São Paulo, e depois pela Difel e Itatiaia. O esplêndido edifício foi vendido e, em seguida, demolido para dar lugar a um banco em 1953.

Sem o glamour da Garnier, a Laemmert se tornou a principal editora brasileira a publicar livros dentro do território nacional. Segundo Hallewell, a Laemmert se estabeleceu primeiro que a Garnier, em 1827. Seu principal empreendedor, Eduard Laemmert, era impressor e livreiro de ofício. Chegou ao Rio junto com outros sócios trazendo na bagagem o faro literário e comercial. A loja, no Rio, vendia obras francesas modernas, de filosofia, administração, artes, ciências e poesias. Em 1833, a E. Laemmert se tornou a Livraria Universal, vendendo guias de bolso e outras publicações semelhantes. Narra, Hallewell, que, em 1840, o livreiro lançou e organizou uma miscelânea literária denominada “Folhinha”.

Logo expandiu e passou a publicar o *Almanack Laemmert*, superando os concorrentes, sobretudo por ser mais completo e impresso na própria tipografia. O negócio cresceu tanto

---

<sup>193</sup> Parece ser o caso do livro de Cassiano Ricardo *O Brasil no Original de 1936*, que foi publicado em São Paulo, com o selo da Editora Bandeira. Coleção Cultural da Bandeira.

que, em 1862, o imperador visitou a oficina para conhecer pessoalmente o maior empreendimento tipográfico e editorial brasileiro. Em 1891, as oficinas ganharam máquinas modernas de impressão simultânea, frente e verso e colorida. Assim, a Laemmert passou a dominar o mercado local, e em 1909, a tipografia já tinha imprimido uma centena de obras de autores brasileiros, além de obras com traduções para o inglês, francês, alemão e italiano.

Nessa época, muda-se para a Rua do Ouvidor, e passa a concorrer com a Garnier, considerada sua competidora indireta. Desde o início, conforme Hallewell, a concorrência era para dividir o mercado. A Garnier se concentrou em literatura brasileira e escritores franceses da moda, traduções, principalmente, em espanhol e coleções. A Laemmert se concentrou em História do Brasil com publicação de Varnhagem, Aires de Casal, Gabriel Soares, Ciência e dicionários, coleções, traduções, livros técnicos, médicos e didáticos. Raramente publicava literatura, com exceção de Sílvio Romero e Machado de Assis que tiveram que recorrer à editora quando a Garnier esteve, momentaneamente, ausente do mercado. Em 1902, a Laemmert ganhou notoriedade ao publicar *Os Sertões* de Euclides da Cunha, esgotada em dois meses. A segunda edição veio no ano seguinte e uma terceira em 1905, num total de dez mil exemplares. A livraria passou por dois incêndios, sendo o último em 1942, acabando com a longa existência do *Almanack Laemmert*. A firma continuou com a tipografia e, em 1970, voltou a publicar livros.

Foi essa concentração editorial que atraiu os escritores das províncias para o Rio de Janeiro, e depois para São Paulo que começava a mostrar igual capacidade de desenvolvimento editorial. Nesse processo, José Olympio Pereira Filho (1902-1990) deixou o cargo de desempacotador de livros na Casa Garraux, em 1918, para se tornar o livreiro-editor mais influente do país. Conforme Hallewell, a Livraria José Olympio e Editora desempenhará, a partir da década de 1930, um papel central no mercado editorial brasileiro, sobretudo, na vida cultural do país. Primeiramente, porque José Olympio, desde o início, apostou nos romancistas da escola nordestina como José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Dinah Silveira de Queiroz, Guimarães Rosa, e dos ensaístas como Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Djacir Meneses, Cassiano Ricardo e Sergio Buarque de Holanda. José Olympio organizou as publicações por gêneros e interesses, em coleções voltadas a públicos específicos, não excludentes entre si. A sua atuação no mercado começou bem antes de 1930, quando percebeu o movimento de renovação cultural brasileira. Esses ventos empurraram o

livreiro-editor para mudar-se para o Rio de Janeiro<sup>194</sup> em 1934, lugar propício para implantar seu projeto editorial de publicar a moderna ficção brasileira que inundava a vida brasileira.

Abriu sua livraria no endereço mais nobre do Rio, a Rua do Ouvidor, quase em frente à famosa Livraria Garnier. Para Gilberto Oliveira (2017), em “Coleção Documentos Brasileiros: o Brasil em ensaios de história e interpretações sociológicas (1936 - 1989)”, JO, como era chamado, destacou-se, primeiro, por ter colocado seu nome na editora, o que não era comum na época. Depois, por decidir publicar livros que se propunham a (re) pensar o Brasil, apoiando novos e consagrados escritores da época. Publicava romances, ensaios de interpretações sociológicas e históricas. De fato, publicou obras dos escritores mais influentes de seu tempo, com exceção de Érico Verissimo que era diretor de uma editora concorrente (HALLEWELL, 2012, p. 489). O sucesso do seu empreendimento editorial veio com a obra de Humberto de Campos, logo, foi seguido de uma plêiade de “romancistas do Nordeste”, com destaque para José Lins do Rego, Graciliano Ramos e Raquel de Queiróz. Para Oliveira (2017), JO criou sua própria coleção de autores e obras com marca tipográfica de grande sucesso, como a “Coleção Sagarana” em homenagem a primeira edição da obra de Guimarães Rosa. A cada publicação, novas coleções iam sendo nominadas, formando um mosaico diversificado sobre o Brasil. As coleções objetivavam colocar o leitor em sintonia com novas abordagens, aparentemente diferentes. Nesse influxo irradiador, a escola nordestina ou regionalista que respondia por uma forma de pensar o Brasil pelas margens (leia-se, o interior do país) e não do centro (o eixo Rio - São Paulo), ou seja, as interpretações sociológicas, os ensaios de história e os romances, tronaram-se “um chamariz para compreender o Brasil” (OLIVEIRA, 2017, p. 107).

Foi um momento extremamente fecundo para o romance e o ensaio. E apesar do declínio da Garnier, da Laemmert e da Revista de Monteiro Lobato, surgiram novas revistas, editoras e livreiros para atender escritores que estavam se revelando, vindo das províncias, principalmente do Norte, de “rico surto literário [...] marcam a sua publicação pelas obras de pesquisa sobre o Brasil” (OLIVEIRA, 2017, p. 93-94). Na trilha das coleções, lançou-se, em 1936, mais uma, a denominada “Coleção Documentos Brasileiro”, inspirada, conforme Hallewell, na “Brasiliana de Octalles M. Ferreira”, sócio de Monteiro Lobato. Coordenada

---

<sup>194</sup> Conforme Oliveira (2017), as principais livrarias do Rio de Janeiro durante a década de 1930 foram a Civilização Brasileira, Brigue-Garnier, Livraria Acadêmica, Paulinas, Livraria Católica, Livraria Schmidt, Kosmos e a José Olympio. Já em 1940, o destaque foi para as livrarias Casa do Livro, Casa do Estudante do Brasil, Agir, Zahar (nesse caso, os irmãos Zahar), Livro Técnico, Vozes, Sodiler e Francisco Alves. Para um breve histórico sobre essas livrarias, ver Hallewell (2012).

por Gilberto Freyre, foi um dos mais marcantes projetos editoriais do Brasil no século XX, em especial, por conta dos autores e títulos publicados. A coleção foi inaugurada com *Raízes do Brasil* de Sergio Buarque de Holanda. Dirigida, inicialmente, por Gilberto Freyre (de 1936 a 1938), em seguida por Octavio Tarquínio de Sousa (de 1939 a 1959) e Afonso Arinos de Melo Franco (de 1962 até seu final). Publicou *O outro Nordeste* (1937) de Djacir Menezes, *Nordeste* (1937) de Gilberto Freyre, *Marcha para Oeste* (1940) de Cassiano Ricardo, entre muitos outros títulos.

A “Coleção Documentos Brasileiros” segue a linha de outra série de sucesso da Coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional, sucessora da Monteiro Lobato & Cia. Na época, ocupou o “primeiro lugar entre as firmas brasileiras dedicadas exclusivamente à edição de livros, desde 1921 até princípios de 1970, sem interrupção” (HALLEWELL, 2012, p. 368). Iniciada em 1931, a coleção teve a direção de Fernando de Azevedo que já tinha organizado a “Biblioteca Pedagógica Brasileira”. A coleção alcançou a marca de cem volumes lançados em pouco mais de cinco anos, o que a tornou referência desse tipo de publicação no mercado editorial nacional. Na linha das coleções, em 1940, quatro anos depois do lançamento da Coleção Documentos Brasileiros da José Olympio, a Livraria Martins Editora, de São Paulo, lançou a Biblioteca Histórica Brasileira sob a direção de Rubens Borba Moraes. Ela era composta de rico material de textos e uma série de imagens sobre o Brasil.

Em suma, o projeto de José Olympio se sobressaiu ao contemplar os autores do eixo Rio de Janeiro – São Paulo e do Nordeste, ao passo que suas congêneres se voltavam mais para a produção Rio – São Paulo; e ao continuar a tradição deixada pela Garnier de ser um espaço das panelinhas. As demais coleções inovaram ao traduzir e publicar textos de viajantes que visitaram o Brasil. As obras têm o prefácio de José Honório Rodrigues, Sérgio Millet, Affonso de E. Taunay, entre outros. É importante mencionar como nesse período as editoras tiveram um especial cuidado em melhorar o aspecto visual dos livros com ilustrações, desenhos, mapas, tabelas. A capa típica dos livros era apenas um papel cinza, depois foi mudado para verde, o título da obra ficava nas laterais em letras geralmente douradas. Em conformidade com Hallewell, Lobato foi quem rompeu com esse tipo gráfico, talvez pela vocação para a pintura. Na revista Fon-Fon, Lobato publicava suas “caricaturas sob o pseudônimo de Hélio Bruma e mais tarde, ele próprio ilustraria algumas de suas obras” (HALLEWELL, 2012, p. 249). Então, Lobato teve a iniciativa de contratar um desenhista para fazer desenhos e ilustrações e cores berrantes nas capas dos livros. Como resultado, a aparência interna dos livros ganhou novos traços propiciados também pela melhoria do papel.

Logo, os livros ganharam o apoio de diagramadores e ilustradores do porte de “Antonio Paim, Belmonte<sup>195</sup> e Mick Carnicelli” (HALLEWELL, 2012, p. 365). A iniciativa de Lobato provocou uma revolução editorial ao tornar o livro um atrativo particular. Houve uma supervalorização dos recursos visuais empregados na encadernação, o que influenciou muito autores a apostarem na estética de suas publicações. Gilberto Freyre foi um deles que utilizou em suas obras desenhos feitos à mão com assinatura de famosos. Na publicação *Nordeste*, Freyre utiliza mapa e ilustrações confeccionadas por Manuel Bandeira e Lula Cardoso Ayres, “sonhadores da arte” de interpretar o Nordeste (FREYRE, 1950, p. 19). Essa manifestação visual incentivou a criação das coleções fotográficas e de outras séries figurativas que instituiriam um conjunto de representações nacionais ou ancoradas no regionalismo.

Nessa linha, a série *Tipos e Aspectos do Brasil* reunia texto e ilustração de aspectos considerados valiosos para pesquisa geográfica. As ilustrações e textos são de “Percy Lau” (1903-1972)<sup>196</sup> e foram publicadas na Revista Brasileira de Geografia Ilustrada de 1959. A publicação era voltada, principalmente, para “proporcionar ao professorado brasileiro materiais didáticos mais valiosos” (APRESENTAÇÃO, 1959, p.7-8), especialmente, de Geografia, sem dispensar outros interessados “estrangeiros, amigos do Brasil, desejosos todos de obter material para projeções fixas em palestras informativas sobre temas típicos deste país” (APRESENTAÇÃO, 1959, p.7-8). Ancorada no regime de visualidade, a publicação se voltava para imagens típicas de cada região, acompanhada de informações básicas e por tema abordado. No tocante a esse regime de visualidade, a coletânea *História e Paisagens do Brasil* (1959) foi lançada com o objetivo, segundo a Editora Cultrix, de fazer o leitor conhecer as regiões do Brasil, através de imagens acompanhadas de contos, capítulos de romance, narrativas de viagens, memórias de autoria de grandes e sábios escritores ilustres. A coletânea foi distribuída em dez volumes<sup>197</sup> com capa, desenhos e ilustrações de Guilherme Valpeteris.

---

<sup>195</sup>Conforme Sodré (1960, p. 72), “muito mais como do que historiador”, Belmonte ou Benedito Carneiro Bastos Barreto (1896-1945) foi caricaturista, pintor, cartunista, cronista, escritor e ilustrador. Escreveu e ilustrou sua obra sobre São Paulo dos primeiros séculos: *No tempo dos bandeirantes*. Publicada pela primeira vez em 1939, pelo Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo. O livro é um ensaio histórico que detalha com riqueza o cotidiano dos antigos moradores da São Paulo, dos séculos XVI até o XVIII, descreve e ilustra a vida dos bandeirantes, seus hábitos, crenças, suas maneiras, além de objetos como armas, utensílios, vestes, os ornamentos, as moradias, o que comiam, entre tantos outros pontos da vida daquelas pessoas. As ilustrações de Belmonte influenciaram uma geração de ilustradores em muitas obras de escritores do bandeirantismo.

<sup>196</sup>Desenhista, pintor e gravador autodidata. Ilustrou capa de livros didáticos, romances com traços inigualáveis, tamanho o detalhamento de suas ilustrações. Sua obra foi consagrada pela reunião de diversos elementos regionais iconográficos e pela majestosa composição das paisagens naturais. [www.percylau.com.br](http://www.percylau.com.br)

<sup>197</sup>A editora Cultrix apresenta sua coletânea desta forma: Vol. I – OS RIOS E A FLORESTA (Amazonas e Pará – o mundo maravilhoso das águas e das matas equatoriais do extreme-norte do Brasil); vol. III – OS CANAVIAIS E OS MOCAMBOS (Paraíba, Pernambuco e Alagoas – região do massapé fecundo no Nordeste em que os engenhos de açúcar estão safreando há quatrocentos anos); vol IV – COQUEIRAIS E CHAPADÕES (Sergipe e Bahia – região do mundo dramático e pitoresco do cacau, do garimpo, dos saveiros e dos candomblés

Nessa coletânea, no vol. II – *O Sertão, o Boi e a Sêca*, dedicados ao Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte “terra das ásperas caatingas, dos vaqueiros vestidos de couro, dos retirantes e das feiras sertanejas”, foram selecionadas e reunidas dez antologias sobre o Nordeste de Koster, Martius, Gardner, Agassiz, Humberto de Campos, Gustavo Barroso, José de Alencar, Aloísio de Azevedo, Domingos Olímpio, Viriato Corrêa, Coelho Neto, Raquel de Queiros e Renato Castelo Branco. Estudar essa visualidade possibilita uma compreensão ampliada do mundo dos livros, coleções, prateleiras, bibliotecas, editoras, leitores, leitura; percebemos ritmos desiguais, mas, de certo modo, combinados. Há um repertório comum de ideias e temas; do que se lia e como se lia no Brasil; que livros e gêneros interessavam os editores e, conseqüentemente, ao mercado; de como era selecionado, dentre outros, o autor e a obra para ser publicada; e o modo como provincianos e consagrados eram recepcionados pelas livrarias e editoras.

Quando se investiga as relações que envolvem os intelectuais, as ideias e temas abordados, as condições de produção, o tipo de produto, o estilo da narrativa, as técnicas de exposição, a quem e como se dirigia, os espaços de exposição – imprensa, editoras, livrarias, conferências, institutos, academias -, as influências teóricas e metodológicas, percebe-se como os escritores revelavam os condicionantes que Candido (2000) denomina de “*fatores internos*” ou “*fatores externos*”. Os “*fatores internos*”, segundo Candido, voltam-se para a compreensão das formas concretas e particulares das relações entre “grupos criadores e grupos receptores de vários tipos”. Já os “*fatores externos*”, voltam-se para a sondagem profunda das obras, sua produção, circulação e recepção pelo público real e imaginado. Esses fatores dependem, para Candido, do entendimento sobre o que é arte<sup>198</sup> e das funções que ela exerce sobre o escritor e o público, se é “arte de agregação” ou “arte de segregação”. Na “arte de agregação”, os grupos de escritores se inspiram principalmente na experiência coletiva

---

da cidade de Salvador); vol. V – A CIDADE, O MAR E AS SERRAS (Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal – região das planícies capixaba e fluminense, das praias e dos morros da Cidade Maravilhosa); vol. VI – O PLANALTO E OS CAFEZAIS (São Paulo – a terra em que o português, o caboclo e o negro, e depois os imigrantes vindos de todas as partes do mundo escreveram a epopeia do café); vol. VII – PINHEIRAIS E MARINHAS (Paraná e Santa Catarina – região em que os loiros colonos labutam nas roças e nos campos, nos ervais e nas serrarias); vol. VIII- O PAMPA E OS CAVALEIROS (Rio grande do Sul – região do mundo verde das coxilhas e dos campos infundáveis, da estância, da querência e do gaúcho); vol. IX – O OURO E A MONTANHA (Minas Gerais – região do planalto em que os empreendimentos modernos se fundem com lendas e as tradições das fabulosas cidades coloniais); vol. X – AS SELVAS E O PANTANAL (Goiás e Mato Grosso – ampla e misteriosa região das pastagens, dos garimpos e dos ervais do centro e do extremo-oeste do Brasil).

<sup>198</sup> Em conformidade com Candido, “Arte é um sistema simbólico de comunicação inter-humana, e como tal interessa ao sociólogo” (CANDIDO, 2000, p. 20). Se exprime em graus diversos de sublimação e tem a função de produzir sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e sua concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais fixados pela sociedade e a cultura. Essas relações se apresentam na obra independente do grau de consciência que possam ter os artistas e os receptores de arte, pois pressupõe algo diferente e mais amplo do que as vivências do artista;

tornando os meios de comunicação mais acessíveis a esse grupo. Atuam de modo amplo para incorporar-se ao sistema simbólico vigente, utilizando o que já estava estabelecido para divulgar as ideias sobre determinada sociedade. Na “arte de segregação”, o grupo de escritores restringe o acesso “de receptores, que se destacam, enquanto tais, da sociedade” (CANDIDO, 2000, p. 21). Para Candido, pode se considerado a predominância de um ou de outro aspecto, a tipologia pode ser mantida, acrescida de dois fenômenos sociais muito gerais e importantes: a “integração e a diferenciação”,

A integração é o conjunto de fatores que tendem a acentuar no indivíduo ou no grupo a participação nos valores comuns da sociedade. A diferenciação, ao contrário, é o conjunto dos que tendem a acentuar as peculiaridades, as diferenças existentes em uns e outros. São processos complementares, de que depende a socialização do homem; a arte, igualmente, só pode sobreviver equilibrando, à sua maneira, as duas tendências referidas (CANDIDO, 2000, p. 21).

Esses aspectos, para Candido, servem para elucidar quais são e como ocorrem, entre os escritores e o público, os “Estímulos da criação literária” condicionada por três funções: a função total, social e ideológica. A “função total” deriva, segundo ele, de elaborações condensadas pelo “sistema simbólico, que transmite certa visão do mundo por meio de instrumentos expressivos adequados”. Exprime “representações individuais e sociais que transcendem a situação imediata, inscrevendo-se no patrimônio do grupo”. Caracteriza-se por emanar “sensibilidade e inteligência”, “experiência e beleza”. E destaca-se por sua relativa “intemporalidade e universalidade”, pois, segundo Candido, a criação literária consegue se desligar dos “fatores que a prendem a um momento determinado e a um determinado lugar” (CANDIDO, 2000, p.40). A universalidade é ordenada pela experiência do grupo, e a intemporalidade na capacidade do grupo de encarnar certos temas que despertarão encantamento e emoção civilizacional.

Na “função social (ou "razão de ser sociológica", para falar como Malinowski)” (CANDIDO, 2000, p.41), a criação literária desempenha o papel de condutora das relações sociais, ao satisfazer as “necessidades espirituais e materiais, na manutenção ou mudança de certa ordem na sociedade”, no universo de outras culturas (CANDIDO, 2000, p.41). Caracteriza-se por atender os consumidores atentos a produção e exposição do conhecimento sobre a sociedade e cultura. Para Candido, é função do artista buscar “atingir determinado fim”, pois o que ele busca é oferecer aquilo que o “auditor ou leitor deseja”, a partir de determinado aspecto da realidade (CANDIDO, 2000, p.41).

Em conformidade com Candido, todo esse processo, frequentemente, tem como base, a “função ideológica” ou “sistema de ideias” e só o público será capaz de dizer “se a obra lhe

mostrou ou não esta concepção”. Nesse caso, para Candido, “a obra pode ser dita *interessada*, no sentido próprio, e não sectário, embora geralmente a função ideológica se torne mais clara nos casos de objetivo político, religioso ou filosófico” (CANDIDO, 2000, p.42). Essa função é importante para identificar como a obra será avaliada pelos leitores e a crítica. Em suma, as considerações feitas por Antonio Candido auxiliam os (as) pesquisadores (ras) em compreender de maneira equilibrada as funções do escritor e do público na produção “literária, seja a dos povos civilizados”, ou de outros grupos “não civilizados”. Pois, se em determinado grupo a produção literária se sobressai nos “aspectos propriamente estéticos de maneira a realçar a função total”, em outra, a “função social avança para o primeiro plano, tornando-a ininteligível se não for levada na devida conta” (CANDIDO, 2000, p.42).

Desse modo, segundo Candido, os (as) pesquisadores (ras) poderão melhor identificar os motivos que levaram determinado autor, escolher determinadas ideias e temas e não outros. E como essa decisão assume com maior frequência uma ou outra função, ou as três ao mesmo tempo, mostrando que existe uma rede de “complexidade dos elementos que o integram” uma rede de produção de conhecimento que engloba “arte e sociedade num vasto sistema solidário de influências recíprocas” (CANDIDO, 2000, p. 22).

Diante desses fatores, os intelectuais – autores, escritores, romancistas, ensaístas - do pensamento brasileiro e regionalista continuaram a fazer perguntas em busca de respostas para os seguintes dilemas: o que era o Brasil? Um país plural ou um conjunto homogêneo? O regionalismo era uma tendência pertinente apenas ao Nordeste? O que seria sociedade e cultura brasileira? Que ideias e temas serviram para explicar os novos arranjos sobre o sertão e o sertão do Piauí?

#### 4- EMBLEMAS E PANORAMAS, PARALELOS E ENTRELAÇADOS<sup>199</sup>

Em 1947, Cassiano Ricardo é convidado para proferir conferência de encerramento da “Semana Euclidiana”. O título da conferência foi publicado como “O Bandeirante Euclides”. Na conferência, Cassiano Ricardo busca reforçar para os presentes, o que ele já havia dito no final do capítulo de *Marcha para Oeste* ao falar sobre os propósitos da mobilização que envolvia os intelectuais na função de “bandeirar”, isto é, de “criar mais Brasil e defendê-lo na sua cultura, nas suas fronteiras morais, no seu novo tipo de civilização” (CASSIANO RICARDO, 1947, p. 109). A função de “bandeirar” fundou um tipo de intelectual de “índole” e de uma “formação cultural” pelo modo que se dedica em pensar a sociedade e cultura brasileira, podendo ser classificados de,

[...] bandeirantes, em contraposição aos que se poderiam classificar como europeus, cosmopolitas, litorâneos, embora nascidos no Brasil. E há, também, bandeirantes escritores. Que dizer, para citar dois ou três exemplos do passado, de um Couto de Magalhães, de um Tavares Bastos, de um Teodoro Sampaio, de um Barbosa Rodrigues, de um Valdomiro Silveira, de um Afonso Arinos? (CASSIANO RICARDO, 1947, p.111)

Foi na função de “bandeirar” que nasceu a “bandeiriologia”, já que era preciso refinar o papel social do escritor. Essa função ordenou os escritores em dois tipos de mentalidade brasileira que se apresentam de forma “contrárias”<sup>200</sup>. Uma mentalidade que pensa o Brasil no estilo de Euclides da Cunha, “preocupado com os problemas do nosso hinterland” e outra que

---

<sup>199</sup> Pode significar semelhança, correspondência entre duas coisas ou entre ideias e opiniões. Na perspectiva de Cândido (2000, p.10-12), pode ser um modo de se fixar ideias e delimitar terrenos, pode-se tentar uma enumeração das modalidades mais comuns de estudos que oscilam entre a sociologia, história e a crítica de conteúdo [...] para discernir uma ordem geral, um arranjo, que facilita o entendimento das sequências históricas e traça o panorama das épocas [...] a composição paralela auxilia o estudioso na enumeração dos fatores, analisa as condições políticas, econômicas, sociais e culturais para auxiliar ao falar das obras segundo as suas intuições ou os seus preconceitos herdados, vinculando as duas ordens de realidade [...] que se pode ser observada não apenas em obras de menor alcance intelectual, mas em trabalhos de rigorosa informação. Pode-se também auxiliar na verificação de como as obras espelham ou representam a sociedade, descrevendo os seus vários aspectos; ou o estudo da relação entre a obra e o público, — isto é, o seu destino, a sua aceitação, a ação recíproca de ambos.

<sup>200</sup> Fernando de Azevedo em *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil* (1943), também se refere a Machado de Assis e Euclides da Cunha como as duas faces do espírito nacional: Machado com seu “espírito de civilização” e Euclides com o “espírito americano”. Azevedo entende que Euclides fixou o sertão como local, o que há de mais particular na nacionalidade e com a força de seu estilo, retrata a vida dos sertões, nos seus aspectos primários e brutais, e nos dá, como ninguém, a sensação estranha de tudo que é grande e poderoso, contraditório e traiçoeiro na terra e na natureza tropical. Antes de Azevedo, na crítica literária, Alceu Amoroso Lima também trabalhou a oposição entre Machado de Assis e Euclides da Cunha: “Machado (sóbrio, frio, humorista) *versus* Euclides (opulento, caloroso, eloquente), universal *versus* local, clássico *versus* romântico, individualismo *versus* gregarismo, litoral *versus* sertão: ‘não haverá em todos nós um pouco do idealismo aventureiro dos jangadeiros e do realismo malicioso do sertanejo?’ ” (Lima, [1920], p. 272, apud GOMES JÚNIOR, 2011).

pensa o Brasil no estilo de Machado de Assis, que sofre da "hemiplegia do litoral" (CASSIANO RICARDO, 1947, p. 111). Esses dois tipos de mentalidade são contrários e incompatíveis, porque a inteligência euclidiana vai "perscrutar as questões da raça e da terra". E a inteligência machadiana "Está sempre contaminando, [...] pelo negativismo próprio do litoral" (CASSIANO RICARDO, 1947, p. 112). Dessa forma, os tipos de mentalidades influenciaram os escritores a verem a população brasileira como "machadianas ou euclidianas" (CASSIANO RICARDO, 1947, p. 118).

No "Pequeno Ensaio de Bandeirologia" (1956), o estudioso continua argumentando sobre os tipos de mentalidades brasileiras, elegendo a "Casa Grande" e a "Bandeira" como dois tipos de mentalidades que possuem "pontos de semelhança e diferenças necessárias e radicais". O estudioso reconhece que Gilberto Freyre ao adotar a expressão "Casa Grande e Senzala" inaugurou uma forma de pensamento mediador da sociedade e da cultura, tornando-se uma das mais influentes categorias de interpretações do Brasil. Contudo, se o conceito de "Casa Grande" for comparado ao de "Bandeira" serão encontradas equivalências, diferenças, oposição ou complementação. Então, se a "casa grande" era o centro de um sistema de vida da sociedade do Nordeste, a "bandeira" era o centro de um "sistema de vida do planalto"; se a "casa grande" era o símbolo de uma sociedade em repouso, a "bandeira" era o símbolo da sociedade "inquieta, vigilante, em constante movimento de ir e vir". As duas perspectivas se complementam por apresentarem dinâmicas históricas que se nutrem da cultura. Por cultura, ele entende como sendo,

Complexo dos valores – usos, costumes, estilo de vida – gerados em parte, pela subestrutura material da sociedade (...) neste sentido, não é possível confundir "permanência histórica de valores culturais" com estabilidade física, geográfica dos grupos sociais. Pode haver sociedade, no sentido antropológico, sem essa estabilidade (CASSIANO RICARDO, 1956, p. 35-36).

Para Cassiano Ricardo, o bandeirante na condição de nômade fez de si um "semeador de valores culturais, do mesmo modo que foi a estabilidade patriarcal do senhor do engenho" (CASSIANO RICARDO, 1956, p. 36), mas, diferentemente deste, o bandeirante ao se manter longe do litoral, passou a representar uma tendência de ver o Brasil do litoral em oposição ao Brasil do interior ou do sertão. Reconhece que o outro mérito do bandeirante foi não ter se utilizado "da cultura do colonizador", mas da "cultura do sertão" e mesmo com suas deformações, procurou semear outros valores, principalmente aqueles "mais trabalhados pela terra" (CASSIANO RICARDO, 1956, p. 36). Para Cassiano Ricardo, a "Casa grande & Senzala" é uma representação de uma face da formação brasileira, não sendo nem mais, nem menos importante, porém, é oposta ao bandeirismo que já nasceu avesso ao litoral, virado

para dentro do Brasil. Os argumentos de Cassiano Ricardo foram elaborados para responder aqueles que acusavam o bandeirismo de regionalista. Para ele não fazia sentido essa acusação, porque bandeirismo e regionalismo são duas palavras que se repeliam, por serem fundamentalmente “contrárias uma à outra, no léxico da língua brasileira”, válidas também para a acusação de que o bandeirismo era “expansionista”, “imperialista”, “exclusivista”.

Contudo, todas as formas são válidas para se pensar o Brasil, sejam no estilo “casa-grande e senzala” do Nordeste, no “olhar contemplativo da capital federal”, ou das “bandeiras dos paulistas” (CASSIANO RICARDO, 1956, p. 51-52), ou nos “heróis obscuros” espalhados pelo Brasil, tais como os pescadores do norte, ou ao centro, os caboclos miúdos do vale de S. Francisco, o cuiabano, o vaqueiro, os canoieiros do Cabrobó, os remadores do Tocantins, o gaúcho, o caboclo paulista (CASSIANO RICARDO, 1947, p. 115-118). Em suma, os tipos de mentalidades abordados se influenciam e se condicionam, são paralelos, opostos, unidos e combinados, assim, deve ser também o escritor, preferencialmente, de mentalidade euclidiana, por reunir,

O sociólogo, como quer Gilberto Freyre; ou principalmente um historiador, como quer Almeida Magalhães; ou principalmente um preocupado com a justiça social, como quer Menotti del Picchia; ou principalmente um homem público, um idealista político, como quer Mário Casassanta; ou principalmente um geógrafo, como quer Firmo Dutra; ou principalmente um escritor, como quer Elói Pontes; ou principalmente um poeta, como quer Guilherme de Almeida, ou como queria Afrânio Peixoto; em qualquer dessas rutilas facetas da sua personalidade, êle foi sempre um bandeirante - porque um abridor de cainhos novos, rumo do Brasil (CASSIANO RICARDO, 1947, p. 112)

#### **4.1. Casa, paisagem e outros relevos.**

Reconhecidamente, Gilberto Freyre foi um estudioso da casa, pois via nesse tema os fundamentos para melhor se definir os componentes socioculturais da vida brasileira, especialmente, das regiões. Em conformidade com Solange Aragão, no artigo “Gilberto Freyre o sociólogo da casa brasileira”, ele selecionou a casa brasileira como elemento de interpretação estruturante da vida sociocultural brasileira. A casa analisada por Freyre possui mais do que aspectos arquitetônicos, possui elementos imagéticos que determinaram a formação do brasileiro, pois organizava uma experiência indígena, portuguesa e africana nos três primeiros séculos da colonização; francesa e inglesa a partir dos oitocentos; e norte-americana durante o século XX. Freyre, inicialmente, interessou-se pela casa e sua relação com a senzala, mas depois foi incorporando outros detalhes da casa, sua “relação com a rua, com a estrada, com o entorno, com a paisagem, com a região” (ARAGÃO, 2017, p. 18), com

os indivíduos e grupos. Em *Nordeste*, Freyre entende que estava na paisagem uma infinidade de possibilidades de se extrair os processos e produtos que se encontravam “confundidos, ou harmonizados, ou em conflito” (FREYRE, 1961, p. 20). Para ele, paisagem e região se interpenetram, pois, possuem os traços mais característicos, os tipos mais representativos do Brasil “no sentido sociológico em suas relações com o meio, [com a casa], com a terra, com as instituições” (FREYRE, 1961, p. 20).

Nesse sentido, ele se voltou por classificar, caracterizar e hierarquizar os tipos de casa em diferentes regiões. Freyre em *Casa Grande e Senzala* (edição atualizada de 2013) analisa a casa brasileira e seus fundamentos num tipo de sociedade baseada na estabilidade patriarcal, apoiada na atividade econômica do “açúcar (engenho)” e da força de trabalho do “negro (senzala)” (FREYRE, 2013, p. 42). Desse modo, a casa se tornou uma força simbólica e de grande repercussão na formação da sociedade brasileira, pois foi em torno dos senhores de engenho que se criou um tipo de civilização estável baseada na “arquitetura gorda, horizontal, das casas-grandes”. (FREYRE, 2013, p. 42-43). Para ele, as casas-grandes possuem um “estilo no sentido spengleriano”, por apresentar em síntese o ato de empréstimo do senhor de engenho, que se impunha diante da paisagem por sua arquitetura “honestas e autênticas” e porque não dizer “Brasileirinha da Silva”.

Essa imposição foi determinada pelas necessidades e interesses da vida patriarcal que contava com o trabalho eficiente dos negros (FREYRE, 2013, p. 43). Para Freyre era importante que os estudiosos vissem que a “casa-grande”, embora associada particularmente ao engenho de cana e ao “patriarcalismo nortista”, não era uma “expressão exclusiva do açúcar, mas da monocultura escravocrata e latifundiária em geral”. Foi assim que penetrou Brasil adentro, invadiu o Sul por causa do “café tão brasileiro como no Norte do açúcar”. Freyre diz que ao percorrer a antiga zona fluminense e paulista dos cafezais<sup>201</sup>, observou “nos casarões em ruínas, nas terras ainda sangrando pelas derrubadas da lavoura latifundiária, o mesmo impulso econômico que em Pernambuco criou as casas-grandes” (FREYRE, 2013, p. 44). Em *Sobrados e Mocambos* (1949, edição atualizada de 2004), Freyre continua analisando vários tipos de moradias das mais variadas regiões. Ele viu no sertão do Piauí um tipo descrito por “Um jovem e lúcido pesquisador piauiense, o Sr. R. P. Castelo Branco” que pretendeu, em seu ensaio sobre o que chamou “a civilização do couro” (FREYRE, 2004, p.

---

<sup>201</sup> Agradece a Paulo Prado por ter “proporcionado tão interessante excursão pela antiga zona escravocrata que se estende do Estado do Rio de Janeiro a São Paulo, hospedando-me [...], na fazenda de café de São Martinho” (FREYRE, 2013, p. 53).

64), distinguir nesta paisagem os “traços que, na sua realidade”, analisada de forma sociológica, são “brasileiros e não unicamente piauienses” (FREYRE, 2004, p. 64). Esses traços são fixados pelo pesquisador piauiense, conforme Freyre, numa hierarquia social que nas particularidades de seu Estado e no Brasil inteiro, alcançou, no Piauí, um estilo da casa do grande proprietário de terra e de gado que na paisagem piauiense é conhecida por “*casa-de-telha*” (FREYRE, 2004, p. 64).

De fato, encontramos na narrativa de Gardner várias referências sobre as casas do sertão piauiense. Ele observa que na Vila de Santana das Mercês de Jaicós, as casas de telha estavam uma do lado da outra em torno de uma grande praça quadrada, da qual apenas “três lados estavam então completos, com uma bela igrejinha ao centro” (GARDNER, 1942, p. 118). Nos arredores da vila, “muitas choças da gente mais pobre, feitas principalmente do tronco e folhas da carnaubeira, que é abundante nas vizinhanças” (GARDNER, 1942, p. 118). As casas são de comerciantes, alfaiates e sapateiros que residem permanentemente na vila, “mas a maioria das casas pertence aos fazendeiros vizinhos que apenas as ocupam durante o natal e outros festivais” (GARDNER, 1942, p. 118). Em outra parte do sertão, Gardner viu casas “muito diferentes das que se encontra em qualquer outra parte do Brasil, ou mesmo do Piauí” (GARDNER, 1942, p. 136). Eram casas edificadas com as extremidades voltadas para o caminho e nessas extremidades havia um grande cômodo com uma mesa e um banco sem encosto, visivelmente destinado à acomodação de viajantes. O estilo da habitação não permitia ligação direta com outros pontos da casa. A porta da parte habitada pela família ficava no lado contrário para evitar que as mulheres da casa entrassem em contato direto com os viajantes.

Mas, conforme Gardner, se a casa estava erguida paralela à estrada, então a porta para o quarto dos viajantes se abria em frente, enquanto a porta e as janelas dos moradores ficavam todas voltadas para os cômodos dos fundos. Chamou atenção de Gardner (1942), a grande quantidade de casas abandonadas pela fuga massiva da população masculina imposta pelo recrutamento, “só se via mulheres, crianças, e uns poucos escravos”. Viu muitas casas que, no geral, eram construídas grosseiramente de “varas de bambu, barreadas por dentro e por fora, com uma argila avermelhada, sem caiação” e que davam à vila uma impressão assombrada diante das ruínas. A própria igreja, que se erguia “numa grande praça e foi outrora bela construção, está também decadente, com parte do teto desabado, e isso, ao que parece, já há muitos anos” (GARDNER, 1942, p. 137). Outra causa do abandono de casas e vilas eram os constantes ataques de índios que chegavam “matando todos os habitantes”. Gardner viu também uma aldeia onde as casas eram,

(...) todas do mais baixo tipo. A maior parte é feita com armação de duas cobertas de palmas e muitas se acham de tal maneira avariadas pelos anos e intempéries, que já nem sequer servem de abrigo contra o vento; outras, construídas de varas barreadas, estão ainda em piores condições. São dispostas de modo a formar um quadrado irregular, mas duas faces ainda permanecem quase abertas; do lado do oeste há uma pequena igreja (GARDNER, 1942, p. 142).

Por conseguinte, percebe-se que Freyre elaborou uma tipologia da casa para que o pesquisador compare, inter-relacione e entenda semelhanças e diferenças, mudanças e permanências entre os tipos analisados e, assim, elabore a “história social da casa-grande” como uma “história íntima de quase todo brasileiro: da sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo; da sua vida de menino; do seu cristianismo reduzido à religião de família e influenciado pelas crendices da senzala” (FREYRE, 2013, p. 44). Para ele, foi nos tipos de casas onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro.

Em *Os Sertões* (1902, edição atualizada de 2011), Euclides da Cunha também descreveu um tipo de casa brasileira, especialmente da região do sertão de canudos que, assim como a casa de todo sertão, estava situado numa velha fazenda de gado à beira do rio Vaza-Barris. Eram casas de taipa, feitas de pau a pique, que se aglomeravam em torno da casa da fazenda e de uma pequena igreja e juntas faziam aquele lugarejo obscuro e desconhecido, o arraial de Canudos, palco de uma guerra cruenta. A casa do sertão de canudos era emoldurada pela paisagem que parecia morta, envolta daquelas “tristes colinas nuas, uniformes, ondeantes”, que se prolongavam até as mais longes “serranias, alcançando os fundos dos sertões do Piauí, Ceará, Pernambuco e Sergipe”. Foi essa paisagem que chamou a atenção de Euclides.

Observou também, “ante a imaginação daquelas gentes simples” (CUNHA, 2011, p. 214), que as casas era uma paródia grosseira da “antiga morada romana [...] choupanas dos gauleses de César”. E nesse ponto, para Cunha, aquela moradia sugeria uma relação paralela e entrelaçada pela “caverna primitiva e a casa”. (CUNHA, 2011, p. 216-217). Para o estudioso, aquele tipo de casa propiciava sentimentos contraditórios, pois via na “pobreza repugnante”, o “lar e um reduto de guerreiros” (CUNHA, 2011, p. 216-217). As casas do sertão de canudos tornaram aquele lugar um ambiente sagrado, o cosmo, a estrada para o céu, mas se tornaria, em pouco tempo, no inferno, pois era preciso dar lugar à civilização, a “força motriz da História” (CUNHA, 2011, p. 01).

Em *Populações Meridionais* (edição atualizada de 2010), Oliveira Vianna descreve, em especial, a casa do modo de vida rural, pois foi onde se desenrolou toda a vida social brasileira reforçada pelo papel do grande senhor rural. A casa funcionava como “solarenga do seu mundo”, ou seja, um “microcosmo ideal” onde tudo acontecia como se “não existisse a sociedade” (OLIVEIRA VIANNA, 2010, p. 98-99). Reconhece que o senhor da casa dos

engenhos era “prestigioso, dominante, fascinadora” (OLIVEIRA VIANNA, 2010, p.116), mas logo teve que dividir espaço com o “guardião intrépido dos currais”. Eles se entrelaçam para formarem uma realidade essencialmente nossa, “essencialmente brasileira” (OLIVEIRA VIANNA, 2010, p. 133).

Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (edição atualizada de 1995), descreve a casa como peninsular, severa e sombria, voltada para dentro, elemento que se fixou na paisagem brasileira, adaptando-se aos “trópicos com uma varanda externa que dava acesso ao mundo de fora que era mais acolhedor, simples e rotineiro assim, como as demais atividades da economia da terra” (HOLANDA, 1995, p. 47). Para Holanda, esse tipo de casa foi transfigurado para a cidade, permanecendo essencialmente antinatural, pois estava associada às “manifestações do espírito e da vontade [rural], na medida em que se opõem à natureza [urbana]” (HOLANDA, 1995, p. 95). Em Cassiano Ricardo, no “Pequeno Ensaio de Bandeirologia” (1956), as formas de moradia, se comparadas às diferentes paisagens, podem identificar somente dois tipos de sociedade, na sociedade da “casa grande” vigora a casa de pedra e cal; na sociedade bandeirante, a casa é de “palha e taipa” (CASSIANO RICARDO, 1956, p. 22).

Nessa diversidade de arranjos, a escritora maranhense Carlota Carvalho (187? - 1940) publica em 1924, *O Sertão. Subsídio para a História e a Geografia do Brasil* para mostrar que o sertão maranhense<sup>202</sup>, de fato, acompanhou o processo colonizador do século XVIII. Contudo, suas condições históricas e geográficas determinaram um tipo de sociedade e de gente brasileira que só uma antropologia da sociedade e da gente sertaneja será capaz de responder sobre determinados aspectos culturais daquela região. Semelhante defesa foi feita pelos estudiosos do ciclo do gado ou da civilização do couro, como Capistrano de Abreu, Odilon Nunes e Renato Castelo Branco, que viram nesse espaço o vaqueiro, a vaquejada, o boi, a fazenda, a capela, a seca, os rios, as lutas, a paisagem, entre outros elementos que assumiram papel fundamental no processo de formação histórica e cultural do Brasil e do Nordeste brasileiro “único e singular”.

Mesmo propósito de Djacir Menezes (1907-1996) ao escrever *O outro Nordeste* em 1937, um ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste, da “civilização do couro” e

---

<sup>202</sup> Para N. W. Sodré (1960, p. 87), a metrópole guiou uma orientação fundamentalmente divisionista quando repartiu a colônia em duas frações, o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão, englobando neste todo, a área que ia do Ceará ao Pará e seu interior. Na referida área, os motivos do povoamento e sua marcha colonizadora foram tratados de modo específico, ora se destacando o Grão-Pará, pelo volume e valor da produção, ora se destacando o Maranhão. Sodré cita o estudo de Cândido Mendes de Almeida (1818-1881), *Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão* (1860-74), em dois volumes, e fornece preciosas informações a respeito da referida área (disponível in [www2.senado.leg.br](http://www2.senado.leg.br)).

suas implicações históricas nos problemas gerais brasileiros. A obra trata do sertão pastoril, especialmente do Ceará. Em seu prefácio, à primeira edição, o estudioso expõe sua intenção de mostrar como essa região era diferente das demais regiões do sertão. Suas ideias centrais foram expostas, antes de publicar, para o amigo e conselheiro Gilberto Freyre que imediatamente percebeu que eles realizavam estudos paralelos e entrelaçados. Naquele momento, Freyre estava preparando a publicação de *Nordeste* e sugeriu que o título da obra de Menezes fosse *O outro Nordeste*, por compreender que se tratava do Nordeste de mesma região, porém, em aspectos diferentes. Freyre pensava o Nordeste da civilização do açúcar com sua casa-grande e a senzala, o engenho, o negro, o aristocratismo hierárquico, inculto e das águas. Djacir Menezes pensava a fazenda, os vaqueiros e os currais, pobres, instáveis, nômades e da seca.

Essas escolhas teóricas, conceituais e metodológicas levaram os críticos e o público, em geral, a classificar esses estudos como regionalistas. Paulo Prado (1869-1943), em *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira* (edição atualizada de 2012)<sup>203</sup>, aproveita para afirmar que a maior qualidade de sua obra é não ser regionalista, “a menos que se queira atribuir ao Brasil inteiro a pecha de ser simplesmente uma região do continente americano. Fiquem, assim, tranquilos os adversários do regionalismo” (PRADO, 2012, p. 126). Na época em que Paulo Prado (2012) preparava sua publicação, transcorria uma série de debates sobre os modos de se pensar o Brasil e lhe parecia que muitos intelectuais preferiram se refugiar “em seu cosmopolitismo artificial” (CALIL, 2009, p. 140), fechando os olhos para as regionalidades. No entendimento de Paulo Prado, para ele pensar o “Brasil todo, pelos outros Brasis” (PRADO, 2012, p. 127), era preciso primeiro romper com as ideias postas pela tristeza paulistana que pesavam e asfixiavam o pensamento, depois, romper com “as generalizações deformadoras do regionalismo” (PRADO, 2012, p. 127). Então, Paulo Prado adota uma narrativa estilística sobre a formação brasileira sem se fixar em datas, dando lugar ao todo, ao conjunto, destacando os aspectos, as emoções, as mentalidades. Caminho que, segundo ele, fornecerá o material necessário para analisar os acontecimentos de modo a se chegar à essência das coisas, e dessa forma não se deixar seduzir somente pelas ideias gerais, mas encontrar o equilíbrio necessário ao pensamento na “solidez dos casos particulares” (PRADO, 2012, p. 127).

Nessa linha, para Freyre, muitos leitores e críticos brasileiros e estrangeiros também entenderam que seu estudo era regionalista porque se voltava para uma região brasileira, “e

---

<sup>203</sup> O Autor divide o seu livro em quatro capítulos e um Post-Scriptum: I. A luxúria. II. A cobiça. III. A tristeza. IV. O romantismo.

não para o Brasil” (FREYRE, 2004, p. 67). Freyre justifica que suas pretensões ao estudar a casa eram um pretexto para destacar uma particularidade dos muitos desdobramentos, entrelaçamentos e reentrâncias do Brasil. Desse modo, sua abordagem era para problematizar métodos, temas e pontos de vista abordados por outros estudiosos, e assim inaugurar uma ciência social brasileira que Freyre denominou de “tropicalista ou dos trópicos”. De fato, seus argumentos estão marcados por uma narrativa estilística regional que se destaca, mas não se particulariza, pois, para ele, particularidade e universalidade precisam se entrelaçar para que seja possível compreender os “velhos” e “novos” arranjos da vida brasileira. Então, para interpretar esses “novos” arranjos, Freyre elegeu a “casa”, que parecia aos observadores mais desatentos um aspecto particularista dentre outros aspectos da vida brasileira, pois suas características pareciam mais limitadas ao “Norte” ou ao “Nordeste” (FREYRE, 2004, p. 67).

Para Freyre, a “casa” era tema abrangente, complexo, vital e englobante, assim como outros temas necessários e relevantes para se compreender a formação sociocultural brasileira do passado e do presente. A casa, como já foi mostrada no início do texto, transformou-se, ao longo do processo de formação da sociedade brasileira, em fator estruturante dos processos e práticas socioculturais brasileira ao se transladar de um tipo de habitação que parecia ser típico de determinada região, rural ou urbano para se tornar de fato um arranjo brasileiro. Essa ocorrência, segundo Freyre, formou “numerosas ilhas ou ilhotas”, sociologicamente ordenadas pelo sistema do tipo “continente e ilha”. Essas ideias foram expostas por Freyre em 1940, quando participou da série de conferências promovida pela Casa do Estudante do Brasil do Rio Grande do Sul. Nessa conferência, aproveitou a oportunidade para expor suas ideias sobre o Brasil naquele momento. Os textos da conferência intitulada *Continente e ilha* foram publicados em 1943, na forma de livro que traz, em nota de rodapé, uma explicação de como o escritor adotou essas ideias já expostas por Vianna Moog. Diz ele, que via com muita alegria as sugestões esboçadas por Vianna Moog em sua conferência de 1942, também pela Casa do Estudante do Brasil no Rio Grande do Sul, e como elas representavam o “Esforço lúcido de interpretação sociológica da história literária do Brasil e da nossa atualidade intelectual” (FREYRE, 1943, p. 10).

Assim como Vianna Moog, Freyre (1943) diz estar convicto de que “somos, os brasileiros”, um conjunto ou soma de “núcleos culturais” a “desenvolver no plano da história literária do Brasil a ideia de *continente e ilha*, ou antes, *arquipélago cultural* conforme escreve Vianna Moog” (FREYRE, 1943, p. 11). De posse dessas referências e pensando a paisagem brasileira, Freyre visualiza como se processou, em grande parte, a colonização do Brasil, e como esta formou ilhas de intensificação ou condensação da energia colonizadora

em “ilhas sociológicas”, representadas pelas cidades edificadas nos montes, formando “ilhas físicas”; ou nos vastos colégios dos jesuítas, dos engenhos de açúcar, em “volta dos quais se esboçaram as primeiras regiões brasileiras” (FREYRE, 1943, p. 18). Esses fenômenos socioculturais repetem o paisagismo geográfico, pois, para Freyre, essas “ilhas”, reconhecidamente, formaram arquipélagos que se transformaram “numa enorme ilha continente” (FREYRE, 1943, p. 18). Eram de proporções continentais quando deixaram de ser apenas “áreas economicamente estratégicas”, para se transformarem em “regiões mais amplamente culturais”. Essas áreas desempenharam, muitas vezes, o papel correspondente ao das “regiões, províncias ou ilhas ecológicas desde os começos do século passado” (FREYRE, 1943, p.18). No pensamento freyriano, o sentido de *ilha e continente* tem sua ordem investida e pode parecer, para algum observador desatento, paradoxal. Nessa ordem, *continente* significava as particularidades, enquanto que “*ilha* seria o universalismo”. Esta ordem de pensamento era, para Freyre, uma abordagem carregada de aventura quase sem limites, assim como era “o regionalismo de origem” que permanecia em sua essência colada em “nossa vida e à nossa cultura” (FREYRE, 1943, p.29).

Freyre admite que o sentido de *ilha* possua maior significação na paisagem cultural brasileira, porque concentra a ideia de variedade, ou a possibilidade de variedade, mas principalmente pela troca cultural com “outras ilhas e com todas as partes do mundo” (FREYRE, 1943, p.29). Para Freyre, as expressões “regionalismo e continentalismo, lusitanismo (ou hispanismo) e universalismo” se combinam em essência, porque são elementos indispensáveis para se compreender a cultura e sua relação como o regional e o universal, o “personalista e pluralista, americana nos seus ideais e nas suas condições geográficas, econômicas e psicológicas e euro-africanas nas suas raízes sociais e étnicas mais profundas” (FREYRE, 1943, p.29).

Nesse arranjo que é sociológico, histórico e cultural e que repete o paisagismo geográfico, Freyre reconhece outro elemento muito importante, as “Ilhas imaginárias” (FREYRE, 1943, p.21), ou seja, áreas ideais de certas especializações, de interesse agrícola ou pastoril; ou de caráter cultural, de esforço comercial ou agrário que se puseram na formação brasileira ordenada para implantação das “energias inquietas dos bandeirantes, dos sertanistas, dos missionários, dos aventureiros, dos caçadores de almas” (FREYRE, 1943, p. 22). Em suma, para Freyre, é desse modo que seguiremos na “Tentativa talvez um tanto louca, mas em todo o caso honesta, de elaborar uma filosofia da história brasileira”, buscando traços aparentemente “antagônicos”, mas que são “históricos, psicológicos e sociológicos”,

representados pelo sentido de “ilha- continente – ilha - arquipélago cultural” (FREYRE, 1943, p. 27-28).

#### 4.2. Vianna Moog e o arranjo “ilha - continente - arquipélago cultural”

Vianna Moog<sup>204</sup> (1942, edição atualizada de 1983, p. 20), em *Uma Interpretação da Literatura Brasileira. Um arquipélago cultural*<sup>205</sup>, elaborou uma compreensão da literatura e da cultura brasileira na perspectiva ilha-continente-arquipélago cultural. Conforme o prefaciador da obra, em 1983, Leodegário A. de Azevedo Filho, a reedição foi necessária por representar mais que uma homenagem àquela conferência histórica lida por Vianna Moog em 1942, e nesse ano, a obra completaria seus 40 anos. Era uma comemoração para renovar e lembrar aos leitores que eles deveriam ler e reler a obra, pois continuava atual para se compreender o Brasil. Em conformidade com o prefaciador, Vianna Moog nos forneceu o ponto de partida de um método de estudo e de pesquisa denominado, por ele, de “sócio-literatura” e que ainda carecia de ser amplamente desenvolvido entre nós, em “particular pelas novas gerações” (AZEVEDO FILHO, 1983, p.8).

Ele estava se referindo à ideia de Vianna Moog de se afastar do tradicional critério cronológico rígido, o “plano vertical [diacrônico]”, pois para compreender a literatura e a cultura brasileira era melhor o “plano, sobretudo horizontal ou sincrônico”, reconhecendo os traços mais presentes na realidade brasileira no que ele denominou de sete “ilhas ou núcleos culturais” que formam um imenso “arquipélago cultural”. Todos integrados em uma “estrutura solidária, pelo caráter de síntese” e que “naturalmente comportaria uma análise mais vertical” (AZEVEDO FILHO, 1983, p. 6). Para Azevedo Filho (1983), o pensamento de Vianna Moog se fundamenta no conceito de estrutura e sistema ordenado por “núcleos

---

<sup>204</sup> Clodomir Vianna Moog (1906-1988). Advogado, jornalista, romancista e ensaísta. Em 1932, como participante da Revolução Constitucionalista, foi preso e transferido de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), primeiro, para a capital do Amazonas, depois, para Teresina. Retornou a Manaus. Nesse período de exílio, começou propriamente a sua atividade literária. Em 1942, a convite da Casa do Estudante do Brasil, proferiu a conferência “Uma interpretação da literatura brasileira”, publicada em opúsculo e traduzida para vários idiomas. Nesse trabalho, ele procurou interpretar a literatura brasileira através do que chamou “ilhas de cultura mais ou menos autônomas e diferenciadas”, caracterizada cada uma pelo seu *genius loci particular*. Em 1954, publica *Bandeirantes e pioneiros. Paralelo entre duas culturas*. A obra analisa, comparativamente, o processo de colonização do Brasil e dos EUA. Traça o quadro evolutivo das duas nações desde a chegada dos colonizadores na América. Aborda os aspectos da raça e geografia física, economia, religião, imperialismo, sociedade, política e cultura. Destaca tipos humanos e realizações culturais dos dois países em conjunto com elementos da história local, nacional e mundial.

<sup>205</sup> Obra apresentada na conferência em 1942. Publicada em 1943 pela Casa do Estudante do Brasil, em grande tiragem e que logo se esgotou. Foi logo traduzida para o alemão, inglês e espanhol. Na 2ª edição de 1983, reproduz na íntegra o PROLOGO DA PRIMEIRA EDIÇÃO com as palavras de Clóvis Ramallete saudando o conferencista “o homem das letras do estofado de Vianna Moog”.

culturais ou ilhas”<sup>206</sup>. Por núcleos culturais, Vianna Moog entende uma soma das partes que formam um todo “complexo e heterogêneo da chamada literatura brasileira” (MOOG, 1983, p.20). Por Arquipélago cultural, compreende “muitas ilhas de cultura mais ou menos autônoma e diferenciada” (MOOG, 1983, p. 22). Para melhor se compreender essa ideia de configuração da realidade brasileira como arquipélago cultural, Vianna Moog conceituou, caracterizou e classificou cada parte ou ilha de caráter cultural para, assim, destacar “signos e sinais” (MOOG, 1983, p.16).

Moog entende que o sistema interpretativo que melhor se ajustava ao pensamento sobre a realidade sociocultural brasileira era juntar nos planos horizontal e vertical os diversos níveis e planos de abordagem vistos por ele como os mais adequados, porque não se fechavam nem se limitavam a determinados aspectos da realidade, uma vez que a realidade não era homogênea, e sim plural. Nesse modelo, Moog nomeias as ilhas dessa forma: a primeira ilha desse arquipélago era Amazônia, depois o Nordeste, a Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro, a Metrópole. Representando “as sete chaves da literatura brasileira”, pois são as “grandes realidades brasileiras” (MOOG, 1983, p. 43-44).

Esses sete núcleos culturais visavam explicar os fenômenos sociais, econômicos, políticos e literários para, assim, retirá-los dessa ordem confusa de elementos “intrincados e obscuros” (MOOG, 1983, p. 45). Vianna Moog também entende que esses núcleos foram responsáveis, no passado recente, por motivar grandes e pequenas rivalidades entre os intelectuais que possuíam vinculados identitários a seus núcleos e que disputavam o domínio das letras no Brasil. Para ilustrar essa relação, Moog cita algumas polêmicas e desconfortos causados pelos intelectuais em defesa do núcleo cultural. Cita a fala de Silvio Romero que, ao tentar defender Tobias Barreto, procurou “destruir a glória de Machado de Assis”. Essas atitudes foram compreendidas por Vianna Moog como uma forma do escritor se reconhecer como pertencente ao núcleo cultural, pois,

[...] uns mais, outros menos, consciente ou inconscientemente, todos agimos dentro da órbita de nossos núcleos culturais [...] a verdadeira fonte de nossos valores mais alto e mais puro. Fora do seu núcleo cultural, o escritor, [...], é como sem religião e sem pátria, é uma utopia [...] Ai dos que se deixam desenraizar [...], dos que não trazem em suas vestes a poeira imponderável do seu núcleo provincial, essa poeira de cultura [...] nas virtudes e nos

---

<sup>206</sup> São *ilhas culturais* a Amazônia e sua cosmologia; o Nordeste telúrico; a Bahia dos eruditos, humanista; Minas por sua geografia; São Paulo de tradição bandeirante, jeca tatu, Macunaíma, Martim Cererê; Rio Grande do Sul, o homem e natureza, culto e devoção; o Rio de Janeiro, núcleo cultural da metrópole; *ilhas geográficas*: Extremo Norte (Maranhão, Piauí e Ceara); o Norte (Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte); Centro (Sergipe, Bahia Ilhéus e Porto Seguro); o Interior (São Paulo, Minas gerais, Goiás e Mato Grosso); e o Sul (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

defeitos [...]. Para ser grande e universal, Shakespeare não precisou renegar sua ilha [...] Assim fossem os escritores brasileiros do seu tempo como o são de sua terra e de seus núcleos culturais [...] Conservemo-nos fiéis aos nossos núcleos culturais [...] ser telúrica, como a Amazônia; social, como a do Nordeste; erudita, como a da Bahia; humanística, como a de Minas; bandeirante, como a de São Paulo; a um tempo regional e universal, como a do Rio Grande do Sul; tudo isso temperado pela ironia do núcleo cultural da metrópole, para que seja, acima de tudo, como desejamos, profundamente humana e brasileira (MOOG, 1983, p. 46-48)

Para Maria Eunice Moreira, em “O arquipélago cultural brasileiro: a interpretação de Viana Moog”, mostrou grande disposição em interpretar a literatura brasileira e, em especial, propor a tese das ilhas culturais, Vianna Moog respondeu com uma interpretação de natureza sociológica as diversidades regionais, sustentáculo para a formação do arquipélago cultural brasileiro. Então, as ideias de Vianna Moog renovaram as interpretações sobre as manifestações regionais, aglutinando os intelectuais escritores em função do núcleo cultural, pois só vinculado ao seu grupo ele pode se realizar, fora dele, corre o risco de se transformar em uma miragem. Por conseguinte, as interpretações devem contemplar todas as regiões revelando ao Brasil o que cada núcleo cultural contribuiu para estruturar e organizar os múltiplos arquipélagos culturais brasileiros.

Por ser uma paisagem complexa e, ao mesmo tempo, peculiar, é preciso entrelaçar história, sociologia e literatura, buscando nesse entrelaçamento, a concretude dos fatos e das situações, a criação que garante sua contemporaneidade, enquanto abordagens que colaboram para maior compreensão e avaliação dos fenômenos sociais. Para Freyre, sem perder de vista suas “realidades básicas, dentro daquela base universal ou única que é a condição humana” (FREYRE, 1961, p. 18), o núcleo cultural é capaz de alcançar seus “traços mais característicos, os seus tipos [mais] representativos no sentido sociológico”, considerando suas relações com o meio, com a terra, com as “instituições, com a história natural e social do meio” (FREYRE, 1961, p. 20). Nessa linha de renovação do pensamento sobre os “novos” arrojos brasileiros, Oliveira Vianna, em *Evolução do Povo Brasileiro* de 1922<sup>207</sup> e *Raça e Assimilação*<sup>208</sup> publicado em 1932, identifica que desde 1872 são publicados estudos sobre a

---

<sup>207</sup> O livro selecionado é a 3ª edição ilustrada de 1938. Conforme Prefácio da 2ª e 3ª edição, não foram feitas as alterações de conteúdo. A expressão evolução se apoia em três tendências, social, racial e política que são persistentes e continuam a se acentuar. Identifica um processo intenso de novas áreas ou regiões geográficas e culturais. Nessa edição, são selecionadas ilustrações de uma variedade de aspectos, diversidade de tipos, um complexo de fatores, para ele, de toda ordem, da terra, do homem, da sociedade, da história: fatores étnicos, econômicos, geográficos, históricos e climáticos que a ciência cada vez mais procura apurar e discriminar, isolar e classificar (OLIVEIRA VIANNA, 1938a, p.35)

<sup>208</sup> Texto publicado em 1932, teve duas reedições ampliadas, em 1934 e em 1938. Compreende estudos sobre a formação da população brasileira e discute conceitos de raça, assimilação e miscigenação, procurando estabelecer um "coeficiente de fusão" para os imigrantes do sul do Brasil. O próprio autor classificou as ideias

população brasileira com base somente na demografia. Para ele, esse tipo de abordagem precisa ser atualizado, porque vem ignorando, há muito tempo, as novas dinâmicas demográficas da sociedade brasileira. Oliveira Vianna observou que, inicialmente, esses estudos dividiam e subdividiam a população, classificando e caracterizando os grupos étnicos e seus percentuais para, assim, comparar as repercussões de cada grupo por região. Ele recupera esses estudos para apontar as lacunas desse tipo de abordagem que continuava em vigor e, segundo o estudioso, “não mais podia ser aceita”, pois não conseguia responder de modo satisfatório sobre a atual realidade brasileira. Para ele, os grupos estão formados por grande complexidade e heterogeneidade, de modo que esse tipo de abordagem estava se tornando “impróprios para serem utilizados com êxito nas pesquisas tendentes à solução dos grandes problemas relativos à biologia, à psicologia e à sociologia das raças no Brasil” (OLIVEIRA VIANNA, edição atualizada de 1938b, p. 60).

Então, ele propõe substituir essa lógica estatística por outro tipo de abordagem da realidade brasileira. Para ele, antes de tudo, era preciso adotar uma observação longa, a fim de se “orientar pouco a pouco, [e] discernir os diversos elementos constitutivos da população considerada” (OLIVEIRA VIANNA, edição atualizada de 1938b, p. 84). Essa abordagem fundada no método da observação direta de “nossos tipos”, conforme Oliveira Vianna, seria mais adequada, pois faria surgir novas ideias sobre nossa população, em especial aquelas que estão mais ao norte, mas também no centro e no sul, na “região da costa e na região do sertão” (OLIVEIRA VIANNA, 1938b, p. 86). Para o estudioso, só a observação direta, metódica, atenta e regular possibilitaria obter dados mais precisos sobre os tipos antropológicos “vivos - e não sobre tipos abstractos, resultantes de puras operações aritméticas” (OLIVEIRA VIANNA, 1938b, p. 87). Oliveira Vianna repete o paisagismo geográfico combinado com o histórico e o cultural para melhor identificar as populações das regiões do “Brasil central, nos altos sertões de Mato Grosso, de Goiás e do Nordeste”. Além do tipo antropológico do sertanejo “cuiabano” e do sertanejo “cearense” (OLIVEIRA VIANNA, 1938b, p. 87).

Também adota o sentido de “ilha” para designar espaços que abrigaram as correntes migratórias saídas dos seus centros de origem e que trouxeram distintos traços culturais instituindo um processo de assimilação e adaptação com a população local. Esses traços contribuíram para a formação das “Ilhas Ethnicas”, similar aos núcleos coloniais que exerceram modernamente, nos séculos XIX e XX, uma função muito análoga àquela do período colonial. Ou seja, as “aldeias” em relação ao grupo indígena, os “engenhos” em

---

expostas no texto como hipóteses, a maior parte delas contestada pelo posterior avanço das pesquisas antropológicas.

relação ao grupo negro, o curral ou fazenda em relação ao grupo sertanejo; a bandeira em relação aos paulistas ou mamelucos e a cidade em relação a “nobreza” para o grupo branco (OLIVEIRA VIANNA, 1938b, p. 98). “Ilha”, conforme Oliveira Vianna, caracteriza-se como espaços de acentuadas variações regionais, fundadas pelo ambiente histórico, social e cultural, de “tipos correspondentes fixos e imutáveis, capazes de guardarem as suas peculiaridades, quaisquer que sejam os meios em que se encontrem” (OLIVEIRA VIANNA, 1938b, p. 98). A princípio, esses núcleos eram homogêneos, isto é, de uma só nacionalidade, como a colônia alemã de Santa Catarina que preferiu o “insulamento e segregação étnica”, e formou, no interior das populações circundantes, em regra mestiçadas, verdadeiras “ilhas étnicas” (OLIVEIRA VIANNA, 1938b, p. 98). Oliveira Vianna percebeu que nesse cenário de movimentada exigência para compreensão das novas dinâmicas da realidade brasileira, os efeitos migratórios que estavam ocorrendo dentro do interior territorial, entre regiões, entre regiões e continentes, apontavam para novas interpretações sobre o Brasil.

Nesse panorama, ele destaca as pesquisas empreendidas por Roquette Pinto<sup>209</sup> (1884-1954) que teve o papel de motivar os estudiosos da formação brasileira a voltarem-se para as populações interioranas do mais profundo e secreto Brasil, que ainda careciam de ser mais bem compreendidas e para isso precisavam de observação direta, de forma metódica e atenta. Foi nessa linha, que o escritor piauiense Abdias Neves realizou uma viagem de estudos a Santa Catarina, em 1906, com o objetivo de observar como ocorreu o processo migratório alemão para aquele estado. Como resultado, escreveu uma série de ensaios negando a germanização do Brasil. Escreveu também um verbete sobre a população piauiense no *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil*<sup>210</sup> e publicou um ensaio, “Os mitos solares dos índios”, no *Almanaque Garnier* (1908). Mario de Andrade foi outro que deixou São Paulo para um meticuloso trabalho de observação das populações sertanejas e o resultado foi a publicação do livro *O Turista Aprendiz*, em que o autor descreve suas impressões de viagem aos Estados do Norte e Nordeste em 1927.

---

<sup>209</sup> Em conformidade com Nísia Trindade Lima (1999, p.77-78), o cientista era ligado ao Museu Nacional. O antropólogo realizou, nas primeiras décadas do século XX, um extenso levantamento de dados sobre a constituição anatômica, fisiológica e psicológica da população brasileira, estabelecendo uma classificação racial que refletia o diálogo com a tradição científica e intelectual brasileira, mas também com a antropologia física produzida em países como Alemanha e Estados Unidos. O interesse de Roquette-Pinto era de elaborar um amplo retrato antropológico do país, por meio do qual a observação e os dados científicos seriam capazes de definir as características raciais brasileiras e, ao mesmo tempo, avaliar a viabilidade biológica da população, especialmente dos tipos mestiços e sertanejos. O estudo influenciou toda uma geração de intelectuais.

<sup>210</sup> Em 1922, por ocasião das comemorações do Centenário da Independência, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) lançou o primeiro volume de um trabalho coletivo bastante ambicioso, destinado a descortinar o Brasil aos brasileiros, foi publicado o *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*. O dicionário contou com a participação dos mais notáveis escritores de cada estado. Além de Abdias Neves, Anísio Brito e Clodoaldo Freyre integraram a publicação. Cada um versando sobre um tema.

Sérgio Buarque de Holanda também empreendeu viagem para o interior dos sertões mato-grossenses, com o objetivo de compreender o processo de formação das monções brasileiras. Esse processo determinou, segundo Holanda, particularidades e universalidades na história da nossa formação sociocultural de “sertanista e mareante” em uma sociedade, reconhecidamente, à margem do insulamento, atraso, abandono.

Os estudos de Ortiz, *Cultura Brasileira & identidade Nacional* (1994); Schwarcz, *O Espetáculo das Raças* (1993); Lima, *Um Sertão Chamado Brasil* (1999) apontam que nessa oportunidade, os intelectuais viam nesse ambiente uma chance de divulgarem seus ideários que já dominavam a intelectualidade em vários países da Europa, nos Estados Unidos e mesmo na América Latina. Esses ideários foram transportados para o Brasil, e envolveram profundamente nossos intelectuais, de modo que cada um buscou desenvolver suas pesquisas com enfoques diferentes, em função da inclinação teórica dos autores, do contexto histórico e dos interesses políticos e identitários. Cassiano Ricardo, em *Marcha para Oeste* (1970), entende que o motivo da intelectualidade para se envolver com novas observações sobre o Brasil daquele momento, estimulou uma nova onda de expedições<sup>211</sup> para o interior e os sertões do Brasil.

Essas expedições eram uma continuação daquelas empreendidas pelos primeiros bandeirantes. Essa retomada significava, para Cassiano Ricardo, seguir as trilhas da “nova marcha para o oeste”, que ainda precisava ser continuada, pois era um movimento de profundo compromisso com o Brasil. Segundo Cassiano Ricardo, as “novas expedições” podiam ser consideradas como “as novas bandeiras do século XX”, pois continuavam na busca das populações do Brasil profundo e secreto, ultrapassando os caminhos e as fronteiras geográficas, demográficas e culturais. Era preciso continuar observando para conhecer de fato aquelas populações que permaneciam isoladas, abandonadas, atrasada, toscas e incultas.

Nessa nova caminhada, era preciso dignificar essas populações como uma força econômica, social, cultural, política e de profunda identidade regional e nacional. O estudioso demonstra um encantamento com as expedições empreendidas por Roquette Pinto, Marechal Rondon<sup>212</sup> e Orlando Vilas-Boas, porque representavam o verdadeiro espírito bandeirante de

---

<sup>211</sup> Nísia Trindade Lima (1999) estuda as expedições como missão civilizatória da República com o objetivo de incorporar as populações do interior e dos sertões e assim promover a profilaxia física e mental, a cura dos males sociais, econômicos, políticos e culturais. Para coordenar esse projeto foi chamado o Instituto Osvaldo Cruz e contratado médicos sanitários do porte de Carlos Chagas, Adolfo Lutz, Artur Neiva, Belizário Penna.

<sup>212</sup> Para Lima (1999, p. 72), Candido Mariano da Silva Rondon é, sem sombra de dúvida, uma das figuras míticas da história do Brasil Republicano. Militar sertanista pacificador do sertão, viajante incansável do interior brasileiro, foi reconhecido por sua dedicação e bravura em caminhar e navegar por diferentes paisagens, semelhante a epopeia bandeirante.

reviver o antigo hábito de desbravar, conquistar, descobrir e romper as fronteiras, e ainda empreender “pesquisas geográficas e etnográficas, pacificação e defesa dos índios, no sertão” (CASSIANO RICARDO, 1970, p. 643). Para ele, essas expedições reuniam o mais autêntico espírito bandeirante e sertanista, pois possuíam o verdadeiro sentido e significado brasileiro que é sentir “amor [pela] causa do sertão”, igualmente ao Brasil e as populações sertanejas, e assim realizar o verdadeiro sentido da identidade nacional.

Dentre as expedições desse período, Nísia Trindade Lima, em *Um Sertão Chamado Brasil* (1999), identifica a de Arthur Neiva e Belizário Penna, que percorreu o norte da Bahia, o sudeste de Pernambuco e o sul do Piauí e Goiás. Diferentemente daqueles viajantes naturalistas, esses novos viajantes perseguiram resultados profiláticos imediatos, por isso decidiram percorrer “extensas áreas onde as investigações científicas predominaram sobre as preocupações médico-sanitárias de curto prazo” (LIMA, 1999, p.79). As expedições produziram também narrativas de viagem e um acervo fotográfico riquíssimo, similar ao acervo de desenhos e ilustrações das expedições dos séculos anteriores, que foi produzido como artefato complementar e comprobatório das observações. Essas “novas viagens” fizeram desses estudiosos os novos bandeirantes do século XX, intérpretes das paisagens, dos modos de vida, habitação, tipos étnicos, fauna e flora, vida urbana e rural entre outras curiosidades.

Desse modo, esses intelectuais foram convocados para tomarem parte da nova marcha, destinada a preencher um conhecimento sobre aquelas regiões que teimavam em viver sob o manto do insulamento, abandono e atraso social e cultural. Os “novos bandeirantes” estariam equipados de novas técnicas para mostrar que as regiões podem ser mais bem aproveitadas pelo “econômico e social do Brasil” (CASSIANO RICARDO, 1970, p. 652). Nessa marcha, assim como as dos séculos anteriores, ainda predominava o paisagismo geográfico que servia para identificar as populações do interior do sertão, e reconhecer a diversidade de aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais das regiões percorridas. As imagens divulgadas pela expedição causaram uma enorme repercussão entre os estudiosos, pois mostravam os contrastes ainda existentes entre o Brasil moderno (Sul) e o outro “Brasil desconhecido, arcaico e rural [interior, sertão]” (FIOCRUZ, 1991, p. 09). Não foi por acaso, conforme Schwarcz (1993), que, nesse momento, a antropologia física e a eugenia tiveram um papel central, auxiliando os estudiosos no conhecimento e na descrição dessas populações, bem como na retomada de projetos envolvendo políticas de colonização e povoamento.

Como resultado dessas ideias, o conceito de cultura e identidade nacional foi muito problematizado passando por diferentes e diversas formas de interpretações, filtragem e

adequações ao contexto sociocultural da sociedade brasileira. Nessa perspectiva, é possível identificar distintas e diferentes abordagens sobre a identidade nacional. Até a primeira metade do século XIX, a identidade nacional era uma idealização forjada pelas três raças o índio, o branco e o negro; depois essa idealização passou a ser entendida no constructo meio e raça. No século XX, identidade passou a significar cultura para explicar tipos gerais e particulares da formação brasileira. Nesse bojo, surgem movimentos em busca do sentido de identidade e de nação. Os dois termos representariam uma unidade, mesmo com suas diversidades e contradições. Procurava-se conhecer os diversos elementos e manifestações culturais, os intelectuais se especializaram em temas sobre o nacionalismo, trabalho, revolução, industrialização, progresso, desenvolvimento, estabilidade e autonomia; terceiro mundo e subdesenvolvimento; discutia-se o papel da burguesia nacional para o crescimento, modernização e independência econômica e política da nação.

Mas foi no movimento modernista de 22 e no regionalismo de 1930 que a cultura e a identidade se universalizou e se particularizou para identificar indivíduos ou grupos que pensavam e tematizavam sobre as “novas” configurações sociais da (s) identidade (s) nacional (ais). Nesse contexto, os discursos identitários não se davam mais por meio de intelectuais isolados, mas associados aos movimentos, grupos ou instituições promotoras de sociabilidades intelectuais. A ideia era fazer convergir para as ciências sociais e humanas os núcleos culturais e os discursos já consagrados pela literatura. Então, a literatura brasileira passou a ser reconhecida como regionalista, ou um reflexo de cada estado, ou seja, uma literatura brasileira “manifestando-se de modo diferente nos diferentes Estados” (CANDIDO, 2000, p. 127). Assim também é a identidade.



Figura 10 - Família da cidade de Parnaguá (PI), 1912, na imagem da Expedição do Instituto Oswaldo Cruz .

### 4.3. O sertão “nordestizado”?

Este desfiar de conjeturas tem o valor de indicar quantos fatores remotos podem incidir numa questão que duplamente nos interessa pelo seu traço superior na ciência, e pelo seu significado mais íntimo no envolver o destino de extenso trato do nosso país. Remove, por isto, a segundo plano o influxo até hoje inutilmente agitado [...] de alguma sorte fortalecido pela intuição do próprio sertanejo para quem a persistência do nordeste — o vento da seca, como o batiza expressivamente — equivale à permanência de uma situação irremediável e crudelíssima. [...] esterilizam-se os ares urgentes; empedra-se o chão, gretando, recrestado; ruge o nordeste nos ermos. (EUCUIDES DA CUNHA, Sertões, 2011, p. )

Nessa citação de *Os Sertões* de Euclides da Cunha há vários aspectos relevantes sobre a ideia de Nordeste. Uma paisagem? Região? Uma identidade? Um modo de ser e de existir historicamente, com determinadas características, conflitos e diferenças socioculturais? Com efeito, o esboço de Euclides da Cunha gerou com o tempo a necessidade de atualização do conceito de Nordeste, pois havia no seio da sociedade brasileira, uma inquietação causada pelo descompasso persistente entre o Norte e o Sul. O que foi mais significativo neste processo é que o termo permaneceu em aberto e, por isso, possibilitando inúmeras reavaliações.

Quando Gilberto Freyre decidiu escrever e publicar o ensaio *Nordeste*<sup>213</sup> (edição atualizada de 1961), disse que o estudo era uma tentativa de retratar o Nordeste do Brasil, ou mais precisamente, “um dos Nordeste”, porque existem pelo menos dois, o “agrário e o pastoril”. Chama de “velha região brasileira” esse lugar que desde sempre se apresentou no contexto mental do seu povo como “o centro da civilização brasileira”. Então, projeta uma interpretação de caráter “ecológico”, para compreender o papel desempenhado pela “região da monocultora, latifundiária e, por longo tempo, escravocrata, no conjunto de inter-relações dos vários fatores físicos, culturais, naturais e históricos” (FREYRE, p. 20, 1961). Reconhece que essa região ao se especializar na cana de açúcar, em especial, deixou no brasileiro os traços mais característicos, os tipos mais representativos, ou, em suma, uma “síntese da cultura-

---

<sup>213</sup> NORDESTE. *Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil*. 3ª edição (1961). Contém o Prefácio à 1ª edição (1937); à 2ª edição (1950); à edição espanhola (S/D) e a 3ª edição (1961); um índice geral com seis capítulos acompanhados de notas e ilustrações assim distribuídos: A Cana e a Terra; A Cana e a Água; A Cana e a Mata; A Cana e os Animais; A Cana e o homem; A Cana e o homem (conclusão). O estudo exigiu pesquisas nos arquivos regionais e portugueses. Contou com auxílio de tradutores que “passaram a limpo o trabalho”. Foi também acompanhado de visitas à região da cana. Freyre contou com amparo do governo e de ilustradores como Lula Cardoso Ayres e Manuel Bandeira que confeccionou o mapa da paisagem cultural do Nordeste agrário, intitulado “Triângulo engenho-casa-capela”. Reúne ampla abordagem antropológica, histórica, sociológica, psicológica, geológica e botânica.

natureza regional” em suas relações “com a terra, com as instituições, com a história natural e social do meio” (FREYRE, p. 20, 1961).

Por causa desse dinamismo cultural e social, a região, segundo Freyre, passou a enfrentar uma série de ideias que foram sendo processadas e foram se estendendo, condicionando conotações negativas e positivas para o Nordeste. Para alguns, Nordeste significava uma “natureza econômica” que gerou uma situação social, um prejuízo, um fato “desfavorável ao nacional”. Essa ideia se intensificou e se acentuou no imaginário nacional como uma espécie de condição marginal ou periférica que veio, equivocadamente, a reproduzir-se na mesma ordem daquele conceito elaborado sobre sertão e “infelizmente no seu modo patológico” (FREYRE, 1961, p. 25). A ideia foi proposta nos anos 60, por Franklin de Oliveira (1916-2000)<sup>214</sup> que publicou *Rio Grande do Sul: Um Novo Nordeste*. Nesse estudo, o jornalista compara a situação do Rio Grande do Sul com aquele “Nordeste” de infeliz e triste perspectiva de “uma patologia” (FREYRE, 1961, p. 25). Nessa perspectiva, surge a expressão “nordestização”. Mas, diz o autor, “não nos deixemos, impressionar” por este ou outro aspecto que a notoriedade da palavra “Nordeste” venha adquirir por este ou outro motivo. O que precisamos é “nos regozijarmos com outros aspectos da mesma notoriedade; e até com outro sentido que possa ser atribuído à palavra nordestinação” (FREYRE, 1961, p. 26).

Freyre se refere às massivas publicações de pesquisadores que adotaram o Nordeste no sentido “ecológico, sociológico, econômico, histórico” (FREYRE, 1961, p. 26), para abordar seus “problemas e seu passado ricamente sugestivo”. São estudiosos do Rio e de São Paulo e também do próprio Nordeste preocupados em analisar “com toda e possível objetividade problemas regionais em ligação com os nacionais e até com os internacionais”<sup>215</sup> (FREYRE, 1961, p. 26). Quanto ao poder da palavra “nordestização”, Freyre identifica vários vestígios conceituais, classificatórios e hierarquizantes em diversas áreas de conhecimento como a

---

<sup>214</sup> José de Ribamar Franklin da Costa. Jornalista maranhense, publicou reportagens no Correio da Manhã do Rio de Janeiro sobre o empobrecimento do Rio Grande do Sul que, por conseguinte, estava se tornando um novo Nordeste. Os artigos, depois transformados em livro, foram editados pela Civilização Brasileira. O pensamento de Franklin de Oliveira foi fortemente marcado pela crítica ao modelo de industrialização, pois drenava os recursos para o Sudeste (leia-se São Paulo).

<sup>215</sup> Essa produção sobre o Nordeste culminou com a criação do instituto, hoje Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Ela foi idealizada por Gilberto Freyre, em 1947, e instalada em 1949 com o auspício do Ministério da Educação; o Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife foi dirigido por Gilberto Freyre, de 1957 a 1964, e foi vinculado ao Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), e suas congêneres aos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPEs) dentro da estrutura já existente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), órgão subordinado ao então Ministério da Educação e Cultura. O CBPE deu início às suas atividades em 1955, na cidade do Rio de Janeiro – capital federal à época –; os CRPEs começaram a organizar-se a partir de 1956, em São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre; segue com a instalação do Banco do Nordeste (1952) e da SUDENE (1959).

literatura, artes, arquitetura e no pensamento brasileiro, podendo, assim, “concluir haver um aspecto positivo, ao lado do negativo da “nordestização”, ou seja, um conceito abrangente e englobante de um tipo de conhecimento regionalista que continua penetrando na vida brasileira e até na estrangeira, nos métodos, na economia, cultura, arte, ciência e no estudo como sendo do “Nordeste ou originários do Nordeste brasileiro” [...] do agrário como do pastoril [...] do úmido como do sêco” (FREYRE, 1961, p. 25).

É nessa linha que *Elegia para uma Re(li)gião. Sudene, Nordeste e Conflito de Classe* de Francisco de Oliveira (1933-2019)<sup>216</sup>, publicada em 1977, versa sobre a “Nordestização” do Brasil. Francisco de Oliveira (1977) começa identificando os muitos “Nordestes”, o do açúcar, do algodão, da pecuária, pensando que nessa dinâmica se definia e redefinia o conceito de Brasil e de “região” em particular. Região que, para o autor, pode assumir o econômico, social, político, cultural, antropológico, geográfico e histórico, onde se imbricaram, dialeticamente, formas de produção e reprodução do capital e, por consequência, uma forma especial da luta de classes. Ele entendia que não havia uma correspondência, a priori, entre as fronteiras dessas “regiões” ou limites geográficos tais quais são comumente conhecidos. Para ele, essas fronteiras foram forjadas ao longo do processo de desenvolvimento “desigual e combinada” do capitalismo. Segundo o estudioso, as fronteiras regionais são históricas e, portanto, tendem a desaparecer com a expansão “desigual e combinada” do sistema. Para ele, a formação brasileira também se configurava como um arquipélago, composto por várias ilhas de produções isoladas. E cada uma se desenvolveu a partir das exigências da metrópole portuguesa, e, em alguns casos, pelas exigências da França, no Maranhão, e da Holanda, na “região” do açúcar.

Logo, para entender o Nordeste era preciso, antes de tudo, observar essas diferenças na sua formação, para, assim, não mascarar os conflitos que se manifestavam em seu interior com maior força a partir do final do século XIX. Para se compreender como se desenvolveu cada “região” era preciso considerar as relações entre histórias particulares e os conflitos econômicos, sociais, culturais e políticos. Para Francisco de Oliveira, foi no século XX, com o avanço da integração nacional, que se alargaram e aprofundaram as muitas disparidades regionais espalhadas pelo Brasil. Essas diferenças foram compreendidas à época como uma tarefa de intervenção do Estado brasileiro. No Nordeste, essa intervenção ocorreu de diversas

---

<sup>216</sup> Escritor pernambucano. Graduado em Ciências Sociais (1956) na Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco. Pertenceu aos quadros técnicos do Banco do Nordeste (1956 - 1957) e da SUDENE (1959 - 1964), onde trabalhou com Celso Furtado. Após o golpe de 1964, ficou preso por dois meses. Posteriormente, deixou a cidade do Recife e "exilou-se" no Rio de Janeiro. Foi do CEBRAP e professor da nova geração uspiana (Dias depois de escrever esse texto, nosso grande mestre partia, em 09/07/2019, deixando um legado imensurável para o pensamento regionalista e brasileiro).

formas e se elegeu no combate excepcional às secas, porque se acreditava que dessa forma se combateria a pobreza. Essa visão de certa excepcionalidade e que era alimentada pela diferença regional, ganhou um tom apologético de que os problemas da região Nordeste só seriam resolvidos se colocassem a região no mesmo patamar econômico, político, social e cultural que fazia do Sul, particularmente de São Paulo, a “Locomotiva do Brasil”. O tom apologético não impediu que os fluxos migratórios do Nordeste continuassem avançando rumo ao Sul.

Pouco depois, em 1978, a equipe técnica da Fundação CEPRO, a nossa “cepalina piauijera”, elaborou um trabalho intitulado *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento* (2002). O texto, conforme Fonseca Neto (2002), foi construído “metodologicamente ao modo de ensaio”, e se propunha reexaminar as causas que deram ao Piauí a condição de marginal e periférico no contexto brasileiro. Analisa o “quadro histórico estrutural específico” no processo de colonização dessa região e, em particular, as transformações e contradições de natureza endógena que se processaram na área da “pecuária extensiva do Nordeste brasileiro” e, ainda, analisa se essas condições determinaram a “evolução do estado como área periférica ao centro nacional dominante” (FONSECA NETO, 2002, 11).

O estudo contou com ampla pesquisa documental e bibliográfica sobre o Piauí, tendo recorrido às pistas pioneiras de Alencastre, Pereira da Costa, Odilon Nunes, Raimundo N. Monteiro de Santana, Celso Furtado, Francisco de Oliveira entre outros, pois são “personagens marcantes da vida intelectual-acadêmica daquele e deste tempo” (FONSECA NETO, 2002, p. 10) e não “historiadores de mentes e corações litorâneos” carregados de “preconceitos e/ou tudo isto junto” (FONSECA NETO, 2002, p. 10). O estudo foi inspirado na formação social piauiense, com fecunda inclinação para o processo de formação do sertão da região do ciclo do gado e da civilização do couro. É um marco interpretativo da “Nordestização”, de sua “geografia emotiva parteira da utopia” das tensões, transformações e contradições do Nordeste brasileiro e do “Brasil entendendo-se o *funcionamento* do Piauí” (FONSECA NETO, 2002, p. 10).

Albuquerque Júnior, em *A Invenção do Nordeste e outras artes* (1999), tematiza a “Nordestização” como uma construção linguística, representacional e discursiva que lhe atribuiu determinada característica daquilo que não é, mas como algo que foi “nordestinizado”. Ele discute não apenas a formação de uma região geográfica, instituída na cartografia oficial do Brasil, mas a constituição histórica tanto de uma *dizibilidade*, quanto de uma *visibilidade* que mobiliza todo o universo de imagens negativas e positivas, socialmente reconhecidas e consagradas, que criaram a própria ideia de Nordeste. Nordeste é fruto de um

processo de reconfiguração cartográfica que atravessou todo o século XX e envolveu uma série de fatores, incluindo os econômicos, sociais, políticos e culturais.

Por muito tempo, o Brasil se dividia entre litoral e sertão, sertão e interior, depois Norte e Sul<sup>217</sup>. No caso do Nordeste, outras subdivisões vão ser fundamentais para definir o seu recorte regional. E embora a região só seja instituída oficialmente na década de 40, no começo do século XX, o sertão como a região da seca foi institucionalizado, a partir de 1946, como Polígono das Secas. Diz o autor, que isso ocorreu nos marcos da modernidade, definindo sua identidade, ou impondo seu atraso como supostamente natural e resultante de difícil condição geográfica, da raça, da natureza irrecuperável, entre outros atributos. Com efeito, a cartografia ratificou a ideia do Nordeste como lugar do atraso e o Sul, como do progresso. Nessa perspectiva, a expressão “Nordestização” vai operar muitos apelos, formas, nomeações e descrições fundadas na “geografia do nordeste sempre em ruínas entre Norte e Sul”.

Então, alguns estudiosos propuseram fórmulas para resgatá-la dessa condição mostrando que o "Norte" era um exemplo do qual o "Sul" não deveria ser. Defendiam uma intervenção do Estado para modernização da área, e assim, incorporar o Nordeste ao país, “solucionando” o problema do atraso, isolamento e abandono. Em suma, “Nordestização”, para Albuquerque Júnior (1999), é uma elaboração “imagético-discursivo”, uma invenção que foi adotada para designar um “conjunto de regras de enunciação” que o autor chama de “*formação discursiva nacional-popular* ou *dispositivo da nacionalidade*” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 27). Essa invenção penetrou na vida brasileira entre as décadas de vinte e sessenta do século XX. Em resumo, o autor entende que para além do vocábulo e suas derivações – sertão, Norte, Nordeste, marginalidade, periferia, etc – todas funcionam como espelho de outras invenções, “região”, “regionalização”, “regionalismo” (igualmente acompanhadas por suas derivações). Ideia cercada de processos e práticas socioculturais.

Com efeito, circunstâncias históricas, sociais e culturais concorreram para difundir ideia de “Nordestização” nas academias, institutos, imprensa, sociedades científicas, muitas delas organizadas pelo Estado. Nessa perspectiva, os intelectuais adotaram a palavra para mostrar interesses específicos, vinculados à identidade territorial ou núcleo cultural, entre outras

---

<sup>217</sup> Segundo dados do IBGE, a divisão regional do Brasil, a partir de 1940, estava ordenada em cinco macrorregiões: NORTE (Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí e Território do Acre); NORDESTE (Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará); OESTE (Espírito Santo, Bahia e Sergipe); SUL (Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul); CENTRO (Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás). Em 1942, o IBGE mostra, ao invés de cinco, sete regiões, onde o Nordeste aparece dividido em dois: um Oriental - Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará- e um Ocidental - Maranhão e Piauí - e o Leste também está dividido entre um Meridional e outro Setentrional. Na década de 50, uma nova divisão separa o Brasil novamente em cinco regiões, mais próximas do que é atualmente. ([https://www.ibge.gov.br/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/acesso 08/05/2019](https://www.ibge.gov.br/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/acesso%2008/05/2019)).

experiências afetivas. Assim, a “Nordestização” redesenhou uma espécie de mapa do Brasil com suas “ilhas - continentes - arquipélagos culturais” dos processos da modernização da sociedade brasileira. Enfim, o conceito de “Nordestização” advém das (in) certezas entre a parte e o todo; a unidade e a diversidade; a igualdade e a diferença. O tema da “Nordestização” serve para os intelectuais relançarem seus olhares em permanente alerta sobre o interior, o sertão, o norte, o sul. A ideia coloca-se como uma fixação desses intelectuais, e é adotada no pós-1940, pelo Estado, com um nítido propósito geopolítico de integração dos grandes espaços interioranos à nação. A ideia ressurge como uma reconfiguração do sertão, sempre visto como distante da civilização. É uma ideia que continua remetendo, questionando a essência do país, onde estariam escondidas as raízes da sociedade de contrastes, de antagonismos, de grandes distâncias socioculturais. Sociedade que continua a evocar um esforço de reinterpretações do Brasil.

## ALGUMAS PALAVRAS PARA FINALIZAR

Acreditamos ter reunido ideias e temas sobre o sertão e o sertão do Piauí, em especial. Foram abordados os aspectos mais processuais das ideias e temas e como foram assimilados e transfigurados em duas perspectivas: no pensamento brasileiro, pelos intelectuais identificados como bandeirantes escritores, bandeirólogos ou mitólogos modernos; e pelos intelectuais identificados como das províncias, da escola nordestina, do pensamento regionalista. As duas perspectivas apresentavam a problemática do sertão e do sertão piauiense, em particular, acompanhando ou se contrapondo a ela.

Identificamos nesse processo, que autores, escritores, ensaístas, romancistas se engajaram e se interpenetraram na imprensa, nas editoras, livrarias, conferências, institutos, academias e tinham como intuito melhor esclarecer o que era o sertão na formação sociocultural brasileira. Dessa forma, procuramos identificar como o sertão e o sertão do Piauí, em particular, eram abordados nas obras, quem eram os autores, quais as principais ideias e temas abordados, as condições de produção, o tipo de produto, as técnicas de exposição, a quem e como se dirigia,, as influências teóricas e metodológicas.

Por conseguinte, as duas perspectivas contribuíram para a reformulação do pensamento sobre o sertão e o sertão piauiense, em especial no pensamento brasileiro e regionalista, pois se sucedem, se imbricam, entrecruzam, interpenetram, influenciam-se mutuamente. Elas renovaram, ampliaram ou rejeitaram conceitos, teorias e metodologias recíprocas. Então, fizeram do romance e do ensaio os suportes mais expressivos de produção e exposição de conhecimento, especificamente, no período que se estende de meados do século XIX até um pouco depois de 1945.

A ênfase culturalista foi acolhida para reelaborar ideias, retraçar, redefinir questões e conceitos sobre o sertão e o sertão do Piauí, em especial. Para avaliar os processos e práticas elencados nesse estudo, utilizou-se a noção de “formação e sistema” de Antonio Candido (2000), por se compreender que as duas expressões subsidiam o entendimento desses elementos e ações que formam um conjunto padronizado e evidenciam algo universal e particular de uma determinada realidade.

As duas perspectivas adotaram, conforme Candido (2014), a “vocalização patriótico-sentimental” e o “método sintético – estilístico sociológico” para ordenar, expor e produzir conhecimento de larga abrangência, na publicação de romances, contos, prosa, poesia, lendas, cancioneros, folclore, provérbios, dicionários e enciclopédias, artigos na imprensa, livros, monografias e ensaios, publicados em diferentes linguagens e em distintos e largos momentos

da vida brasileira. Então, segundo Candido, ocorreu uma vinculação entre os autores e as obras, contribuindo para formar a continuidade no tempo, realçando e definindo uma fisionomia própria para cada momento.

Ainda sob essa ótica, houve uma integração, em dado momento, a um sistema articulado que, ao mesmo tempo, influenciou na elaboração de outras, formando, no tempo, uma tradição, “seja por força da inspiração individual, seja por influência de outras literaturas” (CANDIDO, 2014, p.25). A intenção dos intelectuais era divulgar os múltiplos temas que possibilitariam pensar e tematizar a formação brasileira, e promover múltiplas visões de “forte conotação cultural, com acentuado ingrediente psicossocial” (IANNI, 2002, p. 181).

Esse processo, no entendimento de Candido (2014), renovou o conhecimento sobre o pensamento sobre o Brasil. Ele aponta que na geração Romântica do século XIX (1836-1870), o processo de produção do conhecimento era mais homogêneo, pois havia certa superioridade entre discípulos e mestres. Na geração Modernista (1922-1945), o processo de produção de conhecimento, mesmo reconhecendo certa notabilidade de textos e a relação entre mestres e discípulos, foi se tornando mais heterogêneo e diversificado que o anterior. Isso produziu uma quantidade de textos de maior abrangência e consistência no plano do pensamento e, conseqüentemente, nas formas de produção e exposição do conhecimento. Nesse ínterim, a literatura que se apresentava na feliz expressão de Antônio Candido (2014) como “fenômeno central da vida do espírito”, ganhou uma força de penetração junto aos intelectuais, porque era o meio de expor e produzir conhecimento sobre a realidade brasileira de modo mais amplo.

Simultaneamente, os então “homens das letras” passaram, também, a desempenhar o papel de “homens da ciência”, no período que se estende de meados do século XIX até um pouco depois de 1945. Então, surpreendentemente, *o ensaio* emplacou sua força como gênero de exposição do conhecimento, tornando-se uma marca desse ambiente intelectual, destacando-se diante da literatura. Candido, ao analisar esse gênero predominante naquele momento da vida brasileira, relaciona sua aparição concomitante ao processo de formação da Literatura que vinha se esboçando desde o século XIX. Inicialmente, apresentava-se mais como “ponto de vista” do que como “pesquisa objetiva da realidade presente” (CANDIDO, 2000, p. 119). Depois, o ensaio, para Candido, fortaleceu-se, ao se tornar um tipo de gênero misto “construído na confluência da história com a economia, a filosofia ou a arte, que é uma forma bem brasileira de investigação e descoberta do Brasil” (CANDIDO, 2000, p. 119). Uma combinação sem fronteiras com a “imaginação e a observação, a ciência e a arte”, adquiriu um traço que se tornou o “mais característico e original do nosso pensamento” (CANDIDO, 2000, p. 119). O ensaio, para Candido (2000), ganhou notoriedade ao funcionar como

elemento de ligação entre a pesquisa puramente científica e a criação literária, dando, “graças ao seu caráter sincrético, [e] certa unidade ao panorama da nossa cultura” (CANDIDO, 2000, p. 119).

Para ele, esse gênero brasileiro de produção e exposição de conhecimento se apresentará na formação do sistema, provavelmente entre meados do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, no seio das academias, entre os intelectuais ilustrados, homens de letras em graus variáveis e empenhados na missão de conduzir a “vocação patriótico-sentimental”, de elaborar, em novos patamares, um conhecimento do ainda desconhecido Brasil. O ensaio se firmou nesse influxo, demonstrando uma capacidade vigorosa de estreitar as fronteiras entre a literatura e as ciências sociais. Talvez seja esse o motivo que confere ao gênero suas especificidades de produção, como a ênfase nos conteúdos, as formas de linguagem, editoração e demais recursos textuais importantes para se alcançar, como bem frisou Cândido, um equilíbrio entre “arte, imaginação e ciência”. O gênero foi amplamente adotado por muitos escritores, pois permitia dialogar com a ciência, demonstrar conhecimento especializado e autoridade para aplicar ou reelaborar ideários de interpretação da realidade brasileira. André Botelho, em “Passado e futuro das interpretações do país” (2010), reconhece que em 1920, a publicação de “*Populações meridionais do Brasil*” de Oliveira Vianna, foi decisiva para reinaugurar o gênero “ensaísmo [na linha] de interpretação do Brasil”. Para Botelho, o gênero pode se basear em características “cognitivas ou narrativas exclusivas, embora alguns traços lhe sejam constantes e possam distingui-los de outras modalidades de imaginação sociológica<sup>218</sup> que os precederam e os sucederam” (BOTELHO, 2010, p. 48).

Além do ensaio, o gênero *romance*<sup>219</sup> logrou também posição proeminente entre os intelectuais, pois no romance era possível também tratar de ideias e temas da vida brasileira. Para Olívio Montenegro, *O Romance Brasileiro* (1953) é uma forma de arte que com precisão e abundância de detalhes registra a vida de uma época, suas tradições, hábitos, costumes e personagens. Em conformidade com Montenegro, os sociólogos chamam esses registros de “configurações culturais” e ao utilizar esses recursos no romance, fizeram desse gênero um “tipo de ensaio sociológico”.

---

<sup>218</sup> Para MILLS (1982), a imaginação sociológica implica em pensar a realidade social de forma mais abrangente, profunda e vasta. Os problemas devem ser compreendidos a partir de uma perspectiva capaz de situar simultaneamente a história, a biografia e a estrutura social dos indivíduos. Mills reforça que o trabalho intelectual deve “compreender o cenário histórico mais amplo, em termos de seu significado para a vida íntima e para a carreira exterior de numerosos indivíduos” (MILLS, 1982, p. 11).

<sup>219</sup> É referência o estudo pioneiro de MONTEIRO (1953); em CANDIDO (2014); e no verbete de MOISÉIS (2014);

Gilberto Freyre em *Heróis e Vilões no Romance Brasileiro (em torno das projeções de tipos sócio-antropológicos em personagens de romances nacionais do século XIX e do atual)* de 1979, estudou o gênero a partir de tipos estruturantes, caracterizados de modo expressivo em situações ecológicas, físicas geográficas, sociais e culturais. Por “romance”, Freyre compreende uma narrativa de potencial ostensivamente simbólico, apresentando-se nos tipos: experimental, realista, naturalista, histórico, científico e sociológico. Podendo se apresentar em sua “forma, quer física, quer social, ou psicossocial, com alguma coisa de simbólico a condicionar sua projeção de mito” (FREYRE, 1979, p. 43). O estudioso analisa os personagens desses romances e “identifica ambientes estáticos ou dinâmicos”.

O personagem do ambiente “dinâmico” se movimenta entre o “heroísmo e a vilania” no meio e no tempo social em que vive. Para Freyre, esse tipo se torna o mais difícil de ser classificado, pois o analista terá que considerar sua vida ou conduta romanesca. Predomina nesse tipo de personagem, um caráter delineado como “flutuantes com o tempo, variam de importância em seu modo de influenciar aquelas relações” (FREYRE, 1979, p. 10). O personagem de ambiente “estático” se movimenta no tempo e meio social como “herói” representado pelo “exagero caricatural de virtudes e defeitos” (FREYRE, 1979, p. 10).

Para Freyre, esses ambientes se apresentam nos romances brasileiros como conjunto de “tipos sócio-antropológicos” recheados de símbolos, emblemas e sinais que podem variar com o tempo e com as circunstâncias que atuam, originando personagens identificados como imortais na forma física, social, cultural, temporal e espacial do litoral, do interior, urbano ou rural, sertanejo-pastoril ou matuto-agrário, trágicos, sangrentos, melodramáticos, miticamente romanceados na profissão, na conduta, na alimentação, na vestimenta, moradia, trabalho, mentalidades. No Nordeste, o romance se desenrola, segundo Freyre, em diferentes tempos e espaços sociais, por não haver um único Nordeste, mas vários que estão ainda sendo (re) traçados pela sociologia regional, “que dentro da unidade essencial, que nos une, há diferenças às vezes profundas” (FREYRE, 1979, p. 06). Ao longo do século XX, o romance ganhou, além da polifonia e erudição, uma popularidade ritmada pelo intercâmbio com outras linguagens, a jurídica, religiosa e política; visuais - fotografia, desenho e ilustração; sonoras - rádio e cinema.

Em conformidade com Candido, “O triunfo do romance” (2014, p. 429) ocorreu pela capacidade de se tornar um “instrumento de descoberta e interpretação”. Complexo e amplo, anticlássico por excelência, é o mais universal e irregular dos gêneros modernos. O romance logrou êxito ao permitir ao escritor uma “frouxidão, uma espécie de mistura” de gêneros e registros textuais e imagéticos. Por conseguinte, o romance e o ensaio contribuíram para o

entendimento do papel social dos escritores ao longo do tempo, no influxo das dimensões, total, social ou ideológica. Pois, antes de tudo, era preciso dissipar “inquietações, interrogações ou mesmo interpretações” e, assim, esclarecer a “história, descrever as épocas, explicar as raízes ou descobrir as perspectivas do país, sociedade nacional, povo ou Estado-Nação” (IANNI, 2002, p. 179). Concomitantemente, a intelectualidade utilizou os manuais e livros de divulgação científica que aqui chegavam, vindos da Europa, vistos como mais um meio de impulsionar e mostrar uma produção de conhecimento sobre o Brasil feita por brasileiros. Essa produção utilizava, além das pesquisas empíricas, obras e relatórios originais e observações. Então, para mostrarem sintonia com as novas abordagens teóricas e metodológicas, liam, reliam e citavam autores europeus em língua estrangeira, principalmente o francês, mas também, inglês e alemão. Também divulgaram suas ideias publicando artigos nas principais revistas do IHGB, ABL e dos Museus Nacionais (1808); Paulista (1824), Paraense (1866).

Nesse processo, muitas revistas foram criadas para apoiar os mais diversos interesses temáticos, além de funcionar como uma alternativa ao livro. Na revista estava mais uma oportunidade de divulgação de suas ideias, mostrando-se atualizados com as novas teorias que naquele momento seduziam a mais seleta intelectualidade que vivia, principalmente, no Rio de Janeiro, Recife e depois São Paulo. O papel desses meios foi de fundamental importância para se perceber o grau de inserção da intelectualidade vinda das diferentes províncias, e revelar como ela buscava mostrar que também era capaz de concorrer para expor e produzir um conhecimento sobre o Brasil. Nesse percurso, as faculdades de direito, principalmente, a famosa escola do Recife e de São Paulo funcionavam como epicentro desses interesses intelectuais.

Conforme Ianni, em *Sociologia da Sociologia* (1989), o pensamento sociológico brasileiro se formou junto a intelectualidade brasileira no influxo das vertentes europeias e norte-americanas das ciências sociais e humanas. Essas referências eram adotadas porque a intelectualidade as entendia como as mais adequadas e de fundamental importância para o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil. A partir dessas escolhas, elaboraram os componentes sócio-histórico - estruturais da formação brasileira, revendo e atualizando suas linhas mestras a partir de suas origens, ou seja, no processo colonizador. Para eles, de uma forma ou de outra havia uma ligação estrita entre o passado colonial e as configurações em curso, e esse era o ponto de partida para pensar e tematizar o Brasil do presente, projetando-o para o futuro.

Ainda conforme Ianni (1989), fazia-se urgente organizar e estruturar os conhecimentos sociológicos que já estavam presentes de modo embrionário em vários estados brasileiros e que se desenvolviam de modo mais consistente no Rio de Janeiro e em São Paulo, em virtude desses dois estados estarem vivenciando um processo adiantado de industrialização e urbanização desde o final da década de 1910, quando se criou as primeiras escolas específicas de Ciências Sociais. Nos outros estados, ainda segundo Ianni (1989), encontravam-se pensadores e estudiosos das Ciências Sociais, mas eles não tinham um grupo de estudo e de referência formado que pudesse sustentar os seus estudos e pesquisas. Assim, segundo ele, as transformações da estrutura econômica, social e política que estavam ocorrendo com grande intensidade no Sul e nas cidades mais importantes do país, repercutiram nas formas de pensamento e propiciou um ambiente principalmente de atitude crítica de indivíduos e grupos que estavam mais empenhados em renovar o pensamento da realidade social de então.

Nesse cenário, a literatura e as ciências sociais no Brasil<sup>220</sup> dialogaram de forma diferente da França e da Alemanha. A história da sociologia aponta que na Alemanha a opção se deu com maior ênfase na literatura de caráter monográfico e com uma maior pretensão monotécnicas das ciências exatas. Já na França, como a literatura era campo de muito destaque, as ciências sociais procuraram se distinguir, e foi assim que ela se aproximou das ciências naturais. O temor de se envolver demasiadamente com a literatura e não alcançar sua verdadeira identidade fez a Sociologia, na França, optar por ser uma ciência social do mundo natural. Assim, construiu sua identidade entre o social, a natureza, as humanidades e as letras. No Brasil, a intelectualidade optou por um caminho ambivalente ao colocar a Literatura e as Ciências Sociais em constante movimento, ao explorar seu conhecimento sobre o mundo físico, pitoresco, folclórico, ficcional, humano e científico.

Esse momento foi incrementado com a presença marcante dos historiadores das bandeiras paulista e os regionalistas do Nordeste. Foram eles que incentivaram uma retomada de ideias e temas que serviriam para compreender a grande complexidade que era a vida brasileira naquele momento. Nesse processo, as duas abordagens logravam êxito intelectual e se viram ora emparelhadas, ora acompanhadas ou contrapostas às temáticas mais gerais sobre

---

<sup>220</sup> Ianni (1998) indica as reformas no ensino superior e a criação dos cursos de Ciências Sociais. Em 1933 surgiu a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) em São Paulo. Posteriormente, em 1939, com a presença de Donald Pierson, sociólogo norte-americano, é que se deu ênfase à pesquisa empírica. Em seguida, veio a criação da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Distrito Federal (UDF) no Rio de Janeiro. Além da presença de muitos professores estrangeiros e publicações de obras sociológicas, que desde a década de 1920 aumentaram consideravelmente, o conhecimento sociológico no Brasil se firma, surgindo uma nova geração que será responsável por uma definição mais clara dos rumos dessa ciência em nosso país.

o bandeirismo ou sobre o sertão. Isso ocorreu no momento em que os estudos sobre a formação brasileira vinham se aprimorando diante da divulgação de novos documentos, abrindo caminhos para múltiplas leituras, especialmente pela riqueza de informações que era a vida brasileira e das províncias. Então, os intelectuais problematizaram os conceitos em voga, ao mesmo tempo em que se perguntaram se aquelas informações colaboravam para se reelaborar novos conceitos. Por conseguinte, reelaboraram narrativas sobre o interior e o sertão, consideradas como duas formas de pensamento remontadoras dos processos e práticas, fundadoras da sociedade e da cultura brasileira. Essa remontagem, no decorrer do século XX, desdobrou-se num sentido móvel e fluído das ideias e temas que guardavam seus atributos originários, mas também sua modernidade.

Os dois temas se corporificaram em tendências, correntes ou escolas de pensamento que foram assumidas pelos agrupamentos de sociabilidade intelectual e pelo viés culturalista conquistaram uma aluvião de adeptos, remodelando o pensamento sobre o Brasil nos seus encadeamentos regionais. Nesse processo, o conceito de região foi problematizado, inserindo-se numa crescente e permanente conceituação de Brasil. Durante a empreitada, os estudiosos vinculados às províncias, à escola nordestina ou regionalista, e os bandeirantes escritores, bandeirólogos ou mitólogos modernos do pensamento brasileiro se engajaram e se interpenetraram em uma diversidade de sociabilidades intelectuais da época. Tamanho engajamento criou desconfortos entre os intelectuais. Contudo, permitiu avançar numa postura interdisciplinar, que os conduziu à troca de conhecimento sobre paisagem, geografia, história, sociologia, antropologia, economia, literatura, entre outros. Outra consequência foi continuar se inspirando na produção intelectual dos viajantes ao produzir novos textos com apoio de mapas, ilustrações, desenhos, entre outros produtos. Igualmente, eles se viram “obrigados” a visitarem áreas “físicas e mentais” avaliadas como “atrasadas, abandonadas, isoladas e incultas” que continuavam indiferentes ao Brasil. Essas visitas foram fundamentais para identificar que a casa, a paisagem, o vaqueiro, a fazenda, a capela, o mareante, o bandeirante, os sertanistas, os sertanejos, a raça, a região e a cultura eram elementos estruturantes da formação brasileira.

Foi nesse contexto que ensejou um questionamento se determinado autor e obra eram do pensamento brasileiro [do Sul] ou regionalista [do Nordeste]. A avaliação tinha como critério medir a capacidade, alcance, representação, expressão intelectual complexa, singular e englobante sobre a sociedade e cultura brasileira. Segundo esse critério, o que consagraria um determinado autor e sua obra como merecedora de ser do pensamento brasileiro ou regionalista, era mais dos que ser lido e relido, comentado e revisitado, era abri sempre novas

teses. As respostas a tais questões são numerosas e contêm uma variedade de argumentos que foram, de certo modo, apresentados em nosso estudo, propondo-se a elencar uma série de componentes que podem ser convincentes, mas não definitivos.

Com esses elementos, procurou-se demonstrar que os autores e obras elaboraram questões, conceitos, teorias e metodologias sobre o tema em foco, revelando uma transcendência e atemporalidade, pois foram valorizadas por suas instâncias de produção e exposição de conhecimento, como as academias de letras, os institutos, editoras, imprensa, críticos e os leitores. E o que deve fazer o estudioso (a) que seleciona uma plêiade de autores e obras, reconhecidamente, de grande envergadura? Adotar que ponto de vista? Aliás, nesse estudo, foi mostrado que os autores, os mais notáveis e também os anônimos homens de letras da época, tiveram grandes dificuldades para serem reconhecidos no seu tempo. Foram ignorados em vida e muito tempo depois, alguns, consagrados postumamente. Alguns livros foram banidos e muitos passaram por severa crítica. Os esquecidos, na época, foram retomados depois. Apesar de serem desse pensamento, tendência, corrente ou escola, consagradas ou não, de possuírem menor ou maior significância em relação às demais, é importante principalmente para os pesquisadores desejosos de desvelar essas ideias. Mesmo para aqueles que não as elejam como objeto de estudo ou que pesquisem sociedades distintas do período em que foram escritas, os autores e obras trazem marcas e lacunas ainda não exploradas e aspectos a serem decifrados. Práticas indispensáveis ao ofício de pesquisador (a), que é de questionar sobre os produtores e suas condições de produção, o tipo de produto, o estilo da narrativa, as técnicas de exposição, o público a quem se dirige e a forma de se dirigir, as ideias, temas, estilos, formas e preocupações abordadas, as “novas” e “velhas” influências teóricas e metodológicas selecionadas para compreensão da formação das sociedades.

Creio que é facultado ao estudioso (a) compreender como ocorrem tais processos e práticas constituídos nas dinâmicas culturais e o modo que se formam, dissemina, repercutem e se interpenetram, alongando o pensamento sobre determinada sociedade. Ademais, todos os tipos de texto devem interessar ao estudioso, uma vez que são meios de acessar a compreensão dos contextos sociais e culturais, sejam eles avaliados, no caso em foco, como do pensamento brasileiro, regionalista, percussor, clássico ou não, erudito ou popular, consagrado ou provinciano, ignorado ou amaldiçoado. Devemos estar atentos a essas questões e ao cenário onde ocorreram as formas de produção, exposição do conhecimento e, ainda, se essas circunstâncias mantiveram ou mudaram o percurso de produção da obra e do autor, o que implica dizer que esses critérios precisam ser constantemente revisitados.

Revisitas que geraram novas configurações sobre o sertão e o sertão do Piauí e que foram consolidadas com os estudos sobre as províncias. Por isso, o estudioso (a) não deve se contentar com as classificações teóricas tradicionais que tendem a subtrair as manifestações vindas das províncias, considerando-as como uma manifestação menos importante quanto àquela produzida por outros espaços considerados como hegemônicos. O estudioso (a) não deve ser seduzido por essa abordagem. Os autores e obras estudados, de modo geral, contribuíram para a formação de tendências, correntes ou escolas que marcaram diferentes épocas, tais como romantismo, modernismo, regionalismo, escola nordestina, tropicalista, bandeirante, bandeirologia, do ciclo do gado ou da civilização do couro, entre outras. Criaram uma interpretação da sociedade brasileira, considerando multiplicidades históricas, sociais e culturais. Essa interpretação pode resultar em um tipo de classificação, se tendência, corrente, escola de pensamento brasileiro ou regionalista. As formas não são excludentes, são complementares. Considero um equívoco excluir um autor e sua obra por considerá-los mais ou menos ajustados a esse tipo de critério. Creio ser tarefa do (a) pesquisador (a) colocá-los a prova, pois as marcas deixadas por essas abordagens continuam abertas para que os (as) pesquisadores (as) vejam suas mudanças e permanências.

É comum no andamento da pesquisa, o estudioso (a) se questionar sobre quais métodos, teorias, conceitos e metodologias devem ser utilizados em um determinado estudo. Creio que não há uma receita e nem modelo pronto. A escolha do (a) pesquisador (a) não deixa de se conectar ao núcleo cultural e intelectual que subsidia o objeto de reflexão para seu trabalho: por que quero estudar esse tema? Que fonte deve selecionar e como vou selecioná-la? Que outras fontes devo estudar considerando o que já foi dito ou escrito sobre o tema? Que autores e obras serão escolhidos? Qual o período? Qual abordagem? Como realizar uma análise textual (interna) pela contextual (externa) sem incorrer no anacronismo ou na repetição, cópia das fontes já estudadas? Como de fato ser original? Questões que podem ser respondidas nos textos, considerando o ambiente de intercâmbio de ideias, nas imagens e demais formas de expressão que concorreram para autores e obras dignificarem seu núcleo cultural. Essas trocas não ocorreram de modo uniforme e aconteceram em momentos de imposição de uma sobre a outra, ou de assimilação e transfiguração dos padrões culturais em voga, já que podiam haver relações de apropriação ou confronto entre elas.

Os limites cronológicos e o título deste estudo é uma homenagem ao sertão do Piauí, cujo aspecto espacial e temporal foi ampliado, para estabelecer comparações, contrastes e interpenetrações entre as duas perspectivas. Sua reocupação estruturou um processo de formação sociocultural de grande importância para incrementar tendências, correntes ou

escola do pensamento brasileiro e regionalista. Os estudiosos aqui selecionados passaram a analisar as mudanças e permanências da estrutura sociocultural e como elas foram implantando traços e definições socioculturais próprios das sociedades do interior, das províncias e dos sertões no contexto de formação da sociedade brasileira. Então, o Piauí deixou de ser aquela vaga ideia de sertão para ser pensada e tematizada como a sociedade do ciclo do gado ou da civilização do couro. Ainda assim, essa ideia do sertão segue um tanto quanto incompleta, pois as interpretações sobre o sertão e a sociedade nordestina ainda se prendem a imensa área da civilização do açúcar, em especial.

Enfim, trata-se de um estudo, ou uma série de estudos, sobre um tema amplo, que busca estabelecer conexões entre autores e obras de diferentes lugares, temas, ideias, períodos, correntes, tendências ou escolas de pensamento. O objeto selecionado possui algo além dos métodos, técnicas e metodologias um modo especial de sensibilidade, que só é possível alcançar, conforme ensinou Antônio Candido (2000, p. 128), no esforço de elaborar um conhecimento que brote da “missão” e do “espírito” de buscar explicar certas relações entre si, e que, se visto em conjunto, possa representar uma “socialização”, uma “confidência um esforço de pensamento, uma tomada de consciência, assomo de intuição”, tornando-se uma “expressão” compartilhada. E, ainda que os agentes estejam no mesmo território, mas em “diferentes lugares”, podem chegar a um conhecimento comum sobre a sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (Corpus)

ALENCASTRE, José Martins P. Quadro Histórico in O Recreio Litterário. Periódico Científico e Literário. Redigido por uma sociedade. V.1, nº1. Maio 1º. Oeiras do Piauí. Typographia Liberal 1851.

ALENCASTRE, José Martins P. Memória cronológica histórica e corográfica da província do Piauí. 4ªed.-Teresina: APL, 2015 (Coleção Centenário).

CAPISTRANO DE ABREU, João. Capítulos da História Colonial e Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil. Brasília: DF, Ed. UNB, 1982.

CASSIANO RICARDO. O “bandeirante Euclides” in Comemorações Euclidianas. São Paulo; Editora Guanumby, 1947 (Conferência de Encerramento da Semana Euclidiana).

CASSIANO RICARDO. Pequeno ensaio de Bandeirologia. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional Serviço de Documentação: MEC, 1956 (Cadernos de Cultura).

CASSIANO RICARDO. Marcha para Oeste. A influência da “Bandeira” na Formação Social e Política Brasileira. 4ªed.-Ilustrada. (inteiramente revista e acrescida de dois novos capítulos). Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1970.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões (Campanha de Canudos). 4ªed.-São Paulo: Martim Claret, 2011(Coleção Obra - prima de cada autor).

CANDIDO, Antônio. Literatura e sociedade. 8ªed.-São Paulo: T.A. Queiroz; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

CANDIDO, Antônio. I. Crítica e sociologia (Tentativas de esclarecimento) in Literatura e sociedade. 8ªed.-São Paulo: T.A. Queiroz; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

CANDIDO, Antônio. II. A literatura e a vida social in Literatura e sociedade. 8ªed.-São Paulo: T.A. Queiroz; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

CANDIDO, Antônio. IV. O escritor e o público in Literatura e sociedade. 8ªed.-São Paulo: T.A. Queiroz; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

CANDIDO, Antônio. V. Letras e ideias no período colonial (Exposição didática) in Literatura e sociedade. 8ªed.-São Paulo: T.A. Queiroz; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

CANDIDO, Antônio. VI. Literatura e cultura de 1900 a1945 (Panorama para estrangeiros) in Literatura e sociedade. 8ªed.-São Paulo: T.A. Queiroz; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

CANDIDO, Antônio. VII. A literatura na evolução de uma comunidade in *Literatura e sociedade*. 8ªed.-São Paulo: T.A. Queiroz; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

CANDIDO, Antônio. Introdução in *Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos (1750 – 1880)*. 15ªed.- Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014.

CANDIDO, Antônio. O triunfo do romance in *Formação da Literatura Brasileira. Momentos decisivos (1750-1880)*. 15ª ed.- Rio de Janeiro, Ouro sobre azul, 2014;

CANDIDO, Antônio. A corte e a província in *Formação da Literatura Brasileira. Momentos decisivos (1750-1880)*. 15ª ed. - Rio de Janeiro, Ouro sobre azul, 2014.

CANDIDO, Antônio. O regionalismo como programa e critério estético: Franklin da Távora in *Formação da Literatura Brasileira. Momentos Decisivos 1750 – 1880*. 15ªed.-Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014.

CANDIDO, Antônio. O significado de “Raízes do Brasil” in *Raízes do Brasil*. 26ªed.-São Paulo: Cia das Letras, 1995.

BRANCO, Renato Pires Castelo. *A Chimica das raças*. São Paulo: Editora Cultura Brasileira, 1938.

BRANCO, Renato Pires Castelo. *A Civilização do Couro*. Teresina: Ed. D.E.I. P, 1942

BRANCO, Renato Pires Castelo. *Teodoro Bicanca*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.

BRANCO, Renato Pires Castelo. *Tomei um Ita no Norte, memórias*. São Paulo: LR Editores, 1981.

FREYRE, Gilberto. *Região e tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

FREYRE, Gilberto. *Continente e Ilha*. Ed. Casa do Estudante do Brasil: Rio de Janeiro, 1943.

FREYRE, Gilberto. *Perfil de Euclides e outros perfis*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944 (Coleção Documentos Brasileiros, 41).

FREYRE, Gilberto. *Problemas brasileiros de Antropologia*. 2ªed.-Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste. Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil*. 3ªed.-Rio de Janeiro: José Olympio, 1961 (Coleção Documentos Brasileiros).

FREYRE, Gilberto. *Novo mundo nos trópicos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

FREYRE, Gilberto. Heróis e Vilões no Romance Brasileiro (em torno das projeções de tipos sócio-antropológicos em personagens de romances nacionais do século XIX e do atual). São Paulo: Cultrix; USP, 1979.

FREYRE, Gilberto. Manifesto regionalista. 7ªed.-Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996. (Disponível - [www.ufrgs.br/aceso](http://www.ufrgs.br/aceso) 12/05/2017)

FREYRE, Gilberto. Interpretação do Brasil. Tradução de Olívio Montenegro. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Moções in Curso de Bandeirologia. São Paulo: D.E. I - Departamento Estadual de Informações, 1946.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e Fronteiras. 3ªed.-São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Moções e Capítulos da Expansão Paulista. 4ªed.-São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

NUNES, Odilon. Pesquisas para a história do Piauí. Teresina: Imprensa oficial, 1966.

NUNES, Odilon. Depoimentos Históricos. Teresina: COMEPI, 1981.

NUNES, Odilon. Pesquisa para a História do Piauí. Teresina: FUNDAPI: FMMC, 2007. (Vol. I, II, III IV).

NUNES, Odilon. O Piauí na História. 5ªed.-Teresina: APL, 2013 (Coleção Centenário).

PEREIRA DA COSTA. Francisco Augusto. Cronologia Histórica do Estado do Piauí. Desde os seus tempos primitivos até a Proclamação da Republica (1535-1799). Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

PEREIRA DA COSTA. F.A. Cronologia Histórica do Estado do Piauí (1801-1829). Teresina: APL: FUNDAC: DETRAN, 2010 (Coleção Grandes Textos).

PRADO, Paulo. Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira. Organização Carlos Augusto Calil. 10ªed.-São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TAUNAY, Affonso de E. Expedições contra os índios do sertão baiano – O apossamento do Piauí. Capítulo II – Devassa e povoamento do Piauí. – A preeminência disputa de Domingos Jorge Velho. – Documento indiscutível em favor do bandeirante de Parnahyba in História Geral das Bandeiras Paulistas (1651 – 1683). São Paulo: Typ. Ideal, 1928 (Tomo IV).

TAUNAY, Affonso de E. O papel de Domingos Jorge Velho na conquista do Nordeste in História das Bandeiras Paulistas. São Paulo: Typ. Ideal, 1930 (Tomo VI).

TAUNAY, Affonso de E. As condições do povoamento no Piauí em fins do século XVII. Projetos do Bispo de Olinda para a fundação de uma paróquia no centro do Piauí. O relato precioso do licenciado Padre Miguel de Carvalho. A presença dos paulistas. O arraial de

Francisco Dias d'Ávila in História das Bandeiras Paulistas. São Paulo: Imprensa Oficial, 1946 (Tomo VIII).

TAUNAY, Affonso de E. O Bandeirismo e os Primeiros Caminhos do Brasil in Curso de Bandeirologia. Conferencias. São Paulo: D.E. I - Departamento Estadual de Informações, 1946.

TAUNAY, Affonso de E. Relatos Sertanistas in Biblioteca Histórica Paulista (Comemorativa do IV Centenário da fundação de São Paulo. Direção de Afonso de E. Taunay). São Paulo: Gráfica dos Tribunais, 1953.

VIANNA, Francisco de Oliveira. Raça e Assimilação. 3ªed.-São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1938a (Brasiliana/Bibliotheca Pedagogica Brasileira).

VIANNA, Francisco de Oliveira. Evolução do Povo Brasileiro. 3ªed.-São Paulo: Companhia Ed. Nacional, São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1938b (Brasiliana/Bibliotheca Pedagogica Brasileira).

VIANNA, Francisco de Oliveira. Populações Meridionais do Brasil. História – Organização – Psicologia. Primeiro volume. Populações Rurais do Centro – Sul Paulistas – Fluminense – Mineiros. 4ªed.-São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1938c (Brasiliana/Bibliotheca Pedagogica Brasileira).

VIANNA, Francisco de Oliveira. Populações Meridionais do Brasil. História – Organização – Psicologia. Primeiro volume. Populações Rurais do Centro – Sul Paulistas – Fluminense – Mineiros. 2ª reimpressão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ANTONIL, André João. ANDREONI, João Antônio. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas. Brasília: DF, Ed. Do Senado Federal, 2011 (disponível/ [www2.senado.leg.br/acesso](http://www2.senado.leg.br/acesso) 09/03/2017).

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. Ed. Massagana: São Paulo: Cortez, 1999.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, nº15, 1995.

ARAGÃO, Solange de. Gilberto Freyre, o sociólogo da casa brasileira in Ensaio sobre a Casa Brasileira do Século XIX. São Paulo: Blucher, 2017 (disponível/[www.scielo.br/acesso](http://www.scielo.br/acesso) 12/10/2019).

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Trajetórias da Sociologia da Cultura: anos recentes in REVISTA USP, São Paulo, n.50, 2001 (disponível/ [www.scielo.br/ acesso 12/10/2017](http://www.scielo.br/ acesso 12/10/2017)).

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Modernismo e regionalismo no Brasil: entre inovação e tradição in Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 23, n. 2, 2011(disponível/ [www.scielo.br/ acesso 12/10/2017](http://www.scielo.br/ acesso 12/10/2017)).

ARAUJO, Renata. O Piauí e sua cartografia in IV Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica. Porto: Universidade do Algarve, 2011 (disponível/ <http://eventos.letras.up.pt/ acesso 17/07/2019>).

ANHEZINI, Karina. Afonso de Taunay e a apropriação do paradigma metódico: entre epistemologia e sociabilidade in Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). São Paulo: Editora UNESP, 2011(Disponível/ <http://www.scielo.br/pdf/ acesso 12/11/2018>).

ASSIS, Machado de. O Jornal e o Livro. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

AZEVEDO FILHO, Leogedário A de. Apresentação in MOOG, C. Vianna. Uma Interpretação da Literatura Brasileira, 2ªed.-Rio de Janeiro: Ed. Antares; Brasília: INL, 1983.

BARROS, Francisco Borges de. Bandeirantes e sertanistas Bahianos. Bahia, Salvador : Impr. Oficial do Estado, 1919.

BARBOSA, Edison Gayoso Castelo Branco. O Parnaíba: contribuição à sua história de sua navegação. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1986.

BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Marcia (org). Impressos no Brasil. Dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: UNESP, 2010.

BRASIL, AUTOR DESCONHECIDO. ROTEIRO DO MARANHÃO A GOIAS PELA CAPITANIA DO PIAUI in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900 (TOMO LXII).

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. A Província. Estudo sobre a descentralização no Brasil (1870). (disponível/ [www2.senado.leg.br/Brasiliana.com.br/ acesso 25/07/2018](http://www2.senado.leg.br/Brasiliana.com.br/ acesso 25/07/2018)).

BASTOS, Claudio. Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí. Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BASTOS, Elide Rugai. Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira. São Paulo: PUCSP, 1986 (Tese Doutorado em Ciências Sociais), acesso 12/11/2018.

BASTOS, Elide Rugai. Gilberto Freyre e o pensamento hispânico. Bauru: EDUCS, 2003 (disponível/[www.scielo.br/ acesso 12/11/2018](http://www.scielo.br/ acesso 12/11/2018))

BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO. Para uma Sociologia dos Intelectuais in DADOS, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2010 (disponível/[www.scielo.br/ acesso 09/03/2017](http://www.scielo.br/ acesso 09/03/2017))

BASTOS, Elide Rugai. GILBERTO FREYRE: A CIDADE COMO PERSONAGEM in Sociologia & Antropologia. Rio de Janeiro, 2012 (disponível/[www.scielo.br/ acesso 22/03/2018](http://www.scielo.br/ acesso 22/03/2018)).

BELLUZO, Ana Maria. A propósito dos viajantes in Revista da USP: SÃO PAULO, 1996 (disponível/[www.scielo.br/ acesso 09/03/2017](http://www.scielo.br/ acesso 09/03/2017)).

BENICIO, Manoel. O rei dos jagunços. Chronica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos. Brasília: Senado Federal, 1997 (disponível/[livraria.senado.leg.br/ acesso 15/06/2018](http://livraria.senado.leg.br/ acesso 15/06/2018)).

BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelles. Tietê, Tejo, Sena. A obra de Paulo Prado. Campinas: São Paulo: Papyrus, 2000.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Dicionario bibliographico brasileiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1883. (disponível/[bd.camara.gov.br/pdf/ acesso 13/02/2016](http://bd.camara.gov.br/pdf/ acesso 13/02/2016)).

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). Um enigma chamado Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOTEHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma in Lua Nova, São Paulo, 2011(disponível/[www.Scielo.br/ acesso12/07/2015](http://www.Scielo.br/ acesso12/07/2015)).

BOTELHO, André. Passado e futuro das interpretações do país in Tempo Social, revista de sociologia da USP, 2010 (disponível/[www.Scielo.br/ acesso 12/07/2015](http://www.Scielo.br/ acesso 12/07/2015)).

BORGES, João Carlos de Freitas. “O FAZER-SE DO ESCRITOR: Renato Castelo Branco e sua inserção no campo literário brasileiro (1928-1938)” in XVII Simpósio Nacional de História, ANPUH, Natal, 2013 (disponível/[www.Scielo.br/ acesso 05/07/2016](http://www.Scielo.br/ acesso 05/07/2016)).

BRANDÃO, Wilson de Andrade. Historiografia piauiense in ALENCASTRE, J.M. Pereira de. Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí. 4ªed.-Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre Intérpretes do Brasil. São Paulo: UNESP, 2005.

BRITO, Anísio. A Quem Pertence a Prioridade Histórica do Descobrimento do Piauí? In Revista IGHP. Edição Commemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil. Tomo II, Therezina: Typografia do Piauhy, 1922.

BRITO BROCA. A vida literária no Brasil – 1900. Rio de Janeiro: MEC; Serviço de Documentação; Imprensa Nacional, 1956.

BRUNO, Ernani Silva. O sertão, o boi e a sêca. Histórias e Paisagens do Brasil. Maranhão, Piauí, Ceara e Rio Grande do Norte. Seleção de contos, crônicas, memórias e narrativas de aventuras e viagens. São Paulo: Editora Cultrix, 1959.

BURKE, Peter. Uma História Social do Conhecimento de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BURKE, Peter; BURKE-PALLARES, Maria Lucia G. Repensando os trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre. São Paulo: UNESP, 2009.

CALIL, Carlos Augusto. Paulo Prado, entre tradição e modernismo in BOTELHO André; SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). Um Enigma chamado Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

CALIL, Carlos Augusto. Introdução in PRADO, Paulo. Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira. Organização Carlos Augusto Calil. 10ªed.-São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COELHO NETO, Henrique Maximiliano. A Capital Federal (impressões de um sertanejo). Porto: Livraria Chardron, 1915 (disponível [dominiopublico.gov.br/acesso](http://dominiopublico.gov.br/acesso) 12/02/2018).

COELHO NETO, H. M. Sertão. 6ªed. Porto: Editora Lello, 1945.

CARDOSO, Fernando Henrique. Pensadores que Inventaram o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CARMON, Pedro Carmon. A História da Casa da Torre - Uma Dinastia de Pioneiros. 3ªed. rev. Salvador, Fundação Cultural do estado da Bahia, 1983. (disponível/[www.casadatorre.org.br/acesso](http://www.casadatorre.org.br/acesso) 22/02/2017)

CARVALHO, Alfredo de. Através do Piauí in Revista IGHP. Edição Commemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil. Therezina: Typografia do Piauí, 1922 (Tomo II).

CARVALHO, José Renôr F. de. Resistência Indígena no Piauí Colonial (1718-1774). Teresina: EDUFP, 2008 (Coleção Nordeste).

CARVALHO, Miguel de. Descrição do Sertão do Piauí (Comentários e notas do Padre Claudio Melo). 2ªed.-Teresina: FUNDAC; APL; DETRAN, 2009 (Coleção Grandes textos).

CARVALHO, Carlota. O Sertão. Subsídio para a História e a Geografia do Brasil. 3ª ed.-Revista e ampliada. Teresina: EDUFPI, 2011(Coleção Nordeste).

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura in Topoi, Rio de Janeiro, 2000 (disponível/ [www.scielo.br/acesso](http://www.scielo.br/acesso) 03/09/2016).

CARVALHO, José Murilo de. A Utopia de Oliveira Vianna in Estudos Históricos. UERJ: Rio de Janeiro, 1991(disponível/[www.scielo.br/acesso](http://www.scielo.br/acesso) 03/09/2016).

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. Entre Rios e Imperios. A navegação Fluvial na América do Sul. São Paulo: Unifesp, 2019.

CASTELO BRANCO, Francisco Gil. Ataliba, o vaqueiro. 9ªed.-Teresina: Oficina da Palavra, 2005.

CASTELO BRANCO, Miguel Borges Leal. Apontamentos Biográficos de Alguns Piauienses Ilustres e de outras Pessoas Notáveis que Ocuparam Cargos de Importância na Província do Piauí in Almanaque Piauiense para os anos de 1880 e 1881. Redator e editor. Teresina, 1878 (disponível/ <https://bdlb.bn.gov.br/aceso 08/10/2016>)

CASTELO BRANCO, Miguel de Souza Borges Leal. Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis, que ocuparam cargos de importância na província do Piauí. 1ª. Série. Tipografia da Imprensa, Teresina, 1879 (disponível/ <https://bdlb.bn.gov.br/aceso 08/10/2016>).

CASTELO BRANCO, Anfrísio Neto Lobão. Mandu Ladino. Romance. 3ªed.-Teresina: Halley, 2016

CHACON, Vamireh. Freyre: uma biografia intelectual. Recife: Massagana, 1989.

CHAVES, Monsenhor. Obras completas. 2ªed.-Teresina: FCMC, 2005

COUTINHO, Afrânio. Conceito de Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: 1960

DIAS, Claudete Maria Miranda. Balaios e bem-te-vis. A guerrilha sertaneja. 2ªed.-Teresina: Instituto Dom Barreto, 2002.

DODT, GUILHERME Luiz. [Relatorio acerca da exploração do rio Parnahyba: por ordem da presidencia da provincia do Piauihy](#), 1873 in REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRAFICO PIAUIENSE. Teresina: Typoghafia do Piauy, 1922.

DURÃO, Antônio José de Moraes. Descrição da Capitania de São José do Piauí in MOTT, Luís. Piauí Colonial: população, economia e sociedade. 2ªed.-Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010 (Coleção grandes textos).

ELLIS JUNIOR, Alfredo. *O Bandeirismo na Economia do Século 17 in Curso de Bandeirologia*. São Paulo: D.E.I. - Departamento Estadual de Informações, 1946.

FARIAS, Luiz de Castro. Oliveira Vianna: de Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 - Niterói: o autor, os livros, a obra. Rio de Janeiro: Relume Dumará; UFRJ, 2002

FERREIRA, Antônio Celso. A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870 – 1940). São Paulo: UNESP, 2002.

FERREIRA. Tito Lívio. Gênese social da gente bandeirante. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1944. (Disponível, <http://www.brasiliana.com.br/aceso 12/04/2016>).

FIDIÉ, João Jose da Cunha. *Varias fortuna de um soldado português*. 3ªed.-Teresina: FUNDAPI, 2006.

FILHO, Carlos Stuart. A Capitania do Piauí in *Fundamentos Históricos e Geográficos dos Estados do Maranhão e Grão Pará*. Revista do Instituto do Ceará, 1958 (Disponível/ [www.institutodoceara.org.br/acesso](http://www.institutodoceara.org.br/acesso) 12/05/2017).

FRANCO, *Afonso Arinos de Melo*. *Conceito de Civilização Brasileira*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1936. (BRASILIANA/BIBLIOTHECA PEDAGOGICA BRASILEIRA, disponível/ [www.brasiliana.com.br/acesso](http://www.brasiliana.com.br/acesso) 26/02/2018).

FRANCO. Francisco de Assis Carvalho. *Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo*. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1940. (Disponível, <http://www.brasiliana.com.br/acesso> 12/04/2016).

FRANCO. Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil: séculos XVI, XVII, XVIII*. São Paulo: Comissão do IV Centenário, (1953). (Disponível, <http://www.brasiliana.com.br/acesso> 12/04/2016).

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *A construção do Brasil na Literatura de Viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII*. São Paulo: Ed. José Olímpio; UNESP: 2012

FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988

FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses: apontamentos biográficos*. 2ªed.-Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

FONSECA NETO, José Ferreira in MARTINS, Agenor de Sousa [et. al.]. *Piauí: Dedicção, Envolvimento, Inteligência in Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. 2ªed.-Teresina: Fundação CEPRO, 2002.

GALLUCI, Henrique Antônio. *Carta geográfica da Capitania do Piauí e parte das adjacentes, 1758* in *Arquivo Ultramarino* (Disponível/ [www2.iict.pt/acesso](http://www2.iict.pt/acesso) 08/10/2016)

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Euclidianas: ensaios sobre Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Euclides da Cunha percussor* in *REVISTA USP*, São Paulo, 2009/(Disponível/ [www.Scielo.br/acesso](http://www.Scielo.br/acesso) 10/11/2017).

GARDNER, George. *Viagens pelo Brasil Principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante dos anos de 1836 a 1841*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975. (Capítulo VIII - Oeiras a Paranaguá).

GOMES, Ângela de Castro. A dialética da tradição in Seminário Pensamento Social e Cultura na Primeira República. GT's Pensamento Social Brasileiro/Sociologia da Cultura Brasileira. Anpocs: São Paulo, 1989 (Disponível/ [www.Scielo.br/acesso](http://www.Scielo.br/acesso) 10/11/2017).

[GOMES JUNIOR, Guilherme Simões](#). Crítica, combate e deriva do campo literário em Alceu Amoroso Lima. Tempo soc. [online]. 2011 (Disponível/ <http://dx.doi.org/acesso> 29/11/2019).

GONÇALVES, Wilson Carvalho. Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado (1549-2003). Teresina: Ed. Halley, 2003.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. O Brasil de A a Z: O Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do I.HG.B.(Disponível/ [www.portcom.intercom.org.br/acesso](http://www.portcom.intercom.org.br/acesso) 16/05/2017);

HALLEWELL, Laurence. O livro no Brasil. 2ªed.-São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

IANNI, Octavio. Sociologia da Sociologia. O pensamento sociológico brasileiro. 3ªed. revista e aumentada. São Paulo: Ática, 1989.

IANNI, Octavio. Tendências do pensamento brasileiro in Tempo Social. Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 2000. (Disponível/ [www.scielo.br/acesso](http://www.scielo.br/acesso) 09/03/2017).

IANNI, Octavio. Tipos e mitos do pensamento brasileiro in Sociologias, Porto Alegre, 2002. (Disponível/ [www.scielo.br/acesso](http://www.scielo.br/acesso) 09/03/2017).

IGLESIAS, Francisco de Assis. Caatingas e chapadões. 3ªed.-Teresina: APL, 2015 (Coleção Centenário).

KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. Tradução e notas de Luiz da Câmara Cascudo. 2ªed.-São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. Gilberto Freyre uma biografia cultural in LOGOS. Rio de Janeiro: UERJ, 1999 (Disponível/ [www.scielo.br/acesso](http://www.scielo.br/acesso) 09/03/2017).

LIMA, Márcia Edlene Mauriz. O INACABAMENTO DO ACABADO: A REESCRITA DE TEODORO BICANCA, DE RENATO CASTELO BRANCO. Porto Alegre: PUCRS, 2009 (Tese de doutorado em Letras).

LECLERC, Gerard. Sociologia dos intelectuais. São Leopoldo: UNICINOS, 2005.

LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1999.

LIMA, Solimar Oliveira. TROPEADAS DO SERTÃO: Transporte e comercialização de gado das fazendas pastoris escravistas do Piauí in ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

LIMA, Solimar Oliveira. Fazenda. Pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista (séc. XVII – séc. XIX). Teresina: EDUFPI, 2016 (Coleção Informe Econômico em Textos Escolhidos/Coleção dirigida por Solimar Oliveira Lima e Enloisa Veras)

LOPES, Expedito. Vaqueiro e visconde. Teresina: Projeto Petrônio Portela: Secretaria de Cultura do Estado do Piauí, 1986.

MACEDO, Joaquim Manuel de. Memórias da Rua do Ouvidor. Brasília: Senado Federal: Conselho Editorial, 2005 (Disponível/ [Livraria.senado.leg.br/acesso](http://Livraria.senado.leg.br/acesso) 16/06/2019)

MAIA, João Marcelo E; CARUSO, Gabriela de Brito. Uma trajetória intelectual periférica: Hussein Alatas e a Sociologia Autônoma in Perspectivas, São Paulo, 2012. (Disponível/ [www.scielo.br/acesso](http://www.scielo.br/acesso) 10/11/2017).

MACHADO, José de Alcântara. Vida e Morte do Bandeirante. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. (Coleção Reconquista do Brasil).

MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. Literatura Piauiense. Horizontes de Leitura e Crítica Literária (1900 – 1930). Teresina: FCMC, 1998.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 1996 (Disponível, [www.scielo.br/acesso](http://www.scielo.br/acesso) 10/11/2019).

MARTINS, José de Sousa. Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, Wilson. História da Inteligência Brasileira. 3ªed.-Ponta Grossa: UEPG, 2010.

MARX, Murilo. Cidade no Brasil terra de quem? São Paulo: Nobel: Edusp, 1991.

MENEZES, Djacir. O Outro Nordeste. Formação Social do Nordeste. Rio de Janeiro: José Olimpyo Editora, 1937 (Coleção Documentos Brasileiros).

MENEZES, Djacir. O Brasil no Pensamento Brasileiro. Brasília: Senado Federal: Conselho Editorial, 1998 (Disponível/ [Livraria.senado.leg.br/acesso](http://Livraria.senado.leg.br/acesso) 16/06/2017)

MELO, Cláudio Padre. Duas Capitais in SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de (Org). Piauí: Formação-Desenvolvimento-Perspectiva. Teresina: FUND-API, 1995

MELO, Cláudio Padre. O Piauí: realidade e perspectivas de desenvolvimento. Tese defendida na Pontifícia Universidade de Santo Tomás de Aquino, Instituto de Ciências Sociais, Roma, 1973. Teresina: Governo do Estado, Secretaria de Cultura do Piauí, 1976.

MELO, Padre Cláudio. Os primórdios de nossa História. Teresina, 1983.

MELO, Padre Cláudio. A prioridade do norte no povoamento do Piauí. Teresina, 1985.

MELO, Padre Cláudio. Novas aventuras de uma sesmaria. Teresina: UFPI, 1992.

MICELLI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920 a 1945)*. São Paulo: Difel, 1979 (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

MICELLI, Sérgio. *Intelectualidade à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MOOG, Vianna Clodomir. *Uma interpretação da Literatura Brasileira. Um arquipélago cultural*. 2ªed.-Rio de Janeiro: Edições Antares, 1983.

MONTEIRO, Amilton Maciel. *Cassiano fragmentos de uma biografia*. São José dos Campos: UNIVAP, 2003.

MONTEIRO, Olívio. *O Romance Brasileiro*. 2ªed.-revista e ampliada, Rio de Janeiro, José Olympio, 1953.

MOREIRA, Maria Eunice. *O arquipélago cultural brasileiro: a interpretação de Viana Moog* in *Letras de Hoje*, Porto Alegre, 2011 (Disponível/ [www.scielo.br/](http://www.scielo.br/)acesso 05/02/2018).

MOSEIS, Massuad. *Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira*. 7ªed.-São Paulo: Cultrix, 2014.

MOTA, Lourenço Dantas (org). *Introdução ao Brasil. Um Banquete no Tropicó*. 6ªed.-São Paulo: SENAC, 1999.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933 -1974). Pontos de Partida para uma revisão histórica*. 3ªed.-São Paulo: Editora 34, 2008.

MOTT, Luiz. *Piauí Colonial*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

MOURA, Clóvis. *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1964.

MOURA, Francisco Miguel de. *Romancística in SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de (Org). Piauí: Formação-Desenvolvimento-Perspectiva*. Teresina: FUNDAPI, 1995 (cap. IX).

MOURA, Francisco Miguel de. *Literatura do Piauí*. 2ªed.-Revista, ampliada e atualizada. Teresina: EDUFPI, 2013

MOURA, Iara Conceição Guerra de Miranda. **ESTADO E PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA PIAUIENSE** in X SIMPÓSIO ANPUH, 2008, Teresina, UESPI.

MOURA, Iara Conceição Guerra de Miranda. *Historiografia Piauiense. Relações Entre Escrita Histórica e Instituições Político-Culturais*. Teresina: FCMC, 2015

NASCIMENTO, Ana Maria Bezerra. *Trabalhadores e trabalhadoras no fio da história das práticas e projetos educativos na Teresina (1857 – 1937)*. Teresina: UFPI, 2005 (Dissertação de Mestrado).

NASCIMENTO, Ana Maria Bezerra. Literatura e imprensa na Teresina de 1875 a 1945. In Anais I Simpósio Nacional de Crítica Genética e Arquivologia. Teresina: Universidade Estadual do Piauí, 2012.

NASCIMENTO, Ana Maria Bezerra. O sertão do Piauí na produção intelectual dos viajantes: contribuição ao pensamento social brasileiro in 18º Congresso Brasileiro de Sociologia (disponível/SBS/anais2017a).

NASCIMENTO, Ana Maria Bezerra. Dos bandeirantes escritores do pensamento brasileiro ao sertão do Piauí in VII Ateliê Internacional do Pensamento Social [\(Disponível/ cpdoc.fgv.br/anais2017b\)](#)

NASCIMENTO, Ana Maria Bezerra. Cassiano Ricardo, E isto não é fábula in 19º Congresso Brasileiro de Sociologia (Disponível/ SBS/anais2019)

NETO, Manuel Domingos. Odilon Nunes o “mestre” in Carta CEPRO. Teresina: CEPRO, 1984

NEVES, Abdias da Costa. A Guerra do Fidié. 4ªed.-Teresina: FUNDAPI, 2006.

NEVES, Abdias da Costa. Contribuições para a História do Piauí in REVISTA LITERICULTURA. Teresina: Piauí, Typographia Paz: 1912.

NOVAIS, Fernando A. PREFÁCIO in HOLANDA, Sergio Buarque de. Caminhos e Fronteiras. 3ªed.-São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NUNES, M. Paulo. A Academia e a Literatura in SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de (Org). Piauí: Formação-Desenvolvimento-Perspectiva. Teresina: FUNDAPI, 1995 (cap. VIII).

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 1998 (Disponível/ <https://www.scielo.br/ acesso> 11/03/2015).

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re (li) gião. Sudene, Nordeste e Conflito de Classe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Elementos para uma sociologia dos Viajantes. Rio de Janeiro: UFRJ, 1978. (Disponível/ [www.aredigitalinternet.com.br/](http://www.aredigitalinternet.com.br/) acesso 07/11/2016).

OLIVEIRA, Gilberto Gilvan Souza. Coleção Documentos Brasileiros: o Brasil em ensaios de história e interpretações sociológicas (1936 - 1989) in Resgate - Rev. Interdisciplinar. Cultura, Campinas, 2017 (Disponível/ [www.Scielo.br/](http://www.Scielo.br/) acesso 14/02/2017).

ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira & identidade Nacional. 5ªed.-São Paulo: Brasiliense, 1994.

PACHECO, Felix José. Pátria, Bandeira, Imprensa, Exercito. (PÁGINAS ANTIGAS E CONCEITOS AINDA ACTUAES). Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, 1934.

PAIM, Paulo. Dados biográficos de Antonio José Saraiva in A reforma Eleitoral de Saraiva. CDPB/ 1999 (Disponível/ [www.cdpb.org.br/](http://www.cdpb.org.br/) acesso 13/07/2017).

- PORTO, Carlos Eugênio. Roteiro do Piauí. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.
- PARENTES, Francisco Portela. Entradas In Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil. Verbete Estado do Piauí. Rio de Janeiro: Kraus Reprint, 1922.
- PARENTES, Francisco Portela. Ensaio sobre as entradas no Piauí: posição, superfície, população. Revista do Instituto Geográfico e Histórico Piauiense, 1922.
- PERCY LAU. Tipos e aspectos do Brasil. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: CNG/IBGE, 1949.
- PEREIRA, Joaquim José. MEMORIA - que contem a descrição problematica da capitania geral de S. Luiz do Maranhão, que igualmente diz respeito ao numero de freguesias, e ao das almas, de que consta a mesma capitania; Sr. D. Rodrigo de Souza Coitinho, conselheiro, ministro e secretario de estado dos negócios da marinha, e domínios ulytamarinhos (1798) in Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro: RIGHB, 1857 (Tomo XX).
- PEREIRA, Magnus, R. Mello. O conhecimento científico da caatinga no século XVIII in Kury, L. (org.). Sertões adentro: viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX. Rio de Janeiro: Andrea Jakobson Estúdio, 2012.
- PINHEIRO, João. Literatura piauiense: escorço histórico. Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.
- PINHEIRO, Áurea da Paz. O desmoronar das utopias: Abdias Neves (1876-1928): anticlericalismo e política no Piauí nas três primeiras décadas do século XX. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2003 (Tese Doutorado).
- QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. Os literatos e a República: Clodoaldo Freire, Higinio Cunha e as Tirantias do tempo. Teresina: FCMC, 1994.
- QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. Odilon Nunes: história e erudição in NUNES, Odilon. Pesquisas para a História do Piauí. Teresina: FUNDAPI: FMMC, 2007.
- REGO, Júnia Napoleão A do. Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes da cidade de Parnaíba-Piauí (1700-1950). Niterói: Rio de Janeiro, 2010 (Tese de Doutorado-UFF).
- REIS, José Carlos. Civilização brasileira e otimismo ultraconservador (trágico): Oliveira Vianna e via autoritária da integração do Brasil à civilização ocidental in As Identidades do Brasil. De Varnhagem a FHC. 9ª ed ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2007 (vol. 1)
- REIS, José Carlos. As Identidades do Brasil. De Calmon a Bonfim. 9ªed.-ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2007 (vol. 2)

RODRIGUES, José Honório. Historiografia, a riqueza dos piauienses in NUNES, Odilon. Depoimentos Históricos. Teresina: COMEPI, 1981.

ROMERO, Silvio. História da Literatura Brasileira. MEC; Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro, 1902 (Disponível/ [www.dominiopublico.gov.br/aceso](http://www.dominiopublico.gov.br/aceso) 09/03/2017)

SANTANA, Anastácio. Guia do Caminhante (1817) in Acervo Biblioteca Digital Luso brasileiro (Disponível/ <https://bdlb.bn.gov.br/aceso> 08/10/2016)

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de (Org). Piauí: Formação-Desenvolvimento-Perspectiva. Teresina: FUNDAPI, 1995

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. REVISTA ECONÔMICA PIAUIENSE. Revista Trimestral do Centro Cultural Piauiense. Teresina: COMEPI (1957;1959;1960)

SANTANA, Rogério. O ciclo do gado na literatura brasileira in X Congresso Internacional da ABRALIC Tessituras, Interações, Convergências. São Paulo: USP, 2008 (Disponível/ <https://www.scielo.br/aceso> 12/05/2019).

SCWARCZ, Lilian Moritz. O espetáculo das raças. Cientistas, Instituições e Questão racial no Brasil 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHNEIDER, Alberto Liz. Capítulos de História Intelectual. Racismos, Identidades e Alteridades na reflexão sobre o Brasil. São Paulo: Alameda, 2019.

SILVA, Romão José da. TERRA DE MAFRENSE (org), ano I, n. I, Rio de Janeiro, 1939 (Uma revista para o Piauí e para os piauienses. Órgão regional atuando na capital da República para servir ao Piauí propagando a cultura e a capacidade de engrandecer o Piauí e aumentar o Brasil).

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Ed. Moderna, 1984.

SISSON. Sébastien Auguste (org). Galeria dos brasileiros ilustres. Brasília: Senado Federal, 1999 (Coleção Brasil 500 anos. Disponível/ [www2.senado.leg.br/pdf/aceso](http://www2.senado.leg.br/pdf/aceso) 09/04/2018)

SODRÉ, Nelson W. Orientação do pensamento brasileiro: Azevedo Amaral, Gilberto Freyre, Oliveira Viana, Fernando de Azevedo, Graciliano Ramo, José Lins do Rego, Jorge Amado, Lucio Cardoso. Rio de Janeiro: Vecchi, 1942.

SODRÉ, Nelson Werneck. O que se deve ler para conhecer o Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos 1960 (Série III, Livro-fonte, vol 03).

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: MUAD, 1999.

SOUZA, [Bernardino José de](#). *Ciclo do carro de bois no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958 (edição comemorativa do 30º aniversário de fundação da COMPANHIA EDITORA NACIONAL).

SOUZA, Candice Vidal. *Fronteira no pensamento social brasileiro: o sertão nacionalizado*. Tese de Doutorado, Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1994 (Disponível/ <https://www.revistas.ufg.br/ acesso 10/08/2015>)

SOUZA, Candice Vidal e. *A Pátria Geográfica. Sertão e Litoral no Pensamento Social Brasileiro*. Goiânia, 1997 (Disponível/ <https://www.scielo.br/ acesso 10/08/2015>).

SOUZA, Francisco Martins. Prefácio in ROMERO, Silvio. *O Brasil social e outros estudos sociológicos*. Brasília: DF, Senado Federal, Conselho Editorial, 2001 (Disponível/ [www2.senado.leg.br/pdf/](http://www2.senado.leg.br/pdf/) acesso 09/04/2018)

SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. *História e Identidade: as narrativas da piauiensidade*. Teresina: EDUFPI, 2010.

SOBRINHO, Barbosa Lima. *O devassamento do Piauí*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

SPIX & MARTIUS. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Ed. Melhoramento, 1976. (v. II, livro quinto).

SARAT, Magda. *Literatura de viagem: olhares sobre o Brasil nos registros dos viajantes estrangeiros*, 2011 (Disponível/ [www.scielo.br/ acesso 09/03/2017](http://www.scielo.br/ acesso 09/03/2017))

TÁVORA, João Franklin da Silveira. *O cabeleira*. MEC; Fundação Biblioteca Nacional Departamento Nacional do Livro. (Disponível/ <http://objdigital.bn.br/ acesso 11/01/2017>)

TITO FILHO, Arimatéia. *Notas e Comentários* in PEREIRA DA COSTA. F.A. *Cronologia Histórica do Estado do Piauí. Desde os seus tempos primitivos até a Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

TITO FILHO, Arimatéia. *EXONERAÇÃO* in PEREIRA DA COSTA. F.A. *Cronologia Histórica do Estado do Piauí. Desde os seus tempos primitivos até a Proclamação da República (1535-1799)*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

VANINFAS, Ronaldo. *Capistrano de Abreu Capítulos da história colonial* in MOTA, Lourenço Dantas (org). *Introdução ao Brasil. Um banquete no Trópico*. São Paulo: SENAC, 1999.

VELLOSO, Monica Pimenta. *A brasilidade verde – amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*. 2ªed.-Rio de Janeiro: CPDOCC/FGV, 1990.

VELLOSO, Monica Pimenta. O Mito da Originalidade Brasileira: a Trajetória Intelectual de Cassiano Ricardo (dos Anos 20 ao Estado Novo). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1983 (Dissertação de Mestrado).

VERÍSSIMO, José. HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA. MINISTÉRIO DA CULTURA. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro, 1915. (Disponível/ [www.dominiopublico.gov.br/pdf/aceso\\_09/03/2017](http://www.dominiopublico.gov.br/pdf/aceso_09/03/2017))

VIANNA MOOG, Clodomir. Bandeirantes e pioneiros. Paralelo entre duas culturas. 4ªed.-Rio de Janeiro: Editora Globo, 1957.

VIANNA, Urbino de Sousa. *Bandeiras e sertanistas baianos*. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1935. (Disponível, <http://www.brasiliana.com.br/aceso> 12/04/2016).

VICENTINI, Albertina. O sertão e a literatura. Sociedade e Cultura. Goiânia, 1998. (Disponível/ [www.revista.ufg.br/aceso](http://www.revista.ufg.br/aceso) 23/01/2016)

VICENTINI, A. Regionalismo literário e sentidos do sertão. Sociedade e Cultura. Goiânia, 2008. (Disponível/ [www.revista.ufg.br/aceso](http://www.revista.ufg.br/aceso) 23/01/2016)

WILLIAM, Raymond. Palavras – Chave. São Paulo: Boitempo, 2007.

### **IMGENS/ FIGURAS/ILUSTRAÇÕES/DESENHOS**

BRASIL, AUTOR DESCONHECIDO. Carta Topographica e administrativa da Provincia do Piauhy: Erigida sobre os documentos mais modernos pelo Publicado em Rio de Janeiro (RJ), Garnier Irmãos (1850) in Acervo Biblioteca Digital Luso brasileiro (Disponível/ <https://bdlb.bn.gov.br/aceso> 08/10/2016)

BRASIL, AUTOR DESCONHECIDO. (17?). Mapa sertanista da região compreendida do Sertão do Ceará até a Vila do Príncipe in Acervo Biblioteca Digital Luso brasileiro (Disponível/[bdlb.bn.gov.br/aceso](https://bdlb.bn.gov.br/aceso) 08/10/2016).

BRASIL, AUTOR DESCONHECIDO. Mappa Oeyras do Piauhy, 1758 in Acervo Biblioteca Digital Luso brasileiro (Disponível/[bdlb.bn.gov.br/aceso](https://bdlb.bn.gov.br/aceso) 08/10/2016).

BRASIL, AUTOR DESCONHECIDO. Mappa das cidades, vilas, lugares e freguezias das capitancias do Maranhão e Piauhy: com o numero em geral dos habitantes das ditas capitancias, 1770 in Acervo Biblioteca Digital Luso brasileiro (Disponível/[bdlb.bn.gov.br/aceso](https://bdlb.bn.gov.br/aceso) 08/10/2016).

BRASIL, FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ [et.al]. A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1991(Disponível/ [www.fiocruz.br/aceso](http://www.fiocruz.br/aceso) 04/12/2017)

DENIS, Ferdinand. Gravura Piauhy (1819-1820). Paris,1846 in SPIX & MARTIUS. Viagem pelo Brasil (1819-1820). (Disponível/ <https://bdlb.bn.gov.br/aceso> 08/10/2016)

DENIS, Ferdinand. Sertanejo in Piauí. Paris, 1846 in SPIX & MARTIUS. Viagem pelo Brasil de 1819-1820 (Disponível/ <https://bdlb.bn.gov.br/aceso> 08/10/2016)

PERCY LAU. Vaqueiro in Tipos e aspectos do Brasil. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: CNG/IBGE, 1949 (Disponível [dominiopublico.gov.br/aceso](http://dominiopublico.gov.br/aceso) 10/09/2017).

PERCY LAU. Gaiola in Tipos e aspectos do Brasil. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: CNG/IBGE, 1949 (Disponível [dominiopublico.gov.br/aceso](http://dominiopublico.gov.br/aceso) 10/09/2017).

PERCY LAU. Casa de Palha in Tipos e aspectos do Brasil. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: CNG/IBGE, 1949 (Disponível [dominiopublico.gov.br/aceso](http://dominiopublico.gov.br/aceso) 10/09/2017).

## **SÍTIOS DE CONSULTA**

[www.academia.org.br](http://www.academia.org.br)

[www.acemiapiuiensedeletras.org.br](http://www.acemiapiuiensedeletras.org.br)

[www.arquivonacional.gov.br](http://www.arquivonacional.gov.br)

[www.arquivopublico.pi.gov.br](http://www.arquivopublico.pi.gov.br)

[www.bdlb.bn.gov.br](http://www.bdlb.bn.gov.br)

[www.brasiliana.com.br](http://www.brasiliana.com.br)

[www. bdlb.bn.gov.br](http://www.bdlb.bn.gov.br)

[www.cdpb.org.br](http://www.cdpb.org.br)

[www. dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br)

[www.fiocruz.br](http://www.fiocruz.br)

[www.ihgb.org.br](http://www.ihgb.org.br)

[www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org)

[www. objdigital.bn.br](http://www.objdigital.bn.br)

[www.teresinameuamor.br](http://www.teresinameuamor.br)

[www.scielo.br](http://www.scielo.br)